O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Sábado 25 de MAIO de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47702
estadão.com.br

Fim de semana

Olimpíada de Paris __A25

Da bola para a vela

Mateus Isaac, ex-jogador de futebol, é candidato a medalha no windsurfe

E&N __B12

Uruguai é caro, mas, lá, vive-se tranquilo

Segurança, educação e saúde são elogiadas

BEM-ESTAR __D4 e D5

Dieta demais piora relação com a comida

Foco deve ser saúde, afirma nutricionista

FOTOS: WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Indústria aposta em modernização e sustentabilidade para crescer

Setor se anima com programa do governo para interromper o processo de desindustrialização em curso no País, mas é preciso investimentos e ações transversais. Áreas de açúcar, álcool e hidrogênio verde podem apontar saídas. CADERNO ESPECIAL __E1 a E8

Escolas públicas __A19

Português e Matemática ficam abaixo da pandemia em avaliação

__ Saresp aponta recuo no ensino estadual de SP do 6.º ao 9.º ano em 2023

O primeiro ano da gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na educação foi marcado pela piora dos resultados da avaliação da rede estadual de SP, o Saresp. Na comparação com 2022, a média dos alunos em 2023 nos anos finais do ensino fundamental (do 6.º ao 9.º ano) caiu 10 pontos em Português e 3 pontos em Matemática. Os resultados voltaram a patamares de uma década atrás e são piores do que os registrados após a pandemia. No 9.º ano, o número de alunos nos níveis básico e abaixo do básico, considerados insuficientes, também aumentou: estão em 79% em Português e 88% em Matemática. Em nota, a Secretaria da Educação afirmou que "tem realizado mudanças importantes para melhorar o processo de aprendizagem em todos os ciclos de ensino da rede".

57%

das crianças ainda estão nos níveis básico ou abaixo em Matemática e 48%, em Português. Aos 10 anos, elas não entendem, por exemplo, o tema de uma história em quadrinhos

Ataque terrorista __A16

Israel resgata em Gaza corpo de brasileiro morto pelo Hamas

Michel Nisenbaum, de 59 anos, morreu no ataque de 7 de outubro. Ele foi a quarta vítima brasileira do Hamas. Não há registro sobre outros brasileiros desaparecidos.

Corte Internacional __A17

Israel ignora pedido de tribunal e ataca Rafah

Medicina privada __A24

Governo quer que planos expliquem rescisão unilateral de contratos

Secretaria Nacional do Consumidor deu dez dias de prazo para que 20 operadoras prestem esclarecimentos.

E&N Casa própria __B1

Caixa teme falta de dinheiro para crédito imobiliário no ano que vem

Banco alerta para necessidade de mais fontes de recursos. Poupança cai e captações no mercado estão mais caras.

Covid-19 __A22

Crianças e adolescentes são maioria entre não vacinados

E&N Política Monetária __B3

Campos Neto vê 'notícia ruim' em projeções de mais inflação

E&N Aviação __B9

Azul e Gol fazem acordo de compartilhamento de voos

Ambiente __C6 e C7

Estudo mostra resiliência climática de aves da Amazônia

Notas e Informações __ A3

A política ignora a mudança climática

Carlos Andreazza __A11

A Lava Jato combatida com lavajatismos

Fernando Reinach __A23

Como as baratas se espalharam pelo mundo

Fareed Zakaria __A18

A guerra em Gaza e as chances de paz

Tempo em SP
16° Mín. 18° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Desafios do próximo biênio exigem higidez fiscal, afirma o secretário da Fazenda de SP

O secretário estadual da Fazenda de São Paulo, Samuel Kinoshita, resume o objetivo do governador Tarcísio de Freitas com o pacote de corte de gastos e incentivos fiscais. De acordo com Kinoshita, embora este ano traga números positivos da atividade econômica, superando expectativas, o biênio de 2025 e 2026 — últimos dois do mandato de Tarcísio — reserva desafios que exigem um Estado hígido do ponto de vista fiscal. "Um cenário de juros bastante elevados para o padrão dos últimos 20 anos, riscos geopolíticos, alguma quebra na cadeia de suprimentos... São Paulo precisa estar robusto. A higidez fiscal é absolutamente primordial nesse cenário internacional e nacional, que traz mais incertezas do que no passado recente", afirmou o secretário à *Coluna*.

● **PROPOSTA.** O auxiliar de Tarcísio revela que, em dezembro, será apresentada uma revisão de 240 benefícios fiscais, com estimativa de renúncia de R$ 55 bilhões. Só serão renovados os que cumprirem os critérios de competitividade, geração de empregos e participação no mercado. "Vamos colocar a barra mais alta para avaliação dos benefícios."

● **DEFESA.** "É uma oportunidade única para revermos o que faz sentido econômico. Tem benefícios que, quando olhamos para o market share, não se justifica, porque não têm competitividade", diz Kinoshita, que não vê risco de fuga de empresas ou empregos no Estado com as medidas.

● **VEM AÍ.** Para o secretário, a reforma tributária, ao acabar com a guerra fiscal, permitirá que a infraestrutura, o ambiente de negócios e o capital humano paulistas sobressaiam, mesmo com o eventual fim dos benefícios fiscais para parte dos setores.

● **TÔ FORA.** O governador Tarcísio de Freitas recusou convites para acompanhar o presidente Lula em agendas em São Paulo, ontem e hoje. A avaliação no governo paulista, nos bastidores, foi de que não havia sentido político em parar os compromissos já previstos da gestão estadual para dividir palco com o petista.

● **RESPOSTA.** A bancada evangélica reagiu a uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, e quer votar um projeto que equipara o aborto ao homicídio, quando realizado após a 22.ª semana de gravidez com viabilidade fetal. A proposta do deputado Sóstenes Cavalcante também acaba com a previsão legal de aborto decorrente de estupro, a partir de 5 meses.

● **CASO.** Moraes suspendeu uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proibia a realização da assistolia fetal, nos abortos previstos em lei, a partir de 22 semanas de gravidez.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Samuel Kinoshita,
secretário estadual da Fazenda de São Paulo

● **AVANÇO.** O Instituto Brasil Israel (IBI) considerou "um passo importante para a construção de um futuro pacífico" a decisão tomada por Espanha, Noruega e Irlanda de reconhecer a Palestina como um Estado soberano.

● **AVALIAÇÃO.** "A solução de dois Estados é o único caminho viável para a paz, respeitando a autodeterminação dos povos. Para chegarmos lá, é preciso que haja ampla cooperação internacional", afirmou à *Coluna* a diretora executiva do IBI, Manoela Miklos.

COLABORARAM PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO E SOFIA AGUIAR

PARA VER, OUVIR E PENSAR

Ricardo Lewandowski
Ministro da Justiça

● **Filme:** *O Discreto Charme da Burguesia*
● **Música:** *Barrados no Baile*, de Eduardo Dussek
● **Livro:** *Fragmentos*, Heráclito

CLICK

EVALDO JÚNIOR/AG. PARÁ

Hana Ghassan
Vice-governadora do Pará

Recebeu o vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin (PSB), que foi a Belém nesta semana para participar da abertura da XVI Feira da Indústria do Pará (Fipa).

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

A política ignora a mudança climática

Com a tragédia gaúcha e a previsão de mais desastres, ou o País segue a politização inconsequente ou opta por reconhecer que a política tratou a agenda climática e ambiental com descaso

Há politização demais e política de menos na forma como o Brasil está lidando com as mudanças climáticas e seus efeitos nos desastres naturais cada vez mais intensos e frequentes – como é o caso da tragédia no Rio Grande do Sul, a mais grave do gênero enfrentada pelo País nos últimos anos e possivelmente o prenúncio de muitas outras que virão no futuro próximo. Da esquerda à direita, do governo federal aos governadores e prefeitos, do Congresso Nacional aos legisladores estaduais e municipais, o fato é que a agenda climática e ambiental sempre foi, e segue sendo, um tema lateral na política brasileira. A constatação se torna ainda mais relevante quando se assiste tanto à descoordenação entre as diferentes lideranças que deveriam agir de maneira concertada quanto ao tiroteio, explícito ou velado, em que cada grupo, partido ou – vá lá – ideologia busca transferir culpas pela tragédia.

Enquanto isso, a boiada tenta passar. No Congresso, apesar da recente aprovação do projeto de lei que cria diretrizes para a formulação de planos de adaptação às mudanças climáticas, tramitam 25 projetos que agridem normas ambientais. Um deles regulamenta um termo autodeclaratório de que o empreendimento está de acordo com as regras exigidas, além de estipular prazos máximos para o andamento do processo de licenciamento ambiental. Se é fato que a desburocratização dos procedimentos é uma necessidade para destravar projetos econômicos, também é verdade que o projeto de lei pode criar uma espécie de "autolicenciamento" e inibir a análise de casos mais complexos. Há mais: um projeto propõe reduzir a reserva legal na Amazônia, enquanto outro elimina a proteção de campos nativos; mais um admite a exploração mineral em unidades de conservação, enquanto outro anistia desmatadores; um esvazia o poder de fiscalização do Ibama, enquanto outro flexibiliza normas de regularização fundiária.

O problema vai além da Câmara e do Senado. Vozes lulopetistas e bolsonaristas se apressaram a colocar o dedo em riste contra o governador Eduardo Leite (PSDB), acusando-o de favorecer a alteração de 450 pontos do Código Florestal gaúcho. Não faltou oportunismo na crítica, afinal decerto tais mudanças não provocaram as enchentes. Mas convém não ignorar o fato de que as alterações não apenas são questionáveis quando se pensa nos efeitos ambientais de longo prazo, como nem sequer seriam notadas não fosse a tragédia trazida pelas chuvas. Por outro lado, enquanto as gralhas bolsonaristas gritam, resta lembrar a sucessão de retrocessos promovidos pelo governo Bolsonaro – aquele que enxergava na floresta em pé um inimigo e o aquecimento do planeta um delírio esquerdista.

O desenvolvimentismo lulopetista não fica atrás. Apesar do verniz ambientalista do terceiro mandato, o presidente Lula da Silva, o PT e a esquerda jamais deram grande atenção à pauta do clima e do meio ambiente. Essa pauta foi historicamente deixada em segundo plano, ora como uma agenda restrita a "ongueiros" amazônicos e ambientalistas radicais, ora como se fosse uma preocupação típica de liberais. Nos governos petistas, houve fartos exemplos de projetos grandiosos que não levaram em conta os impactos climáticos já previstos àquele tempo – esta semana, por exemplo, uma pesquisadora lembrou o desmonte, por Dilma Rousseff, de um programa de adaptação climática, em nome do cartão postal que grandes empreendimentos desenvolvimentistas simbolizavam para sua errática gestão.

O Brasil bateu recorde de desastres naturais em 2023, resultado da conjugação de fatores climáticos, da intervenção humana e da tibieza das lideranças políticas em todos os níveis ante o problema. Diante das evidências e da tragédia gaúcha, há dois caminhos a escolher: ou segue a politização inconsequente ou opta por reconhecer que até aqui relegamos a agenda climática e ambiental ora ao descaso, ora ao negacionismo – e sempre ao segundo plano. Tratá-la com o devido peso ajudará, primeiro, a separar o que é o catastrofismo que imobiliza do que é informação capaz de mobilizar o País à ação; e, segundo, a incluir o clima na equação dos projetos de desenvolvimento econômico. Sem isso, seguiremos sacrificando o futuro em nome do presente. ●

PM como bedel de crianças e adolescentes

Governo paulista acha que a militarização das escolas, recém-aprovada, cultivará valores como honestidade e civismo, como se escolas civis fossem, por contraste, antros de degeneração

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou no dia 21 passado o Projeto de Lei Complementar 9/2024, proposto pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que institui as escolas cívico-militares na rede estadual de educação. O projeto autoriza que os municípios paulistas que assim desejarem poderão adotar o "modelo", chamemos assim, em suas próprias redes.

Foram 54 votos favoráveis e apenas 21 contrários, um placar que demonstra, inequivocamente, que Tarcísio conta com uma confortável base de apoio ao governo na Alesp. Ao mesmo tempo, porém, a votação revela quão associados estão os Poderes Executivo e Legislativo de São Paulo no patrocínio de uma política educacional irremediavelmente errada, pois as escolas cívico-militares padecem de um vício de origem.

Essa ideia de política pública na área de educação, que ganhou força durante o governo de Jair Bolsonaro, ignora um princípio basilar da democracia moderna – sem falar as melhores práticas em gestão escolar, tanto do ponto de vista administrativo como pedagógico. No Estado Democrático de Direito, a educação pública deve ser, necessariamente, civil e laica. Com razão, o deputado Eduardo Suplicy (PT), contrário ao projeto, alertou que "a introdução de elementos militares nas escolas pode criar uma atmosfera mais autoritária e hierárquica, onde o foco na disciplina e na obediência pode se sobrepor aos princípios da liberdade de expressão e (*ao estímulo do*) pensamento crítico" dos estudantes.

Além desse ponto sublinhado por Suplicy, o trabalho em escolas públicas não pode ser confundido com cabide de emprego nem muito menos com um "bico" para que policiais militares (PMs) da reserva possam complementar a renda dando pito em jovens arteiros. De acordo com o projeto, além da manutenção da ordem e da disciplina no ambiente escolar, atuando como "monitores", os policiais militares da reserva poderão desenvolver "atividades extracurriculares" – quais, ainda não se sabe. A educação formal, vale dizer, o ensino das disciplinas tradicionais, seguirá a cargo de professores civis.

Aparentemente, há aqui uma confusão nessa estrutura organizacional proposta pelo governo para as escolas cívico-militares. Afinal, na exposição de motivos encaminhada à Alesp, o secretário estadual da Educação, Renato Feder, afirmou que "é inquestionável o fato de que os resultados (*pedagógicos, infere-se do texto*) alcançados pelas escolas militares ao longo dos anos são exemplares". O que isso tem a ver com o projeto aprovado, se a condução pedagógica das escolas cívico-militares, como destacou o governador em pessoa, seguirá sob responsabilidade de civis? Ou se está diante de um erro de comunicação que precisa ser prontamente corrigido, no melhor cenário, ou se trata de desinformação pura e simples, no pior. Ora, é iludir pais, mães e responsáveis que se sintam estimulados a matricular suas crianças numa escola cívico-militar fazê-los acreditar que essas unidades serão similares às que são administradas pelas Forças Armadas para educar filhos de militares.

Ademais, nesse programa subjaz uma concepção muitíssimo equivocada, para dizer o mínimo, de ordem, segurança e disciplina nas escolas. Os rigores inerentes ao ambiente castrense, por óbvio, não podem ser transpostos, minimamente que seja, para o ambiente escolar como forma de conter ou reprimir comportamentos indesejáveis de crianças e adolescentes.

Para piorar, os defensores das escolas cívico-militares argumentam que essas escolas permitem que os alunos tomem contato desde cedo com valores como "civismo" e "honestidade", além de estarem expostos a uma "cultura de paz", como se escolas civis, por contraste, fossem antros de degeneração, desonestidade e indisciplina. Chega a ser uma ofensa aos professores e diretores das escolas, públicas e privadas, que não têm policiais aposentados como bedéis. ●

ESPAÇO ABERTO

Recolocar a sustentabilidade na saúde suplementar

Claudio L. Lottenberg

Manuais de ciências econômicas e bons dicionários, além de personalidades ilustres, definem economia como o estudo da alocação de recursos escassos. Não é a única definição nem a melhor, mas apela para algo que, embora pareça trivial, precisa ser enunciado: o uso racional de recursos. Mesmo em casos em que não se esteja em cenário de escassez estrita, usar racionalmente um recurso é justamente o que pode manter tal cenário afastado pelo maior intervalo possível de tempo.

Essa ponderação encontra alguma aderência ao estado em que o setor de saúde suplementar se encontra hoje no Brasil. Que se trata de um recurso – no caso, um serviço – pelo qual há forte demanda, há dados que corroboram. Um plano de saúde é o terceiro maior desejo dos brasileiros (atrás apenas da casa própria e de educação). Levantamento recente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) mostrou que eram 51 milhões os brasileiros que em janeiro deste ano contavam com plano de saúde. Pesquisa de associação do setor mostrou que mais de 90% dos que não têm pagariam pelo benefício, se pudessem. Que existe forte demanda está claro.

Outros dados recentes apresentados pela ANS, no entanto, mostram um quadro com sinais conflitantes – com resultados líquidos e operacionais apontando em direções opostas: nos primeiros, para o setor como um todo, houve lucro de R$ 2,98 bilhões acumulado em 2023. Já nos últimos, viu-se prejuízo de R$ 4,53 bilhões.

Outros dados – não financeiros, mas que impactam diretamente as finanças – ajudam a turvar mais ainda a cena. A sinistralidade (que a ANS define como a relação entre os custos com que arcam as operadoras de planos de saúde e as mensalidades pagas pelos beneficiários), desde 2021, encontra-se acima de 80%, nunca retrocedendo a menos do que isso. No terceiro trimestre de 2022, por exemplo, atingiu o pico de 88,6%. Indicadores de reclamações subiram – o Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) informou em março que queixas contra planos de saúde lideraram o ranking de 2023 (29,3%). Da ANS, mais uma vez, veio que de janeiro a outubro do ano passado foram 55,1 reclamações por grupo de 100 mil beneficiários – enquanto em 2020 eram 24,1; em 2021 eram 30,2; e em 2022 eram 36,8.

Isso passa pelo combate a fraudes, pela conscientização da população e por solucionar conflitos sem envolver tribunais

Há, ainda, a inflação médica: a consultoria em benefícios Aon estima que neste ano a inflação médica (que afere os preços referentes a itens relacionados à prestação de serviços de saúde) ficará em 14,1% no Brasil, ante uma previsão de 4,8% na inflação geral (que no País é medida pelo IPCA). Tudo isso indica que há um imenso esforço de gestão a ser feito, para tirar as companhias de uma situação a que ninguém, no mundo pré-2019, imaginou que se pudesse chegar.

E há a ameaça (o termo é justificado) das fraudes nos planos de saúde. Em fevereiro, um levantamento mostrou que foram abertas, nos últimos cinco anos, mais de 4 mil notícias-crime e ações cíveis contra fraudadores (no ano passado houve um crescimento de mais de 60% ante 2022). O número de fraudes, em 2022, gerou déficits de cerca de R$ 34 bilhões às empresas de saúde, segundo estudo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (Iess).

Na situação do setor de saúde pública também não se vê nada muito simples de interpretar. Em meio a todas as carências no serviço público de saúde, levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou que, em 2022, a União aplicou R$ 155 bilhões na área – o que ficou dentro do mínimo estabelecido pela Constituição (R$ 140 bilhões) para ações e serviços públicos de saúde, mas foi menos que nos dois anos anteriores. Ficou pouco acima do resultado de 2019 (R$ 153 bilhões), mas não se veem as necessidades da população diminuindo – seria até o contrário, em vista dos estragos causados pela covid-19. Sem esquecer que 75% da população está nos Sistema Único de Saúde (SUS), ante 25% que conta com a saúde suplementar.

Por toda parte, o que se vê é que a saúde, no que se refere a gestão, uso e controle de fraudes, precisa de um momento para séria ponderação, por assim dizer. A população envelhece, a inflação do setor corrói os resultados das companhias, os graus de fraudes e judicialização são assustadoramente altos e regulamentações estabelecem novas obrigatoriedades de cobertura (não raro, com custos bastante altos), tudo isso indo desaguar em reajustes de mensalidades.

O modelo precisa ser reequilibrado. Reclamações, ações na Justiça, fraudes, talvez nunca tenha havido um momento sem que qualquer delas existisse, seja onde for que exista um setor de saúde suplementar. Mas o estado atual de coisas na saúde claramente pede algum tipo de concertação. Conscientização sobre o uso, combate rigoroso a fraudes e solução de conflitos que possam evitar que se chegue à via judicial seriam três ótimas grandes linhas mestras para tomar como ponto de partida. Em jogo está um setor cuja importância está além de qualquer disputa. ●

MÉDICO, PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN, É PRESIDENTE DO INSTITUTO COALIZÃO SAÚDE (ICOS)

FÓRUM DOS LEITORES

Planos de saúde

Rescisão unilateral

O **Estadão** noticiou ontem que operadoras de planos de saúde, sob a alegação de prejuízo provocado por uma carteira de clientes deficitária, decidiram pelo polêmico, inesperado e descabido desligamento unilateral de dezenas de milhares de clientes de planos coletivos ou por adesão, deixando-os ao deus-dará, muitos inclusive em pleno tratamento médico. Diante do fato, causa espécie notar que as operadoras tenham registrado lucro líquido de R$ 3 bilhões em 2023. Ao que parece, elas estão muito mais preocupadas com a sua saúde financeira do que com a saúde dos mais de 50 milhões de clientes em todo o País.

J. S. Decol
São Paulo

Ideal é não ficar doente

Perversidade é pouco para classificar a decisão unilateral de operadoras de planos de saúde de rescindir contratos coletivos deixando inúmeros pacientes em curso de tratamento por condições sérias ao deus-dará. É bem verdade que a sinistralidade atingiu níveis estratosféricos por causa do encarecimento tecnológico da Medicina (procedimentos, tratamentos, drogas, etc.) e do aumento da longevidade da população. Mas o cancelamento unilateral de contratos, embora previsto em lei, é imoral e desumano em se tratando de doentes crônicos e graves. A judicialização, felizmente, favorece os clientes por meio de liminares, mas não é um caminho lógico e saudável de resolução do problema. O Sistema Único de Saúde (SUS), por sua vez, seria uma ótima solução, fosse o sistema plenamente eficaz, o que infelizmente não é, pela enorme quantidade de pessoas dependentes dele. Ou seja, se não há garantia alguma nem na medicina privada, tampouco na pública, o ideal é não ficar doente.

Luciano Harary
São Paulo

Impostos

O ralo

Temos visto o ministro da Fazenda performando acrobacias para aumentar a arrecadação tributária, como se não fosse suficiente. Porém a carga tributária no Brasil é de 33,3% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto a média dos países latinos é de 21,5% e a dos países da OCDE é de 34%. No Brasil, o governo investe muito pouco, o Sistema Único de Saúde não consegue atender a população de forma adequada, 1/4 da população não tem esgoto adequado, a educação pública é muito ruim e as cidades e estradas estão cheias de buracos e mal sinalizadas. Em Barcelona, por exemplo, sabe-se que o atendimento médico público é rápido, há saneamento básico, o trânsito é intenso, mas não há buracos nas ruas e a sinalização é adequada, e as escolas públicas são boas. Eu gostaria de entender onde está o ralo de dinheiro público no Brasil que arrecada o mesmo que nos países adiantados, mas não consegue tratar adequadamente sua população.

Aldo Bertolucci
São Paulo

STF

Clamor ao plenário

Como cidadão, perplexo com mais uma decisão monocrática do ministro Dias Toffoli na superterça 21 de maio, senti-me de certo modo confortado ao constatar que os três principais jornais do País, entre eles o **Estadão**, se manifestaram no dia seguinte em editorial sobre o assunto, criticando duramente a decisão e conclamando o pleno do Supremo Tribunal Federal a se manifestar. Só espero que ainda "haja juízes em Brasília".

Francisco Soares
Campinas

A tragédia no RS

No que falharam?

Avaliando os grandes números e as dimensões da tragédia no Rio Grande do Sul, isso nos obriga a uma reflexão, principalmente com foco nas responsabilidades de pessoas e autoridades envolvidas. Afinal, será de R$ 92 bilhões o montante necessário para a reconstrução dos danos da catástrofe, segundo especialistas, incluindo as obras de prevenção que nunca foram feitas e que afetaram 1,5 milhão de pessoas, quase a totalidade das 497 cidades gaúchas. Oportunamente, a imprensa brasileira tem trazido exemplos de metrópoles como Nova York, que, em situações naturais parecidas com a do RS, souberam prevenir-se com obras de contenção que efetivamente têm evitado catástrofes semelhantes. As condições em países como a Holanda, abaixo do nível do mar, seriam ainda piores. Pergunto: no que falharam as entidades e, principalmente, o governo em seus diferentes níveis no Rio Grande do Sul? Há que averiguar.

Neuton Sigueki Karassawa
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

O dilema da resiliência urbana

Marco Aurélio **Nogueira**

É espantoso saber que uma em cada três cidades do País está desprevenida contra desastres climáticos. Milhões de pessoas, a qualquer momento, podem ser atingidas pela crise ambiental que, a esta altura, já deveria ser objeto de amplo conhecimento e de múltiplas providências. Não há negacionismo que possa ocultar o problema, nem à custa de desinformação em massa.

O tema reverbera as tragédias ambientais dos últimos anos, com particular destaque para a catástrofe que arrasou diversas cidades no Rio Grande do Sul durante o mês de maio. O Vale do Taquari já sofrera enchentes violentas no ano passado. A capital do Estado, Porto Alegre, viu pedaços inteiros da área urbana submergirem nas águas inclementes. Outras cidades sumiram do mapa, deixando um rastro de desgraças e sofrimento. Vidas perdidas, gente desabrigada, escolas e hospitais destruídos, prejuízos econômicos incalculáveis. O tranco foi tão forte que, no mínimo, deveria fazer com que parássemos para pensar.

É escandaloso que, em uma época que exibe tão vistosamente alterações significativas no clima da Terra, com desdobramentos ambientais evidentes (calor, chuvas torrenciais, desmatamento, secas, ecossistemas desequilibrados), ainda não tenha se encorpado a consciência de que precisamos mudar de rota. A ideia de cidades sustentáveis circula há tempo, mas poucas comunidades conseguiram avançar em direção a elas. Além do mais, a ideia foi apropriada pelo capital imobiliário e ficou confusa.

No Brasil, sempre na rabeira de tantas coisas, fala-se muito em sustentabilidade, mas não se sabe bem do que se está a falar. A crise profunda e o uso abusivo da fizeram com que muitos digam que a sustentabilidade é um sonho numa noite de otimismo exagerado. A hora, agora, é de resistir e recuperar. O fato é que não há políticas voltadas para proteger cidades e ecossistemas. O País está exposto, desguarnecido.

O capitalismo avassalador, o consumismo, os deslocamentos constantes, a poluição, a queima indiscriminada de carbono, o desmatamento abusivo, a destruição da diversidade no reino vegetal e animal, a pesca predatória, a fúria com que se constroem arranha-céus nas cidades formam um bólido tóxico de efeito destrutivo. Demonstram a incapacidade de se estabelecer uma relação minimamente harmoniosa com a natureza.

> ***Havendo vontade política, mobilização e engajamento coletivo é possível mudar a rota e abrir caminho para formas de vida menos agressivas***

Muitos ecologistas, meteorologistas, urbanistas e ambientalistas acreditam que ainda há tempo para a adoção de medidas cautelares e de recuperação do que já se perdeu. Havendo vontade política, mobilização e engajamento coletivo é possível mudar a rota e abrir caminho para formas de vida menos agressivas. No curto prazo, porém, as sirenes soam estridentes: preparemo-nos para novos desastres ambientais, que tenderão a ser cada vez mais graves. Eles virão não só porque continuamos a emitir gases de efeito estufa, como também porque estamos pagando o preço por termos emitidos toneladas deles ao longo das últimas décadas.

Pensar em cidades resilientes não pode ser um capricho intelectual. É tema estratégico, que merece atenção de todos. Políticas urbanas podem ser preventivas, preparar as cidades para o que virá e cuidar do que já se tem. Calçadas esburacadas e impermeáveis são tão perigosas quanto habitações irregulares nas encostas de morros ou em áreas que circundam rios e lagos. Ocorre o mesmo com as falhas na avaliação do impacto ambiental de obras tidas como "imprescindíveis".

Aglomerações urbanas resilientes têm políticas adequadas para respeitar o modo de ser de cada natureza e monitorar a desorganização ecológica, antecipando enchentes, secas, temperaturas elevadas. A perda de biodiversidade vegetal e animal, o esgotamento de recursos naturais não renováveis, a poluição da água, do ar, dos solos são fatos que conspiram contra a reprodução da vida no planeta.

Cidades resilientes procuram soluções criativas para mitigar acidentes ambientais. Muitas vezes trata-se somente de empregar boas e velhas práticas (paralelepípedos, calçadas permeáveis, diques). Valorizando-se os saberes comunitários, respeitando-se traçados originários e incrementando a vegetação nativa, por exemplo, pode-se alcançar melhores condições de vida, moradia, lazer.

Boas políticas urbanas também incluem capacidade de resposta e estratégias de reconstrução, de acolhimento dos desabrigados, de remontagem dos equipamentos públicos destruídos. Algo está sendo feito no *day after* da tragédia que assola o Sul, mas muitas providências já poderiam ter sido tomadas e não foram. O Brasil está atrasado, não temos políticas e diretrizes nem para atenuar os efeitos do desequilíbrio ecológico nem para nos adaptarmos a ele. O País está voltado para o crescimento econômico a qualquer preço, sem transição energética. Não vai dar certo.

Que as vidas desperdiçadas, o sofrimento e os prejuízos materiais e imateriais trazidos pelas chuvas de maio ao menos nos ajudem a levar a sério os riscos climáticos e ambientais. Ou nos adaptamos ao que está em mudança acelerada, ou corremos o risco de uma escalada incontornável de tragédias. ●

É PROFESSOR TITULAR DE TEORIA POLÍTICA DA UNESP

TEMA DO DIA

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO - 16/6/2021

Educação

Desempenho de alunos da rede estadual de ensino tem piora acentuada em SP

Resultados da avaliação da rede estadual de São Paulo, o Saresp, mostram que o desempenho na educação piorou em 2023. A média dos alunos do 6.º ao 9.º ano caiu 10 pontos em Português e 3 pontos em Matemática em relação a 2022. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "O plano deles está dando certo: filho de pobre sempre será pobre em São Paulo."
REBEKA ABREU

● "Só se espanta quem nunca entrou numa sala de aula. O sistema todo está um lixo."
CARLOS FERREIRA

● "Mais uma bela herança do PSDB."
EDUARDO BERNARDINI

● "Escolas sem estrutura, geração sem perspectivas, falta de apoio para profissionais, desigualdade, etc. Que resultados esperam depois de quase 20 anos de sucateamento?"
ROBERTO SANTIAGO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

DUSAN PETKOVIC/ADOBE STOCK

Paladar

Guia do Café expresso: como fazê-lo da melhor forma? ●
https://bit.ly/3wFcIxH

Blog da Tissen

Festa em São Paulo celebra 200 anos da imigração alemã. ●
https://bit.ly/4dRu8rB

Newsletter

'Pílula': dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
https://bit.ly/3NbVHPO

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Poderes

Câmara engaveta questionamentos de deputados da oposição ao governo

Mesa Diretora da Casa deixou de encaminhar ao Executivo 171 pedidos de informação no ano passado e parlamentares falam em ‘blindagem’ à gestão Lula; Lira não comentou

ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Arthur Lira (PP-AL) e responsável por dirigir os trabalhos da Casa, engavetou questionamentos formais feitos ao governo Lula por parlamentares da oposição e comissões. No ano passado, a Mesa deixou de encaminhar 171 pedidos de explicações ao Poder Executivo, um número recorde pelo menos desde 2014.

Os chamados Requerimentos de Informações (RICs) são uma das principais ferramentas à disposição dos congressistas para que exerçam o papel de questionar e fiscalizar as atividades do Executivo. Procurado, Lira afirmou que não iria comentar. O primeiro-vice-presidente da Câmara, deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), disse despachar para o comando da Mesa todas as solicitações apresentadas pelos colegas no prazo médio de uma semana.

O número de RICs não encaminhados em 2023 é recorde em números absolutos pelo menos nos últimos dez anos. Em relação ao total de pedidos apresentados pelos deputados e pelas comissões, é o maior número desde 2017. Este ano, o número de requerimentos ainda não encaminhados é ainda maior: 765 de 1.331. No entanto, é provável que a proporção de RICs enviados aumente até o fim de 2024.

Congressistas de oposição ou independentes são os que mais ficaram com solicitações de informações “retidas” na Câmara em 2023. A campeã da lista é a representante do Novo na Casa, deputada Adriana Ventura (SP), com 49 pedidos não encaminhados. Ela é seguida pelos requerimentos das comissões permanentes (30). Também integram o ranking os deputados Marcel Van Hattem (Novo-RS), com 12 pedidos; Amom Mandel (Cidadania-AM), com 7 solicitações; Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), também com 7; e Daniela Reinehr (PL-SC), com 5.

ORÇAMENTO SECRETO. Dentre os pedidos não encaminhados de Adriana Ventura, oito dizem respeito ao uso das verbas remanescentes do antigo orçamento secreto, por parte do governo Lula. Os pedidos são destinados aos sete ministérios que herdaram esses recursos e à Secretaria de Relações Institucionais, e foram apresentados em junho do ano passado.

Todos receberam parecer favorável do primeiro-vice-presidente da Câmara, mas não foram repassados ao governo. Como mostrou o **Estadão**, no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo continua usando essas verbas como moeda de troca no Congresso, contrariando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2022 que proibiu a prática do orçamento secreto.

CRITÉRIOS. O Regimento Interno da Câmara especifica situações nas quais os pedidos não serão encaminhados pela Mesa Diretora. Os requerimentos não podem tratar de “providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige”. Uma vez encaminhados, precisam ser respondidos dentro de até 30 dias. Um ministro que deixe de responder a um RIC ou responda com informações falsas pode, inclusive, incorrer em crime de responsabilidade.

“É dever do Legislativo fiscalizar o Executivo. Quando um Requerimento de Informação é engavetado pela Mesa Diretora, a prerrogativa parlamentar é absolutamente prejudicada e, por consequência, a democracia é enfraquecida. O Congresso Nacional não pode ser leniente ou fechar os olhos para o mau uso de dinheiro público”, afirmou a deputada Adriana Ventura.

“Essa situação prejudica o trabalho parlamentar, que tem como uma das suas funções mais importantes a fiscalização. E responder a tempo é fundamental para isso. Tem um prazo de 30 dias para a resposta do Executivo, só que ele passa a contar a partir do momento que é despachado pela Mesa Diretora. Então, o fato de a Mesa não despachar acaba atrasando. E às vezes a resposta, quando vem, já é pauta vencida”, disse o deputado Marcel Van Hattem. O parlamentar afirmou ainda que já questionou Lira a respeito do problema, há cerca de um mês.

CRÍTICA. “Nós fazemos o requerimento de informação como parte de nossa função parlamentar. Mas nós sabemos – ao menos eu sei – que o presidente Lira, especificamente, não repassa esses requerimentos ao governo. Ele blinda o governo dos requerimentos de informação. Ele próprio está cerceando o nosso direito de sermos parlamentares completos. Não é nem o governo agindo, é o próprio presidente Lira”, declarou o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP).

No ano passado, cinco requerimentos do parlamentar do PL deixaram de ser encaminhados pela Mesa da Câmara. O deputado chegou a fazer um pronunciamento no plenário da Câmara reclamando do não andamento dos requerimentos de informação.

Marcos Pereira disse cumprir sua parte no processo – ou seja, apresentar parecer sobre os pedidos – no prazo médio estipulado. “Todos os RICs encaminhados à primeira-vice-presidência são despachados com prazo médio de uma semana. Antes de chegarem à primeira-vice-presidência e depois que saem da primeira-vice, não são mais responsabilidade nossa. Portanto, sugiro procurar os responsáveis por essa tarefa”, disse o deputado do Republicanos.

De fato, vários Requerimentos de Informações “travaram” após receberem o parecer de Pereira. É o caso de um requerimento feito pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), de maio de 2023, sobre gastos do governo federal com o cartão corporativo durante o governo Lula, e endereçado ao ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pretendia obter “dados relacionados a gastos com cartões de pagamento do governo federal, desde 1.º de janeiro de 2023, e que não constam do Portal da Transparência”. No dia 10 de julho, o RIC recebeu um parecer favorável do primeiro-vice-presidente da Câmara, mas não foi encaminhado pela Mesa Diretora ao destino.

No mesmo mês, o deputado Amom Mandel pediu informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre uma viagem de Lula à China e aos Emirados Árabes Unidos, em abril. O parlamentar do Cidadania pediu informações como a lista de integrantes da comitiva e as justificativas para a participação de sindicalistas e do líder do Movimento do Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, na viagem. Pediu também detalhes sobre os gastos da Força Aérea Brasileira (FAB) com o translado. Novamente, o RIC recebeu parecer favorável de Pereira, mas não teve continuidade.

COMISSÕES. Além dos parlamentares, individualmente, também ficaram sem encaminhamento, em 2023, 30 pedidos de informações feitos por comissões permanentes da Câmara dos Deputados.

No dia 14 de junho, por exemplo, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Casa aprovou um requerimento de informações dirigido ao Ministério da Defesa, pedindo detalhes sobre a vinda do ditador venezuelano Nicolás Maduro ao Brasil, no fim de maio. Em 11 de julho, o requerimento teve um parecer favorável do primeiro-vice-presidente da Câmara, mas foi engavetado. ●

“É dever do Legislativo fiscalizar o Executivo. Quando um Requerimento de Informação é engavetado pela Mesa Diretora, a prerrogativa parlamentar é absolutamente prejudicada. O Congresso Nacional não pode ser leniente ou fechar os olhos para o mau uso de dinheiro público”
Ariana Ventura (Novo-SP)
Deputada

“Todos os RICs encaminhados à primeira-vice-presidência são despachados com prazo médio de uma semana. Antes de chegarem à primeira-vice-presidência e depois que saem da primeira-vice, não são mais responsabilidade nossa. Portanto, sugiro procurar os responsáveis por essa tarefa”
Marcos Pereira (Republicanos-SP)
Primeiro-vice-presidente da Câmara dos Deputados

Dificuldades de Biden nos EUA servem de alerta para Lula

ANÁLISE

SILVIO CASCIONE

Em um ambiente tão polarizado, com opiniões cristalizadas, uma das principais características do cenário político é a estabilidade. Por trás de todo o barulho dos mercados e do noticiário, há uma grande rigidez nos índices de aprovação do governo. Isso vale tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos, onde todos se preparam para a revanche entre Joe Biden e Donald Trump.

Nos Estados Unidos, essa estabilidade favorece Trump, que continua a ser o favorito nas eleições de novembro. Biden parece concordar, pois pediu a antecipação dos debates da campanha com objetivo de criar algum fato novo. O primeiro debate está marcado para junho, antes mesmo da confirmação oficial dos candidatos nas convenções.

O favoritismo de Trump e a estabilidade das pesquisas são impressionantes considerando a dinâmica econômica dos Estados Unidos. Ainda que a economia e o mercado de trabalho estejam aquecidos, com taxa de desemprego abaixo de 4%, os eleitores se mostram insatisfeitos e nutrem um desejo por mudança. A taxa de aprovação de Biden, insistentemente abaixo de 40%, é ruim para um candidato à reeleição, e indica chances maiores de derrota.

Olhando para o Brasil, esse cenário acende um sinal de alerta para Lula. Nas condições de hoje, com taxa de aprovação na média em aproximadamente 50%, Lula seria o favorito à reeleição – mas esses números não conferem uma grande margem de segurança.

Da mesma forma como nos Estados Unidos, o desempenho melhor do que o esperado da economia teve impacto reduzido sobre a opinião dos eleitores. No caso brasileiro, o efeito da alta da renda e da queda do desemprego e da inflação parece ter sido o de sustentar, por um período mais longo, o apoio dos eleitores sem ideologia definida que confiaram em Lula em 2022. Eleitores de renda média que, em muitos casos, votaram em Jair Bolsonaro em 2018 e optaram pelo petista na eleição seguinte por causa das dificuldades vividas na pandemia. Por enquanto, muitos desses eleitores ainda se sentem contemplados pelo governo. O bom momento econômico, porém, não permitiu que Lula aumentasse a sua base de apoio.

Cenário
Desempenho acima do esperado na economia teve impacto pequeno na opinião dos eleitores

O risco, para Lula, é o de que a situação econômica piore e a taxa de aprovação caia para perto de 40%, aumentando o risco para a reeleição. Apesar da rigidez dos índices de popularidade, este é um cenário plausível, que corroeria a pequena vantagem que Lula detém – e o colocaria em situação análoga à de Biden. A postura de Lula diante desse possível cenário será extremamente relevante para a gestão da coalizão e a condução da política econômica até o fim do mandato. Por ora, com condições ainda favoráveis, Lula se mostra ansioso, mas não em pânico, e ainda confia principalmente no ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em ambiente mais deteriorado, com a economia jogando contra as chances de vitória em 2026, os riscos para a política monetária, fiscal e de crédito aumentariam significativamente. ●

DIRETOR DA CONSULTORIA EURASIA GROUP

R$ 1,9 bilhão

Governo pode atender 3 mil obras sem análise de projetos

O governo Lula abriu caminho para pagar os recursos de mais de 3 mil obras no País em parcelas únicas e sem análise de projetos antes das eleições municipais deste ano. O montante soma R$ 1,9 bilhão e pode crescer mais, segundo levantamento do Instituto Nacional de Orçamento Público (Inop). O Executivo federal argumenta que as regras de fiscalização e transparência foram mantidas.

O governo decidiu adotar um modelo simplificado para o repasse de recursos por meio de convênios e contratos assinados com Estados e municípios, após ter vetado uma proposta com o mesmo teor. Essas modalidades são usadas para pavimentação de ruas, compra de tratores, construção de creches, reformas de prédios públicos e até contratação de shows artísticos. Hoje, o dinheiro cai gradualmente de acordo com o andamento dos projetos. ● DANIEL WETERMAN

Carlos Andreazza E-mail: ca.andreazza@gmail.com; Twitter: @andreazzaeditor

Dias Toffoli lavajatista

Monocrata de causas CNPJ no Supremo, Dias Toffoli abriu exceção para matéria Pessoa Física. No caso, Marcelo Odebrecht – o filho de Emílio, amigo de Lula, de quem o ministro seria parça, "o amigo do amigo do meu pai", segundo... Marcelo Odebrecht.

Referência cuja formalização deveria bastar para que – houvesse república – Dias Toffoli jamais pudesse julgar qualquer matéria relativa à empreiteira. Em setembro fará ano desde que enterrou todas as provas geradas no acordo de leniência da empreiteira, incluída a parte em que citado.

E só avança e se expande, tornado revisor-universal dos processos da Lava Jato, porque o tribunal se omite; os que lhe seriam contrários a plantar – coragem máxima – notas de incômodo ante às gestões autoritárias do colega. Seria – eis a preocupação – ruim para a imagem do STF.

(Bom para a imagem do STF decerto não foi a recente contribuição de Cármen Lúcia, juíza de Corte constitucional capaz de, ao tratar da admissibilidade de uma acusação, sentir-se à vontade, talvez até engraçada, para ofender a acusada e lhe chamar – "desinteligência natural" – de burra.)

Que a exceção à Pessoa Física de Marcelo Odebrecht – privilégio que abre a porteira para o assentamento de regra, pois a boiada já se assanha – não seja compreendida como incoerente. Da jurídica à física, o mesmo método. Anulados os atos processuais, trancados os inquéritos, aterradas as provas. Mantido o acordo de delação, como mantidos foram os de leniência.

> *As canetadas do ministro não podem ser analisadas sob os marcos do Direito*

O conteúdo delatado – produto do "pau de arara do século 21" – ao lixo. Preservado o contrato de delação. Preservados os benefícios de poder concorrer a obras públicas – como a da retomada de Abreu e Lima – e de não responder a nova ação penal.

Preservadas também as questões. Se houve "conluio processual", se oprimidos a delatar, em que terreno do vexame ficam as bancas advocatícias que não perceberam, por exemplo, que as gargalhadas de Emílio ao confessar eram produto de sevícias? E por que não pleiteiam o cancelamento desses acordos viciados? As respostas estão mais que dadas. Donde se deva insistir nas perguntas.

A leitura da decisão de Dias Toffoli – a Lava Jato combatida com lavajatismos – confirma que as canetadas do ministro, a partir da onipresença que forjou para si, não podem ser analisadas sob os marcos do Direito.

Direito também à margem na deliberação do TSE que manteve a cadeira do senador Moro, normalizada a explicação de que a cassação teria sido evitada em decorrência de "recuos táticos" e acordos políticos, não ausente a chantagem. Informada a sociedade de que, sem os cálculos e arranjos, uma acusação insustentável teria prosperado para cassar mandato popular. ●

JORNALISTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Câmara dos Deputados

Ré, Zambelli pede que Elon Musk 'olhe pelo Brasil'

A deputada Carla Zambelli (PL-SP) usou seu perfil no X (antigo Twitter) ontem para pedir ao dono da plataforma, o empresário Elon Musk, que "olhe novamente para o Brasil". O pedido ocorre após o embate travado pelo bilionário contra o Judiciário brasileiro, em especial à figura do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, com acusações de supostas arbitrariedades cometidas pela Justiça.

Zambelli é ré em um inquérito judicial que apura a invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e inserção de documentos falsos. "@elonmusk, por favor, olhe novamente para o Brasil. Você começou uma revolução contra o mal no Brasil, mas depois parou de tuitar. Parece que estamos vivendo no inferno. Ajude-nos!", escreveu a deputada

● KARINA FERREIRA

Eleições 2024

Na disputa pela vice de Nunes, Milton Leite busca espaço no União Brasil

Presidente da Câmara Municipal se mantém no páreo para compor chapa; em 2026, dizem aliados, vereador pode tentar o Senado

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

RICHARD LOURENCO/REDE CAMARA–22/5/2024

Em seu sétimo mandato como vereador, Milton Leite mira Brasília

Atualmente na briga com bolsonaristas para ser indicado ao cargo de vice na chapa do prefeito Ricardo Nunes (MDB) na corrida eleitoral de outubro, o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil), busca mais espaço dentro do seu partido e pode disputar um cargo eletivo em Brasília em 2026. A possibilidade mais citada por aliados é o Senado.

Na Câmara desde 1997, Leite tem repetido nos últimos meses que não vai tentar o oitavo mandato como vereador e que seu objetivo este ano é ser vice de Nunes, embora a possibilidade seja considerada remota neste momento. A vaga foi prometida ao PL e a indicação precisa ser aprovada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

O nome preferido de Bolsonaro é o do ex-comandante da Rota coronel Ricardo de Mello Araújo, mas o ex-presidente já disse para a vereadora Sonaira Fernandes ficar de prontidão. Também estão no páreo a vereadora Rute Costa e a delegada Raquel Gallinati, ambas filiadas ao PL, o secretário Aldo Rebelo (MDB) e o deputado estadual Tomé Abduch (Republicanos). "O Milton seria um bom nome, conhece a cidade, conhece a Câmara, mas depende de uma construção partidária entre os partidos da base", disse o líder do PL no Legislativo municipal, Isac Félix.

Segundo Félix, Leite quer ser um dirigente partidário do "nível" do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e do hoje deputado Antônio Carlos Rodrigues (PL-SP). Deste último, Leite é apontado como uma espécie de sucessor no Palácio Anchieta. O deputado comandou o antigo PR (atual PL), foi senador, ministro do governo Dilma Rousseff e presidente da Câmara Municipal da capital paulista por quatro anos. Só foi ultrapassado pelo próprio Leite, que chegará ao total de seis anos como presidente da Casa ao fim de 2024.

Ao **Estadão**, Rodrigues disse que a pretensão do "amigo" e "parceiro" é mesmo se tornar articulador na política nacional. "Ele tem um filho federal e um filho estadual. Para ele, só caberia o Senado", afirmou. "Mas muita água ainda vai rolar neste período."

Para o deputado do PL, Leite poderia ser vice tanto de Nunes quanto do que chama de "outro lado", em referência a uma sinalização de alas do PL e do União Brasil, que levantaram a possibilidade de romper com o prefeito e lançar ou apoiar outro candidato, como o coach Pablo Marçal (PRTB).

Questionado, Leite rejeitou a hipótese: "Tenho compromisso com o prefeito Ricardo Nunes". Ele, porém, desconversou ao falar sobre o Senado. "A eleição atual ainda é algo distante, muito mais distante está 2026 para falar sobre qualquer tipo de candidatura."

FAMÍLIA. "Os partidos aliados decidirão isso no momento oportuno", disse Leite ao responder por escrito a perguntas enviadas pelo **Estadão**. "Eu e meus filhos já somos membros da direção nacional do partido. Não posso conversar sobre cargos no partido se já os tenho", acrescentou.

A tendência é de que a família Leite e o grupo político do presidente da Câmara cresçam na próxima eleição: além dos filhos Alexandre Leite (União Brasil), deputado federal, e Milton Leite Filho (União Brasil), deputado estadual, o vereador lançou assessores como pré-candidatos à Câmara Municipal: Silvão Leite, seu chefe de gabinete que pegou o sobrenome "emprestado", e Silvinho Ricardo, chefe de gabinete na Subprefeitura de M'Boi Mirim, um dos redutos de Milton Leite.

Segundo aliados de Bolsonaro, o movimento para romper com Nunes não tem endosso do ex-presidente. "Vejo notícias plantadas por negociantes de plantão que querem, com elas, praticamente chantagear/extorquir cargos, espaços e verbas do prefeito", escreveu o deputado Ricardo Salles (PL-SP) no X. Ele teve de abrir mão da pré-candidatura para o PL apoiar o prefeito.

Projeção
Deputado Antônio Carlos Rodrigues diz que aliado busca se tornar articulador na política nacional

Além do peso do PL e da pressão dos bolsonaristas, a Operação Fim da Linha também teria enfraquecido o pleito de Leite para ser vice de Nunes. A operação mirou empresas de ônibus que atuam no transporte público de São Paulo e são investigadas por ligações com o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Leite foi listado como testemunha pelo Ministério Público na investigação sobre a Transwolff, que teria recebido R$ 54 milhões da facção criminosa. A Promotoria não detalhou as razões pelas quais quer ouvir o presidente da Câmara. "Não comento ilações. Tenho 30 anos de vida pública sem nenhum tipo de processo. O fato é que, até agora, não recebi nenhum contato do Ministério Público para depor como testemunha", afirmou. ●

Bolsonaro quer coronel na chapa, diz Wajngarten

PEDRO LIMA

Assessor de Jair Bolsonaro (PL), o advogado Fábio Wajngarten afirmou ontem que o nome do ex-presidente para compor a chapa do prefeito Ricardo Nunes (MDB) é o do coronel Ricardo de Mello Araújo. "Nenhum outro", disse Wajngarten ao *Estadão/Broadcast*.

Coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo, Mello Araújo foi diretor da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), empresa pública federal, na gestão Bolsonaro. Em janeiro de 2023, já no governo Lula, foi exonerado do cargo. Antes, comandou a Rota, batalhão especial da PM de São Paulo, entre 2017 e 2019.

O nome de Mello Araújo não encontra resistência dentro do MDB, partido de Nunes. O presidente do diretório municipal da legenda, Enrico Misasi, declarou que a sigla não tem objeções ao nome do coronel. "Bolsonaro não é tutelado por ninguém e não tem colocado a 'faca na garganta' por nada", destacou o dirigente.

Fiel seguidor do ex-presidente, o coronel Mello Araújo aparece em diversas fotos da campanha de Bolsonaro de 2022 e encampa o discurso bolsonarista nas redes sociais, com críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao ministro Alexandre de Moraes.

Em entrevista em abril, Nunes disse que pretende anunciar a escolha de seu vice perto das convenções partidárias, em julho. "É um desafio ter tantos nomes e conseguir conciliar nessa grande frente ampla", afirmou o emedebista. ●

Negócios Internacionais

Tarcísio extingue secretaria após polêmica com Lula

O então secretário disse que ucranianos tinham interesse em investir em SP, mas que recuaram por posição de petista

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) desativou ontem a Secretaria de Negócios Internacionais. A medida foi tomada um dia após o secretário Lucas Ferraz pedir para ser exonerado do comando da pasta. Ele estava escanteado no governo havia cerca de um ano, após polêmica envolvendo o governo Lula e a atração de investimentos para São Paulo.

Segundo o governo paulista, é a primeira reestruturação das secretarias após a publicação do plano "São Paulo na Direção Certa". As atividades da pasta foram transferidas para a Casa Civil e para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Como mostrou o **Estadão**, o plano do governador é realizar estudos para extinguir órgãos, rever benefícios fiscais e cortar despesas de custeio para dar mais eficiência à máquina pública.

Reestruturação

Governo de São Paulo diz que prevê mudanças para modernizar a administração

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico ficará responsável por atrair investimentos externos para São Paulo e fomentar o comércio exterior, enquanto a Casa Civil cuidará das ações de cooperação com governos de outros países e entidades internacionais. Esta última terá 30 dias para publicar uma resolução informando quais cargos serão extintos ou transferidos para outras pastas.

CRISE. A Secretaria de Negócios Internacionais declarou em abril de 2023 que representantes da estatal ucraniana de aviação Antonov demonstraram interesse em investir US$ 50 bilhões no Estado, mas teriam recuado por causa de declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a guerra na Ucrânia.

A Antonov, porém, negou a informação à época e afirmou que não tinha representantes no Brasil, o que levou ministros do governo petista a acusarem a gestão Tarcísio de espalhar fake news. No Palácio dos Bandeirantes, aliados do governador disseram na ocasião que a situação havia gerado um "desgaste" entre Tarcísio com o então secretário Lucas Ferraz.

Em manifestação, a Secretaria de Comunicação da Presidência chamou de "notícia falsa" a afirmação de que as negociações foram canceladas por causa de declarações de Lula. ●

Gestão municipal

MP apura postagens de Nunes em redes sociais

SAMUEL LIMA

O Ministério Público do Estado de São Paulo conduz inquérito contra o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o ex-secretário de Assistência e Desenvolvimento Social Carlos Bezerra Júnior (PSD) em razão de postagens nas redes sociais em que interagem com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O MP investiga se houve uso indevido de imagem para fazer propaganda da gestão municipal na internet.

Procurada, a Prefeitura de São Paulo afirmou que respeita a legislação e está à disposição para prestar informações ao MP. O ex-secretário, que retomou a cadeira na Câmara Municipal de São Paulo, declarou que já prestou esclarecimentos ao Ministério Público e que "não foi violado nenhum direito garantido às crianças e adolescentes em nenhuma das ações divulgadas e citadas na denúncia". Ele argumentou que as publicações são uma medida de transparência.

O procedimento foi aberto no dia 11 de abril, a partir de requerimento apresentado pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), em julho do ano passado. A parlamentar reuniu, na época, oito postagens feitas nas contas do prefeito e do ex-secretário no Instagram. Segundo ela, a exposição de crianças e adolescentes sem nenhum tratamento que impossibilite a identificação é uma prática recorrente nas contas de ambos reforça a "estigmatização e a discriminação contra esses grupos". A representação alega que as publicações violam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). ●

Estatuto

Ação foi aberta a pedido de deputada da oposição que viu desrespeito à lei de proteção à infância

Operação Murder Inc.

Estrutura da polícia buscou dados sobre Marielle, diz PF

Material apreendido em investigação mostra pesquisa ao nome do pai da vereadora, um mês antes do crime

RAYSSA MOTTA

Ao analisar o material apreendido na Operação Murder Inc., que prendeu o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) e o irmão dele, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão, a Polícia Federal encontrou pistas que ajudam a reconstituir novos detalhes da dinâmica do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e das tentativas de encobrir o crime. As defesas de Chiquinho e Domingos foram procuradas, mas não haviam respondido até a noite de ontem.

Segundo a PF, a estrutura da Polícia Civil do Rio foi usada para planejar o atentado, que ainda vitimou o motorista Anderson Gomes. Os investigadores descobriram que um inspetor da corporação pesquisou o nome do pai de Marielle nos sistemas da polícia, em 21 fevereiro de 2018, a menos de um mês da execução. O agente chegou a ser intimado e prestou depoimento. Ele alegou não lembrar o motivo da consulta e o nome consultado.

Ex-chefe da corporação, o delegado Rivaldo Barbosa foi denunciado como um dos envolvidos no plano de assassinato. Ele nega participação no homicídio. Em nota, a defesa afirmou que "as diligências complementares não acrescentaram nada à investigação".

De acordo com a PF, o delegado costumava usar servidores, sistemas e a estrutura da Polícia Civil para "fins particulares". Há suspeita de que vendia informações em troca de propina. Os dados estão reunidos no relatório produzido a partir da perícia nos documentos, celulares, pendrives, HDs e computadores apreendidos em março. O documento também destaca a proximidade entre os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão com "policiais com histórico desabonador".

'SIMBIÓTICA'. A PF afirma que a relação da família com a Polícia Civil era "simbiótica". "Inclusive com a promíscua indicação de familiares de chefes de polícia para cargos em comissão e afins."

O relatório também joga luz sobre o pós-crime. Os investigadores acreditam que os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão podem ter usado emissários para buscar acesso a dados sigilosos da investigação. Além de revelar novos detalhes do caso, o material apreendido levou a PF a pedir novas investigações, que não têm relação direta com o caso Marielle. Envolvem suspeitas de desvio de emendas parlamentares e lavagem de dinheiro.

Uma advogada do Anil, área dominada pela milícia, na zona oeste do Rio, procurou as defesas dos executores Élcio Queiroz e Ronnie Lessa, ambos delatores, e pediu acesso aos autos do processo sigiloso para "aprender na prática como as coisas acontecem". A PF classificou a abordagem como "estranha". Em depoimento, ela admitiu conhecer milicianos ligados ao clã Brazão. ●

Outros crimes
Investigação da PF aponta suspeitas de desvio de emendas parlamentares e lavagem de dinheiro

Rio

Castro para Freixo: 'Respeite o resultado das urnas'

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), disse na rede social X (antigo Twitter) que a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) respeitou a escolha livre e soberana dos mais de 4,8 milhões de eleitores fluminenses que votaram nele. O TRE-RJ, por 4 votos a 3, absolveu o governador das acusações de irregularidades na campanha de 2022 e manteve seu mandato.

Em uma série de tuítes, Castro afirmou ter confiança na Justiça e mandou um recado para Marcelo Freixo (PT), ex-deputado, atual presidente da Embratur e autor da ação contra o governador. "Repito o que sempre disse ao ex-deputado Marcelo Freixo: respeite o resultado das urnas e a vontade do nosso povo. A democracia hoje é a grande vitoriosa." O Ministério Público Eleitoral e a defesa de Freixo anunciaram que vão recorrer da decisão. ●

Ataque terrorista

Israel recupera corpo de brasileiro em Gaza, o 4º morto pelo Hamas

Michel Nisenbaum, de 59 anos, foi assassinado nos ataques de 7 de outubro e levado para o enclave; Itamaraty lamenta morte e associações judaicas criticam governo Lula

TEL-AVIV

O Exército de Israel informou ontem que recuperou o corpo do brasileiro Michel Nisenbaum, de 59 anos, morto no ataque terrorista do Hamas de 7 de outubro. Outros dois corpos foram encontrados. Nisenbaum foi a quarta vítima brasileira do Hamas. Não há informação sobre outros brasileiros desaparecidos.

Uma operação conjunta com os serviços de inteligência em Jabaliya, no norte do enclave, permitiu recuperar os corpos durante a noite. Além de Nisenbaum, foram encontrados os restos mortais do franco-mexicano Orión Hernández Radoux e do israelense Hanan Yablonka. Os três foram identificados por autoridades médicas do Instituto Forense Nacional de Israel e pela polícia israelense. As famílias foram notificadas.

O Exército explicou que eles foram mortos no dia do ataque no cruzamento de Mefalsim e seus corpos foram levados para a Faixa de Gaza. O anúncio foi feito menos de uma semana depois que o Exército comunicou ter encontrado os corpos de três outros reféns israelenses mortos em 7 de outubro.

ASSASSINATO. Nisenbaum, morador da cidade israelense de Sderot, perto de Gaza, foi contatado pela última vez no dia do ataque do Hamas. Ele teria sido capturado quando, ao sair de Sderot, se dirigia para o kibutz Re'im, na fronteira com Gaza, onde uma das netas estava na casa do pai, um militar.

A menina, de 4 anos, foi camuflada pelo pai com um casaco e distraída com um brinquedo durante os ataques ao local. Ela sobreviveu. Mefalsim, a cidade onde o Exército disse que o brasileiro foi morto, fica a 5 km de Sderot.

Natural de Niterói, Nisenbaum se mudou para Israel aos 12 anos e trabalhava como guia turístico. Terroristas do Hamas mataram cerca de 1.200 pessoas, principalmente civis, e sequestraram outras 250. Cerca de metade desses reféns foi libertada desde então, a maioria em trocas por prisioneiros palestinos mantidos por Israel, durante o cessar-fogo de uma semana, em novembro. Israel diz que cerca de 100 reféns continuam em cativeiro em Gaza, assim como os corpos de outros 30.

'FEITO MAIS'. Em nota divulgada ontem, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil se solidarizou com a família de Nisembaum. "O governo brasileiro tomou conhecimento, com profunda tristeza e consternação, da morte do cidadão brasileiro Michel Nisembaum", afirma a nota do Itamaraty, que pediu a liberação imediata de todos os reféns e negociações por cessar-fogo.

Entidades da comunidade judaica brasileira, no entanto, criticaram atuação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. "Quando um grupo de palestinos de Gaza com passaporte brasileiro chegou ao Brasil, o presidente Lula afirmou que nenhum brasileiro ficaria para trás. Mas, na cabeça dele, ele só estava se referindo aos palestinos", afirmou o presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisesp), Marcos Knobel, que está em Israel, em entrevista ao **Estadão**. "O governo poderia ter feito muito mais para libertar Michel ou para que tivéssemos a confirmação da morte do brasileiro e a recuperação do corpo."

O primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, prometeu eliminar o Hamas e levar todos os reféns de volta para casa, mas fez pouco progresso. Ele enfrenta pressão para renunciar, e os EUA ameaçaram reduzir seu apoio devido à grave situação humanitária em Gaza. ● AP COM DANIEL GATENO

JACK GUEZ/AFP–11/01/2024

Foto de Michel Nisenbaum (D) com parentes de reféns do Hamas, em manifestação no kibutz de Nirim

Vítimas brasileiras

- **Ranani Glazer** — Morto no ataque ao festival de música eletrônica Nova, em 7 de outubro
- **Bruna Valeanus** — Também morta no mesmo festival de música eletrônica; seu corpo foi encontrado três dias depois do ataque
- **Karla Mendes** — Morta com o namorado enquanto tentava fugir do ataque ao festival
- **Michel Nisenbaum** — Morto em 7 de outubro, teve o corpo recuperado oito meses depois

Embaixador do Brasil volta, mas crise persiste

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

Três meses após ter sido convocado a Brasília pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o embaixador do Brasil em Tel-Aviv, Frederico Meyer, embarcou para Israel ontem pela primeira vez desde o começo da crise diplomática entre os países.

O retorno do embaixador, no entanto, não significa que o governo Lula tenha decidido restabelecer sua representação diplomática no mais alto nível. Tampouco que vá manter o embaixador em Israel.

A situação dele e da embaixada seguem indefinidas. Uma decisão deve ser oficializada nos próximos dias, segundo o Itamaraty. Por enquanto, Meyer permanecerá em Tel-Aviv, mas sem reassumir suas funções na prática.

Em visita a Pequim, o ex-chanceler Celso Amorim, assessor especial do presidente, disse que o embaixador não deve voltar ao posto "por ter sido humilhado" e não sabia se o presidente designaria outro diplomata.

Meyer não foi formalmente retirado do posto, mas Lula decidiu convocá-lo por tempo indeterminado em meio a uma crise com o governo de Binyamin Netanyahu. A reação foi calculada pelo governo brasileiro como forma de expressar insatisfação sobre a maneira com que autoridades israelenses responderam a Lula.

Israel convocou Meyer para uma reprimenda pública – diante da imprensa e em hebraico, idioma que ele não domina –, logo depois de Lula ter comparado as ações militares de Israel na Faixa de Gaza ao Holocausto, em fevereiro. A analogia feita por Lula abriu uma crise e o petista passou a ser considerado *persona non grata* em Israel.

Incerto

Embaixador brasileiro não foi retirado do posto, mas Lula não decidiu quanto ele reassumirá suas funções

Lula convocou Meyer e se negou a pedir desculpas. O Itamaraty e o Planalto consideraram que o governo de Netanyahu humilhou de propósito o embaixador durante uma visita ao memorial do Holocausto Yad Vashem, e depois procurou reiteradamente o embate político e a exploração da crise para tentar sair de uma situação de isolamento diplomático.

A chancelaria israelense continuou a fazer cobranças por semanas. Em paralelo, diplomatas israelenses em Brasília deram sinais nos bastidores de que a crise arrefeceria, mas ainda sem obter trânsito político junto ao governo Lula.

O embaixador Daniel Zonshine e colegas afirmaram mais de uma vez que as posições do governo brasileiro a respeito da guerra em Gaza eram decepcionantes. Zonshine também foi convocado ao Itamaraty mais de quatro vezes para ouvir queixas do lado brasileiro. ●

NOTAS E INFORMAÇÕES

Mais uma vítima da infâmia

Os terroristas que Lula da Silva não reconhece como terroristas assassinaram mais um brasileiro

Num sábado de outubro, Michel Nisenbaum, brasileiro que vivia em Israel desde os 12 anos, pai de duas filhas, dirigia seu carro para pegar um de seus seis netos quando foi assaltado por selvagens com balaclavas e metralhadoras. Desde então, desapareceu. Nisenbaum foi uma das 252 pessoas sequestradas pelo Hamas. Anteontem o Brasil soube, horrorizado, que Nisenbaum foi também, como outros três brasileiros, uma das mais de 1.200 pessoas massacradas pelos terroristas.

Nada disso parece ter comovido o presidente Lula da Silva, que se limitou a lamentar "a morte" – não o assassinato – de Nisenbaum, e não reservou uma só palavra de reprovação ao Hamas. A nota anódina coroa a indiferença de Lula e de seu governo para com a tragédia de Nisenbaum e sua família. O embaixador do Brasil em Israel só se encontrou com os familiares quase dois meses após o sequestro. O presidente fez uma videoconferência, depois tirou fotos num encontro presencial. Isso há cinco meses. Desde então a família tentou contato várias vezes com o governo, sem resposta. Num depoimento para um documentário, a sobrinha de Nisenbaum repetiu sete vezes: "Nada".

Não que falte eloquência a Lula nem interesse no conflito, sobre o qual o petista fala sempre e fala muito. Quando fala de Israel, é sempre verboso e hiperbólico. Ele já acusou mais de uma vez Israel de matar "milhões", de combater "mulheres e crianças" e não só de praticar "terrorismo" e "genocídio", mas um novo "Holocausto". Nunca se retratou. Já para o Hamas o tratamento é obsequioso. No 7 de Outubro, Lula lamentou os "ataques terroristas", mas não nomeou seus autores. O PT tampouco. Só externou "preocupação" com uma abstrata "escalada de violência envolvendo palestinos e israelenses". Logo depois, passou a torpedear Israel com acusações de "genocídio".

Nunca se ouviu o PT nem seu chefe chamando os terroristas de terroristas. Antes da guerra, locuções como "movimento" ou "combatentes" abundavam. Depois, só mencionam as ações do Hamas como consequência das ações de Israel, em falsas e cínicas equivalências. Em 2021, um time de parlamentares petistas divulgou uma carta indignada com a classificação do Hamas como "organização terrorista": "Resistência não é terrorismo!", bradaram.

Ninguém precisa ser simpático a Israel. É legítimo repudiar o modo como o governo israelense conduz a questão palestina no atual conflito. Para quem tem especial amor à causa palestina, é até compreensível odiar Israel. Mas o teste de sinceridade desse amor é se essas pessoas odeiam ainda mais o Hamas.

Que o Hamas é um inimigo da humanidade e o maior inimigo dos palestinos é incontroverso para qualquer um com um mínimo de clareza moral. Mas, ante as repetidas manifestações de torpeza moral do presidente e seu partido, não custa lembrar o porquê. O Hamas é uma milícia assumidamente genocida, que oprime seu povo sob o mais brutal totalitarismo, atenta contra todas as possibilidades de negociação de um Estado palestino com a participação dos países árabes e sacrifica os palestinos como escudos humanos. Quem quer que apoie este tipo de "resistência" tem as mãos sujas de sangue, incluindo o de quatro brasileiros. ●

Guerra em Gaza

Israel ignora pedido de tribunal e ataca Rafah

Corte Internacional de Justiça pede fim da operação militar; EUA e Reino Unido rejeitam parecer e apoiam israelenses

TEL-AVIV

Poucos minutos após a Corte Internacional de Justiça (CIJ) ordenar que Israel "suspendesse imediatamente" suas operações em Rafah, o Exército israelense realizou ontem uma série de ataques aéreos no campo de Shaboura, no centro da cidade, ao sul de Gaza.

A decisão da CIJ, tribunal da ONU com sede em Haia, acatou um pedido da África do Sul. No parecer, os juízes da corte citaram a "desastrosa" situação humanitária no enclave, afirmando que a ofensiva israelense e quaisquer atos que possam causar a destruição total ou parcial dos palestinos devem cessar.

A CIJ também ordenou que Israel mantivesse aberta a passagem de Rafah para que os habitantes de Gaza pudessem receber ajuda humanitária "sem restrições" e pediu a "libertação imediata e incondicional" dos reféns sequestrados pelo Hamas em 7 de outubro.

ISOLAMENTO. No entanto, 4 dos 15 juízes da CIJ – incluindo um israelense – afirmaram que o parecer não impede que Israel prossiga com sua operação em Rafah, desde que o país cumpra as obrigações ditadas pela Convenção de Genebra sobre Genocídio.

Embora a decisão seja vinculante, a ordem da CIJ não é executável, e os ministros israelenses já indicaram que não pretendem cumprir a determinação. O tribunal não tem meios para obrigar um país a respeitar suas decisões. Os governos de EUA e Reino Unido manifestaram ontem solidariedade com Israel e rejeitaram o parecer de Haia.

No entanto, a decisão coloca mais pressão sobre Israel, cada vez mais isolado internacionalmente – e também sobre americanos e britânicos, que antes haviam tentado impor limites à operação militar em Rafah. Foi o terceiro golpe sofrido pela diplomacia israelense em uma semana.

Parecer simbólico
Corte não tem como obrigar país a respeitar decisão, mas amplia pressão sobre Israel

Primeiro, foi o pedido do procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI), Karim Khan, para emissão de um mandado internacional de prisão para o premiê Binyamin Netanyahu e seu ministro da Defesa, Yoav Gallant, assim como para líderes do Hamas. O TPI analisa o caso. Na quarta-feira, Espanha, Irlanda e Noruega reconheceram o Estado palestino nas fronteiras de 1967 – levando Israel a convocar seus embaixadores nos três países. ● AP e NYT

Fareed Zakaria

A guerra em Gaza e as chances de paz

EUA e Arábia Saudita precisam convencer Israel a aceitar uma saída para o conflito

A situação em Israel parece sombria. A guerra em Gaza está se arrastando e matando ainda mais palestinos. A oposição aos israelenses cresce internacionalmente. Quando Israel decidir – se decidir – que degradou ao Hamas o suficiente para parar, nenhuma força palestina ou árabe deverá se mostrar disposta a assumir o controle da Faixa de Gaza sob essas circunstâncias.

Então, Israel permanecerá como força de ocupação, novas insurgências provavelmente irromperão e Gaza continuará sendo uma terra devastada, com 2 milhões de palestinos vivendo vidas desesperançadas.

Enquanto isso, as condições na Cisjordânia têm se deteriorado rapidamente. Se a Autoridade Palestina desmoronar, Israel terá dois teatros voláteis e cerca de 5 milhões de palestinos para policiar noite e dia, indefinidamente.

SAÍDA. De fato, o governo de Joe Biden tem trabalhado para encontrar uma maneira de transformar a crise em oportunidade. O conselheiro de Segurança Nacional Jake Sullivan tem empreendido um esforço obstinado para convencer a Arábia Saudita a normalizar as relações com Israel em troca do que o chanceler saudita descreveu como um "caminho crível e irreversível para um Estado palestino".

O plano pode parecer fantasia, mas fontes oficiais americanas e sauditas afirmaram publicamente que estão próximas de um acordo. A maioria dos elementos que envolvem Washington e Riad foi negociada entre Sullivan e o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohamed bin Salman.

> *Um Estado palestino só pode nascer a partir de um acordo feito com alguém como Netanyahu*

O pacto envolve grandes compromissos dos EUA: uma garantia formal de segurança e transferências de tecnologia para a criação de um programa nuclear civil para os sauditas. Mas o elemento final – um caminho para um Estado palestino – é crítico.

Riad não exigiu que um Estado palestino seja criado imediatamente, mas pediu um caminho sólido nesse sentido. O que resultará em um cronograma para Israel e numa série de condições para os palestinos, com ambas as partes tendo de cumprir as obrigações que lhes couberem.

GAZA. Esse acordo também engendraria elementos-chave para a estabilização da situação em Gaza: participação de palestinos e envolvimento de países árabes na segurança pós-guerra, recursos para reconstrução e apoio europeu, entre outros.

O pacto concretizaria a maior esperança e o maior sonho de Israel: integrar-se à região economicamente e politicamente. Afinal, uma vez que a Arábia Saudita – onde estão os dois lugares mais sagrados do Islã e financiadora de muitos governos árabes – apertar as mãos de Israel, haverá fortes razões para outros países árabes e islâmicos seguirem o exemplo.

Mas também vale lembrar que os esforços para a normalização das relações entre Israel e Arábia Saudita ocorrem há pelo menos cinco anos. Tirá-los dos trilhos em razão dos ataques de 7 de outubro, de fato, recompensaria o terrorismo.

Os israelenses precisam ser lembrados que têm um problema que ameaça a existência de seu país. Conforme colocou um primeiro-ministro israelense certa vez: "A verdade é que na área da nossa pátria vive agora uma grande população de palestinos. Nós não queremos governá-los. Não queremos controlar suas vidas. Não queremos forçar nossa bandeira e nossa cultura. Na minha visão de paz, existem dois povos livres vivendo lado a lado neste pequeno território, com boas relações de vizinhança e respeito mútuo, cada qual com sua bandeira, seu hino e seu governo, sem nenhum lado ameaçar a segurança e a existência do vizinho". Ele acrescentou: "Um governo palestino forte fortalecerá a paz".

CONDIÇÕES. O homem que pronunciou essas palavras foi Binyamin Netanyahu, em um discurso na Universidade Bar-Ilan, em Tel-Aviv, em 2009. Ele fez a fala para acalmar o então presidente americano, Barack Obama, que pressionava o primeiro-ministro para avançar com sua visão para o futuro de Israel.

No discurso, Netanyahu definiu condições para aquele Estado palestino: desmilitarizado e proibido de firmar tratados militares com outros países. Mas defendeu publicamente a criação de um Estado palestino. E verdade seja dita, um Estado desse tipo só poderia nascer sob um primeiro-ministro como Netanyahu. Se algum governante israelense, de centro ou de esquerda, fizesse a proposta, a direita acabaria com ela.

LEMBRANÇA. Biden deveria expor sua própria visão para esse futuro, explicar que os EUA e a Arábia Saudita chegaram a um acordo e a única coisa que falta é Israel se juntar à negociação e estabelecer um pacto abrangente. Ele deveria lembrar Netanyahu de suas palavras finais no discurso em Bar-Ilan, invocando o profeta Isaías: "Que não haja mais guerra; conservemos a paz". ●

TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO.

É COLUNISTA DO 'WASHINGTON POST', PUBLICADO NO 'ESTADÃO' AOS SÁBADOS

Parlamento Europeu

Bloco de ultradireita exclui partido alemão após candidato defender membros da SS

FABRIZIO BENSCH/REUTERS

O grupo Identidade e Democracia (ID), coalizão de políticos de direita e extrema direita no Parlamento Europeu, expulsou um partido alemão depois que seu principal candidato nas eleições europeias defendeu criminosos nazistas. O candidato do partido Alternativa para a Alemanha (AfD) Maximilian Krah disse, em entrevista a um jornal italiano, que nem todos os membros da SS eram criminosos. A SS foi uma organização paramilitar e de segurança do partido nazista, que esteve envolvida em crimes de extermínio durante a 2.ª Guerra. ●

EUA

Louisiana aprova lei que classifica drogas abortivas como substâncias perigosas

Uma legislação inédita que classifica duas drogas indutoras de aborto como substâncias controladas e perigosas foi sancionada ontem pelo governador da Louisiana, Jeff Landry, um dia depois de ela ter sido aprovada pelo Legislativo, de maioria republicana. Os opositores à medida afirmam que os medicamentos têm outras utilizações críticas nos cuidados de saúde reprodutiva e a alteração da classificação poderia dificultar sua prescrição. ●

Educação básica

Piora resultado das escolas estaduais de SP em Português e Matemática

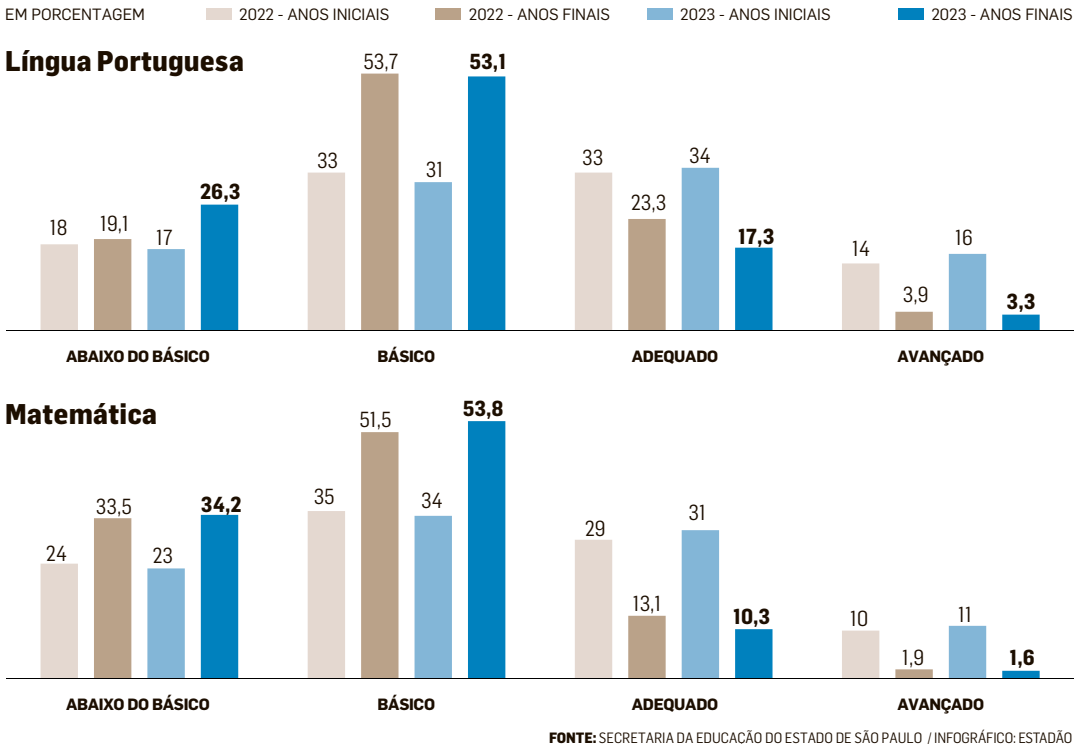
Resultado recua a patamar de dez anos atrás e é pior do que pós-pandemia. Aluno de 14 anos não consegue identificar argumentos nem resolver equações de 2.º grau

RENATA CAFARDO

Resultados da avaliação da rede estadual de São Paulo, o Saresp, mostram que o desempenho piorou no primeiro ano da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) na educação. A média dos alunos em 2023 nos anos finais do ensino fundamental (do 6.º ao 9.º ano) caiu 10 pontos em Português e 3 pontos em Matemática, com relação a 2022. Os resultados voltaram a patamares de dez anos atrás e ainda são piores do que os registrados imediatamente após a pandemia.

Nos anos finais, o número de alunos nos níveis básico e abaixo do básico, considerados insuficientes, também aumentou; estão em 79% em Português e 88% em Matemática. Os estudantes que fazem a prova estão no 9.º ano, ou seja, têm 14 anos de idade. A maioria deles não consegue localizar os argumentos em um artigo de opinião e não sabe resolver equações de 2.º grau. Ambas as competências são consideradas adequadas para a série.

Em nota, a Secretaria do Estado da Educação afirmou que “tem realizado mudanças importantes para melhorar o processo de aprendizagem em todos os ciclos de ensino da rede”. “Os passos mais efetivos neste sentido começaram a ser dados no segundo semestre do ano passado, com a adoção do material digital, a introdução de plataformas, formação de professores e a melhoria na infraestrutura da rede”, afirma. O texto diz ainda que, neste ano, o principal objetivo é “a recuperação da defasagem educacional, diagnosticada no ano passado na rede e confirmada pelos números do Saresp”.

DIVULGAÇÃO. As provas foram feitas em dezembro por cerca de 500 mil alunos do 2.º, 5.º e 9.º anos do ensino fundamental. Os resultados estão disponíveis em tabelas de Excel no site da secretaria desde o início de maio, mas não houve divulgação dos dados consolidados nem na internet nem para a imprensa, como se fazia em gestões anteriores. A tabulação foi feita pelo **Estadão**. O governo diz que os resultados “foram amplamente divulgados no site”. Nos anos iniciais (1.º ao 5.º ano), a nota das escolas estaduais subiu em relação a 2022 e 2021, mas ainda não chegou aos patamares anteriores à pandemia. Não houve prova em 2020 por causa da crise sanitária.

A análise mostra que 48% das crianças ainda estão nos níveis básico ou abaixo do básico em Português e 57% em Matemática. Isso significa que elas não conseguem entender o tema de uma história em quadrinhos aos 10 anos e não associam que 15 quilômetros equivalem a 15 mil metros, por exemplo. O esperado em avaliações como o Saresp é que os alunos estejam ao menos no nível chamado de “adequado”, ou seja, sabendo as competências e habilidades relativas à série. No fundamental 2, 17% dos alunos estão no nível adequado em Língua Portuguesa e 10% em Matemática. No fundamental 1, são 34% e 31%, respectivamente.

A visão dos especialistas
Educadores criticam as prioridades da atual gestão e reclamam de ‘invencionices’

REAÇÕES. Para a presidente do Todos pela Educação, Priscila Cruz, o fato de a rede estadual paulista não só não conseguir voltar aos padrões pré-pandemia, mas ter piorado, mostra que não houve trabalho para recuperar as aprendizagens na crise sanitária. Além disso, completa, o Estado brecou programas como o aumento das escolas em tempo integral, que já têm evidências de que trazem resultado.

Priscila cita ainda a aprovação, nesta semana, do projeto da gestão Tarcísio para ter escolas cívico-militares no Estado como mais uma política que não dá resultados na aprendizagem. “Não sou contra inovações, mas não se pode abrir espaço para invencionices. Essa crença de que de dentro de secretaria se consegue controlar o que acontece nas escolas com mediação tecnológica, e que isso por si só vai fazer os alunos aprenderem mais, não tem nenhum amparo em evidências”, afirma ela.

O Estado tem investido em plataformas de tecnologia com aulas em Power Point, lições e exercícios em aplicativos, cujo uso em cada escola pode ser monitorado o tempo todo pela secretaria. “A gestão tem ideias muito particulares, com excesso de vontade de se deixar uma marca pessoal, em vez de olhar para o que já deu certo”, afirma Priscila.

Segundo a diretora do Instituto Reuna, Katia Smole, “o que o aluno não sabe no ano anterior tem um peso muito grande no que ele aprenderá”. “Para aprender equação, ele precisa saber fração, as quatro operações. Então por mais interessante que seja a aula no Power Point, ele não vai aprender”, diz Katia, que foi secretária da educação básica no Ministério da Educação (MEC) e integra o Conselho Estadual de Educação.

“Ter essa quantidade de alunos abaixo do básico e no nível básico é muito preocupante, indicando que as escolas não estão sequer atingindo os resultados do ano passado e baixando a patamares de bem antes da pandemia”, afirma a ex-secretária da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, que também é membro do conselho estadual. “Não adianta ter muita tecnologia, usar plataformas, IA, que podem ser uma tendência no mundo todo, mas todo o mundo sabe que isso nunca vai substituir o bom professor, a gestão na escola, a formação docente.”

“Não podemos admitir que o Estado mais rico da nação, que tem as melhores universidades, especialistas, esteja nessa situação tão preocupante”, diz Priscila Cruz. ●

Secretaria destaca a melhora nos anos iniciais

A Secretaria da Educação diz que os resultados do Saresp foram “amplamente divulgados para a rede em 3 de maio” e que “há material específico e tempo destinado à recomposição (*de aprendizagem*) em todas as escolas da rede”. O governo ainda informa que o Programa Multiplica SP, de formação, tem em 2024 “1.200 professores multiplicadores que atendem a 40 mil cursistas”.

Em nota, o Estado ainda chama a atenção para a melhora dos resultados nos anos iniciais e ressalta que o exame passou a ter modelo inédito, com “resultados por escola e por disciplina”. “Pela primeira vez na história, o Saresp de 2023 avaliou todas as turmas de anos finais e médio (*considerando Provão Paulista Seriado*). “Outra novidade é que agora se avalia, além de Língua Portuguesa e Matemática, todos os componentes do currículo.”

Não é possível ainda fazer comparações do desempenho de outras disciplinas porque a série histórica tem só Português e Matemática. Os anos finais do ensino fundamental são de responsabilidade do Estado. Os anos iniciais devem ser oferecidos pelas prefeituras, segundo a lei. Mas o Estado ainda tem 25% do fundamental 1 paulista e 71% das unidades com fundamental 2. ●

INÊS 249

● A tragédia do RS ● Novas enchentes

Áreas são esvaziadas no interior e Porto Alegre volta a fechar comportas

Cemaden alerta sobre possibilidade 'muito alta' de cheias com elevação dos rios e mais chuva prevista para o fim de semana

PRISCILA MENGUE

Após a chuva intensa de quinta, e com mais precipitação prevista para este fim de semana, o Rio Grande do Sul está em alerta hidrológico e geológico para novos deslizamentos, elevação de rios e avanço das inundações. A situação causou ontem o esvaziamento e a recomendação de saída da população em cidades do interior, como em áreas de Cruzeiro do Sul, no Vale do Taquari, e Pelotas, na região sul.

Segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), há possibilidade "muito alta" de inundações diante da elevação dos rios e previsão de acumulados de até 150 mm de chuva. Já o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) pôs todo o Estado em alerta para chuva intensa, assim como toda a parte costeira em alerta de "perigo" para ventos fortes – e alertou para a possibilidade de temperaturas abaixo de zero no fim de semana.

CAPITAL. Em Porto Alegre, os vãos deixados pela remoção de comportas foram preenchidos por uma barreira de sacos de areia e cimento. Isso porque começou um segundo repique do Lago Guaíba neste mês, que voltou a passar dos 4 m – a cota de inundação é de 3 m.

Os novos alagamentos de anteontem começaram a recuar na capital pela manhã, mas a chuva retornou forte à tarde.

Já a enchente segue elevada em parte dos bairros afetados desde o início do mês, especialmente na zona norte, no extremo sul e nas ilhas, como no Sarandi, no Humaitá, no Lami e no Arquipélago. Uma das principais vias da capital, a Avenida Ipiranga teve ontem faixas interditadas diante da abertura de um buraco na tubulação abaixo de uma das pistas.

Com o solo encharcado, a chuva e o sistema de escoamento de água praticamente colapsado, Porto Alegre emitiu alerta para alto risco de deslizamentos em trechos de 24 bairros das zonas norte, leste e sul, como Sarandi, Lomba do Pinheiro e Mario Quintana.

VALES. No Vale do Taquari, Cruzeiro do Sul, uma das cidades mais devastadas, passou por outro esvaziamento. Na madrugada, a Defesa Civil anunciou a retirada de famílias de um bairro em risco de deslizamento. Também na Região dos Vales, os Rios Caí e Cadeia voltaram a subir e a ter risco iminente de transbordar.

Há alerta de ventos de até 80 km/h no leste do Estado, o que abrange a região metropolitana, o litoral, parte da Serra Gaúcha e o entorno da Lagoa dos Patos. Segundo o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), há ao menos 75 bloqueios em rodovias estaduais e federais, o que inclui rompimento de pontes.

Há 145,8 mil imóveis sem energia elétrica, diz o governo do Estado. Mas o fornecimento de água foi restabelecido em grande parte das cidades. Balanço mais recente aponta 1.063 escolas afetadas. Na rede estadual, 588 escolas não retornaram. Além disso, 141 colégios que haviam retomado as atividades tiveram as aulas suspensas na Grande Porto Alegre, no Vale do Taquari e na região da fronteira.

Segundo a Defesa Civil, mais de 2,3 milhões de pessoas foram afetadas pelas chuvas. O balanço parcial aponta 163 mortes, além de 65 desaparecidos até agora. ●

Porto Alegre alagada

Enchente segue elevada, especialmente na zona norte, no extremo sul e nas ilhas, desde o início do mês

Casos de leptospirose crescem 86,2% em menos de 24 horas

A Secretaria da Saúde confirmou anteontem 54 casos de leptospirose. A doença, transmitida por águas contaminadas com urina de animais infectados, apresentou alta de 86,2% em 24 horas. Até quarta, havia registro de 29 casos. Além dos casos confirmados, houve 4 óbitos. Até ontem foram feitas 1.140 notificações de casos suspeitos. Já na semana epidemiológica 18, até 4 de maio, só 23 casos estavam sob análise. Ou seja, houve aumento de 2.491% nas suspeitas – mas especialistas destacam que ainda há subnotificação. ●

Ilhados novamente

Correnteza leva passarelas flutuantes instaladas pelo Exército

Com a força das águas, as duas passarelas flutuantes instaladas pelo Exército no Rio Forqueta, para permitir a travessia de moradores entre Arroio do Meio e Lajeado, em Candelária, foram arrastadas pela correnteza, deixando novamente as localidades isoladas. ●

Grandes empresas vão ter linha de crédito

MARIANA CARNEIRA
BIANCA LIMAVICTÓR

O governo federal prepara para a próxima semana o anúncio de uma linha de crédito voltada para grandes empresas afetadas pela tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul. O número ainda não está fechado, mas, segundo integrantes do Ministério da Fazenda, poderá "passar de R$ 10 bilhões".

A informação foi divulgada pelo jornal *Folha de S.Paulo* e confirmada pelo **Estadão**. A expectativa é de que o anúncio seja feito na segunda-feira pelo vice-presidente, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento e da Indústria. A ideia é atender a grandes empresas do setor industrial e do agronegócio, que não haviam sido contempladas nas primeiras medidas de crédito anunciadas pelo governo há 15 dias.

O operador desses novos financiamentos será o BNDES, que receberá funding da União para oferecer taxas de juros abaixo das praticadas no mercado. Neste caso, não haverá garantia do Tesouro, uma vez que a avaliação da Fazenda é de que essas grandes empresas têm suporte de garantia e o auxílio será dado via redução do custo do financiamento.

Será editada uma medida provisória para viabilizar a transferência de recursos para o BNDES e, segundo um integrante da equipe do ministro Fernando Haddad, a despesa não será contabilizada para o cumprimento da meta de resultado primário.

A equipe econômica espera com isso concluir a primeira etapa do auxílio a empresas e pessoas físicas atingidas pelas inundações no Rio Grande do Sul, tendo o controle sobre o custo das medidas de auxílio. O governo já havia anunciado crédito para pequenas e médias empresas. Essas linhas, com garantia do Tesouro, ficaram prontas para operar ontem, com a adaptação do sistema dos bancos. ●

Pandemia do coronavírus

Crianças e adolescentes são maioria entre não vacinados para a covid-19

O medo das reações adversas por parte de pais e responsáveis é o principal motivo, conforme pesquisa feita pelo IBGE

VICTÓRIA RIBEIRO

Divulgada ontem, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua: covid-19, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que crianças e adolescentes são maioria entre os não vacinados contra a covid-19. O medo das reações adversas por parte de pais e responsáveis é o principal motivo por trás da não vacinação do grupo, que abrange a faixa de 5 a 17 anos.

Visão do especialista
Risco de casos graves e morte de crianças é quase comparável ao do grupo com mais de 80 anos

O estudo, conduzido no primeiro semestre de 2023, abrangeu 210 mil domicílios em todos os Estados, envolvendo a participação de 200,5 milhões de pessoas. Dessas, 38.395 tinham entre 5 e 17 anos e 162.089 eram maiores de 18 anos. Os dados revelam que 14,8% dos indivíduos entre 5 e 17 anos, o equivalente a 5,7 milhões de crianças e adolescentes, não haviam recebido nenhuma dose da vacina até o momento do estudo. Em comparação, apenas 3,4% dos entrevistados com 18 anos ou mais estavam nessa situação.

Entre os motivos para a não vacinação, os responsáveis citaram principalmente o medo de reações adversas (39,4%). Outras razões incluíram: "não acha necessário, acredita na imunidade" (21,7%), "não confia ou não acredita na vacina" (16,9%), "por recomendação do profissional de saúde" (6,4%) e "não tinha a vacina que queria disponível" (5,7%). Outros 9,8% dos entrevistados indicaram que nenhuma dessas categorias refletia o motivo da não vacinação das crianças e dos adolescentes.

É importante ressaltar que a pesquisa considerou apenas crianças a partir de 5 anos de idade, pois o questionário foi elaborado em 2022, quando a vacinação ainda estava restrita a essa faixa etária. Apenas no início de 2024 a vacina contra a covid-19 foi incluída no calendário nacional de imunização para crianças a partir de 6 meses de idade.

Entre os adultos, o negacionismo em relação à eficácia da vacina foi prevalente: 36% dos não vacinados afirmaram que a decisão foi pela desconfiança na vacinação. Além disso, 27,8% relataram medo de reações adversas, 26,7% disseram não achar necessário por acreditarem na imunidade natural, 3,8% seguiram a recomendação de um profissional de saúde e 1,4% não encontrou a vacina desejada nas unidades de saúde. Outros 4,3% dos entrevistados declararam que nenhuma dessas categorias refletia o motivo da não vacinação.

No total, a pesquisa apontou que 11,2 milhões (5,5%) de pessoas entre os 200,5 milhões de entrevistados optaram por não receber nenhuma dose do imunizante. Em contraste, a maioria, 93,9%, optou por receber ao menos uma dose da vacina, totalizando 188,3 milhões de pessoas. Das pessoas que tomaram pelo menos uma dose de vacina, 58,6% tinham todas as doses recomendadas até o momento da pesquisa, enquanto 38,6% não tinham completado o esquema vacinal.

POR REGIÕES. No recorte territorial, a Região Norte concentra a maior quantidade de não vacinados (11%), seguida de Centro-Oeste (8,5%), Sul (6,3%), Nordeste (5,5%) e Sudeste (3,7%). Nas Regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, o principal motivo para o esquema vacinal incompleto foi o esquecimento ou a falta de tempo. Apenas na Região Sul o principal motivo foi a percepção de que a vacina não era necessária ou a perda de confiança no imunizante.

Em novembro, pouco antes de o Ministério da Saúde ampliar a vacinação contra a covid para pessoas a partir de 6 meses, especialistas ouvidos pelo **Estadão** explicaram a importância dessa medida. Segundo eles, a covid-19 está se tornando cada vez mais uma "doença pediátrica", com um número significativo de casos graves em crianças.

"Neste momento, se você analisar os dados não só do Brasil, mas dos Estados Unidos também, o risco de casos graves e morte de crianças é praticamente comparável ao da população com mais de 80 anos. As crianças foram muito menos expostas, o que resulta em uma menor imunidade natural, e, sem vacinação, passam a ser um grupo muito suscetível", disse a infectologista Rosana Richtmann, do Instituto de Infectologia do Hospital Emílio Ribas. ●

Saiba mais

Ainda são 3 mortes nessa faixa a cada quatro dias

● **Os dados mais recentes**
A opinião dos médicos condiz com os dados divulgados pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em março deste ano. Segundo a instituição, quatro anos após o início da pandemia, declarada pela OMS em 11 de março de 2020, ainda morrem no Brasil, em média, três crianças ou adolescentes de até 14 anos a cada quatro dias por complicações da doença. A análise do Observa Infância da Fiocruz, baseada em dados do Sivep-Gripe/Fiocruz das nove primeiras semanas de cada ano, entre 2021 e 2024, mostra que as baixas taxas de cobertura vacinal estão associadas à persistência da mortalidade nessa faixa etária. Até março deste ano, os índices vacinais entre aqueles com até 14 anos estavam em 11,4%, ligeiramente abaixo do porcentual de adultos, que era de 14,9%.

● **Como está a vacinação**
A cidade de São Paulo recebeu na segunda-feira 135.360 doses do imunizante contra a covid-19 monovalente (XBB), da fabricante Moderna. As doses estão disponíveis nas Unidades Básicas de Saúde e Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs)/UBSs Integradas. Essa vacina é uma versão atualizada do imunizante para a subvariante da Ômicron. Na capital, a vacinação contra a covid-19 ocorre para os grupos prioritários, conforme orientação do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Vigilância sanitária

Dengue: maior alta de teste positivo em 2 anos

VICTÓRIA RIBEIRO

De acordo com uma análise do Instituto Todos Pela Saúde (ITpS), 34,5% do total de testes de dengue que foram realizados entre 5 e 11 de maio apresentaram resultados positivos no País. No recorte semanal, esse porcentual de positividade é o maior registrado nos últimos dois anos.

No mesmo período de 2023, o pico de positividade foi de 26%, e em 2022, de 20,5%. Os dados foram obtidos a partir de aproximadamente 500 mil exames diagnósticos realizados entre maio de 2022 e maio de 2024 pelos laboratórios Fleury, Hilab, HLAGyn, Hospital Israelita Albert Einstein e Albert Sabin.

Este é o segundo aumento nos casos positivos de dengue em 2024. O primeiro ocorreu na primeira semana do ano, de 31 de dezembro de 2023 a 6 de janeiro de 2024, e os índices permaneceram elevados durante todo o mês.

Essa tendência contrasta com a observada nos anos anteriores. Em 2023, o pico de positividade no primeiro semestre, atingindo 23%, foi registrado na semana epidemiológica 15 (9 a 15 de abril), enquanto em 2022 o maior porcentual, de 32%, foi registrado na semana epidemiológica 16 (entre os dias 17 e 23 de abril).

Na segunda-feira, o Brasil ultrapassou os 5 milhões de casos prováveis de dengue, totalizando 5.100.766 registros da doença. ●

Fernando Reinach *fernando@reinach.com*

Como baratas se espalham pelo mundo

Pode passar a mão no chinelo ou pular na mesa se te falta coragem porque o assunto hoje são as baratas, e como elas se espalharam pelo planeta. Mais especificamente a *Blattella germanica*, descrita na Alemanha por Linnaeus em 1776.

Hoje essa barata é encontrada em todos os continentes, menos na Antártida (provavelmente porque ninguém procurou com cuidado nas cozinhas das bases científicas). Ela vive exclusivamente em associação com seres humanos, não sendo nunca encontrada fora de nossas casas ou outros edifícios. Além disso, ela praticamente só se alimenta de restos de nossa comida.

É um exemplo do que em Biologia chamamos de um comensal, um animal que vive dos restos do outro, mas não é um parasita. Além disso, essa barata é uma espécie invasora, que se espalha por novos ecossistemas, tomando o espaço de outras espécies. É sabido que, quando chega a uma nova casa, é capaz de competir com vantagem e expulsar um total de 44 outras espécies de baratas. Atualmente, ela é resistente à grande maioria dos inseticidas. Do ponto de vista evolutivo é um sucesso: se associou à espécie mais poderosa do planeta, conquistou o mundo e resiste às tecnologias humanas. Nada mal. Estimativas recentes colocam o prejuízo anual causado por espécies invasoras (gastos com combate, perda de produção agrícola e de alimentos) em US$ 26,8 bilhões.

Faz muitos séculos que se desconfiava que, apesar de ter sido descoberta na Alemanha, ela não era originária da Europa, pois não existem espécies semelhantes por lá. Procurando espécies que pudessem ter dado origem a esse monstro, os cientistas encontraram uma barata asiática, *Blattella ashahinai*, muito semelhante, mas que vive sem necessitar de seres humanos. E, se ela surgiu na Ásia, como se espalhou pelo mundo? Para resolver esse mistério um grupo de cientistas sequenciou o genoma de 281 baratas *Blattella germanica* coletadas em 17 países em seis continentes. Tinha até uma barata brasileira, coletada na cidade de Paulínia.

Comparando as sequências de DNA é possível construir um desenho que mostra qual linhagem de barata se originou de qual linhagem e quantos anos atrás isso ocorreu. O resultado mostra que a barata germânica se derivou da barata asiática aproximadamente 2.100 anos atrás e isso ocorreu na Índia ou em Mianmar, quando ela passou a ser um comensal da espécie humana. A partir dessa data, houve duas ondas migratórias. A mais antiga ocorreu faz 1.200 anos e levou as baratas em direção ao oeste até o Oriente Médio.

> ***O espalhamento dessa espécie pelo planeta está relacionado às migrações humanas***

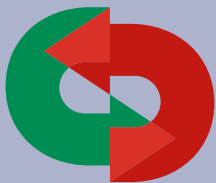
Foi nessa época que o comércio entre essas regiões se intensificou e as baratas provavelmente migraram em sacos de grãos ou no pão levado pelos comerciantes. Uma segunda migração ocorreu 390 anos atrás e levou as baratas até a Malásia. Essa segunda migração coincide com o período em que a navegação nessa área se desenvolveu. Elas chegaram no norte da Europa 270 anos atrás, no Japão faz 170 anos e faz 120 anos chegaram à América do Norte. A população representada pela barata coletada em Paulínia veio mais recentemente do Caribe ou da África, talvez nos navios negreiros.

No início do século 18 essas baratas estavam ainda restritas à Europa e foi somente nos séculos 19 e 20 que elas chegaram às Américas. E elas chegaram atravessando o Atlântico e não o Estreito de Behring, como fizeram os seres humanos. Sua chegada na Austrália se deu via América do Sul, apesar de as baratas que estavam no Pacífico estarem muito mais perto. Mas o espalhamento dessa espécie pelo planeta está relacionado às migrações de populações humanas.

O fato de o homem ter levado espécies de um lado para o planeta não é novidade. Hoje sabemos que mais de 37 mil espécies de plantas e animais foram levadas pelos homens de um continente para outro. E esse movimento continua. Mais de 200 espécies são acrescentadas a essa lista todos os anos. São muitas, mas sem dúvida os ratos e as baratas são as que mais nos irritam, enquanto o kiwi, o morango e um frango assado só nos dão prazer. ●

MAIS INFORMAÇÕES: SOLVING THE 250-YEAR-OLD MYSTERY OF THE ORIGIN AND GLOBAL SPREAD OF THE GERMAN COCKROACH, BLATTELLA GERMANICA. PNAS HTTPS://DOI.ORG/10.1073/PNAS.2401185121

É BIÓLOGO, PHD EM BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR PELA CORNELL UNIVERSITY E AUTOR DE A CHEGADA DO NOVO CORONAVÍRUS NO BRASIL; FOLHA DE LÓTUS, ESCORREGADOR DE MOSQUITO; E A LONGA MARCHA DOS GRILOS CANIBAIS

SAB. Fernando Reinach ● **DOM.** Renata Cafardo (a cada 15 dias) ●

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 24/05

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA
35% 18°	45% 17°	55% 16°	4MM	75 a 100%	15°/16°	15°/20°	14°/21°	11°/17°

SOL
NASCENTE: 6h37
POENTE: 17h29

LUA: CHEIA

CHEIA	23/05	10h53
MINGUANTE	30/05	14h12
NOVA	06/06	09h37
CRESCENTE	14/06	02h18

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (min./máx.)

Região	Chance de Chuva	Volume de Chuva	Temperaturas (min./máx.)
RIBEIRÃO PRETO	34%	0.4mm	15°/30°
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	42%	0.8mm	16°/26°
ARAÇATUBA	50%	1.2mm	15°/25°
PRESIDENTE PRUDENTE	51%	4.1mm	14°/21°
MARÍLIA	61%	10.1mm	14°/24°
BAURU	57%	2.5mm	14°/26°
SOROCABA	78%	8mm	12°/24°
SÃO PAULO	93%	4.2mm	15°/22°
LITORAL SUL	93%	8.8mm	18°/23°
ARARAQUARA	58%	1.5mm	15°/27°
CAMPINAS	75%	1.2mm	15°/28°
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	83%	5.6mm	11°/26°
LITORAL NORTE	84%	7.8mm	21°/25°

Ondas: 25/05 — 2,5m; 1,5m; 1m

Precipitação Média — 100mm; 50mm; 25mm; 10mm; 5mm; 2mm; 1mm

TEMPOnaCidade.com.br
TECNOLOGIA SUÍÇA high precision weather

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	55%	7mm	24°C/29°C
BELÉM	55%	4mm	25°C/33°C
BELO HORIZONTE	10%	0mm	18°C/29°C
BOA VISTA	85%	30mm	26°C/30°C
BRASÍLIA	0%	0mm	17°C/27°C
CAMPO GRANDE	25%	0mm	14°C/16°C
CUIABÁ	0%	0mm	18°C/21°C
CURITIBA	55%	17mm	10°C/15°C
FLORIANÓPOLIS	10%	0mm	13°C/17°C
FORTALEZA	45%	6mm	26°C/30°C
GOIÂNIA	0%	0mm	18°C/31°C
JOÃO PESSOA	20%	0mm	24°C/31°C
MACAPÁ	65%	13mm	26°C/31°C
MACEIÓ	30%	0mm	24°C/29°C
MANAUS	40%	1mm	25°C/31°C
NATAL	30%	3mm	26°C/29°C
PALMAS	0%	0mm	24°C/35°C
PORTO ALEGRE	25%	0mm	11°C/14°C
PORTO VELHO	45%	6mm	24°C/29°C
RECIFE	30%	0mm	25°C/29°C
RIO BRANCO	75%	11mm	20°C/24°C
RIO DE JANEIRO	60%	4mm	23°C/25°C
SALVADOR	55%	5mm	23°C/28°C
SÃO LUÍS	55%	11mm	25°C/31°C
TERESINA	25%	0mm	26°C/34°C
VITÓRIA	35%	0mm	20°C/31°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	10°C/14°C
ATENAS	+6h	18°C/27°C
BARCELONA	+5h	17°C/23°C
BERLIM	+5h	17°C/25°C
BRUXELAS	+5h	13°C/18°C
BUENOS AIRES	0h	5°C/12°C
CARACAS	-1h	24°C/30°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	17°C/30°C
ESTOCOLMO	+5h	10°C/18°C
GENEBRA	+5h	10°C/20°C
JOANESBURGO	+5h	9°C/20°C
LIMA	-2h	16°C/20°C
LISBOA	+4h	13°C/26°C
LONDRES	+4h	11°C/21°C
LOS ANGELES	-4h	13°C/17°C
MADRID	+5h	16°C/27°C
MIAMI	-1h	28°C/32°C
MONTEVIDÉU	0h	9°C/11°C
MOSCOU	+6h	11°C/24°C
NOVA YORK	-1h	19°C/26°C
PARIS	+5h	12°C/21°C
ROMA	+5h	18°C/28°C
SANTIAGO	0h	7°C/15°C
SYDNEY	+14h	11°C/19°C
TEL-AVIV	+6h	19°C/23°C
TÓQUIO	+12h	18°C/24°C
TORONTO	-1h	12°C/20°C
WASHINGTON	-1h	20°C/29°C

Medicina privada

Governo notifica 20 operadoras de planos por cancelamento unilateral

Empresas e também associações do setor terão dez dias para responder a quatro questionamentos sobre rescisão de contratos

FABIO GRELLET

Após receber um número significativo de reclamações sobre cancelamentos unilaterais de planos de saúde pelas operadoras, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) notificou 20 operadoras para que, no prazo de dez dias, prestem esclarecimentos. O **Estadão** mostrou ontem que milhares de clientes vêm recebendo avisos de cancelamento unilateral de contratos – são 80 mil em apenas três casos mapeados.

Em quase todos os relatos, a alegação é de que a carteira é deficitária e não pode ser mantida pela operadora. Há cancelamento de planos de pacientes até em tratamento, situação considerada ilegal pelo Judiciário e questionada por órgãos de Defesa do Consumidor.

De acordo com os dados mais recentes divulgados ontem pelo governo federal, o sistema ProConsumidor registrou 231 reclamações; o Sindec Nacional contabilizou 66 ocorrências; e a plataforma consumidor.gov.br recebeu 1.753 queixas sobre o tema.

Por causa disso, foram notificadas Amil, Assefaz, Assim Saúde, Bradesco Saúde, Care Plus, GEAP Saúde, Golden Cross, Hapvida, MedSênior, Notre Dame Intermédica, Omint, One Health, Porto Seguro Saúde, Prevent Senior, SulAmérica e Unimed nacional, além de quatro entidades: Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde), Ameplan (Associação de Assistência Médica Planejada), FenaSaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar) e Unidas (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde).

Mapeamento do 'Estadão'
Casos analisados pelo 'Estadão' apontam 80 mil cancelamentos em um ano por apenas 3 operadoras

Cada operadora recebeu quatro questionamentos, sobre o número de cancelamentos/rescisões contratuais unilaterais realizados pela operadora em 2023 e 2024; sobre quais motivos justificam tais procedimentos; sobre quantos beneficiários estavam em tratamento, quantos necessitavam de cuidados ou assistência contínua de saúde e quantos são idosos ou possuem transtornos globais de desenvolvimento; e sobre qual a faixa etária dos beneficiários que tiveram seus planos cancelados.

"A Senacon está empenhada em garantir que as operadoras de saúde respeitem os direitos dos consumidores, proporcionando transparência e segurança. Estamos tomando medidas rigorosas para assegurar que esses abusos sejam coibidos e os beneficiários tenham suas necessidades atendidas com dignidade e respeito", afirmou o secretário nacional do Consumidor, Wadih Damous. "A ação da Senacon visa a proteger os consumidores contra práticas abusivas", disse o diretor de Proteção e Defesa do Consumidor, Vitor Hugo do Amaral.

Além do número significativo de reclamações registradas nos sistemas da Senacon, o órgão também constatou aumento de Notificações de Investigação Preliminar (NIPs) no sistema da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Abramge afirmou que "está à disposição para contribuir com informações técnicas na busca por elucidar pontos importantes sobre as operadoras dos planos de saúde e as regras a que estão submetidas". ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor reclama de tampa de bueiro solta nos Jardins

Reclamação de Eduardo Strazza: "Tem uma tampa de bueiro solta no cruzamento da Avenida 9 de Julho com a Alameda Lorena, sentido centro, no Jardim Paulista, bem na faixa de ônibus, fazendo um barulho absurdamente alto dia e noite a cada ônibus ou veículo que passa em cima dela. Já faz semanas deste ocorrido sem nenhuma solução da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)."

Resposta da Sabesp: "A Sabesp informa que realizou a manutenção no poço de visita existente no local no sábado, dia 18. Para solicitar serviços, os clientes possuem diversos canais de atendimento à disposição. No caso da Agência Virtual de atendimento, é possível: solicitar segunda via de conta, conserto de vazamentos, consultar o histórico de consumo e saber onde efetuar os pagamentos; no chat, Consulte nossos atendentes e tire suas dúvidas sobre os serviços, uma vez que funciona de segunda a sábado, das 8 às 21 horas; pelo Whatsapp: 11-3388-8000 para os diversos serviços; e pelas agências de atendimento – encontre a agência de atendimento mais próxima de sua residência no link http://agenciavirtual.sabesp.com.br/)." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Dinheiro falso

Continuam a entrar na circulação das cedulas falsas de 20$000, estampo 15.a, série 3.a, emissão da Casa de Moeda. Já é avultado, até agora, o numero de queixas feitas à policia, trabalhando activamente o dr. Alfredo de Assis, delegado de Santa Ephigenia, para descobrir os falsarios. A julgar pelas informaçães, a circulação do dinheiro falso já vae assumindo proporções. Só nestes tres ultimos dias, nos 18 estabelecimentos bancarios da cidade, foram reconhecidas e inutilizadas mais de 180 cedulas (...) a differença mais sensível que se observa está na numeração...

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Aparecida Emiliano Rosa – Dia 24, aos 77 anos. Era casada com Antonio Rosa. Deixa os filhos Luciana, Adriana, Tatiana, Fatima, Leandro, Roni, Marcos (In Memorian), parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

MISSAS

Yvette Kfouri Abrão – Hoje, às 15 horas, na Paróquia Santo Ivo, no Lgo. da Batalha, 189 (3 anos).

Diva Zapparoli Pinheiro – Amanhã, às 18 horas, na Paróquia de Santo Emídio, na R. Ingaí, 35 (7º dia).

Aparecido Palley – Hoje, às 18 horas, na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, na R. Lemos Conde, 20, Vila Beatriz (10 anos).

Nelson Abrão – Hoje, às 15 horas, na Paróquia Santo Ivo, no Lgo. da Batalha, 189, Jardim Luzitânia (18 anos).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Paris-2024

Brasileiro foi promessa do futebol e agora é esperança de medalha na vela

Após passar em teste do Figueirense e sonhar com o Corinthians, Mateus Isaac faz carreira nas águas e, aos 30 anos, busca coroar trajetória no windsurfe com pódio

FELIPE ROSA MENDES

Poucos são os atletas de sucesso que um dia foram considerados uma "promessa" do esporte. Mais raros ainda são aqueles que se tornaram alvo de expectativas em duas modalidades diferentes. Bem diferentes no caso de Mateus Isaac, brasileiro que precisou decidir entre o futebol e a vela em sua trajetória esportiva. Agora ele é candidato a uma medalha na Olimpíada de Paris-2024.

Mateus é uma das apostas de medalha na estreante IQFoil, classe da vela que representa o windsurfe no programa olímpico. O paulistano de 30 anos, portanto, vai estrear em uma Olimpíada, no embalo de bons resultados neste ciclo olímpico, principalmente em 2022, quando chegou a liderar o ranking mundial da categoria.

A chegada ao topo, em janeiro daquele ano, confirmou a "promessa", no caso da vela brasileira. Mateus conviveu com o status de aposta esportiva desde a infância, quando conseguia se destacar no futebol e no windsurfe, modalidade que começou a praticar aos sete anos.

"Cresci gostando de esportes. Meus pais sempre me incentivaram. Meu pai, por exemplo, veleja há 40 anos. Eu gostava de jogar bola, lutava judô e fazia capoeira. Mas o futebol era o que eu mais gostava. Então, eu falei para os meus pais: 'pô, vou tentar'", conta Mateus em entrevista ao **Estadão**.

Na época, tinha 10 anos e morava em Florianópolis. "Fiz um teste no Figueirense e passei. Também joguei numa escola do Vasco por lá, o Vasquinho. Eu gostava de jogar bola, queria jogar no Corinthians, meu time do coração. Mas nunca tive maiores sonhos. Apenas gostava de futebol."

Estar na Ilha de Santa Catarina trazia a possibilidade de viver suas duas maiores paixões ao mesmo tempo: a vela e o futebol. E foi aí que o esporte de vela e prancha acabou conquistando maior espaço na vida de Mateus. "Por estar perto do mar, eu velejava todo dia."

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Mateus Isaac e o windsurfe da nova classe de vela olímpica, a IQFoil

Ilhabela
Atleta se mudou para a cidade no litoral paulista, considerada a 'capital da vela' no Brasil

A escolha pela vela não trouxe arrependimento. Mateus conquistou títulos em séries nas categorias sub-14 e sub-16. Foram dois títulos mundiais júnior. Já entre os adultos foi campeão brasileiro por sete vezes e penta sul-americano.

Entre 2021 e 2022, viveu seu melhor no circuito profissional. Perambulou pelas primeiras posições do ranking ao obter resultados de expressão em nível mundial, como o terceiro lugar no Campeonato Europeu de 2021, disputado em Marselha, raia que receberá a vela nos Jogos Olímpicos. No ano passado, foi campeão pan-americano em Santiago.

HAVAÍ. Após finalizar o Ensino Médio em São Paulo, Mateus acelerou seu desenvolvimento físico e técnico nos ventos do Havaí. "Passei cinco anos lá fazendo faculdade. Na época eu consegui trabalhar para uma marca de windsurfe. Ajudava a desenvolver os equipamentos. Estudava, competia e trabalhava. Foi onde tudo começou na minha carreira profissional."

O brasileiro conta que o Havaí não é conhecido apenas pelas ondas grandes e pelo surfe. "Eu morei na Ilha de Maui, que é a capital mundial do windsurfe. É um lugar onde tive muitas memórias, sinto falta de lá."

Da capital mundial do windsurfe, Mateus foi morar na capital brasileira da vela. Em Ilhabela, no litoral de São Paulo, o velejador se fixou durante a pandemia. E mantém uma rotina diária de treino puxado, entre bicicleta, remo ergométrico, musculação e, claro, algumas horas no mar, de frente para sua casa. O trabalho todo é coordenado pelo experiente técnico Bruno Prada, dono de duas medalhas olímpicas.

"É tudo muito prático e fácil por aqui", diz Mateus, na entrevista concedida no píer onde costuma montar o seu equipamento. "O Bruno Prada mora a 15 minutos daqui. Treinamos por duas ou três horas ali no meio do mar, onde a profundidade é de apenas dois metros, longe dos iates e dos barcos."

'VOANDO' NO MAR. A classe IQFoil, que terá em Mateus o representante brasileiro, é uma das novidades da vela na Olimpíada. Substituirá a RS:X como categoria do windsurfe no programa. Entre uma e outra diferença técnica, o IQFoil se destaca por um impacto visual. A quilha do RS:X foi trocada na nova classe pelo chamado "hidrofoil", uma espécie de quilha mais elaborada, semelhante ao formato de um avião.

Com o novo recurso, a prancha fica mais alta que a linha do mar. Na prática, o atleta não flutua, ele parece "voar" sobre a água. "Tudo fica todo para fora da água: você, a prancha, a vela. Não tem atrito, não tem contato nenhum com a água durante o velejo."

O formato mais aerodinâmico permite velocidades maiores, de até 65km/h. A classe iQFoil contará com 24 competidores na Olimpíada. "A meta é chegar lá muito bem preparado e com chances de brigar por uma medalha. Quero ficar entre os 10 melhores para entrar na última regata. E aí, no último dia, vamos para cima com tudo para ter chance de brigar por uma medalha." ●

Corinthians

Patrocinadora pede 'esclarecimentos' e diz que vai avaliar 'próximos passos'

A VaideBet, patrocinadora principal do Corinthians, expressou desconforto com as recentes acusações envolvendo suspeitas de pagamentos de intermediação para outra empresa. Descontente com a evolução do caso, a patrocinadora do time do Parque São Jorge indicou, através de um comunicado oficial, a possibilidade de discutir a rescisão do contrato, se o problema persistir. A empresa também reforçou seus pedidos por esclarecimentos.

"Nos últimos tempos, a VaideBet solicitou informações ao Corinthians em diversas ocasiões e promoveu uma reunião presencial na sede do clube em 8 de maio, além de ter encaminhado um comunicado à diretoria na última segunda-feira", consta em parte do comunicado.

A nota abordou ainda a gestão da negociação, mencionando as partes envolvidas no diálogo. "Desde o início, a VaideBet foi contatada por um agente intermediário sobre a chance de estabelecer um contrato de patrocínio principal com o Corinthians, sendo guiada por este intermediário até a diretoria do clube para começar as negociações", relata outro segmento do comunicado.

Por último, a empresa esclarece que nunca manteve contato com qualquer outra empresa sobre o acordo de patrocínio. No começo de maio, a nota destacou os esclarecimentos solicitados à diretoria do clube.

Assinado no início da temporada, o contrato entre as partes tem validade de três anos, com o valor estimado em cerca de R$ 370 milhões. A VaideBet conclui a nota enfatizando que continua monitorando a situação no Corinthians e ponderando sobre as ações futuras. "A VaideBet acompanha de perto os desenvolvimentos da situação atual e considera os passos a seguir."●

Palmeiras

John Textor processa Leila Pereira

O americano John Textor, dono da SAF do Botafogo, entrou com um processo contra Leila Pereira, presidente do Palmeiras, por injúria e difamação. A ação corre na 30ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e será julgada pelo magistrado Marcus Alexandre Manhães Bastos. O empresário cobra uma indenização no valor de R$ 100 mil. ●

Fórmula 1

Mônaco relembra história vitoriosa de Ayrton Senna no circuito

Grande Prêmio terá várias homenagens ao tricampeão mundial, até hoje o maior vencedor da prova, com seis vitórias

MONTECARLO

LUCA BRUNO/AP

Lando Norris pilota a McLaren com as cores do capacete de Senna pelas ruas do circuito de Mônaco

A Fórmula 1 desembarcou neste final de semana em Mônaco para a realização de uma das mais tradicionais corridas da temporada. Neste ano, o Grande Prêmio terá uma série de homenagens para Ayrton Senna, maior vencedor da prova com seis vitórias e conhecido como o 'Rei de Mônaco'.

Tricampeão mundial da categoria, Senna venceu a prova em 1987, quando pilotava pela Lotus, seguido por mais cinco triunfos consecutivos com a McLaren – 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993.

Entre as homenagens, está a decisão da McLaren de mudar a pintura de seus carros MCL38, do laranja para o verde, amarelo e azul. Além disso, Oscar Piastri, piloto da escuderia inglesa, prestará homenagem ao tricampeão brasileiro. O australiano vai usar um capacete semelhante ao icônico modelo adotado por Senna ao longo de sua carreira.

Inspirado no capacete de Senna, o modelo tem pintura diferenciada e o nome 'Senna' na parte traseira. "Essas cores icônicas. Correndo nas ruas de Mônaco novamente", escreveu a McLaren em nota.

Além da pintura personalizada no MCL38 e do capacete, a equipe preparou macacões sob medida, inspirados em Senna, para Lando Norris e Oscar Piastri usarem durante o fim de semana do circuito.

HISTÓRICO. A primeira das seis vitórias de Senna em Mônaco foi em 1987, mas o brasileiro quase conquistou sua primeira vitória no Principado no ano de sua estreia na categoria, em 1984. Com 24 anos, Senna levou o seu Toleman ao segundo lugar da prova. Com um carro inferior ao da maioria do grid, o piloto mostrou habilidade na prova, disputada sob intensa chuva, ofuscando a vitória do francês Alain Prost.

Em 1985, o brasileiro não terminou a corrida e, no ano seguinte, largou na pole position e subiu ao pódio na prova pela primeira vez ao terminar a corrida no terceiro lugar.

Sua primeira vitória em Mônaco veio em 1987. Com sua Lotus amarela e motores da Honda, Senna, largando em segundo, beneficiou-se da quebra da Williams de Nigel Mansell para cruzar a linha de chegada em primeiro. No pódio, quebrando o protocolo, deu um banho de champanhe na família real de Mônaco, ensopando o príncipe Rainier.

No ano seguinte, Senna envolveu-se em um acidente e não completou a prova. Em 1989, já na McLaren, o brasileiro começou uma sequência de cinco vitórias consecutivas no circuito neste ano – em 1990, e 1991, Senna se aproveitou do fato de ter conquistado a pole position para vencer as corridas com autoridade.

Foi no GP de Mônaco de 1992 que Ayrton Senna conquistou a mais inesperada de suas vitórias em Mônaco. Com a McLaren muito inferior às Williams, o brasileiro seguiu atrás de Nigel Mansell (que seria o campeão da temporada).

No fim da corrida, o inglês enfrentou um problema mecânico com uma porca solta em uma de suas rodas. Com isso, foi obrigado a diminuir muito a velocidade e precisou fazer uma troca de pneus extra e Senna aproveitou para ultrapassá-lo.

Durante mais de três voltas, Mansell tentou, de todas as formas, retomar o primeiro lugar, em uma das disputas mais lembradas da história da Fórmula 1.

Banho na família real
Ao celebrar a vitória em 1987, Senna acabou ensopando o príncipe Rainier com champanhe

Senna ainda venceu a corrida em 1993, ano em que disputou a prova pela última vez. Ele não era o favorito, mas contou com um pouco de sorte: erros de Alain Prost, agora na Williams, e quebra da Benetton do alemão Michael Schumacher, que liderava a prova.

CLASSIFICAÇÃO. Hoje, o grid de largada do GP de Mônaco será definido às 11h. Amanhã, a prova está prevista para começar às 9h (horários de Brasília). Tanto a classificação quanto a corrida terão a transmissão da Band. ●

Série B

América-MG bate o Santos, que pode perder a liderança para o Goiás

WILSON BALDINI JR.

O Santos perdeu para o América-MG, por 2 a 1, ontem, no estádio Independência, em Belo Horizonte, em duelo válido pela sétima rodada da Série B. Com o resultado o Alvinegro segue com 15 pontos e poderá perder a liderança do torneio para o Goiás, que tem 14 e joga segunda-feira com o Avaí, fora de casa. A equipe mineira alcançou os mesmos 15 pontos.

O jogo começou equilibrado e aos 14 minutos, o América abriu o placar, mas o lance foi bastante contestado pelo Santos. O goleiro João Paulo foi sair jogando, mas se machucou no lance. Fabinho pegou a bola e tocou para a meta aberta: 1 a 0. Os santistas reclamaram da atitude do jogador americano, exigindo "fair play".

O empate veio aos 29, com Willian Bigode, após início de jogada de Otero e participação de Escobar. Com a nova igualdade no placar, o Santos ficou mais em seu campo e concentrou suas jogadas pela esquerda com Otero. O América tomou a iniciativa, mas só ameaçava nas bolas paradas.

O segundo tempo foi intenso. Aos sete minutos, o América parou na trave direita após chute de Mateus Henrique.

O América fez o gol da vitória aos 21 minutos, com Juninho, ao receber bela assistência de Benítez: 2 a 1.

Mesmo desorientado, o Santos tentou o empate nos momentos finais da partida, mas, apesar dos sete minutos de acréscimos, o time não teve sucesso. ●

7ª RODADA DA SÉRIE B

AMÉRICA-MG 2 | SANTOS 1

Gols: Fabinho aos 14 e Wllian Bigode aos 29 do 1º Tempo. Juninho aos 21 do 2º Tempo.

AMÉRICA-MG: Dalberson; Mateus Henrique (Daniel Borges), Éder, Ricardo Silva e Marlon; Alê, Juninho e Moisés (Benítez); Adyson (Felipe Azevedo), Renato Marques (Brenner) e Fabinho (Vitor Jacaré). **Técnico:** Cauã de Almeida. **SANTOS:** João Paulo (Gabriel Brazão); JP Chermont (Hayner), Gil, Joaquim e Escobar; Tomás Rincón (Nonato), Diego Pituca e Giuliano; Wesley Patati (Patrick), Willian Bigode e Otero (Serginho). **Técnico:** Fábio Carille. **Amarelos:** Adyson, Marlon, Willian Bigode, Fábio Carille, Benítez e Éder. **Árbitro:** Wilton Pereira Sampaio (GO). **Renda e público:** não disponíveis.

Local: Estádio Independência, em Belo Horizonte (MG).

O MELHOR DA TV

FÓRMULA 1
● **GP de Mônaco**
Classificação
11h / Band e BandSports

FUTEBOL
● **Copa da Inglaterra**
Manchester City x
Manchester United
11h / ESPN e Star+
● **Campeonato Espanhol**
Real Sociedad x
Atlético de Madrid
11h15/ ESPN e Star+
Real Madrid x Bétis
16h / ESPN 4 e Star+
● **Copa da Alemanha**
Kaiserslautern x B. Leverkusen
15h / ESPN e Star+
● **Série B**
Guarani x Paysandu
21h / SporTV e Premiere

BASQUETE
● **NBB**
Franca x Minas
16h50 / SporTV 3 e Cultura
● **NBA**
Boston Celtics x
Indiana Pacers
21h30 / ESPN 2 e Star+

INÊS 249

Saudades

Eles vivem como se estivessem na década de 1940

Liberty Avery e Greg Kirby usam roupas e carros antigos e até cozinham com utensílios fabricados na época

@GREGSON_KIRBY VIA INSTAGRAM

Tecidos antigos e delicados criam dificuldade na hora de vestir

Imagine viver como se ainda estivesse nos anos 1940, mesmo em 2024. E imagine ter o interesse por uma década em que ainda nem se havia nascido. É assim a vida do casal britânico Liberty Avery, de 24 anos, e Greg Kirby, de 29.

Os dois fazem de tudo para manter uma rotina semelhante à dos casais dos anos 1940: usam tecidos e roupas do período, limitam o tempo com a tecnologia e vão a aulas de dança nos finais de semana. Eles contaram a história do relacionamento e o motivo de viverem dessa maneira em entrevista à rede BBC.

Segundo a rede britânica, Liberty e Greg têm um Jeep americano de 1942 e escolheram realizar uma cerimônia de casamento tradicional – até os convidados se vestiram com trajes e chapéus da época. "É apenas uma vida simples, na verdade", comentou Greg, que diz que os dois "não gastaram muito" com a cerimônia.

Apesar disso, tanto ela quanto ele mantêm perfis nas redes sociais. Greg se define como um "entusiasta pelo vintage" e costuma publicar fotos de seus looks com filtros que simulam as fotos da época. Já Liberty mantém um perfil fechado, em que conta ser costureira de roupas vintage.

Eles admitem que se vestir, por vezes, é uma dificuldade, já que os tecidos da época são "antigos e delicados", conforme a BBC. "Nós gostamos de tentar reparar roupas, dar-lhes uma nova vida – e elas ficam tão boas quanto há 80 anos", comenta Greg, que diz achar as roupas da época "confortáveis e bonitas". "O importante é que não ficamos comprando roupas e logo nos desfazendo delas", completa.

Os dois também contaram que costumam fazer receitas dos anos 1940, usando apenas utensílios domésticos da época. A paixão pelo cinema também os faz assistir aos grandes clássicos. Mas, nesse quesito, eventualmente é preciso abrir uma exceção. "Esses filmes antigos podem ser, muitas vezes, pesados demais. Então o Greg nos encoraja a assistir a algo mais recente, de vez em quando", diz Liberty.

PIADAS. Antes do relacionamento, os dois não necessariamente mantinham um interesse tão grande pelo período. Liberty trabalhava como aprendiz de cabeleireiro e conheceu Greg quando ele foi até o local para agendar um horário. Segundo a BBC, o amor pelos anos 1940 cresceu "à medida que o relacionamento se desenvolveu".

Ela afirma que a reação das pessoas, ao ver o casal pelas ruas, é "geralmente positiva". "Eles fazem algumas piadas, mas é uma maneira legal de conhecer pessoas, porque elas se aproximam de nós", diz. ●

INÊS 249

Bossa Nova
Sotheby's
INTERNATIONAL REALTY

KSM
realty
btg pactual
asset management

B8 **Petróleo.** Magda Chambriard tem sinal verde de conselho e assume comando da Petrobras

ECONOMIA & NEGÓCIOS E&N

SÁBADO, 25 DE MAIO DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B20)

Casa própria Recursos escassos

Caixa teme falta de dinheiro para crédito imobiliário no ano que vem

Presidente do banco estatal cobra medidas do governo como forma de reduzir o custo do capital – entre elas, estimular a participação de fundos de pensão no segmento

ALTAMIRO SILVA JUNIOR
MATHEUS PIOVESANA

Após mais um trimestre de crescimento forte da carteira de crédito imobiliário, que chegou a R$ 754 bilhões, a Caixa Econômica Federal fez um alerta para a necessidade de conquistar mais fontes de recursos para a linha, que enfrenta um dilema com o encolhimento da poupança e a maior participação de captações de mercado – de maior custo para o banco.

"Os recursos estão no limite da capacidade de financiamento da habitação", disse o presidente da Caixa, Carlos Vieira. O executivo disse que é preciso criar mecanismos que reduzam o custo de capital para a linha. "Em 2024, a questão da habitação está resolvida. Em 2025, não sabemos."

Para impedir que o "copo fique vazio", Vieira cobrou medidas do governo em três frentes: desenvolver o mercado secundário de crédito imobiliário; estimular a participação de fundos de pensão no segmento; e destinar recursos dos depósitos compulsórios dos bancos à linha. Dessas três, só a primeira está sendo resolvida, após o Ministério da Fazenda editar medidas para fomentar, por exemplo, a negociação de carteiras de imóveis pelos bancos.

Limite
Carteira imobiliária do banco financiada por recursos da poupança chega a 88% dos depósitos

A Caixa tem despontado no financiamento habitacional desde o ano passado, porque, com juros básicos acima de 10% (a taxa Selic está em 10,50%), os bancos privados, que têm saldo menor de captações via poupança, reduziram as concessões. A Caixa as manteve, mas foi afetada pelos saques na caderneta e teve de reforçar as captações por meio de letras de crédito, remuneradas a um porcentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, taxa cobrada pelos bancos nas transações entre eles).

REVERSÃO. No primeiro trimestre deste ano, a Caixa conseguiu reverter a queda dos depósitos de poupança, que subiram 2,7% em um ano, para R$ 358,684 bilhões. Também aumentou o saldo de Letras de Crédito Imobiliário em 69,2%, para R$ 158,225 bilhões, ou 43% do estoque desse tipo de título no mercado brasileiro.

No entanto, a Caixa está "sobreaplicada" em crédito imobiliário. A carteira imobiliária do banco financiada por recursos da poupança equivale a 88% dos depósitos, bem acima dos 65% que o Conselho Monetário Nacional (CMN) determina.

E as concessões de crédito imobiliário continuam fortes no banco público, apesar da limitação, comentou a vice-presidente de Habitação da Caixa, Inês Magalhães. Segundo ela, são 2,8 mil novos financiamentos liberados por dia, em média.

Em uma possível fonte, a Caixa prepara uma emissão no exterior de títulos verdes, que seguem critérios sociais, ambientais e de governança (ESG, na sigla em inglês). O valor vai depender do interesse dos investidores, disse o vice-presidente de Sustentabilidade e Cidadania Digital, Paulo Rodrigo. ●

Concessões de distribuição de energia elétrica

ARTIGO

Adriano Pires
Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)

A necessidade cada vez mais urgente da definição do destino das concessões de distribuição expõe as fragilidades do setor. É de conhecimento geral que o setor elétrico tem um histórico de instabilidade de regras e procedimentos, o que está sendo refletido na morosidade de uma decisão sobre as concessões no segmento de distribuição. Com o vencimento dos contratos vigentes, o governo federal tem duas alternativas: (i) promover um processo competitivo de licitação das concessões vincendas; ou (ii) renovar os contratos.

Licitar uma concessão no setor de distribuição de energia elétrica é um desafio que vai além do simples ato burocrático da mudança de mãos da gestão de um serviço público. A decisão de licitar pode gerar pressões na tarifa aos consumidores finais indo contra a tão buscada modicidade tarifária.

Isso porque, a transição entre concessionários traz riscos econômicos, especialmente no que diz respeito aos obstáculos de amortização de investimentos massivos em infraestrutura, característicos das indústrias de rede. Uma das principais características das chamadas indústrias de rede são os *sunk costs* que demandam tempo para serem amortizados. Quando a concessão vai chegando ao final do seu prazo acaba por influenciar uma redução de investimento, pelo fato da insegurança criada no caso de haver uma licitação. Com isso, os investimentos necessários podem ser descontinuados, com a suspensão de projetos de expansão e concentração dos esforços apenas na manutenção mínima dos ativos em operação.

Solução mais atrativa é a renovação dos contratos vigentes de modo a assegurar continuidade e a qualidade dos serviços

Diante desses desafios, ficam evidentes as limitações e riscos de um processo de licitação em concessões de serviço público que já são operadas por empresas privadas. Portanto, a solução mais atrativa e que beneficia os consumidores é, sem dúvida, a renovação dos contratos vigentes de modo a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica. Em muitos países as concessões de serviços públicos como a distribuição de energia elétrica são permanentes. A razão e, ao mesmo tempo, a explicação é que não faz sentido do ponto de vista do consumidor interromper com processos de renovação e nem tão pouco de novas licitações de serviços que estão sendo prestados de acordo com os contratos de concessão. As diretrizes que prevejam uma nova dinâmica do segmento e mesmo a cobrança de melhor qualidade e eficiência no serviço prestado poderão ser implantadas quando das revisões tarifárias e processos de caducidade de só em momentos extremos de não cumprimento dos contratos. Fica a sugestão nesse momento de renovação dos contratos das distribuidoras de energia elétrica no Brasil e no momento que se inicia o processo de privatização da Sabesp. ●

Aldo Mendes

‘Não creio em cavalo de pau na política monetária’

Ex-diretor do BC diz que é bom ter no Copom visões diferentes, mais ainda em fases de transição

BETO NOCITI/BANCO CENTRAL DO BRASIL-15/9/2015

ENTREVISTA

Economista com doutorado pela USP, foi diretor do Banco do Brasil (2005-2009) e do Banco Central (2009-2016)

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Dentro do Comitê de Política Monetária (Copom) sempre houve e sempre haverá divergências, e é bom que existam visões diferentes entre os membros do colegiado. A avaliação é do ex-diretor de Política Monetária do Banco Central (BC) Aldo Mendes. Alinhado com o discurso do atual titular da diretoria de Política Monetária, Gabriel Galípolo, Mendes reforça que o mais importante na última reunião do Copom foi a convergência em torno da visão futura, a de que a Selic precisará ser mantida no campo restritivo para levar a inflação ao centro da meta.

Mendes concorda que o cenário mudou após o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) sinalizar que não cortará juro agora, e também com a alteração da meta fiscal aqui. Mas acha que caberia mais um corte de 0,50 ponto porcentual na Selic para evitar a perda do "forward guidance" (indicação para a taxa à frente) e a transição teria sido mais suave.

Sobre o fim do mandato de Roberto Campos Neto, Mendes diz que substituições no comando de qualquer autoridade monetária sempre causam volatilidade, mas que vê a nova diretoria do BC se pautando por critérios técnicos, "sem cavalo de pau na política monetária".

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Na última reunião do Copom, a diretoria votou dividida e abandonou-se a orientação de corte de 0,50 ponto porcentual. O que o sr. achou?

Acho que caberia ainda um corte de 0,50 ponto, tanto que tiveram quatro diretores votando nesta magnitude. Mas é verdade que o cenário mudou nos Estados Unidos com o Fed indicando que não cortará juro agora e, internamente, com a mudança das metas fiscais. Isso fez com que as expectativas mudassem em direção a uma inflação maior no fim do ano.

Alguns participantes do mercado ficaram apreensivos com a divisão dos votos. Há motivo para essa apreensão?

Acho que divisão no Copom é sempre uma coisa boa. Sempre houve, continuará havendo e é bom que haja visões diferentes entre seus membros. Sempre há divisões especialmente em momentos de transição como o de agora. Só acho que talvez teria sido melhor se a divisão na última reunião tivesse terminado com o corte de 0,50 ponto porcentual saindo vencedor.

Por quê?

Porque, apesar de o cenário ter mudado – o que sem dúvida justifica uma mudança no ritmo do afrouxamento que vinha sendo feito na Selic –, se fosse cortado 0,5 ponto não se teria aberto mão do forward guidance e indicaria uma transição mais suave.

O atual diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, disse que, a despeito da divisão, o mais importante foi o consenso em torno da visão de futuro.

Concordo com o Galípolo, porque ficou claro que todos os diretores têm a compreensão de que os juros precisam se manter no campo restritivo para trazer a inflação para o centro da meta.

"Não acredito em leniência com inflação pelo fato de os diretores terem sido indicados por Lula. Claro que haverá divergências, porque até entre os técnicos há visões diferentes"

Diz-se que o racha se deu em função da fala do presidente do BC, Campos Neto, na reunião do FMI, em Washington, que não teria sido alinhada com os diretores.

Quando um presidente de BC fala alguma coisa em público, é possível que ele tenha conversado com pelo menos alguns de seus diretores. Há uma coordenação para se evitar comunicações erráticas. Antes das reuniões, o presidente vai tomando pulso do comitê para que a comunicação seja consensual ou a menos errática possível.

Alguns participantes do mercado financeiro acharam que os comunicados do BC foram duros e que não dialogam com a votação. Concorda com isso?

Independentemente de como foi a votação, se dividida ou não, comunicados e atas passam pelas mãos de todos os membros do comitê, são aprovados em colegiado. Neste Copom, os diretores dividiram-se, o que é normal em momentos de transição de um cenário para outro, mas comunicado e ata deixam claro o entendimento deles de que a inflação tem de caminhar para o centro da meta.

Há também no mercado quem ache que uma diretoria composta por indicados pelo presidente Lula será leniente com a inflação. O sr. acredita nisso?

Não, porque as decisões dentro do BC são sempre técnicas. É claro que a substituição de comando no BC sempre causa alguma volatilidade, mas não creio que a próxima diretoria vá dar um cavalo de pau na política monetária. Não acredito em leniência com a inflação pelo fato de os diretores terem sido indicados por Lula. Claro que haverá divergências, porque até entre os técnicos há visões diferentes sobre um mesmo tema, mas não tenho dúvida de que o BC continuará se pautando por critérios técnicos e não políticos.

Do exterior, qual é o maior risco para a nossa política monetária?

Os Estados Unidos, mais que qualquer outra coisa. Apesar de alguns dados recentes estarem apontando para um esfriamento, a inflação acumulada permanece acima de 2%. O Fed está comprando tempo, está esperando para ver se este esfriamento dos indicadores agora vai se manter lá na frente e levar a economia americana a um pouso suave.

O que o sr. espera das próximas reuniões do Copom?

Acho que devem vir mais uns dois cortes de 0,25 ponto da Selic. ●

Política monetária Expectativa de alta

Campos Neto vê 'notícia ruim' em projeções de inflação

Novas declarações do presidente do BC têm impacto na cotação do dólar e nas taxas dos contratos de juros

As expectativas de inflação têm subido, e isso representa uma notícia ruim para o Banco Central, afirmou ontem o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto. Entre os motivos, ele citou a questão fiscal, a indefinição sobre a taxa de juros nos Estados Unidos (que pode influir no rumo da Selic no País) e ainda a "credibilidade" do próprio BC.

"A gente vê a expectativa de inflação subindo bastante", disse ele, durante seminário promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), no Rio de Janeiro. "Aqui tem sido uma notícia bastante ruim para o Banco Central."

Na sequência, afirmou que existem "vários fatores" para o aumento das projeções de inflação no mercado. "(*Tem o*) tema de política fiscal (*no Brasil*), tema externo, junto do tema de credibilidade do BC."

Desde 8 de maio, quando a Selic caiu para 10,5%, as expectativas de inflação para 2024 subiram de 3,73% para 3,8%, enquanto para 2025 foram de 3,64% para 3,74%. Em ambos os casos, as projeções ficaram mais distantes da meta de 3%, o que indica perda de confiança na autoridade monetária.

REAÇÃO. Dadas no meio da tarde, as declarações de Campos Neto reforçaram o movimento de alta de juros e câmbio. Depois de passarem a metade do dia em queda, os contratos de juros inverteram o sinal e começaram a subir. Por volta das 17h15, as taxas dos contratos de depósito interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 avançavam de 10,390%, na quinta-feira, para 10,405%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 subia de 11,080% para 11,135%.

Já o dólar à vista fechou com alta de 0,27%, cotado a R$ 5,16 – maior valor de fechamento desde 30 de abril (R$ 5,19). Na semana, a moeda acumulou valorização de 1,29%, reduzindo as perdas no mês para 0,47%.

Mercado
Declarações de Campos Neto e feriado nos EUA na segunda deram o tom dos negócios

O movimento também refletiu uma postura mais conservadora do mercado, já que será feriado nos EUA na segunda-feira.

"Internamente, a agenda não é positiva. As dúvidas sobre a política fiscal cresceram, houve a troca de presidente da Petrobras e aumentou a preocupação com quem será o próximo presidente do Banco Central", afirmou o chefe da mesa de operações do C6 Bank, Felipe Garcia.

"O mercado não aceitou bem a decisão (*da última reunião do Copom*), não aceitou bem a comunicação, e isso tem piorado a nossa curva de juro", acrescentou o diretor da Wagner Investimentos, José Raymundo Faria Júnior.

Na última decisão, o comitê diminuiu a taxa Selic em 0,25 ponto porcentual, de 10,75% para 10,5%, por cinco votos a quatro – neste caso, todos de diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva; eles defenderam corte de 0,5 ponto. Como os mandatos de Campos Neto e de outros dois diretores indicados em governos anteriores terminam no fim deste ano, Lula nomeará mais três membros para o Copom em 2025. ● DANIELA AMORIM, GABRIEL VASCONCELOS e JULIANA GARÇON/RIO e CÍCERO COTRIM e ANTONIO PEREZ/SÃO PAULO

Efeitos da tragédia no RS entram no radar do BC

Durante sua palestra em evento promovido ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem que faltam condições para garantir que o preço de alimentos terá uma queda no mundo. "Não há mais elementos para dizer que inflação de alimentos vai voltar a cair no mundo", disse ele.

Ele também mencionou o risco de impacto nos preços por conta da tragédia climática no Rio Grande do Sul, que provocou prejuízos para a produção agrícola no Estado. "A gente começa a pensar se, por causa do Rio Grande do Sul, por causa do que está acontecendo, o preço de alimentação vai ser um pouco mais alto."

Segundo ele, a autoridade monetária também acompanha as projeções sobre quanto custará a reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul, lembrando que algumas contas vão até 2% do Produto Interno Bruto (PIB). "Isso tem influência no fiscal na frente", lembrou o presidente do Banco Central. ● D.A, G.V. e J.G./RIO

Arcabouço Flexibilização de metas

Governo não busca 'centro' da meta, diz órgão do Senado

Para Consultoria de Orçamento, limite inferior da banda fiscal passou a ser o alvo efetivo da equipe econômica

BIANCA LIMA
BRASÍLIA

A Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle (Conorf) do Senado afirma que já se consolidou a percepção de que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não está perseguindo o centro da meta fiscal, que prevê déficit zero neste ano.

Os técnicos do Congresso apontam que, na prática, o limite inferior da meta – que abre espaço para um rombo de até R$ 28,8 bilhões em 2024 – passou a ser o alvo. "Eles não estão trabalhando com o centro da meta, e sim com o limite inferior", afirmou ao **Estadão** o consultor-geral de Orçamento do Senado, Flávio Diogo Luz.

Procurado, o Ministério do Planejamento e Orçamento afirmou que não vai comentar o assunto. Já o Ministério da Fazenda não respondeu até a conclusão da edição.

Segundo Luz, o mecanismo de bandas, importado da política monetária, deveria ser usado para acomodar gastos com eventos imprevisíveis, a exemplo da tragédia no Rio Grande do Sul. "Na forma como tem sido conduzido, porém, o intervalo tem absorvido principalmente variações ordinárias das despesas", avalia a Conorf, em nota.

"Isso é preocupante porque se trata de uma interpretação menos cautelosa da lei do novo arcabouço, que está em seu primeiro ano de vigência", diz o consultor. "No nosso entendimento, a lei não dá essa abertura (*de se perseguir o limite inferior*). A banda só seria uma maneira de acomodar pequenas variações extraordinárias."

> ***"No nosso entendimento, a lei não dá essa abertura (de se perseguir o limite inferior). A banda só seria uma maneira de acomodar pequenas variações extraordinárias"***
> **Flávio Diogo Luz**
> **Consultor-geral de Orçamento do Senado**

De acordo com Luz, "se a equipe econômica começa a perseguir outro alvo, o mercado acaba incorporando, inclusive para os próximos anos, a ideia de que o centro da meta não serve para nada", diz.

Em abril, o governo flexibilizou as metas de 2025 e 2026, o que provocou uma piora acentuada nas projeções. O relatório Prisma Fiscal, divulgado pela Fazenda com base em estimativas de economistas, agora projeta rombo de R$ 76,8 bilhões neste ano e de R$ 87,5 bilhões em 2025. Ou seja, os analistas não acreditam que as metas – mesmo as novas – serão cumpridas.

No segundo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas de 2024, apresentado na quarta-feira, a equipe econômica elevou a previsão de déficit neste ano para R$ 14,5 bilhões. No documento referente ao primeiro bimestre, a projeção era de rombo de R$ 9,3 bilhões. Já na Lei Orçamentária Anual (LOA), a estimativa era de superávit de R$ 9,1 bilhões.

Essa piora recente foi fruto da abertura de um crédito extra para gastos, no valor de R$ 15,8 bilhões, e não considera as despesas com a reconstrução do Rio Grande do Sul e o auxílio à população atingida pelas enchentes. Se esses valores fossem incluídos nas metas fiscais, a estimativa de rombo alcançaria R$ 27,5 bilhões.

ARRECADAÇÃO RECORDE. Na divulgação do relatório bimestral, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, destacou o resultado recorde da arrecadação nos primeiros quatro meses do ano e afirmou que a equipe econômica seguirá perseguindo a meta zero. O número 2 da Fazenda também reforçou a mensagem que vem sendo repetida pelo ministro Fernando Haddad, de que o equilíbrio fiscal é fruto da atuação conjunta dos três Poderes – um recado de que o Congresso também será cobrado e responsabilizado, ao menos pela equipe econômica.

O consultor-geral de Orçamento do Senado avalia que o cenário atual deixa a equipe econômica com a "faca no pescoço" em relação ao cumprimento da meta de déficit zero em 2024. "O governo está andando na pontinha do limite (*da banda fiscal*). Qualquer coisa que acontecer, ele vai alegar que houve imprevisto. Mas aí será cobrado por não ter trabalhado para convergir para o centro desde agora."

A Conorf afirma que ainda pairam diversas dúvidas sobre o Orçamento de 2024. Dentre elas, o desempenho das receitas das concessões ferroviárias e o impacto efetivo do pacote de medidas voltadas à recomposição da arrecadação federal. Já pelo lado do gasto, as principais incertezas são os benefícios previdenciários, que têm tido forte crescimento, acompanhados agora das despesas com o enfrentamento da calamidade no Rio Grande do Sul. ●

INÊS 249

PORTO SEGURO S.A.

Companhia Aberta | CVM nº 01665-9 | CNPJ nº 02.149.205/0001-69 | NIRE 35.3.001.5166.6

Ata da 41ª Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 28 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: 28 de março de 2024, às 11h, de modo exclusivamente digital, sendo considerada como realizada na sede social da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). **2. Realização da Assembleia por meio Exclusivamente Digital:** A Assembleia foi realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "Zoom" ("Plataforma"), observados os requisitos previstos no artigo 28, da Resolução CVM 81, sem prejuízo da utilização do boletim de voto a distância como instrumento para exercício do direito de voto pelos acionistas da Companhia, nos termos dos artigos 26 e 27, da Resolução CVM 81, conforme informado pela Companhia aos seus acionistas e ao mercado nos documentos referentes à convocação desta Assembleia. **3. Publicações e Divulgações:** Editais de Convocação publicados no jornal "O Estado de São Paulo" nos dias 28 e 29 de fevereiro e 1º de março de 2024 e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicadas no jornal "O Estado de São Paulo" em 28 de fevereiro de 2024. Os documentos acima e os demais documentos pertinentes à ordem do dia, incluindo a Proposta da Administração, foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3") e da Companhia no dia 27 de fevereiro de 2024, nos termos da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e da regulamentação aplicável. **4. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Bruno Campos Garfinkel, e secretariados pela Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **5. Presenças:** Acionistas representando 80,74% do capital social com direito a voto presentes à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") e acionistas representando 80,04% do capital social com direito a voto presentes à Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), conforme registro de presença na Plataforma e considerando-se os boletins de voto a distância recebidos, nos termos do artigo 47, incisos II e III, da Resolução CVM 81. Em razão dos quóruns verificados, o Presidente da Mesa deu por instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Presentes, ainda, o Sr. Celso Damadi, Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; a representante da empresa de auditoria independente Ernst & Young, a Sra. Patrícia Di Paula da Silva Paz; a representante do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, Sra. Lie Uema do Carmo; o representante do Comitê de Auditoria, Sr. Eduardo Rogatto Luque; e o Sr. Aleksandro Borges, Gerente de Relações com Investidores da Companhia, para atender a eventuais pedidos de esclarecimentos dos acionistas. **6. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 3. Ratificar as declarações de juros sobre capital próprio, imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, deliberadas pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 26 de junho de 2023, 25 de setembro de 2023 e 21 de dezembro de 2023. 4. Determinar as datas para o pagamento dos juros sobre capital próprio e dos dividendos aos acionistas. 5. Definir o número de membros do Conselho de Administração, observado o limite estatutário. 6. Eleger os membros do Conselho de Administração e designar aqueles que ocuparão as funções de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração. 7. Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 8. Alterar o Plano de Remuneração em Ações da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31 de março de 2022, para modificar a forma de cálculo do preço das ações atribuídas aos beneficiários do referido plano. 9. Aprovar a modificação da composição da Diretoria, em virtude de reestruturação organizacional da Companhia, com alteração do caput do artigo 18, bem como da alínea "a" do parágrafo 4º e do parágrafo 5º do artigo 22 do Estatuto Social. 10. Aprovar a alteração da redação do parágrafo 4º, do artigo 9º do Estatuto Social, para atualização do prazo de convocação para a Assembleia Geral, passando para 21 (vinte e um) dias de antecedência, em primeira convocação, nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações. 11. Aprovar, para atualizar as regras referentes à participação remota dos conselheiros em reuniões do Conselho de Administração da Companhia: (i) a alteração da redação dos parágrafos 3º e 4º do artigo 17 do estatuto social; (ii) a exclusão do parágrafo 5º do artigo 17 do estatuto social; e (iii) a renumeração do parágrafo 6º do artigo 17 do estatuto social. 12. Consolidar o estatuto social da Companhia, para refletir as alterações estatutárias submetidas à Assembleia. **7. Resumo das Deliberações:** Instalada a Assembleia, a Secretária da Mesa informou os procedimentos a serem observados durante a Assembleia para garantir o bom andamento dos trabalhos. Nenhum dos acionistas presentes à Assembleia que havia apresentado voto por meio do boletim de voto a distância informou seu interesse em manifestar o voto por meio da Plataforma, para efeitos de se desconsiderar o seu boletim de voto a distância, na forma do artigo 28, §2º, inciso II, e do artigo 48, §5º, inciso II, da Resolução CVM 81, tendo, portanto, simplesmente participado da Assembleia, nos termos do artigo 28, §2º, inciso I, da Resolução CVM 81. Foi dispensada a leitura dos documentos previstos no artigo 133 da Lei das S.A., por ausência de requerimento dos acionistas presentes, nos termos do artigo 134 da Lei das S.A., bem como do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, nos termos do artigo 48, §4º, da Resolução CVM 81. Dando continuidade aos trabalhos, a Assembleia: **Em matéria ordinária:** 7.1. Aprovou, por acionistas titulares da maioria das ações que votaram nessa matéria, desconsiderados as abstenções e os legalmente impedidos da base da votação, integralmente e sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Na deliberação desta matéria, foram computados 512.524.841 votos a favor da aprovação, 621.243 votos contra a aprovação e 4.996.432 abstenções, tendo sido desconsideradas as abstenções da base de votação. 7.2. Aprovou, por acionistas titulares da unanimidade das ações que votaram nessa matéria, a destinação do lucro líquido do exercício, conforme a proposta da administração, no valor de R$ 2.266.148.989,56 (dois bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, cento e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), que, após a realização de reserva de reavaliação, no valor de R$ 48.446.247,54 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), perfaz o valor total de R$ 2.314.595.237,10 (dois bilhões, trezentos e quatorze milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e sete reais e dez centavos), da seguinte forma: (i) Destinação de R$ 113.307.449,48 (cento e treze milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos) para a Reserva Legal; (ii) Pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, no valor bruto de R$ 904.785.000,00 (novecentos e quatro milhões e setecentos e oitenta e cinco mil reais), equivalentes ao valor líquido de R$ 778.407.250,64 (setecentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos), e da imputação de parcela desse montante, no valor de R$ 550.321.946,91 (quinhentos e cinquenta milhões, trezentos e vinte e um mil, novecentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos), ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2023, nos termos do Estatuto Social da Companhia, conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral, em reuniões de 26 de junho de 2023, 25 de setembro de 2023 e 21 de dezembro de 2023, conforme ratificado nesta Assembleia Geral; (iii) Destinação de R$ 60.067.875,50 (sessenta milhões, sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos) para distribuição de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2023; e (iv) Destinação de R$ 1.236.434.912,12 (um bilhão, duzentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, novecentos e doze reais e doze centavos) para a Reserva para Manutenção de Participações Societárias, nos termos do artigo 26, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia. Na deliberação desta matéria, foram computados 518.023.516 votos a favor da aprovação e 119.000 abstenções, tendo sido desconsideradas as abstenções da base de votação. 7.3. Ratificou, por acionistas titulares da unanimidade das ações que votaram nessa matéria, desconsideradas as abstenções da base de votação, as declarações de juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2023, de acordo com a faculdade prevista no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, deliberadas pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, especificadas a seguir: (i) em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2023, foram declarados juros sobre o capital próprio no valor de R$ 377.865.000,00 (trezentos e setenta e sete milhões e oitocentos e sessenta e cinco mil reais) brutos, correspondendo a R$ 0,58940881104 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria), já creditados contabilmente aos acionistas em 29 de junho de 2023, com base na posição acionária de 29 de junho de 2023, em valores líquidos, correspondendo a R$ 0,50804332010 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria); (ii) em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de setembro de 2023, foram declarados juros sobre o capital próprio no valor de R$ 187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de reais) brutos, correspondendo a R$ 0,29169001539 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria), já creditados contabilmente aos acionistas em 28 de setembro de 2023, com base na posição acionária de 28 de setembro de 2023, em valores líquidos, correspondendo a R$ 0,25058205095 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria); (iii) em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2023, foram declarados juros sobre o capital próprio no valor de R$ 339.920.000,00 (trezentos e trinta e nove milhões, novecentos e vinte mil reais) brutos, correspondendo a R$ 0,53022069535 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria), já creditados contabilmente aos acionistas em 27 de dezembro de 2023, com base na posição acionária de 27 de dezembro de 2023, em valores líquidos, correspondendo a R$ 0,45556512582 por ação (desconsideradas as ações mantidas em tesouraria). Na deliberação desta matéria, foram computados 518.023.516 votos a favor da aprovação e 119.000 abstenções, tendo sido desconsideradas as abstenções da base de votação. 7.4. Determinou, por acionistas titulares da unanimidade das ações que votaram nessa matéria, desconsideradas as abstenções da base de votação, que os juros sobre capital próprio ratificados nos termos dos itens 7.2 (ii) e 7.3, acima, já creditados contabilmente aos acionistas, e os dividendos adicionais declarados nesta Assembleia, serão pagos nas seguintes datas: (i) no dia 10 de abril de 2024, serão pagos os juros sobre o capital próprio declarados pelo Conselho de Administração no valor líquido de R$ 617.761.218,70 (seiscentos e dezessete milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e dezoito reais e setenta centavos), imputados ao dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 550.321.946,21 (quinhentos e cinquenta milhões, trezentos e vinte e um mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte e um centavos), correspondente a 73,68% do total dos proventos (considerando a soma do valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos); e (ii) até o dia 31 de dezembro de 2024, será pago o saldo restante dos proventos, composto pelo saldo do valor líquido dos juros sobre o capital próprio declarados pelo Conselho de Administração e dos dividendos declarados nesta Assembleia, no valor líquido de R$ 220.713.907,44 (duzentos e vinte milhões, setecentos e treze mil, novecentos e sete reais e quarenta e quatro centavos), correspondente a 26,32% do total dos proventos (considerando a soma do valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos). Na deliberação desta matéria, foram computados 518.023.516 votos a favor da aprovação e 119.000 abstenções, tendo sido desconsideradas as abstenções da base de votação. 7.5. Definiu, por acionistas titulares da unanimidade das ações presentes, desconsideradas as abstenções da base de votação, que o Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros no próximo mandato, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que apreciar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, tendo sido os conselheiros eleitos nesta Assembleia, nos termos do item 7.6. Na deliberação desta matéria, foram computados 513.580.517 votos a favor da aprovação e 4.561.999 abstenções, tendo sido desconsideradas as abstenções da base de votação. 7.6. Não havendo voto múltiplo ou votação em separado, foram eleitos para compor o Conselho de Administração da Companhia, para um mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que apreciar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, por acionistas titulares da maioria das ações que votaram nessa matéria, desconsideradas as abstenções da base de votação, os seguintes membros: Sr. Bruno Campos Garfinkel, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.972.375-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 267.737.238-09, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, designado para ocupar o cargo de **Presidente do Conselho de Administração;** Sr. Marco Ambrogio Crespi Bonomi, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.082.364-X SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 700.536.698-00, com domicílio profissional na Rua Balthazar da Veiga, nº 634, Cj. 83, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04510-001, designado para ocupar o cargo de **Vice-Presidente do Conselho de Administração;** Sr. André Luís Teixeira Rodrigues, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.318.961-3 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 799.914.406-15, com domicílio profissional na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, CEP 04344-902; e Sr. Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 641.284.587-91, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012; e, como **Conselheiros Independentes:** Sr. Pedro Luiz Cerize, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.907.272-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 774.487.316-53, com domicílio profissional na Rua Hungria, nº 514, conjunto 82, São Paulo/SP, CEP 014555-000; Sra. Lie Uema do Carmo, brasileira, casada, professora e advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 000.729.544 SSP/MS, inscrita no CPF sob nº 275.817.378-61, com domicílio profissional na Rua da Consolação, nº 3367, Cj. 63, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01416-003; e Sra. Patrícia Maria Muratori Calfat, brasileira, casada, publicitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.417 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 278.068.078-45, com domicílio profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-133, caracterizados como membros independentes com base em declarações encaminhadas ao Conselho de Administração da Companhia, atestando o seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e na Resolução CVM 80/22. No processo de eleição dos membros do Conselho de Administração em votação majoritária, foram computados 473.997.814 votos a favor da aprovação, 32.864.053 votos contra a aprovação e 11.280.649 abstenções, tendo sido desconsideradas as abstenções da base de votação. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse em seus cargos mediante apresentação: (i) do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, contendo as declarações de atendimento à lei e à regulamentação em vigor; (ii) da declaração de desimpedimento, para os fins do artigo 147, da Lei das S.A. e do artigo 2º, do Anexo K, da Resolução CVM 80/22; e (iii) da declaração dos valores mobiliários por eles detidos de emissão da Companhia, nos termos do artigo 157, da Lei das S.A. 7.7. Fixou, por acionistas titulares da maioria das ações que votaram nessa matéria, desconsideradas as abstenções da base de votação, a remuneração dos administradores da Companhia no montante global anual de até R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), sendo que o referido valor também atenderá aos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração. Os montantes individuais mensais de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, dos Comitês de Assessoramento e do Conselho de Administração serão fixados oportunamente, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Na deliberação desta matéria, foram computados 464.849.324 votos a favor da aprovação, 42.017.491 votos contra a aprovação e 11.275.701 abstenções, tendo sido desconsideradas as abstenções da base de votação. **Em matéria extraordinária:** 7.8. Aprovou, por acionistas titulares da maioria das ações que votaram nessa matéria, a alteração da cláusula 4.3 do plano de remuneração baseado em ações da Companhia, aprovado no âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2022, para modificar a forma de cálculo do preço das ações atribuídas aos beneficiários do Plano, de forma a melhor refletir a precificação das ações da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "4.3. Preço das Ações. Para todos os fins, inclusive contábeis, o cálculo do preço das Ações atribuídas aos Beneficiários deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das Ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as Ações forem atribuídas aos Beneficiários. Na deliberação desta matéria, foram computados 477.964.602 votos a favor da aprovação e 35.673.282 votos contra a aprovação. 7.9. Aprovou, por acionistas titulares da maioria das ações que votaram nessa matéria, desconsideradas as abstenções da base de votação, a modificação da composição da Diretoria, em virtude de reestruturação organizacional da Companhia, com as seguintes alterações: **(i)** Modificar a denominação dos seguintes cargos: (a) de Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços para Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros; (b) de Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional para Diretor Vice-Presidente - Serviços; e (c) de Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados para Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing; **(ii)** Extinguir o cargo Diretor Vice-Presidente - Comercial; e **(iii)** Alterar o número máximo de membros da Diretoria, para que passe a ser de 8 (oito) Diretores. Em razão das alterações acima, foi aprovada a alteração do caput do artigo 18, bem como da alínea "a" do parágrafo 4º e do parágrafo 5º do artigo 22, do Estatuto Social, que passarão a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 18 -** A Diretoria será composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 8 (oito) membros, que serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 1 (um) Vice-Presidente - Comercial e Marketing, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Seguros, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Serviços e 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Saúde, com prazo de gestão de 1 (um) ano, permitida a reeleição." "**Artigo 22 -** (...) **Parágrafo 4º -** Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: **a)** todas as procurações serão outorgadas em conjunto por 2 (dois) Diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos e deverão especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula ad judicia, que poderão ter prazo indeterminado; e," (...) **Parágrafo 5º -** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, alienação ou oneração de participações societárias e de compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretenda investir, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos." Na deliberação desta matéria, foram computados 459.434.628 votos a favor da aprovação da redação indicada acima, 49.760.257 votos a favor da aprovação da redação indicada na proposta da administração e 4.442.999 abstenções, tendo sido desconsideradas as abstenções da base de votação. 7.10. Aprovou, por acionistas titulares da unanimidade das ações que votaram nessa matéria, desconsideradas as abstenções da base de votação, a alteração da redação do parágrafo 4º, do artigo 9º, do Estatuto Social para atualização do prazo de convocação para a Assembleia Geral, passando para 21 (vinte e um) dias de antecedência, em primeira convocação, nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações. Em razão da alteração acima, foi aprovada a alteração da redação do parágrafo 4º, do artigo 9º, do Estatuto Social, que passarão a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 9º -** (...). **Parágrafo 4º -** A Assembleia Geral será convocada por meio de edital publicado com pelo menos 21 (vinte e um) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação." Na deliberação desta matéria, foram computados 513.637.884 votos a favor da aprovação. 7.11. Aprovou, por acionistas titulares da unanimidade das ações que votaram nessa matéria, desconsideradas as abstenções da base de votação, para atualização das regras referentes à participação remota dos conselheiros em reuniões do Conselho de Administração da Companhia, as seguintes alterações estatutárias: (i) a alteração da redação dos parágrafos 3º e 4º do artigo 17 do Estatuto Social, que passarão a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 17 -** (...). **Parágrafo 3º -** As reuniões poderão ser realizadas por conferência telefônica ou videoconferência, e-mail ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação dos membros do Conselho e a comunicação simultânea entre todas as demais pessoas presentes à reunião. As reuniões poderão ser realizadas de forma híbrida, por mais de um dos meios disponíveis. **Parágrafo 4º -** Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício. Será permitida a participação dos conselheiros nas reuniões por telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação, sendo que o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do "quórum" de instalação e de votação e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. O presidente e o secretário da mesa terão poderes para, individualmente, autenticarem e registrarem a presença e as manifestações e votos dos conselheiros que participarem a distância, por qualquer meio, bem como assinar em seu nome a ata da reunião." (ii) a exclusão do parágrafo 5º do artigo 17 do Estatuto Social; e (iii) a renumeração do parágrafo 6º do artigo 17 do Estatuto Social, que passará a ser o parágrafo 5º do artigo 17 do Estatuto Social, passando a vigorar da seguinte forma: **"Artigo 17 -** (...). **Parágrafo 5º -** As resoluções do Conselho de Administração serão sempre tomadas por maioria de votos dos membros presentes às reuniões, cabendo ao Presidente do Conselho, ou a seu substituto ou representante, também o voto de desempate." Na deliberação desta matéria, foram computados 509.194.885 votos a favor da aprovação e 4.442.999 abstenções, tendo sido desconsideradas as abstenções da base de votação. 7.12. Por fim, aprovou, por acionistas titulares da unanimidade das ações que votaram nessa matéria, desconsideradas as abstenções da base de votação, consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir as modificações aprovadas nesta Assembleia Geral, o qual passará a vigorar com a redação constante do Anexo 1 desta ata e que será disponibilizado nos *websites* da CVM e da B3, tendo sido sua publicação em jornal dispensada. Na deliberação desta matéria, foram computados 513.637.884 votos a favor da aprovação. **8. Documentos Arquivados na Sede Social:** Demonstrações financeiras; editais de convocação; publicações; procurações dos acionistas; declarações de votos dos acionistas; mapas de votação; boletins de voto recebidos diretamente pela Companhia; declarações de desimpedimentos; termos de posse e a gravação integral da Assembleia. **9. Encerramento:** Aprovada a publicação da ata dessa Assembleia, com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o §2º do artigo 130 da Lei das S.A. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em livro próprio, em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelo presidente e secretária da mesa, que certificaram a presença dos acionistas e demais comparecentes à Assembleia, nos termos do artigo 47, §2º, da Resolução CVM 81. São Paulo, 28 de março de 2024. Bruno Campos Garfinkel - Presidente da Mesa; Renata Paula Ribeiro Narducci - Secretária. **Presenças Autenticadas pelo Presidente e pela Secretária da Mesa:** Celso Damadi, **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos;** Patrícia Di Paula da Silva Paz, **Representante da empresa de auditoria independente Ernst & Young;** Lie Uema do Carmo, **Representante do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria;** Eduardo Rogatto Luque **Representante do Comitê de Auditoria;** Aleksandro Borges, **Gerente de Relações com Investidores.** A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Renata Paula Ribeiro Narducci -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 197.043/24-0 em 07/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo 1 - Estatuto Social Consolidado - Capítulo I: Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º.** A Porto Seguro S.A. é uma sociedade anônima, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Companhia"). **Parágrafo 1º.** Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, e poderá manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto a participação como acionista, sócia ou quotista, em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras que explorem (a) atividade de seguros em todos os ramos; (b) atividades privativas de instituições financeiras e de sociedades equiparadas a instituições financeiras, incluindo, sem limitação, a administração de consórcios; (c) a atividade de prestação de serviços; (d) comercialização de equipamentos de monitoramento eletrônico de sistemas de proteção patrimonial; e (e) atividades conexas, correlatas ou complementares à atividade de seguros e às demais atividades descritas acima. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º.** O capital social subscrito e integralizado é de R$ 8.500.000.000,00 (oito bilhões e quinhentos milhões de reais), dividido em 646.586.060 (seiscentos e quarenta e seis milhões, quinhentas e oitenta e seis mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações até o limite de 108.279.858 (cento e oito milhões, duzentas e setenta e nove mil, oitocentas e cinquenta e oito) novas ações ordinárias, destinadas à subscrição ou a serem atribuídas como bonificação, por deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral. Competirá ao órgão que deliberar sobre o aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado, estabelecer o número de ações ordinárias a serem emitidas, para distribuição no País ou no exterior, sob a forma pública ou privada, o preço e as demais condições da subscrição e integralização, conforme o caso. Não serão consideradas, para fins do limite do capital autorizado previsto neste artigo, as ações emitidas por deliberação da Assembleia Geral, com a reforma do Estatuto Social. **Parágrafo 2º.** O Conselho de Administração poderá autorizar a emissão, sem direito de preferência para os acionistas, de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, conforme disposto em lei. **Parágrafo 3º.** Nos demais casos, os acionistas terão preferência para a subscrição dos valores mobiliários mencionados no §2º supra na proporção das ações já possuídas anteriormente, ressalvada ao Conselho de Administração a faculdade de colocar junto a terceiros os valores mobiliários correspondentes aos acionistas que, por escrito, desistirem da sua preferência, ou que não se manifestarem dentro de 30 (trinta) dias contados da data do início do período para exercício da preferência. **Parágrafo 4º.** É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias. **Artigo 6º.** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas. **Artigo 7º.** As ações serão escriturais e permanecerão em contas de depósito, em nome dos seus titulares, na instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") designada pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Único.** 0 custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações custodiadas, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de custódia. **Artigo 8º.** Para fins de reembolso, nos casos de exercício de direito de retirada autorizados por lei, o valor a ser pago pela Companhia referente às ações detidas pelos acionistas que tenham exercido seu direito de retirada, será determinado com base no valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação de acordo com os procedimentos previstos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 9.457/97. **Capítulo III - Assembleias Gerais: Artigo 9º.** As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do respectivo exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade. **Parágrafo 1º.** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. **Parágrafo 2º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação. **Parágrafo 4º.** A Assembleia Geral será convocada por meio de edital publicado com pelo menos 21 (vinte e um) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação. **Parágrafo 5º.** Todos os documentos pertinentes à ordem do dia, a serem analisados ou discutidos em Assembleia Geral serão disponibilizados aos acionistas na B3, bem como na sede social, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação referido no parágrafo anterior. **Parágrafo 6º.** O Presidente da Assembleia deverá observar e fazer cumprir as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos. **Artigo 10.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou na ausência deste, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia Geral caberá a escolha do Secretário. **Artigo 11.** Compete à Assembleia Geral: a) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado; b) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; c) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais desdobramentos de ações; d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; e) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; f) deliberar sobre a saída do Novo Mercado; g) escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de reembolso de ações, conforme previsto no artigo 8º, supra, e/ou cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VIII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e h) todas as demais atribuições previstas em lei. **Capítulo IV - Órgãos da Administração: Artigo 12.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. **Parágrafo 1º.** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. A posse dos administradores fica condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis e à assinatura do respectivo termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 34. **Parágrafo 2º.** Sem prejuízo do prazo do respectivo mandato, os Administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **Parágrafo 3º.** Os administradores farão jus a uma remuneração, cujo montante global será fixado anualmente pela Assembleia Geral, bem como a uma participação anual nos lucros, correspondente a um décimo dos lucros do exercício, limitada à remuneração anual global dos Administradores. Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração e da participação nos lucros entre o

continua →★

→★ continuação

Conselho e a Diretoria e entre os membros de cada órgão, podendo ser assessorado, por decisão do próprio Conselho de Administração, por comitês estatutários ou não estatutários. **Parágrafo 4º.** Não poderá ser eleito (i) para o cargo de presidente do Conselho de Administração, o candidato que já tiver completado 72 (setenta e dois) anos na data da eleição e (ii) para qualquer outro cargo no Conselho de Administração, o candidato que já tiver completado 70 (setenta) anos na data de eleição. O membro do Conselho de Administração, independentemente de seu cargo, que atingir o limite de idade após a data de eleição poderá continuar no cargo até o término do mandato para o qual foi eleito. **Parágrafo 5º.** Não poderá ser eleito como Diretor o candidato que já tiver completado 65 anos na data de eleição. O Diretor que atingir o limite de idade após a data de eleição poderá continuar no cargo até o término do mandato para o qual foi eleito. **Artigo 13.** Qualquer dos órgãos de administração se reunirá validamente com a presença da maioria de seus membros e deliberará pelo voto da maioria dos presentes. **Parágrafo Único.** Só será dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros, admitidos, para este fim, os votos proferidos por delegação conferida a outro membro ou por escrito. **Conselho de Administração: Artigo 14.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dentre os eleitos, a mesma Assembleia Geral designará aqueles que ocuparão as funções de Presidente e de Vice-Presidente. **Parágrafo 1º.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado como independente, na hipótese de haver acionista controlador, o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§4º e 5º da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 2º.** Quando, em decorrência do cálculo percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior. **Parágrafo 3º.** O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem: (i) atuar como administrador, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, empregado, funcionário ou prestador de serviços em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. O Conselheiro de Administração não poderá exercer direito de voto caso se configurem, supervenientemente à eleição, os mesmos fatores de impedimento, **Parágrafo 4º.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser cumulados pela mesma pessoa. **Artigo 15.** Em caso de vaga de qualquer cargo do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho deverá nomear um substituto. **Parágrafo 1º.** Dentro de 30 (trinta) dias do evento será convocada Assembleia Geral dos acionistas para preenchimento do cargo em caráter definitivo, se o número de membros do Conselho de Administração tornar-se inferior a 5 (cinco). **Parágrafo 2º.** No caso de ausência ou impedimento temporário, o Conselheiro ausente ou impedido temporariamente indicará, dentre os membros do Conselho de Administração, aquele que o representará. **Parágrafo 3º.** Nas hipóteses previstas neste artigo, de vaga, ausência ou impedimento temporário, o substituto ou representante agirá, mesmo para o efeito de votação em reunião do Conselho, por si e pelo substituído ou representado. **Artigo 16.** O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, verificar e acompanhar sua execução, cumprindo-lhe especialmente: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) fixar a remuneração individual e participação nos lucros dos Conselheiros e Diretores, nos termos do disposto no artigo 12, parágrafo 3º deste Estatuto, podendo ser assessorado, por decisão do próprio Conselho de Administração, por comitês estatutários ou não estatutários; c) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições que não estejam, especificamente, previstas neste Estatuto Social ou na lei; d) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros, papéis e outros documentos da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos; e) autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de garantias acima de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); f) convocar Assembleias Gerais e reuniões de Diretoria, quando necessário ou conveniente; g) apreciar o Relatório de Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; h) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia; i) deliberar sobre a emissão de novas ações até o limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão das ações, observadas as disposições do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, bem como excluir ou reduzir o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública ou permuta de ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei; j) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento, manutenção em tesouraria e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia e, nestes últimos casos, deliberar acerca da eventual alienação; k) deliberar, nas hipóteses em que o montante envolvido estiver acima do limite de alçada estabelecido para a Diretoria, sobre (i) a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis; (ii) a aquisição, alienação ou oneração de participações societárias; (iii) compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretenda investir; e (iv) a captação de recursos, contratação de empréstimos, financiamentos no País e/ou no exterior, inclusive mediante a emissão de títulos, bem como estabelecer o limite de alçada da Diretoria para deliberar sobre referidas matérias; l) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia, deliberar o levantamento de balanços intermediários em qualquer periodicidade, inclusive mensal, trimestral e semestral, bem como deliberar sobre a distribuição de dividendos intercalares e intermediários ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados nos referidos balanços ou à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em lei; m) deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral; n) submeter à deliberação da Assembleia Geral, propostas de destinação dos lucros sociais; o) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de reembolso de ações, oferta pública de aquisições de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado; e p) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta quanto ao interesse da companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) alternativas à aceitação da oferta disponíveis no mercado; (iv) opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da oferta, acompanhada de alerta aos acionistas da Companhia de que é de sua responsabilidade a decisão final sobre a aceitação da oferta; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas normas legais e regulatórias aplicáveis. **Parágrafo 1º.** A Companhia e os Administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia. **Parágrafo 2º.** Compete ainda ao Conselho de Administração a instituição de Comitês e o estabelecimento dos respectivos regimentos e competências, podendo o Conselho de Administração, dentro dos preceitos legais, delegar competências aos referidos Comitês. **Parágrafo 3º.** A Companhia terá um Comitê de Auditoria de caráter permanente como órgão de apoio ao Conselho de Administração. **Parágrafo 4º.** O Comitê de Auditoria, é composto por no mínimo 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo 5º.** As competências do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração. **Artigo 17.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, quatro vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, na sede da Companhia ou em qualquer outra localidade escolhida. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio. **Parágrafo 1º.** As reuniões serão convocadas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho, ou por quaisquer dois conselheiros, por carta, correio eletrônico, ou por qualquer outra forma escrita, enviada com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, devendo constar da convocação o dia e hora da reunião, bem como a ordem do dia. As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente ou ainda, na ausência deste, pelo membro do Conselho de Administração eleito pelos demais membros. **Parágrafo 2º.** A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração. **Parágrafo 3º.** As reuniões poderão ser realizadas por conferência telefônica ou videoconferência, e-mail ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação dos membros do Conselho e a comunicação simultânea entre todas as demais pessoas presentes à reunião. As reuniões poderão ser realizadas de forma híbrida, por mais de um dos meios disponíveis. **Parágrafo 4º.** Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício. Será permitida a participação dos conselheiros nas reuniões por telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação, sendo que o conselheiro será considerado presente à reunião para verificação do "quórum" de instalação e de votação e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. O presidente e o secretário da mesa terão poderes para, individualmente, autenticarem e registrarem a presença e as manifestações e votos dos conselheiros que participarem a distância, por qualquer meio, bem como assinar em seu nome a ata da reunião. **Parágrafo 5º.** As resoluções do Conselho de Administração serão sempre tomadas por maioria de votos dos membros presentes às reuniões, cabendo ao Presidente do Conselho, ou a seu substituto ou representante, também o voto de desempate. **Diretoria: Artigo 18.** A Diretoria será composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 8 (oito) membros, que serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 1 (um) Vice-Presidente - Comercial e Marketing, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Seguros, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros, 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Serviços e 1 (um) Diretor Vice-Presidente - Saúde, com prazo de gestão de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** Nos seus impedimentos ou ausências, o Diretor Presidente será substituído pelo diretor por ele indicado. Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, a Diretoria designará um de seus membros para assumir cumulativamente a Presidência até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração, que lhe designará substituto pelo restante do prazo de gestão. **Parágrafo 2º.** Os demais Diretores serão substituídos, em casos de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor, escolhido pela Diretoria. Esta lhe dará em caso de vacância, substituto provisório, até que o Conselho de Administração eleja seu substituto definitivo pelo restante do prazo de gestão. **Artigo 19.** A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para alienar e onerar bens do ativo permanente, renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais e estatutárias pertinentes bem como as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. Compete-lhe ainda administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente: a) cumprir e fazer cumprir este estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas; b) decidir, até o limite de alçada estabelecido pelo Conselho de Administração, sobre a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis, aquisição, alienação ou oneração de participações societárias e de compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretenda investir; c) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; d) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia; e) autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas em lei e pelo Conselho de Administração: (i) a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis; (ii) a aquisição, alienação ou oneração de participações societárias; (iii) compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretenda investir; (iv) a captação de recursos, contratação de empréstimos, financiamentos no País e/ou no exterior, inclusive mediante a emissão de títulos; e (v) a prestação de garantias reais e/ou fidejussórias até o limite de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), observadas as disposições legais e contratuais pertinentes. **Artigo 20.** Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; b) manter os membros do Conselho da Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; c) propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções aos Diretores; e d) exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração. **Artigo 21.** Compete aos demais Diretores assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração. **Artigo 22.** Como regra geral e ressalvados os casos objeto dos parágrafos subsequentes, a Companhia se obrigará sempre que representada por 2 (dois) Diretores em conjunto ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador atuando conjuntamente. **Parágrafo 1º.** Os atos para os quais o presente Estatuto exija autorização prévia do Conselho de Administração só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição. **Parágrafo 2º.** Quando o ato a ser praticado impuser representação singular, a Companhia será representada por qualquer Diretor ou procurador com poderes especiais. **Parágrafo 3º.** O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador. **Parágrafo 4º.** Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: a) todas as procurações serão outorgadas em conjunto por 2 (dois) Diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos e deverão especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula ad judicia, que poderão ter prazo indeterminado; e, b) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que será mencionada em seu texto. **Parágrafo 5º.** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, alienação ou oneração de participações societárias e de compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretenda investir, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos. **Parágrafo 6º.** Não terão validade, nem obrigarão a Companhia, os atos praticados em desconformidade ao disposto neste artigo. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 23.** O Conselho Fiscal da Companhia não funcionará em caráter permanente e só será instalado quando solicitado por acionistas, na forma da lei. **Artigo 24.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, todos residentes no Brasil e que não façam parte da administração da Companhia, e igual número de suplentes. O funcionamento, remuneração, competência, deveres e responsabilidades de seus membros obedecerão ao disposto na legislação em vigor. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, que preverá a sua sujeição à cláusula compromissória, prevista no artigo 34 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Capítulo VI - Exercício Social, Lucros e Dividendos: Artigo 25.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Trimestralmente e ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia, observadas as disposições legais vigentes. **Artigo 26.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro; dos lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos Administradores, nos termos do artigo 12, parágrafo 3º deste Estatuto. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76; c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; d) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no artigo 27, infra; e) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do artigo 27, infra, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; f) uma parcela, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser destinada à constituição da Reserva para Manutenção de Participações Societárias, observado o disposto no parágrafo único, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76; e, g) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à constituição de Reserva para Incentivos Fiscais, observado o disposto no artigo 195-A da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Único.** A Reserva para Manutenção de Participações Societárias tem as seguintes características: a) sua finalidade é a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas; b) poderá ser destinado a essa Reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvado o disposto na alínea "d", infra; c) o saldo acumulado dessa Reserva, quando somado aos saldos das demais reservas de lucros existentes, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia, oportunidade em que a Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do excedente para aumento do capital social ou para distribuição aos acionistas; e, d) caso a administração da Companhia considere o montante dessa Reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à Assembleia Geral: (i) que em determinado exercício, o saldo remanescente, após a constituição da reserva legal e a distribuição do dividendo mínimo obrigatório, seja distribuído, integral ou parcialmente, aos acionistas da Companhia; e/ou (ii) que os valores dessa Reserva sejam revertidos, integral ou parcialmente, para aumento de capital ou distribuição aos acionistas da Companhia. **Artigo 27.** Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição da reserva legal; b) importância destinada à formação da reserva para contingências (artigo 26 "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e c) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Único.** O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, nos termos da lei. **Artigo 28.** Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá levantar balanços intermediários em qualquer periodicidade, inclusive mensal, trimestral e semestral, bem como declarar dividendos intercalares e intermediários ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados nos referidos balanços ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Capítulo VII - Liquidação: Artigo 29.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, elegendo o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo VIII - Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado: Artigo 30.** A Alienação direta ou indireta de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição das ações, tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 31.** A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada: a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; e b) em caso de alienação indireta de controle, sendo que, nesse caso, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor. **Artigo 32.** Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a efetivar a oferta pública referida no artigo 30 deste Estatuto Social. **Capítulo IX - Proteção da Dispersão da Base Acionária: Artigo 33.** Qualquer Acionista Adquirente (conforme definido no parágrafo 2º abaixo) que atingir, direta ou indireta mente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, e que deseje realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a (i) realizar cada nova aquisição na B3, vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão, e (ii) previamente a cada nova aquisição, comunicar por escrito ao diretor de relações com investidores da Companhia, a quantidade de Ações em Circulação que pretende adquirir, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para a realização da nova aquisição de ações, do qual possam participar terceiros interferentes e/ou eventualmente a própria Companhia, observados sempre os termos da legislação vigente, em especial a regulamentação da CVM e os regulamentos da B3 aplicáveis. **Parágrafo 1º.** Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com a obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 2º.** Para fins deste artigo, o seguinte termo iniciado em letra maiúscula terá o seguinte significado: "**Acionista Adquirente**" significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto com o Acionista Adquirente e/ou que atue representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se, dentre os exemplos de uma pessoa que atue representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, qualquer pessoa (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por tal Acionista Adquirente, (ii) que controle ou administre, sob qualquer forma, o Acionista Adquirente, (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, tal Acionista Adquirente, (iv) na qual o controlador de tal Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social, (v) na qual tal Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social, ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social do Acionista Adquirente. **Parágrafo 3º.** O Conselho de Administração poderá dispensar a aplicação do artigo 33 deste Estatuto Social, caso seja de interesse da Companhia. **Capítulo X - Juízo Arbitral: Artigo 34.** A Companhia, seus acionistas, Administradores, membros do Conselho Fiscal, eletivos e suplentes se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado. **Parágrafo Único.** A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. A Cidade de São Paulo será o local da arbitragem, que deverá ser processada em língua portuguesa. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada por árbitro único ou tribunal arbitral composto de três árbitros, de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem. **Capítulo XI - Disposições Finais: Artigo 35.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76, observado o Regulamento do Novo Mercado.

PORTO SERVIÇOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ nº 46.727.980/0001-20 - NIRE 35300597311

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Janeiro de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 02 de janeiro de 2024, às 9h, na sede social da Porto Bank S.A. ("Companhia"), à Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Sala 03, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 4º andar/parte, Lado B, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Parlo. **2. Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo art. 127 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença da acionista única detentora da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do art. 124 da LSA. **4. Mesa:** Sr. Marcos Roberto Loução - Presidente; Sra. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária. **5. Ordem do Dia: (i)** Desinvestir o Sr. Roberto de Souza Santos do cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(ii)** Eleger o Sr. Marcos Roberto Loução como Diretor Presidente da Companhia; **(iii)** Aprovar a reforma do art. 15 do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia; e **(v)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** A acionista única deliberou: (i) Aprovar a Desinvestidura do Sr. Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 641.284.587-91, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, do cargo de Diretor Presidente da Companhia. (ii) Aprovar a eleição do Sr. Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-011, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025. O diretor ora eleito é investido em seu cargo, nesta dala, mediante assinatura do respectivo termo de posse e das declarações de desimpedimento. O termo de posse e a declaração de desimpedimento, devidamente assinado, ficarão arquivados na sede da Companhia. (iii) Aprovar a reforma do art. 15 do Estatuto Social da Companhia para excluir o cargo de CEO-Negócios Financeiros, passando a Diretoria a ser composta por, no máximo, 4 (quatro) membros. Assim, o art. 15 do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 15 -** A Companhia será administrada pela diretoria, composta por até 4 (quatro) diretores, com as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; (iii) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional; e (iv) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing. Os diretores poderão ser acionistas ou não, residentes no país, e serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela assembleia geral, observadas as disposições legais, deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social." (iv) Aprovar a ratificação da atual composição da Diretoria da Companhia, considerando as alterações aprovadas nos termos dos itens precedentes, que passa a vigorar da seguinte forma: Diretor Presidente: **Marcos Roberto Loução,** brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49; Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional: **Lene Araújo de Lima,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80; Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos: **Celso Damadi,** brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03, e Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing: **José Rivaldo Leite da Silva,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01216-012, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025. **(v)** Aprovar a consolidarão do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar conforme a redação no Anexo I a esta ata. Por fim, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o art. 130, parágrafo 1º, da LSA. **7. Documentos Arquivados:** Termo de posse, declaração de desimpedimento e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 02 de janeiro de 2024. (ass.) **Presidente:** Sr. Marcos Roberto Loução; **Secretária:** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; **Acionista: Porto Bank S.A.,** por seu Diretor Presidente, Sr. Marcos Roberto Loução e por seu Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, Celso Damadi. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Aline Salem da Silveira Bueno - **Secretária da Mesa. JUCESP** nº 200.764/24-0 em 13/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I** *à ata de Assembleia Geral Extraordinária da Porto Serviços Financeiros S.A. realizada em 02 de janeiro de 2023.* **Estatuto Social da Porto Serviços Financeiros S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Duração e Objeto Social: Artigo 1º** A **Porto Serviços Financeiros S.A.** é uma sociedade anônima fechada regida por este estatuto social, por eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social e pelas disposições legais aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º** A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, sala 03, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 4º andar/parte, Lado B, Campos Elíseos, CEP 01216-012. **Parágrafo único** Por decisão da diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades não reguladas que sejam relacionadas, correlatas e/ou complementares a atividades financeiras e/ou a outras atividades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, no Brasil e no exterior. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º** O capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 19.541.146,48 (dezenove milhões, quinhentos e quarenta e um mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos) dividido em 18.394.602 (dezoito milhões, trezentas e noventa e quatro mil, seiscentas e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º** As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 7º** A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, criar classes de ações ou aumentar o número de ações das classes existentes, ou, ainda, criar ações preferenciais de uma ou mais classes, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies existentes, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais sobre o total de ações emitidas. **Artigo 8º** As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. **Artigo 9º** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor patrimonial das ações, determinado com base no último balanço anual aprovado pela assembleia geral de acionistas, observado o disposto no artigo 45, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10** Para os fins do artigo 44, §6º, da Lei das Sociedades por Ações, o resgate das ações de emissão da Companhia, independentemente de sua espécie e/ou classe, poderá ser aprovado em assembleia geral por votos de acionistas que representem mais da metade do capital social. **Capítulo III - Assembleias Gerais: Artigo 11** A assembleia geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º** As convocações deverão ser realizadas com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência da data da assembleia, por qualquer dos membros da diretoria, por qualquer dos acionistas ou membros do conselho fiscal, se instalado. **Parágrafo 2º** Nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, as formalidades para convocação poderão ser dispensadas quando todos os acionistas estiverem presentes ou reconhecerem por escrito que estão cientes a respeito do lugar, hora, data e ordem do dia da assembleia geral. **Parágrafo 3º** A assembleia geral instalar-se-á, em qualquer convocação, com a presença de acionistas que representem o quórum legal e/ou estatutário necessário à aprovação das matérias constantes da correspondente ordem do dia. **Parágrafo 4º** Só poderão exercer o direito de voto na assembleia geral, diretamente, por meio de procuradores ou a distância, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da assembleia. **Artigo 12** As assembleias gerais da Companhia serão presididas por qualquer um dos presentes, indicado por acionistas que representem a maioria das ações com direito de voto. O presidente da assembleia geral indicará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 13** As deliberações da assembleia geral, ressalvados quóruns superiores previstos em lei, neste estatuto social ou em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, serão tomadas por acionistas titulares da maioria das ações com direito de voto emitidas pela Companhia. **Artigo 14** Os acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais por procuradores constituídos na forma do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, seja para formação do quórum, seja para votação. **Parágrafo 1º** Os acionistas poderão exercer o direito de voto e participar da assembleia a distância, por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do participante, desde que sejam utilizados meios que permitam assegurar a identidade do acionista, ou de seu representante, bem como que permitam assegurar a autenticidade das respectivas manifestações e teor dos votos. O envio de voto por escrito, assinado pelo acionista, com firma reconhecida, até o horário de início da assembleia geral será considerado como meio apropriado para o registro da presença do referido acionista na assembleia e do sentido de seu voto, sem prejuízo de outros meios. Uma vez recebido o voto a distância, bem como computado e registrado o teor do referido voto, o presidente e/ou o secretário da assembleia geral ficarão investidos de plenos poderes para assinar a ata da assembleia, a lista de presença e o livro de registro de presença de acionistas em nome do acionista participante da assembleia geral nos termos deste Parágrafo. **Parágrafo 2º** Os acionistas que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à assembleia, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. **Capítulo IV - Administração: Artigo 15** A Companhia será administrada pela diretoria, composta por até 4 (quatro) diretores, com as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; (iii) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional; e (iv) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing. Os diretores poderão ser acionistas ou não, residentes no país, e serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela assembleia geral, observadas as disposições legais, deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social. **Parágrafo único** A assembleia geral fixará de forma global e anual os honorários da diretoria. **Artigo 16** O prazo de mandato dos membros da diretoria é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores permanecerão em seus cargos até eleição e posse de seus substitutos, estendendo-se os respectivos mandatos, ainda que expirado o prazo indicado neste Artigo, caso os novos diretores não tenham sido eleitos, nem empossados, por qualquer razão. **Parágrafo 1º** A investidura dos diretores dar-se-á mediante assinatura de termo de posse nos livros de registro de atas da diretoria, independentemente de caução. **Parágrafo 2º** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância no cargo de diretor, será imediatamente convocada assembleia geral para que seja preenchido o cargo, que completará o mandato do diretor substituído. **Parágrafo 3º** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 90 (noventa) dias consecutivos. **Artigo 17** A diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer diretor, com 3 (três) dias de antecedência, mediante convocação pessoal dirigida aos demais diretores, com comprovação do recebimento, devendo constar da convocação a ordem do dia. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício. **Parágrafo 1º** As reuniões da diretoria serão presididas por qualquer dos diretores e secretariadas por pessoa indicada pelo presidente, que poderá ser um dos diretores, ou não **Parágrafo 2º** Nas reuniões da diretoria, o diretor ausente poderá ser representado por um de seus pares, para formação de quórum de instalação e/ou de deliberação. Igualmente, serão admitidos votos por carta, fax ou e-mail, quando recebidos até o momento da reunião. Os diretores que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à reunião, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. As reuniões da diretoria serão válidas, nos termos deste Parágrafo, mesmo que todos os diretores participem e votem a distância. **Parágrafo 3º** Nas reuniões da diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros em exercício, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Artigo 18** Além dos atos necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, os diretores ficam investidos de poderes para, observadas suas respectivas competências e no âmbito de suas responsabilidades individuais, representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis. Compete especialmente à diretoria: (i) Cumprir e fazer cumprir este estatuto social e as deliberações da assembleia geral; (ii) Apresentar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos lucros do exercício, observadas as disposições previstas em lei, neste estatuto social e em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia; e (iii) Representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as regras previstas no Artigo 19 deste estatuto social. **Artigo 19** A Companhia considerar-se-á obrigada se representada: (i) Por 2 (dois) diretores, em conjunto, para a prática de quaisquer atos; ou (ii) Por 1 (um) ou mais procuradores, de acordo com os poderes outorgados na respectiva procuração e observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo 19. **Parágrafo único** As procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar todos os poderes outorgados e, exceto se para fins de representação em processos judiciais ou administrativos, deverão ter prazo determinado, não superior a 1 (um) ano. **Artigo 20** Em operações estranhas aos negócios sociais, é vedado aos diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, ou contrair obrigações de qualquer natureza. **Parágrafo único** Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 21** A Companhia não terá conselho fiscal permanente. **Artigo 22** Caso seja solicitado o funcionamento do conselho fiscal, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia quanto à matéria, este será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei e com mandato até a primeira assembleia geral ordinária após sua instalação. **Parágrafo único** A remuneração dos membros do conselho fiscal será determinada pela assembleia geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VI - Acordo de Acionistas: Artigo 23** A Companhia, os acionistas e os diretores obrigatoriamente observarão, no exercício de direitos e no cumprimento de obrigações, todas as cláusulas, disposições, termos e condições constantes de eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede social. **Parágrafo único** Os acionistas e membros da diretoria, bem como o presidente do conclave, conforme o caso, terão o direito e a legitimidade para proceder conforme o disposto no artigo 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações. O presidente da assembleia geral não computará o voto proferido por qualquer dos acionistas que de qualquer forma seja contrário à disposição, cláusula, termo ou condição, contida em acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, devendo, ainda, considerar tais votos como se proferidos em observância ao disposto no acordo de acionistas em questão. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Resultados: Artigo 24** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 25** O lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do *caput* do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive no que se refere à retenção para reserva legal, será destinado sucessivamente e nesta ordem: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; e (iii) O saldo do lucro líquido será destinado para a Reserva de Investimentos, que não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar os recursos suficientes para reinvestimento nas operações da Companhia. Ultrapassado esse limite, ou sempre que assim deliberado, a assembleia geral poderá destinar o excedente para aumento do capital social, recompra de ações para manutenção em tesouraria ou distribuição aos acionistas da Companhia como dividendos. **Parágrafo 1º** Salvo deliberação em contrário da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, no mesmo exercício social em que forem declarados. **Parágrafo 2º** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a diretoria informar à assembleia geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 26** A diretoria poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **Artigo 27** A diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em assembleia geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 25, inciso "ii", deste estatuto social. **Artigo 28** Prescrevem e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia: Artigo 29** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo IX - Lei Aplicável e Resolução de Disputas: Artigo 30** Este estatuto social será interpretado e regido em conforme com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 31** Todos e quaisquer conflitos, controvérsias, divergências ou litígios envolvendo os acionistas, os administradores e/ou a Companhia e/ou relacionados a interpretação ou aplicação deste estatuto social deverão ser submetidos ao Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser. **Capítulo X - Disposições Finais: Artigo 32** Aos casos omissos neste estatuto social, aplicar-se-ão as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou do diploma legal que a suceder.

JSL S.A.

Companhia de Capital Aberto Autorizado

CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79 – NIRE 35.300.362.683

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de maio de 2024

Data, Hora e Local: 7 de maio de 2024, às 8h:30, na sede social da JSL S.A. ("Companhia" ou "JSL"), situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 91, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 17, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Fernando Antônio Simões; Secretária: Maria Lúcia de Araújo. **Ordem do Dia:** Relativamente à cisão parcial da IC Transportes Ltda. ("IC Transporte") e subsequente versão da parcela cindida para a Companhia prevista no "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da IC Transportes Ltda. com Versão da Parcela Cindida para a JSL S.A." celebrado em 26 de março de 2024 ("Protocolo") e aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e Alteração do Contrato Social da IC Transportes realizadas em 26 de abril de 2024 ("Cisão Parcial"), **(i)** atestar o cumprimento de todas as condições suspensivas necessárias à efetivação da Cisão Parcial previstas no Protocolo; e **(ii)** consignar a data de efetivação da Cisão Parcial. **Deliberações:** Após a análise das matérias constantes da ordem do dia da presente reunião e dos documentos colocados à disposição dos presentes, os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o quanto segue: **(i)** Tendo em vista a obtenção e/ou dispensa de todos os consentimentos e aprovações de terceiros necessários à transferência dos ativos e passivos que compõe a parcela cindida da Cisão Parcial, atestar que todas as condições suspensivas à efetivação da Cisão Parcial previstas no Protocolo foram devidamente cumpridas em 30 de abril de 2024; e **(ii)** Em razão do item "(i)" acima e nos termos do Protocolo aprovado pelos acionistas da Companhia e pela única sócia da IC Transporte, consignar que a Cisão Parcial foi efetivada na data de 30 de abril de 2024. **Encerramento:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi a ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Fernando Antônio Simões - Presidente; Maria Lúcia de Araújo - Secretária. Conselheiros Presentes: Fernando Antônio Simões, Denys Marc Ferrez, Antônio da Silva Barreto Junior, Gilberto Meirelles Xandó Baptista e Marcelo Strufaldi Castelli. São Paulo, 7 de maio de 2024. Confere com a original lavrada em livro próprio. Maria Lúcia de Araújo - Secretária da Mesa. JUCESP nº 203.147/24-8 em 16/05/2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E DE BIOENERGIA DO BRASIL - UNICA

Rua Funchal, n.º 418, 14º andar - Vila Olímpia - 04551-060 - São Paulo - SP

Fone (11) 3093 4949 - FAX (11) 3812 1416

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Em razão de falha de digitação verificada no Edital de Convocação, publicado no Jornal Valor Econômico, na edição de 17 de maio de 2024, no qual constou erroneamente a referência ao horário de convocação e instalação da Assembleia Geral Extraordinária, onde lê-se "14:35 horas", leia-se "14:00 horas" e onde lê-se "14:50 horas", leia-se "14:15 horas", procedemos com a republicação do Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária da União da Agroindústria Canavieira e de Bioenergia do Brasil - UNICA:

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De conformidade com o disposto no artigo 20, bem como seus parágrafos e observada a norma do artigo 26 do Estatuto Social, ficam convocados os Srs. Associados da União da Agroindústria Canavieira e de Bioenergia do Brasil - UNICA para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, em sua sede social, localizada na Rua Funchal, n.º 418, 14º andar, Vila Olímpia, São Paulo - SP, no próximo dia 28 de maio de 2024, às 14:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: "1. Apresentação, debate e aprovação de contribuição pecuniária extraordinária, fixada por seu Conselho Deliberativo, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 17 de seu Estatuto Social, para defesa dos interesses do setor sucroenergético no que se refere a buscar a garantia da constitucionalidade da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, que instituiu a Política Nacional de Bicombustíveis (RenovaBio); e 2. Relatos e esclarecimentos eventualmente solicitados pelos associados conforme Estatuto Social, se necessário.". Nos termos do art. 23, do Estatuto, não havendo a presença suficiente de associadas para a instalação dos trabalhos da Assembleia em primeira convocação, ficam os Srs. Associados desde já convocados para uma outra, em segunda convocação, a se realizar no mesmo dia e local, às 14:15 horas, com um terço do número votos. **São Paulo, 17 de maio de 2024. Marcelo Campos Ometto – Presidente do Conselho Deliberativo.**

Petróleo Troca de comando

Magda Chambriard tem aprovação de conselho e assume a Petrobras

Indicada por Lula, executiva terá o desafio de acelerar projetos caros ao presidente, como refinarias e estaleiros

DENISE LUNA
GABRIEL VASCONCELOS
RIO

Em cerimônia fechada, Magda Chambriard assumiu ontem a presidência da Petrobras, após ter seu nome aprovado em reunião do conselho de administração da estatal. A decisão não foi unânime: dos 11 integrantes do colegiado (a maioria indicada pelo governo), um votou contra e outro se absteve (ambos representam minoritários detentores de ações ordinárias). Até a hora da votação, investidores estrangeiros defendiam que a aprovação do nome de Magda só poderia ser feita em assembleia geral extraordinária de acionistas.

Magda é a oitava presidente da Petrobras nos últimos oito anos. Ela entra no lugar do ex-senador Jean Paul Prates, demitido no último dia 14 por conta de uma sucessão de atritos com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira – que em entrevista ao *Estadão/Broadcast* afirmou que a Petrobras não pode perder de vista o interesse nacional.

Na leitura do mercado, a nova troca na estatal pode abrir a porta para maior intervencionismo do governo. Ex-presidente da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no governo Dilma Rousseff, Magda já defendeu bandeiras que provocaram controvérsia no passado, como a exigência de conteúdo local na indústria do petróleo.

ANDRE RIBEIRO / AGENCIA PETROBRAS / AFP

Magda Chambriard exibe o crachá da Petrobras; missões

Por conta desse receio, as ações da Petrobras chegaram a perder mais de R$ 34 bilhões em valor de mercado no dia seguinte ao anúncio da demissão de Prates. Ontem, fecharam em leve queda – de 0,34% (papéis ON) e 0,54% (PN), desta vez num resultado atribuído por operadores ao baixo volume de negócios no dia.

TAREFAS. Magda chega à estatal com a missão de acelerar os investimentos da companhia a pedido do Planalto, principalmente na área de refinarias e em projetos de encomendas de novos navios e plataformas. Já terá de enfrentar logo na primeira semana a cobrança de petroleiros sobre questões internas da companhia. Empregados da estatal associados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) aprovaram nesta semana estado de greve.

Ficou para ela também a indigesta decisão sobre a Sete Brasil, empresa de sondas criada em 2010 para atender o pré-sal, mas que acumula dívida de cerca de R$ 20 bilhões. O *Estadão/Broadcast* apurou que o tema da Sete Brasil chegou a entrar na pauta de ontem da reunião do conselho, mas acabou sendo retirado.

A primeira reunião da nova presidente com a diretoria da empresa será no próximo dia 27, mas ainda não ficou claro se, além da demissão do diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, Sergio Caetano Leite, outros executivos deixarão o cargo.

De acordo com pessoas próximas ao assunto, outros diretores podem sair, como o de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Carlos Travassos, responsável pelas obras de refinarias e estaleiros.

Aumentar a produção de gás natural no Brasil também está no topo da lista da nova gestora, que foi chamada a contribuir com o projeto do Ministério de Energia "Gás para empregar". Também foi prometido ao ministro Alexandre Silveira voltar com força à área de fertilizantes, além de se esforçar para conseguir a licença ambiental de exploração na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial brasileira – o que tem sido rejeitado pelo Ibama. ●

Transporte aéreo Aproximação

Azul e Gol firmam acordo para compartilhamento de seus voos

Parceria inclui as rotas domésticas exclusivas das duas empresas e também os seus programas de fidelidade

BETH MOREIRA

Em meio a expectativas de uma possível fusão de suas operações, as companhias aéreas Azul e Gol anunciaram ontem um acordo de cooperação comercial que vai conectar as suas malhas aéreas no Brasil por meio de um "codeshare" (compartilhamento de voos). A parceria inclui as rotas domésticas exclusivas, ou seja, operadas por apenas uma das duas empresas.

O acordo envolve também os seus programas de fidelidade, permitindo que membros do Azul Fidelidade e do Smiles acumulem pontos ou milhas no programa de sua escolha ao comprar bilhetes para os trechos incluídos no codeshare.

As conversas sobre a fusão das duas companhias apareceram pouco tempo depois de a Gol entrar em processo de recuperação judicial nos Estados Unidos – em 25 de janeiro a Gol apresentou um pedido de recuperação judicial à Justiça dos Estados Unidos, que foi acatado pelo Tribunal de Falências de Nova York no dia seguinte. Em dezembro de 2023, a empresa acumulava dívidas de R$ 20,17 bilhões.

Uma eventual fusão com a Azul seria baseada em uma troca de ações com a Abra Group, controladora da Gol. Em março, a Azul contratou dois assessores financeiros, o Guggenheim Securities, banco de investimento da Guggenheim Partners, e o Citigroup, para tocarem as negociações.

'FÃ DA CONSOLIDAÇÃO'. Questionado sobre a possibilidade de fusão entre as duas companhias no últimos dia 13, durante a apresentação do balanço, o presidente da Azul, John Rodgerson, disse que não poderia entrar em detalhes: "O processo ainda está em andamento", disse. O executivo acrescentou que, apesar de a Azul estar focada na sua operação atual, "sempre foi fã da consolidação do mercado de aviação", como forma de melhorar as condições de preço e operacionais.

Em relação a possíveis questionamentos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre o negócio, Rodgerson afirmou que não seria possível analisar e comentar sobre algo que "ainda não está na mesa". Na mesma ocasião, ele disse que, se por um lado a Gol e a Latam têm uma sobreposição de quase 100% na malha aérea, a da Azul é de 20%, com operações exclusivas em diferentes Estados.

Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Azul avalia que o acordo vai trazer enormes benefícios para os clientes. "Com a malha altamente conectada da Azul servindo à maioria das cidades no Brasil e a forte presença da Gol nos principais mercados brasileiros, nossas ofertas complementares vão oferecer aos clientes uma ampla opção de viagem", diz a companhia.

> **Escala**
>
> **1.500** é o número de decolagens diárias da Gol e da Azul em rotas domésticas
>
> **2.700** é o número de oportunidades de viagens com apenas uma conexão que o acordo vai criar aos clientes das duas empresas
>
> **322** é o número de aeronaves operadas pelas duas companhias

CODESHARE. Segundo as empresas, os consumidores poderão se beneficiar do compartilhamento de voos a partir do final de junho, quando a oferta estará disponível nos canais de vendas de ambas as empresas. Azul e Gol têm cerca de 1.500 decolagens diárias. O acordo vai criar mais de 2.700 oportunidades de viagens com apenas uma conexão, dizem as empresas. "A Gol já oferece mais de 60 acordos comerciais diferentes com muitas companhias aéreas parceiras globais e estamos ansiosos para expandir esse benefício dentro do Brasil também", destacou a Gol no comunicado.

Fundada em 2001, a Gol mantém alianças comerciais com a American Airlines e a Air France-KLM, e disponibiliza aos clientes diversos acordos de codeshare e interline. A companhia conta com uma equipe de 13,7 mil profissionais da aviação e opera uma frota padronizada de 142 aeronaves Boeing 737.

A Azul oferece 1 mil voos diários para mais de 160 destinos. Com uma frota operacional de mais de 180 aeronaves e mais de 16 mil tripulantes, a companhia opera uma malha de 300 rotas diretas. ●

Inteligência artificial Roda da fortuna

CEO da Nvidia ganha US$ 7,6 bilhões em um só dia

CLAYTON FREITAS

O bilionário taiwanês Jensen Huang, de 61 anos, cofundador e presidente da Nvidia, viu sua fortuna pessoal passar de US$ 77 bilhões no início de abril para US$ 91 bilhões ontem, segundo dados da revista *Forbes*. Com isso, Huang saltou do posto de 20.ª pessoa mais rica do mundo para a 17.ª posição.

Pelos cálculos de um outro índice que lista os bilionários, da Bloomberg, US$ 7,65 bilhões foram ganhos por Huang na quinta-feira passada, um dia após a Nvidia divulgar seu balanço. Na véspera, antes da divulgação dos resultados, a companhia valia US$ 2,35 trilhões, e viu essa cifra saltar para US$ 2,55 trilhões no fechamento do mercado, o que a colocou como a terceira empresa mais valiosa da Bolsa americana, atrás apenas da Apple e da Microsoft.

TRAJETÓRIA. Criada em 1993, a Nvidia passou a desenvolver chips de processamento de vídeo (ou GPUs) para computadores e videogames. Essa tecnologia tornou-se essencial para processar vídeos pesados na indústria de games (abastecendo consoles como Xbox e PlayStation) e indispensável em supercomputadores.

Mais recentemente, com as GPUs (unidades de processamento central, que executam tarefas sequencialmente e com mais consumo de energia), esses chips evoluíram para abastecer as máquinas que rodam as redes neurais que turbinam a inteligência artificial (IA), fazendo da Nvidia uma gigante entre as bigtechs.

A lista da *Forbes*, que calcula em tempo real a fortuna dos bilionários ao redor do planeta, mostrou ainda que o empresário francês Bernard Arnault perdeu US$ 28 bilhões. Em abril, o dono da holding que engloba a Louis Vuitton e a Sephora tinha US$ 233 bilhões, cifra que caiu a US$ 205,3 bilhões ontem. Apesar disso, ele permanece em primeiro na lista da *Forbes*.

Outros dois nomes do topo da lista, Elon Musk e Jeff Bezos, respectivamente no segundo e terceiro lugares, também viram suas fortunas crescerem. A de Bezos passou de US$ 194 bilhões para US$ 199,5 bilhões, ultrapassando Musk e ficando em segundo lugar. Já o dono da Tesla e do X, ex-Twitter, saltou de US$ 195 bilhões para US$ 197,1 bilhões. ●

ERRATA

O Edital de **Convocação de AGE** do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E EM SERVIÇOS DE ESGOTO DE CAMPINAS E REGIÃO** publicado no Jornal **ESTADÃO** dia 24/05/2024 na página B10, no Caderno de Economia

ONDE SE LÊ: em segunda convocação às :3017 horas do mesmo dia.

LEIA-SE: em segunda convocação às 17h30 horas do mesmo dia.

Campinas, 25 de maio de 2024

Renan Roncolatto P. de Almeida
Presidente

INÊS 249

Carreira Trabalho no exterior

Viver no Uruguai é caro, mas país atrai brasileiros pela tranquilidade

Segurança, saúde pública e educação são pontos elogiados, mas país registra o custo de vida mais elevado do continente

JAYANNE RODRIGUES

A qualidade de vida no Uruguai, país mais caro da América do Sul, é uma das razões que motivaram a enfermeira Gabriela Garcia a se mudar de Goiânia para a capital Montevidéu, no início deste ano. Sensação de segurança e bom funcionamento de setores como saúde e transporte público são vantagens apontadas pela brasileira.

O Uruguai tem 3,4 milhões de habitantes, cerca de 28% da população da cidade de São Paulo. Segundo dados do Ministério de Relações Exteriores, o vizinho sul-americano tem 59 mil brasileiros residentes no país, ficando atrás apenas de Argentina, Paraguai e Guiana Francesa.

Entre os pontos positivos, o Uruguai tem um dos maiores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da região e uma condição de vida que se diferencia do restante da América Latina. Mas, com PIB pequeno e pouca diversidade produtiva, é uma nação cara, diz o economista João Victor Souza, professor de Economia da Universidade Federal do Piauí.

No país vizinho, o salário mínimo é de 21.107 pesos uruguaios, o equivalente a R$ 2.791,51, quase o dobro do valor no Brasil (atualmente R$ 1.412). A jornada de trabalho é de 8 horas diárias e até 44 horas semanais, enquanto no setor industrial o limite é de 40 horas semanais.

A decisão de Gabriela veio alguns anos após o intercâmbio de um ano em Montevidéu, em 2017. Segundo a profissional, a partir dali o desejo de morar no país começou a fazer parte dos seus planos.

Foi somente no ano passado, enquanto tentava equilibrar a rotina em dois empregos, que resolveu tirar os planos do papel. Ela atuava em uma clínica de cirurgia plástica e em uma academia como professora de dança (atividade de secundária). "O trabalho e a saúde financeira em Goiânia não estavam indo bem."

Em fevereiro deste ano, mudou-se de vez. Desde então, busca revalidar os estudos em enfermagem no país para atuar na área e iniciou o curso de medicina na Universidad de La República (Udelar).

Em sua opinião, saúde pública, transporte, segurança, hospitalidade e valorização da profissão de enfermagem são os principais motivos que a fazem planejar uma vida a longo prazo no Uruguai. Já o alto custo de vida, o clima frio na maior parte do ano e a distância de familiares são pontos negativos.

Gabriela calcula que alimentação, aluguel e medicamento sejam os itens mais caros entre os gastos mensais. Em relação à moradia, paga em torno de R$ 4 mil por uma casa de dois quartos que divide com uma colega uruguaia.

ALTO CUSTO. Segundo o economista João Victor Souza, a alta dos aluguéis deve-se à escassez de oferta e à indexação do preço de imóveis ao dólar, especialmente os localizados na cidade litorânea de Punta Del Este, que atraem turistas endinheirados do mundo todo.

"O trabalho (em dois empregos) e a saúde financeira em Goiânia não estavam indo bem"
Gabriela Garcia
Enfermeira

O alto custo de vida motivou a estudante universitária brasileira Fernanda Silva a planejar uma mudança do Uruguai para o Canadá.

Ao lado do marido uruguaio Martín Moresco e da filha do casal, Amélie Tamar, ela mora em uma quitinete que custa mais de R$ 3 mil em um bairro de classe média da capital.

Ela foi para o país em 2013, para um intercâmbio estudantil, e ficou por lá. A brasileira ficou encantada por três razões: a sensação de segurança, o acesso à educação e o estilo de vida mais tranquilo que a cidade oferecia. Fernanda teve quatro empregos diferentes (cassino online, empresa de seguros, aplicativo de entrega e agência de viagens) nos primeiros anos.

A maioria desses empregos era por meio de contratos temporários de três meses na área de call center para clientes brasileiros, pois Fernanda ainda não dominava o idioma espanhol nos primeiros anos. Ela afirma que a falta de domínio da língua é um empecilho para conseguir empregos com maior estabilidade. "Se não falar espanhol é muito difícil ser chamado para uma entrevista."

No Brasil, ela cursava ciências biológicas na Universidade Federal de Alfenas (MG). Atualmente, tenta finalizar a graduação, agora na Universidad de La República (Udelar).

O emprego mais recente da brasileira foi na área de administração da universidade. A principal renda familiar é proveniente do marido, que atua na área de engenharia elétrica.

Segundo Fernanda, embora ele ganhe relativamente bem, em torno de R$ 16 mil, os impostos e gastos básicos (aluguel, alimentação e escola da filha) encolhem o poder de compra. "É quase impossível fazer uma reserva porque é tudo muito caro", lamenta.

'SORTE'. O professor de espanhol Eduardo Oliveira concorda que o domínio do idioma é essencial para galgar empregos com maior remuneração salarial e benefícios.

Ele diz que a sorte estava a seu favor quando decidiu migrar para o Uruguai. Chegou sem qualquer reserva financeira, mas três dias depois conseguiu uma entrevista em uma agência de marketing na qual passou quatro anos na função de tradução e correção de textos.

A escolha de sair do Brasil envolveu alguns fatores. Um deles foi a rotina exaustiva quando trabalhava em várias escolas de Fortaleza, além da violência. "Então, decidi buscar um lugar mais tranquilo."

Há quatro anos, Oliveira trabalha em uma empresa de tecnologia como técnico de TI. O modelo é de home office, com direito a 20 dias úteis de férias por ano e um bônus salarial durante esse período.

Assim como Gabriela e Fernanda, ele também reclama do valor de alguns itens básicos. Segundo o economista da Universidade Federal do Piauí, a oferta de serviços públicos (segurança, saúde e educação) é um dos fatores que explicam o alto custo de vida. ●

VIZINHO CARO

Uruguai tem o custo de vida mais elevado entre os países da América do Sul

Média de preços de itens em Montevidéu em comparação com a cidade de São Paulo

VALORES MÉDIOS EM REAIS*

	MONTEVIDÉU	SÃO PAULO	VARIAÇÃO
CAPUCCINO	21,49	10,49	-51,19%
DÚZIA DE OVOS	23,53	13,77	-41,48%
FILÉ DE FRANGO	51,08	20,98	-58,93%
INTERNET (60 MBPS OU MAIS)	224,48	112,00	-50,11%
ALUGUEL EM APARTAMENTO DE UM QUARTO NO CENTRO DA CIDADE	3.136,70	2.997,83	-4,43%

*VARIAM DE ACORDO COM O BAIRRO E DEPARTAMENTO DO URUGUAI

FONTE: NUMBEO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Há vagas

Confira onde encontrar ofertas de emprego

● Buscojobs
No site, é possível mapear vagas de estágio, trainee e emprego. A maior concentração está na área de vendas, seguida por gestão, contabilidade e administração. Montevidéu abrange mais de 70% das vagas. Vendedor de loja, atendimento ao cliente e telemarketing estão entre as candidaturas em aberto. Há oportunidades também para engenheiros eletricista, agrônomo e civil

● Computrabajo
Nesta plataforma, o trabalhador pode buscar por remuneração e avaliação entre as 355 empresas que disponibilizam seleções de emprego. Os salários mais altos são da área de logística e exigem experiência de 1 ano ou mais. A maior parte das vagas é para trabalho presencial ou híbrido. Tecnologia é o setor com mais oportunidades no modelo 100% remoto

● Gallito
Site que funciona como um classificado de imóveis, automóveis e empregos. Administração, finanças, suporte ao cliente, arquitetura, vigilância, hotelaria, saúde e vendas são as áreas com maior demanda. Outras plataformas de emprego no país são Bebee, Jooble, Indeed e Mipleo

---

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 124.305,57 PTS. | Dia -0,34% | Mês -1,29% | Ano -7,36%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
AZUL PN N2	10,36	5,18	18.975
ENERGISA UNT N2	46,75	3,82	20.197
SID NACIONALON ED	13,42	2,44	9.999

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
MAGAZ LUIZA ON NM	1,32	-7,04	29.772
PETZ ON NM	3,83	-3,28	8.347
SUZANO S.A. ON NM	48,94	-2,32	36.113

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

21/5 a 21/6	0,0921	0,8028	0,5926	0,5000
22/5 a 22/6	0,0904	0,8010	0,5909	0,5000
23/5 a 23/6	0,0640	0,7644	0,5643	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	39.069,59	0,01	3,32	3,66
FRANKFURT - DAX	18.693,37	0,01	4,24	11,59
LONDRES - FTSE	8.317,59	-0,26	2,13	7,56
TÓQUIO - NIKKEI	38.646,11	-1,17	0,63	15,49

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,09	3.194,04
	15/5/2035	6,08	2.246,75
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	6,08	4.268,85
PREFIXADO	1º/1/2027	11,14	760,24
	1º/1/2031	11,80	480,89
SELIC	1º/3/2027	0,10	14.837,70

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Março	Abril	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,19	0,37	1,95	3,23
IGP-M (FGV)	-0,47	0,31	-0,60	-3,04
IGP-DI (FGV)	-0,30	0,72	-0,26	-2,32
IPC (FIPE)	0,26	0,33	1,51	2,77
IPCA (IBGE)	0,16	0,38	1,80	3,69
CUB (Sinduscon)	0,10	0,05	0,26	2,40
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,51	0,59	1,72	4,93

Índices de reajuste do aluguel (Maio)

IGP-M (FGV)	-1,0304	IPCA (IBGE)	1,0369
IGP-DI (FGV)	-1,0232	INPC (IBGE)	1,0323
IPC-FIPE	1,0277	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MAIO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/6. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,39	0,00	-0,67	-10,82
CDI	10,40	0,00	-2,35	-10,73

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	JUL/24	18,41	359.631	18,03	18,48	0,16
CAFÉ NY*	SET/24	217,35	69.855	212,20	219,10	2,35
SOJA CBOT**	JUL/24	12,48	351.782	12,36	12,51	8,75
MILHO CBOT**	SET/24	4,75	293.916	4,71	4,762	1,50

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	134,35	-0,51	4,26
BOI Cepea/esalq, R$/@	222,05	-0,45	-13,70
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	59,74	-0,03	9,49
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1234,06	9,52	18,72

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1679	0,27	-0,47	6,48
DÓLAR TURISMO	5,3760	0,17	-0,30	6,35
EURO	5,6070	0,65	1,17	4,41
OURO US$/ONÇA-TROY	2335,00	-2,20	1,64	10,55
WTI US$/BARRIL	77,6900	1,01	-4,45	8,98
IBRENTUS$/BARRIL	82,1100	0,68	-4,38	6,58

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0848	1,2737	0,1936
EURO	0,922	1,0000	1,1742	0,1785
FRANCO SUÍÇO	0,915	0,9921	1,1649	0,1770
LIBRA ESTERLINA	0,785	0,8517	1,0000	0,1520
IENE	156,936	170,2315	199,8640	30,3770

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

PORTO NEGÓCIOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ nº 46.728.009/0001-14 - NIRE 35.300.597.338

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Fevereiro de 2024

1. Data, Hora e Local: 26 dias do mês de fevereiro de 2024, às 15:00 horas, na sede social da Porto Negócios Financeiros S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, sala 02, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 4º andar/parte, Lado B, Campos Elíseos, CEP 01216-012. **2. Mesa:** Presidente: Marcos Roberto Loução; e Secretária: Aline Salem da Silveira Bueno. **3. Convocação e Presença:** convocação prévia dispensada, em razão da presença de acionista única, titular de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações. **4. Ordem do Dia:** **a)** Desinvestidara do Sr. Lene Araújo de Lima do cargo de Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional e do Sr. José Rivaldo Leite da Silva do cargo de Vice-Presidente - Comercial e Marketing da Companhia; **b)** Aprovar a alteração da redação do Artigo 15 do Estatuto Social para fazer constar a criação do cargo de Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados na Diretoria da Companhia; **c)** Eleição do Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda como membro da Diretoria para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados da Companhia; **d)** Ratificação da atual composição da Diretoria da Companhia; **e)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas nesta Assembleia. **5. Deliberações:** A Assembleia, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **5.1.** Aprovou a desinvestidura do Sr. Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80, do cargo de Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional e do Sr. José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07 do cargo de Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing, ambos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, excluindo-se os 02 cargos ocupados por eles. **5.2.** Aprovou alteração da redação do Artigo 15 do Estatuto Social para fazer constar a criação do cargo de Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados na Diretoria da Companhia. **5.3.** Aprovou a eleição do Sr. Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing,** Clientes e Dados da Companhia, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-01, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025. **5.3.1** O diretor ora eleito é investido em seu cargo, nesta data, mediante assinatura do respectivo termo de posse e das declarações de desimpedimento. Os termos de posse e as declarações de desimpedimento, devidamente assinados, ficarão arquivados na sede da Companhia. **5.4.** Em virtude das alterações descritas nos itens acima, o artigo 15 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 15.** A Companhia será administrada pela diretoria, composta por até 3 (três) diretores, com as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; e (iii) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados. Os diretores poderão ser acionistas ou não, residentes no país, e serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia geral, observadas as disposições legais, deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social.".* **5.5.** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará até 31 de março de 2025: Diretor Presidente: **Marcos Roberto Loução,** brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49; Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos: **Celso Damadi,** brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados da Companhia: **Luiz Augusto de Medeiros Arruda,** brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01216-012. **5.6.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações deliberadas nos termos dos itens supra, o qual passará a vigorar conforme a redação do Anexo I. **6. Documentos Arquivados na Sede Social:** Termo de posse, declaração de desimpedimento, demais documentos pertinentes a ordem do dia e procurações. **7. Encerramento:** encerrados os trabalhos, foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes e lavrada no livro de registro de atas de assembleia geral da Companhia. São Paulo, 26 de fevereiro de 2024. (ass.) **Presidente:** Sr. Marcos Roberto Loução; **Secretária:** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. **Acionista: Porto Bank S.A.,** por seus Diretores Sr. Marcos Roberto Loução e Celso Damadi. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Aline Salem da Silveira Bueno -** Secretária. **JUCESP** nº 200.765/24-3 em 13/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I** *à ata de Assembleia Geral Extraordinária da Porto Negócios Financeiros S.A. realizada em 26 de fevereiro de 2024* - **Estatuto Social da Porto Negócios Financeiros S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Duração e Objeto Social: Artigo 1º - A Porto Negócios Financeiros S.A.** é uma sociedade anônima fechada regida por este estatuto social, por eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social e pelas disposições legais aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, sala 02, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 4º andar/parte, Lado B, Campos Elíseos, CEP 01216-012. **Parágrafo único:** Por decisão da diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º -** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º -** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades financeiras e/ou outras atividades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, no Brasil e no exterior. **Capítulo II -** Capital Social e Ações. **Artigo 5º -** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda nacional corrente, é de R$ 1.488.073.860,43 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e oito milhões, setenta e três mil, oitocentos e sessenta reais e quarenta e três centavos), dividido em 1.354.853.284 (um bilhão, trezentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e oitenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada uma delas da direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 7º -** A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, criar classes de ações ou aumentar o número de ações das classes existentes, ou, ainda, criar ações preferenciais de uma ou mais classes, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies existentes, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais sobre o total de ações emitidas. **Artigo 8º -** As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. **Artigo 9º -** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor patrimonial das ações, determinado com base no último balanço anual aprovado pela Assembleia geral de acionistas, observado o disposto no artigo 45, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10 -** Para os fins do artigo 44, §6º, da Lei das Sociedades por Ações, o resgate das ações de emissão da Companhia, independentemente de sua espécie e/ou classe, poderá ser aprovado em Assembleia geral por votos de acionistas que representem mais da metade do capital social. **Capítulo III - Assembleias Gerais: Artigo 11 -** A Assembleia geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º -** As convocações deverão ser realizadas com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência da data da Assembleia, por qualquer dos membros da diretoria, por qualquer dos acionistas ou membros do conselho fiscal, se instalado. **Parágrafo 2º -** Nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, as formalidades para convocação poderão ser dispensadas quando todos os acionistas estiverem presentes ou reconhecerem por escrito que estão cientes a respeito do lugar, hora, data e ordem do dia da Assembleia geral. **Parágrafo 3º -** A Assembleia geral instalar-se-á, em qualquer convocação, com a presença de acionistas que representem o quórum legal e/ou estatutário necessário à aprovação das matérias constantes da correspondente ordem do dia. **Parágrafo 4º -** Só poderão exercer o direito de voto na Assembleia geral, diretamente, por meio de procuradores ou à distância, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da Assembleia. **Artigo 12 -** As Assembleias gerais da Companhia serão presididas por qualquer um dos presentes, indicado por acionistas que representem a maioria das ações com direito de voto. O presidente da Assembleia geral indicará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 13 -** As deliberações da Assembleia geral, ressalvados quóruns superiores previstos em lei, neste estatuto social ou em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, serão tomadas por acionistas titulares da maioria das ações com direito de voto emitidas pela Companhia. **Artigo 14 -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias gerais por procuradores constituídos na forma do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, seja para formação do quórum, seja para votação. **Parágrafo 1º -** Os acionistas poderão exercer o direito de voto e participar da Assembleia a distância, por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do participante, desde que sejam utilizados meios que permitam assegurar a identidade do acionista, ou de seu representante, bem como que permitam assegurar a autenticidade das respectivas manifestações e teor dos votos. O envio de voto por escrito, assinado pelo acionista, com firma reconhecida, até o horário de início da Assembleia geral será considerado como meio apropriado para o registro da presença do referido acionista na Assembleia e do sentido de seu voto, sem prejuízo de outros meios. Uma vez recebido o voto a distância, bem como computado e registrado o teor do referido voto, o presidente e/ou o secretário da Assembleia geral ficarão investidos de plenos poderes para assinar a ata da Assembleia, a lista de presença e o livro de registro de presença de acionistas em nome do acionista participante da Assembleia geral nos termos deste Parágrafo. **Parágrafo 2º -** Os acionistas que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à Assembleia, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. **Capítulo IV - Administração: Artigo 15 -** A Companhia será administrada pela diretoria, composta por até 3 (três) diretores, com as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; e (iii) Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados. Os diretores poderão ser acionistas ou não, residentes no país, e serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia geral, observadas as disposições legais, deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social. **Parágrafo único -** A Assembleia geral fixará de forma global e anual os honorários da diretoria. **Artigo 16 -** O prazo de mandato dos membros da diretoria é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores permanecerão em seus cargos até eleição e posse de seus substitutos, estendendo-se os respectivos mandatos, ainda que expirado o prazo indicado neste Artigo, caso os novos diretores não tenham sido eleitos, nem empossados, por qualquer razão. **Parágrafo 1º -** A investidura dos diretores dar-se-á mediante assinatura de termo de posse nos livros de registro de atas da diretoria, independentemente de caução. **Parágrafo 2º -** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância no cargo de diretor, será imediatamente convocada Assembleia geral para que seja preenchido o cargo, que completará o mandato do diretor substituído. **Parágrafo 3º -** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 90 (noventa) dias consecutivos. **Artigo 17 -** A diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer diretor, com 3 (três) dias de antecedência, mediante convocação pessoal dirigida aos demais diretores, com comprovação do recebimento, devendo constar da convocação a ordem do dia. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício. **Parágrafo 1º -** As reuniões da diretoria serão presididas por qualquer dos diretores e secretariadas por pessoa indicada pelo presidente, que poderá ser um dos diretores, ou não **Parágrafo 2º -** Nas reuniões da diretoria, o diretor ausente poderá ser representado por um de seus pares, para formação de quórum de instalação e/ou de deliberação. Igualmente, serão admitidos votos por carta, fax ou e-mail, quando recebidos até o momento da reunião. Os diretores que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à reunião, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. As reuniões da diretoria serão válidas, nos termos deste Parágrafo, mesmo que todos os diretores participem e votem a distância. **Parágrafo 3º -** Nas reuniões da diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros em exercício, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Artigo 18 -** Além dos atos necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, os diretores ficam investidos de poderes para, observadas suas respectivas competências e no âmbito de suas responsabilidades individuais, representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis. Compete especialmente à diretoria: (i) Cumprir e fazer cumprir este estatuto social e as deliberações da Assembleia geral; (ii) Apresentar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos lucros do exercício, observadas as disposições previstas em lei, neste estatuto social e em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia; e (iii) Representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as regras previstas no Artigo 19 deste estatuto social. **Artigo 19 -** A Companhia considerar-se-á obrigada se representada: (i) Por 2 (dois) diretores, em conjunto, para a prática de quaisquer atos; ou (ii) Por 1 (um) ou mais procuradores, de acordo com os poderes outorgados na respectiva procuração e observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo 19. **Parágrafo único -** As procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar todos os poderes outorgados e, exceto se para fins de representação em processos judiciais ou administrativos, deverão ter prazo determinado, não superior a 1 (um) ano. **Artigo 20 -** Em operações estranhas aos negócios sociais, é vedado aos diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, ou contrair obrigações de qualquer natureza. **Parágrafo único -** Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 21 -** A Companhia não terá conselho fiscal permanente. **Artigo 22 -** Caso seja solicitado o funcionamento do conselho fiscal, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia quanto à matéria, este será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstes em lei e com mandato até a primeira Assembleia geral ordinária após sua instalação. **Parágrafo único -** A remuneração dos membros do conselho fiscal será determinada pela Assembleia geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VI - Acordo de Acionistas: Artigo 23 -** A Companhia, os acionistas e os diretores obrigatoriamente observarão, no exercício de direitos e no cumprimento de obrigações, todas as cláusulas, disposições, termos e condições constantes de eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede social. **Parágrafo único -** Os acionistas e membros da diretoria, bem como o presidente do conclave, conforme o caso, terão o direito e a legitimidade para proceder conforme o disposto no artigo 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações. O presidente da Assembleia geral não computará o voto proferido por qualquer dos acionistas que de qualquer forma seja contrário à disposição, cláusula, termo ou condição, contida em acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, devendo, ainda, considerar tais votos como se proferidos em observância ao disposto no acordo de acionistas em questão. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Resultados: Artigo 24 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 25 -** O lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do *caput* do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive no que se refere à retenção para reserva legal, será destinado sucessivamente e nesta ordem: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; e (iii) O saldo do lucro líquido será destinado para a Reserva de Investimentos, que não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar os recursos suficientes para reinvestimento nas operações da Companhia. Ultrapassado esse limite, ou sempre que assim deliberado, a Assembleia geral poderá destinar o excedente para aumento do capital social, recompra de ações para manutenção em tesouraria ou distribuição aos acionistas da Companhia como dividendos. **Parágrafo 1º -** Salve deliberação em contrário da Assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, no mesmo exercício social em que forem declarados. **Parágrafo 2º -** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a diretoria informar à Assembleia geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 26 -** A diretoria poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **Artigo 27 -** A diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em Assembleia geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 25, inciso "ii", deste estatuto social. **Artigo 28 -** Prescrevem e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia: Artigo 29 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo IX - Lei Aplicável e Resolução de Disputas: Artigo 30 -** Este estatuto social será interpretado e regido em conforme com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 31 -** Todos e quaisquer conflitos, controvérsias, divergências ou litígios envolvendo os acionistas, os administradores e/ou a Companhia e/ou relacionados a interpretação ou aplicação deste estatuto social deverão ser submetidos ao Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser. **Capítulo X - Disposições Finais; Artigo 32 -** Aos casos omissos neste estatuto social, aplicar-se-ão as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou do diploma legal que a suceder.

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

3ª Audiência Pública Semipresencial do ano de 2024

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher da Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado a participar da 3ª Audiência Pública Semipresencial que esta Comissão realizará com a seguinte pauta:

"Prestação de Contas das Ações e da Execução Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao primeiro quadrimestre de 2024, nos termos da Lei Complementar Federal nº 141/2012".

Data: 29/05/2024
Horário: 13h30
Local: Salão Nobre Presidente João Brasil Vita – 8º Andar e Auditório Virtual

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online: **www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**, e pelo canal da Câmara Municipal no YouTube: **www.youtube.com/camarasaopaulo**

Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/inscricoes/** ou encaminhe sua manifestação por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/**. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Para maiores informações: **saude@saopaulo.sp.leg.br**

ADITAMENTO Nº 02 / PRORROGAÇÃO DE DATAS

LI CSM 03850/23 - Contratação integrada para ampliação da ETE São Miguel, integrante do Programa Despoluição do Rio Tietê - Etapa IV (Integra Tietê). Edital completo disponível para download desde 21/12/2023 / Aditamento nº 02 disponível para download a partir de 24/05/2024 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores, mediante obtenção de senha no acesso "cadastre sua empresa". Fica prorrogada a data de Receb. Doc. Habilitação e Propostas para: 20/06/2024, às 9h00 - Auditório de Licitações - CS (Sala Júpiter) - Av. do Estado, 561 - Unidade I - Ponte Pequena - São Paulo. SP, 24/05/2024 (EO) CSM.

INÊS 249

O CONDOMÍNIO COSTA VERDE TABATINGA – CCVT, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB N° 50.322.296/0001-35,

localizado na Rodovia SP 55 n° 2500, Bairro Tabatinga, Caraguatatuba/SP, endereço eletrônico para contato ccvt@ccvt.com.br, neste ato representado pelo seu Conselho de Administração, de acordo com as disposições da convenção condominial, vem apresentar:

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO COSTA VERDE TABATINGA (CCVT)

Ficam convocados os Representantes dos Condomínios, Setores e Subsetores integrantes do Condomínio Costa Verde Tabatinga para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no **dia 08 de junho de 2024, de forma híbrida: a)** Na modalidade presencial no salão interno da Pizzaria – Setor Clube Esportivo do CCVT, localizada na Rua Central, S/N°, no Condomínio Costa Verde Tabatinga, situado na Rodovia SP 55 n° 2.500, Caraguatatuba, SP; **b)** Na modalidade tele presencial, por meio de plataforma digital com acesso pelo aplicativo Zoom, pelo **link https://us06web.zoom.us/j/87554589345?pwd=Gi7aE7GzMJdOz2POqZAI4dv6488eSb.1 ID da reunião: 875 5458 9345 senha de acesso: 340102 c)** A ordem do dia estará restrita à deliberação sobre a alteração da Convenção Condominial, conforme redação adiante estipulada; **d)** O Conselho de Administração desde já, agradece aos condôminos dos Setores e aos membros do órgão consultivo e de colaboração da "Comissão de Trabalho para a Reforma da Convenção" pelo empenho e sugestões até agora enviadas, as quais auxiliaram este conselho na análise das necessidades e propositura deste edital; A Assembleia será instalada em **primeira convocação às 8h00**, desde que presentes Representantes previamente credenciados com a apresentação de ata do Setor ou Subsetor que for representar devidamente registrada ou assinada, cuja soma das cotas de participação atinjam, no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do total das quotas de participação. Não havendo *quorum*, será instalada em **segunda convocação, às 10h00**, com *quorum* mínimo de **30%** (trinta por cento) do total das quotas de participação. Não atingido o *quorum*, será instalada às **10h05 horas, em terceira convocação**, com qualquer número de Representantes credenciados/cotas de participação. A assembleia ora convocada estará restrita à seguinte ordem do dia: **- Aprovar, por quórum qualificado, a alteração parcial da convenção do CCVT, conforme nova redação proposta nas cláusulas a seguir:**

NORMA ORIGINAL

IV.2. As despesas do CONDOMÍNIO são de responsabilidade dos condôminos dos setores, aos quais se atribuem as seguintes quotas de participação condominial (as QUOTAS DE PARTICIPAÇÃO):
– Setor Residencial da Praça I 7,63%; – Setor Residencial da Praça II 4,58%; – Setor Residencial da Colina: 16,41%;/ – Setor Residencial A: 3,82%; – Setor Residencial B 3,05%; – Setor Residencial C 9,54%; – Setor Residencial D 1,15%; – Setor de Lotes 43,89%; – Setor do Clube Esportivo 1,91%; – Setor do Clube Golfe: 1,91%; – Setor do Hotel Sporting 3,82%; – Setor do Hotel Praça: 2,29%; **IV.2.1**. As convenções de condomínio, que regem cada um dos setores, estabelecem normas para a arrecadação das despesas do CONDOMÍNIO COSTA VERDE - TABATINGA, bem como as atinentes ao próprio setor. As despesas do CONDOMÍNIO COSTA VERDE - TABATINGA são consideradas como despesas comuns dos setores a serem rateadas entre os condôminos na proporção estabelecida nas correspondentes convenções de condomínio. **IV.3.** O Conselho de Administração elabora, anualmente, um orçamento contendo previsão das despesas comuns ordinárias do CONDOMÍNIO, bem como das extraordinárias, cuja realização tenha sido aprovada pela Assembléia Geral, e seu montante total será dividido pelos setores que compõem o CONDOMÍNIO, de acordo com as quotas de participação estabelecidas no item IV.2. **IV.3.1.** O total previsto no orçamento, para cada setor, é dividido em quatro parcelas e seu pagamento deve ser efetuado até o dia 10 dos meses de novembro, fevereiro, maio e agosto de cada ano. **IV.5.** O orçamento contém a previsão de um Fundo de Reserva, a ser formado mediante a contribuição de 10% (dez por cento) do valor das despesas ordinárias do CONDOMÍNIO e pagas juntamente com estas. A constituição do Fundo de Reserva não será promovida nos exercícios nos quais o saldo das importâncias a esse título anteriormente arrecadados seja igual ou superior a 50% do montante total das despesas previstas para aquele exercício. **IV.5.1.** Constitui, também, receita a ser contabilizada como Fundo de Reserva a proveniente de: Juros e eventuais rendimentos de contas de depósito do CONDOMÍNIO, em instituições bancárias ou financeiras; Rendas eventuais oriundas da exploração de áreas de estacionamento e de estabelecimentos comerciais autorizados pela Assembléia Geral, a funcionar no sistema de recreação. **IV.7.** O Fundo de Reserva destina-se a cobrir eventuais déficits orçamentários e as despesas extraordinárias, sendo que, quanto a estas, o Conselho de Administração pode realizá-las, até o limite de 150 (cento e cinquenta) obrigações reajustáveis do tesouro nacional. **IV.8.** As importâncias recebidas em pagamento das despesas de CONDOMÍNIO são depositadas em estabelecimento bancário, escolhido pelo Conselho de Administração, abrindo-se conta especial em separado para depósito das importâncias que pertencem ao Fundo de Reserva, as quais podem ser, inclusive, aplicadas em operações financeiras de prazo médio. **VI.2.** As Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, são convocadas pelo Conselho de Administração, ou por condôminos titulares de unidades autônomas que, em conjunto, representem 1/3 (hum terço) do total de quotas de participação fixadas no item IV.2. por meio de carta registrada ou sob protocolo, com antecedência mínima de 30 dias, da qual conste designação de dia, hora e local da realização da assembléia e a pauta dos trabalhos. **VI.2.1.** A convocação das Assembléias Gerais deve, também, ser objeto de edital, contendo os requisitos do item VI.2. anterior, com prazo mínimo de 10 (dez) dias e publicado em jornal de grande circulação da Comarca de Caraguatatuba e na Capital do Estado de São Paulo. **VI.3.** São membros da Assembleia, legitimados a exercer o direito de voto, em nome de cada um dos setores, os representantes por eles devidamente credenciados por assembleia de condôminos do setor, cuja ata, servindo de credencial, é arquivada no condomínio. **VI.5.2.** As deliberações sobre despesas extraordinárias com valor superior a 150 (cento e cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, serão tomadas pelo voto de condôminos que representem, pelo menos 30% (trinta por cento) das quotas de participação previstas no item IV.2. As Assembleias Gerais Extrordinárias têm por objetivo deliberar sobre a alteração desta convenção e resolver sobre qualquer matéria de interesse do condomínio. As deliberações da Assembleia Geral Extraordinária que objetivam alterar a presente convenção, somente podem ser tomadas por condôminos que representem 3/4 (três quartos) do total das quotas de participação; **VII.1.** A administração do CONDOMÍNIO é exercida pelo Conselho de Administração, composto de um Representante de cada setor e, portanto, por 12 membros. **VII.2.** Os membros do Conselho de Administração são eleitos para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, e possuem direito de voto com peso proporcional a quota de participação condominial do setor que representam. **VIII.1** – O Conselho Técnico é composto de 3 (três) membros, eleitos com mandato de 2 (dois) anos, pelo Conselho de Administração, dentre condôminos que possuam conhecimentos especializados de engenharia, direito, urbanismo, contabilidade, economia ou outros considerados adequados pelo Conselho de Administração. **IX.1** – O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 1 (um ano), permitida a reeleição. **X.1** - As construções e benfeitorias realizadas nos setores obedecem às normas de utilização previstas no memorial descritivo e inscritas nos instrumentos de compromisso de compra e venda. X.2. As normas de utilização e as restrições de construtibilidade constantes do Memorial somente podem ser alteradas com a aprovação da proprietária ou de condôminos que representem 3/4 do total das quotas de Participação Condominial, respeitando-se sempre e em qualquer caso, as taxas máximas de ocupação para cada setor aprovada pela Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico e de Defesa do Meio Ambiente (CETESB) no Processo 03/008/6 de 15 de dezembro de 1976;

PROPOSTA DE NOVA REDAÇÃO

IV.2 Para a participação e voto nas deliberações das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias do CCVT, ficam estabelecidas as seguintes quotas de participação condominial (as QUOTAS DE PARTICIPAÇÃO) de cada um dos Setores/Subsetores do CCVT, cujo direito de voto é privativo de seus Representantes: A – Setor Residencial da Praça I 7,63%; B – Setor Residencial da Praça II:; 1.1 – Subsetor Praça II A 2,39%; 1.2 – Subsetor Praça II B 2,19%; C – Setor Residencial da Colina: 16,41%; D – Setor Residencial A: 3,82%; E – Setor Residencial B 3,05%; F – Setor Residencial C 9,54%; G – Setor Residencial D:; 1.1 – Subsetor D1 0,73%; 1.2 – Subsetor D2 0,42%; H – Setor de Lotes 43,89%; I – Setor do Clube Esportivo 1,91%; J – Setor do Clube Golfe: 1,91%; K – Setor do Hotel Sporting:; 1.1 – Subsetores 1 e 2 do Hotel Sporting 3,02%; 1.2 – Subsetor 3 do Hotel Sporting 0,80%; L – Setor do Hotel Praça: 2,29%; **IV.2-A.** As despesas do CONDOMÍNIO são de responsabilidade dos condôminos dos Setores/Subsetores, aos quais se atribuem as seguintes QUOTAS DE RATEIO condominial (as QUOTAS DE RATEIO): A – Setor Residencial da Praça I 4,63%; B – Setor Residencial da Praça II:; 1.1 – Subsetor Praça II A 2,57%; 1.2 – Subsetor Praça II B 2,53%; C – Setor Residencial da Colina: 8,79%; D – Setor Residencial "A": 6,08%; E – Setor Residencial "B": 3,22%; F – Setor Residencial "C": 5,74%; G – Setor Residencial "D":; 1.1 – Subsetor "D1": 0,45%; 1.2 – Subsetor "D2": 0,55%; H – Setor de Lotes 52,49%; I – Setor do Clube Esportivo 1,91%; J – Setor do Clube Golfe: 1,91%; K – Setor do Hotel Sporting:; 1.1 – Subsetor 1 e 2 do Hotel Sporting 6,04%; 1.2 – Subsetor 3 do Hotel Sporting 0,80%; L – Setor do Hotel Praça: 2,29%; IV.2-B. Os Setores A e B cedem ao CCVT, em caráter permanente e irrevogável, invalidando quaisquer contratos vigentes de comodato e/ou locação, o direito de uso exclusivo das seguintes áreas, podendo o CCVT fazer uso destes espaços como bem lhe convier: (a) totalidade da área A.III, descrita no memorial descritivo do Setor A, sendo permitida nesta área, além da instalação de Estação de Tratamento de Esgoto, áreas operacionais do CCVT, espaços para atividades de comércio e/ou serviços voltadas a coletividade, inclusive podendo o CCVT ceder os espaços por meio de locações e/ou comodatos; (b) parte da área A.IV, descrita no memorial descritivo do Setor A, excluindo apenas as áreas localizadas nos fundos dos lotes de A01 a A24, que continuarão com as finalidades previstas no memorial descritivo do Setor A; (c) parte da área B.III, descrita no memorial descritivo do Setor B, excluindo apenas as áreas localizadas nos fundos dos lotes de B01 a B28, que continuarão com as finalidades previstas no memorial descritivo do Setor B. Em contrapartida, fica concedido ao Setor A um desconto de 13% (treze por cento) referente à cessão da área aqui descrita no item (a) e mais 14% (quatorze por cento) referente à cessão da área aqui descrita no item (b), no valor de sua respectiva QUOTA DE RATEIO somente para as despesas ordinárias. Da mesma forma, em contrapartida pela cessão da área acima descrita no item (c), fica concedido ao Setor B um desconto de 14% (quatorze por cento) no valor de sua respectiva QUOTA DE RATEIO somente para as despesas ordinárias. **IV.2.1.** As convenções de condomínio, que regem cada um dos Setores/Subsetores, estabelecem normas para a arrecadação das despesas do CONDOMÍNIO COSTA VERDE – TABATINGA (CCVT), bem como as atinentes ao próprio setor. As despesas do CCVT são consideradas como despesas comuns dos Setores/Subsetores, a serem rateadas entre os seus condôminos internos, na proporção estabelecida em cada convenção setorial. **IV.3.** O Conselho de Administração elaborará, anualmente, um orçamento contendo a previsão orçamentária para o exercício seguinte, contendo previsão das despesas comuns ordinárias, que será submetido à aprovação da Assembleia Geral pela maioria simples das QUOTAS DE PARTICIPAÇÃO e pela maioria simples nas assembleias setoriais. Seu montante total será dividido pelos Setores/Subsetores que compõem o CCVT, de acordo com as QUOTAS DE RATEIO, com exceção em relação aos Setores/Subsetores de propriedade do CCVT, cuja contribuição compete a todos. **IV.3.1.** O total previsto no orçamento, para cada Setor/Subsetor, será dividido em quatro parcelas e seu pagamento deve ser efetuado até o dia 10 dos meses de novembro, fevereiro, maio e agosto de cada ano. **IV.5.** Para atender as despesas necessárias com obras de conservação e manutenção não previstas em orçamento, será instituído o FUNDO DE RESERVA, composto de um adicional de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor da quota de rateio das despesas ordinárias de cada Setor/Subsetor e pagas separadamente. **IV.5-A.** A arrecadação destinada ao FUNDO DE RESERVA será suspensa quando atingir 5% (cinco por cento) do orçamento anual das despesas ordinárias do CCVT, podendo, se necessário a critério do Conselho de Administração, ser retomada no mesmo exercício. **IV.5.1.** Constitui, também, receita a ser contabilizada como Fundo de Reserva a proveniente de: Juros e eventuais rendimentos de contas de depósito do CCVT, em instituições bancárias ou financeiras; Outras rendas. **IV.7.** Quando se tratar de despesa necessária, assim entendidas como aquelas a fim conservar ou evitar a deterioração do bem, o Conselho de Administração, por ato do Presidente, após deliberação em Assembleia Geral do CCVT pela maioria simples das QUOTAS DE PARTICIPAÇÃO poderá utilizar o FUNDO DE RESERVA. **IV.7-A.** Se as obras ou reparos necessários forem urgentes, a critério do Presidente e uma vez determinada por este a sua realização com recursos do fundo, caso o valor importe em mais de 10% (dez por cento) do Fundo de Reserva, os representantes dos Setores/Subsetores e os condôminos serão cientificados na primeira Assembleia Geral subsequente. **IV.8.** Os valores destinados ao FUNDO DE RESERVA serão arrecadados em cobrança separada e depositados em instituição bancária em conta específica e de titularidade do CCVT, remunerada por meio de investimentos conservadores e de resgate imediato, e somente poderão ser utilizados em obras necessárias. **VI.2.** As Assembleias Gerais do CCVT realizar-se-ão no próprio condomínio, podendo ser, simultaneamente, de forma presencial e por meios eletrônicos, à livre escolha a forma de participação e terão a participação dos Representantes eleitos para o Conselho de Administração; **VI.2-A.** As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração ou, na hipótese de omissão deste, por 1/4 (um quarto) do total dos condôminos dos Setores/Subsetores; **VI.2-B.** Aos condôminos dos Setores/Subsetores é facultado participar das Assembleias Gerais do CCVT, com direito à palavra, sem direito à voto; **VI.2.1.** As Assembleias Gerais do CCVT serão convocadas mediante carta ou por correspondência eletrônica (e-mail), enviadas aos Representantes dos Setores/Subsetores e seus suplentes nos endereços cadastrados e que, obrigatoriamente, deverão ser mantidos atualizados pelos interessados; **VI.2.1-A.** O prazo entre a data da convocação e o dia de realização da Assembleia Geral, deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) dias e as cartas ou mensagens de convocação indicarão os assuntos da ordem do dia, a data, o horário e local de realização da Assembleia Geral; **VI.3** O voto durante as Assembleias Gerais do CCVT incumbirá ao Representante do Setor/Subsetor, com a envergadura da respectiva QUOTA DE PARTICIPAÇÃO, não se confundindo, portanto, com quóruns ou percentuais alcançados nas Assembleias dos Setores mediante a manifestação de seus condôminos; **VI.3-A.** O representante do Setor/Subsetor, obrigatoriamente, deverá ser um condômino deste. **VI.5.2.** Considerando as características atípicas do CCVT como um todo, cujos Setores/Subsetores abrangem um total aproximado de 1.000 (mil) unidades autônomas, distribuídas em Setores/Subsetores com tipologias e destinações diversas, com abastecimento próprio de água e tratamento de esgoto, fica desde já constituído um FUNDO DE INVESTIMENTOS, composto de um adicional de 5% (cinco por cento) sobre o valor da quota de rateio de cada Setor/Subsetor e pagas separadamente, que se destinará, exclusivamente, para fazer frente às despesas do CCVT relacionadas à realização de obras, benfeitorias serviços e aquisições úteis e/ou voluptuárias, observando-se, para cada caso, as regras a seguir estabelecidas. **VI.5.2-A.** Os valores destinados ao FUNDO DE INVESTIMENTOS serão arrecadados em cobrança separada e depositados em instituição bancária em conta específica e de titularidade do CCVT, devidamente remunerada por meio de investimentos conservadores e com liquidez compatível com a execução das obras ou serviços aprovados; **VI.5.2-B.** A arrecadação destinada ao FUNDO DE INVESTIMENTOS será interrompida quando atingir 8% (oito por cento) do orçamento anual das despesas ordinárias do CCVT, podendo ser retomada somente a partir do exercício seguinte e se o valor em caixa estiver abaixo do percentual ora estabelecido; **VI.5.2.C.** Considerando que o FUNDO DE INVESTIMENTOS está sendo instituído pela maioria qualificada que subscreve esta convenção; considerando, ademais, que sua utilização desafiará, conforme o caso, aprovações por quóruns qualificados pelos representantes dos Setores/Subsetores, fica estabelecido que os serviços, aquisições, obras ou benfeitorias deverão ser aprovadas nas assembleias setorias pela maioria simples dos presentes. Na Assembleia Geral do CCVT, a utilização do FUNDO DE INVESTIMENTOS desafiará o quórum de 2/3 das QUOTAS DE PARTICIPAÇÃO para as voluptuárias e da maioria absoluta para as úteis. **VI.5.2-D.** Obras ou benfeitorias que serão levadas para aprovação deverão ter sua viabilidade técnica analisada e aprovada pelo Conselho Técnico. **VI.5.2-E** Na hipótese de obras novas, ampliação e reformas, o(s) projeto(s) deverá(ão) ser(em) analisado(s) pelo AUDEMA e, quando legalmente exigido, obter a aprovação dos órgãos públicos. **VI.5.2-F.** Uma vez aprovada a utilização do FUNDO DE INVESTIMENTOS, as obras e/ou benfeitorias deverão seguir o cronograma físico e financeiro elaborado em consonância com o orçamento aprovado, devendo ser fiscalizadas pelo Conselho Técnico; **VI.5.2-G.** Investimentos aprovados e com recursos não empregados em 2 (dois) anos serão cancelados e o valor já em caixa será transferido para outro investimento a ser aprovado; Compete a Assembleia Geral do CCVT eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa acerca desta convenção e seus anexos e, subsidiariamente, pela aplicação da Lei Federal nº 10.406/2002; Lei Federal nº 4.591/64 e demais disposições legais aplicáveis; nessa ordem e naquilo que for compatível. As deliberações que objetivem alterar a presente convenção, desafiará o quórum de 2/3 (dois terços) dos proprietários nas assembleias setoriais e de 2/3 (dois terços) do total de QUOTAS DE PARTICIPAÇÃO na Assembleia Geral do CCVT. **VII.1.** A administração do CONDOMÍNIO é exercida pelo Conselho de Administração, composto de um Representante de cada Setor/Subsetor, com exceção dos Setores/Subsetores de propriedade do CCVT, os quais não tem direito a voto; **VII.2.** Os membros do Conselho de Administração são eleitos para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, e possuem direito de voto com peso proporcional a QUOTA DE PARTICIPAÇÃO do Setor/Subsetor que representam. **VIII.1** – O Conselho Técnico é composto por um Representante de cada Setor/Subsetor, com exceção dos Setores/Subsetores de propriedade do CCVT. **VIII.1.1** – Cada setor/subsetor indica seu Representante no Conselho Técnico, em assembleia de condôminos do setor, até 10 (dez) dias antes da data da Assembleia Geral Ordinária do CCVT que empossa os membros indicados em seus cargos. **VIII.1.2** – Os membros do Conselho Técnico são eleitos para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, e possuem direito de voto com peso unitário. **(d)** comunicar o AUDEMA no caso de constatação de qualquer irregularidade em projetos por ela aprovados e/ou em obras realizadas no CONDOMÍNIO. Caso o AUDEMA não tome as providências necessárias para correção destas irregularidades, o Conselho Técnico deverá informar o Conselho de Administração, que obrigatoriamente deverá proceder como determinado no artigo X.1.4 abaixo. **IX.1** – O Conselho Fiscal é composto por um Representante de cada Setor/Subsetor, com exceção dos Setores/Subsetores de propriedade do CCVT. **IX.1.1** – Cada setor/subsetor indica seu Representante no Conselho Fiscal e mais um suplente, em assembleia de condôminos do setor, até 10 (dez) dias antes da data da Assembleia Geral Ordinária do CONDOMÍNIO que empossa os membros indicados em seus cargos. **IX.1.2** – Os membros do Conselho Fiscal são eleitos para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, e possuem direito de voto com peso unitário. **X.1.** Os Manuais de Obras anexos à presente convenção são ora ratificados, como norma válida e eficaz para a aferição da regularidade das construções já concluídas ou em obras, e para o licenciamento das futuras. **X.1.1.** Aos Setores e Subsetores de condomínios edilícios é vedado qualquer ampliação das edificações ou número de unidades ou adensamento de apartamentos ou unidades, em detrimento do estado atual, registrado e consolidado no anexo V, sendo esta conformação e metragens ora ratificadas, considerada como normas válida e eficaz para a aferição da regularidade das construções. **X.1.2** Na ausência de regulamentação específica, as construções e benfeitorias realizadas nos setores deverão obedecer as taxas máximas de ocupação previstas pela Companhia Ambiental de Tecnologia e Saneamento Básico e de Defesa do Meio Ambiente (CETESB) no Processo 03/008/6 de 15 de dezembro de 1976. **X.1.3**. Compete ao AUDEMA atuar na fiscalização das obras e edificações em todos os setores e na área comum do CCVT, registrando e autuando de acordo com os ditames das normativas a que estiver sujeita por força desta convenção, e outras normas regularmente aprovadas. Sempre que constatada qualquer irregularidade, a que tempo e título for e, para tanto, contará com as seguintes prerrogativas e instrumentos;I - Responsável técnico contratado para essa função e com formação compatível com o escopo do AUDEMA;II - Independência funcional para o responsável técnico e demais membros;III - Apoio técnico e jurídico, sempre que solicitado;IV - Vinculação direta ao Conselho de Administração, sem prejuízo do acompanhamento e fiscalização das atividades pelo Conselho Técnico, o que não importa em subordinação a este.V - Atuação com embasamento nas normativas de uso e ocupação do solo previstas na convenção condominial e nos regulamentos administrativos aprovados pelo Conselho de Administração; **X.1.4**. O descumprimento das normas acima estabelecidas ensejará as medidas judiciais pertinentes, a serem obrigatoriamente tomadas pelo Conselho de Administração, com pedido de preceito cominatório, objetivando o desfazimento das obras irregulares, sem prejuízo da incidência da multa equivalente ao décuplo do valor atribuido à contribuição para as despesas condominiais. **X.1.5.** As construções findas, os projetos aprovados cujas obras ainda não foram iniciadas e as obras em andamento aprovadas pelo AUDEMA em conformidade com o Manual de Construção de 2006 serão admitidas para todos os fins de direito como regulares, cabendo ao AUDEMA promover os embargos da obra se constatar quaisquer irregularidades ou inconsistências, o qual notificará o proprietário da obra para providenciar sua adequação, sob pena de ser a mesma considerada irregular. **X.1.5.1.** Todas as construções que terão início a partir da edição do novo manual de obras aprovado através desta convenção deverão guardar estrita observância às novas regras de construção, sob pena de serem consideradas irregulares. **X.1.5.2.** As obras cujas irregularidades não forem sanadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis após notificação do AUDEMA, serão submetidas ao quanto determinado no artigo X.1.4 supra. X.1.6. As obras executadas que estejam em conformidade com os Manuais de Obras que passam a vigorar a partir desta alteração da Convenção de Condomínio serão consideradas regulares, mediante prévia análise do AUDEMA que deverá expedir termo próprio para a comprovação da situação de regularidade da edificação. **X.1.7.** Todas as casas nos Setores de Lotes, A, B e C, construídas, reformadas, em construção ou com a obra ainda não iniciada até a data da ata que alterou esta Convenção, e cuja execução ou licenciamento tenha respeitado o projeto aprovado pelo AUDEMA, serão consideradas regulares com o pagamento de taxa extra condominial proporcional à metragem que excedeu o permitido nos Manuais de Obras, que passam a vigorar a partir da ata de alteração desta Convenção, no que concerne ao que fora ou será edificado dentro dos limites do respectivo terreno. A alteração das normas de utilização e as restrições de construtibilidade estabelecidas nesta convenção desafiará o quórum de 2/3 (dois terços) dos proprietários nas assembleias setoriais e de 2/3 do total de QUOTAS DE PARTICIPAÇÃO na Assembleia Geral do CCVT; respeitando-se, sempre e em qualquer caso, as normas e restrições da legislação vigente. As alterações da presente convenção entram em vigor imediatamente, salvo expressa previsão em sentido contrário no respectivo edital de convocação e na pauta da Assembleia Geral. **XIII.5.** Consigna-se que eventuais licenciamentos por ventura deferidos pelo AUDEMA em desconformidade com os Manuais de Obras vigentes, por divergência em interpretação acerca da ocupação do subsolo, são ora ratificados como válidos e eficazes para as obras já iniciadas. **ANEXO(S):** I – Manual de Obras do Setor de Lotes; II – Manual de Obras do Setor A; III – Manual de Obras do Setor B; IV – Manual de Obras do Setor C; V – Relação e metragem das unidades dos Setores/Subsetores edilícios (verticais); VI – Convenção Consolidada.

Esclarecimentos Sobre a Realização da Assembleia: 1. Somente poderão participar da assembleia os Representantes prévia e formalmente eleitos pelos respectivos Setores; **2.** Nos termos da atual convenção do CCVT, o quórum para sua alteração é de 3/4 das quotas de participação dos representantes setoriais. Por sua vez, nas assembleias setoriais o quórum para alteração da referida convenção, conforme a proposta acima, é de 3/4 do total de condôminos ou frações ideias de cada setor. **3.** Os setores deverão apresentar ao CCVT as atas assinadas de suas assembleias, com as respectivas listas de presença, para as devidas conferências; **4.** Nos termos da convenção do CCVT, é facultada a presença de condôminos dos Condomínios, Setores e Subsetores, com direito de palavra, sem direito a voto, o qual será exercido exclusivamente pelo Representante credenciado; **5.** A deliberação pela aprovação das aludidas disposições implica na alteração das normas de uso e ocupação do solo postas na convenção e respectivo memorial descritivo e sua superação, naquilo que incompatível; **6.** As alterações e anexos [Manuais de Obras / Relação e metragem das unidades dos Setores/Subsetores edilícios (verticais) / Convenção Consolidada] que forem aprovados deverão ser rubricados pelo Conselho de Administração e levados a registro, para não gerar dúvidas sobre a versão aprovada e válida; **7.** A redistribuição das Quotas de Rateio foi precedida de estudo técnico realizado por métodos de análise direta e indireta, devido a impossibilidade fática e jurídica de vistoria prévia de cada uma das unidades e, portanto, representa um critério de razoabilidade e proporcionalidade a ser ratificado pela AGE, devidamente amparado pelo art. 1336 I, segunda parte do Código Civil; **8.** Na hipótese de prorrogação das assembleias de um ou mais Setores, como faculta a lei, a Assembleia Geral do CCVT será postergada de acordo com o que vier a ser publicado no respectivo edital; **9.** Link para acesso aos anexos - Manuais de obras / Relação e metragem das unidades dos Setores/Subsetores edilícios (verticais) / Convenção Consolidada. https://drive.google.com/drive/folders/17czeKMfUV9isEZ2oA9kuspDjpbyMFsnM?usp=sharing. Caraguatatuba/SP, 02 de abril de 2024. **José Antônio Khattar -** Presidente do Cons. de Administração do CCVT; **Frederico Nogueira -** Vice-Presidente do Cons. de Administração do CCVT; **Suelly Forte Cuello Seripierri -** Vice-Presidente do Cons. de Administração do CCVT.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006-06

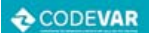
COMPRA REGULAMENTO ICESP/FFM 2594/2024
CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA ICESP/ FFM RC Nº 7753/2024

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César , São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL SOB DEMANDA"** para contratação de empresa especializada no fornecimento de **"MATERIAIS MEDÍCOS (EQUIPOS DE BOMBA DE INFUSÃO + COMODATO DE BOMBAS DE INFUSÃO)"** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM.**

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2607/2024

A FFM, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César , São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO,** para contratação de empresa especializada para o fornecimento de **COMPUTADOR, MONITOR E TABLET,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM.**

CODEVAR

O Consorcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande - CODEVAR, torna público para conhecimento de interessados a SUSPENSAO da Concorrencia Presencial nº. 001/2024, Edital 02/2024– Objeto CONTRATAÇÃO INTEGRADA PELOS MUNICÍPIOS MEMBROS DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO GRANDE - CODEVAR, DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS - CTR (RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RSU, RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - RCC, RESÍDUOS SÓLIDOS DA SAÚDE - RSS, RESÍDUOS VERDE DE VARRIÇÃO E PODA - RVV, RESÍDUOS DA COLETA SELETIVA/RECICLAGEM E LODO DO SANEAMENTO); COM O OBJETIVO DE POR FIM AO USO DO ATERRO SANITÁRIO COMO DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS, INCLUSO MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS QUE DEVERÃO SER INSTALADOS E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E ADERENTES, COM A GESTÃO DE ATERRO CONCEDIDO AO CODEVAR PELO PRAZO DE ATÉ 36 (TRINTA E SEIS) MESES CONTADOS DA CONCESSÃO DA LICENÇA NECESSÁRIA À IMPLANTAÇÃO DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS - CTR.

Barretos, 24 DE MAIO de 2024.
Marcelo Otaviano dos Santos
Prefeito Municipal de Monte Azul Paulista
Presidente do CODEVAR

Marituba Transmissão de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 31.096.307/0001-61 - NIRE nº 35300519361

Edital de Segunda Convocação aos Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Marituba Transmissão de Energia S.A.

Nos termos do artigo 124, §1º, inciso II, do Art. 71, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 9 do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Marituba Transmissão de Energia S.A.*" ("Escritura de Emissão"), celebrado entre a **Marituba Transmissão de Energia S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 538, Sala 32 J, Edifício Work Place Funchal, CEP 04551-060, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 31.096.307/0001-61 ("Companhia"), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 1052, 13º andar, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário da emissão ("Agente Fiduciário") e a **Sterlite Brazil Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 538, Sala 32 A, Edifício Work Place Funchal, CEP 04551-060, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.704.797/0001-27 ("Sterlite Brazil"), na qualidade de interveniente garantidora, ficam os senhores titulares das debêntures da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia ("Debêntures", "Debenturistas" e "Emissão", respectivamente) convocados a participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, que se realizará, em segunda convocação, **no dia 03 de junho de 2024, às 15 horas**, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, **de forma exclusivamente digital** ("Assembleia"), através da plataforma eletrônica "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), com o link de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos Debenturistas habilitados, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), que será considerada realizada na sede da Companhia, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Autorização para alteração da cláusula 4.11.3 da Escritura de Emissão para inclusão da "Data de Incorporação" ao "Período de Capitalização"; **(b)** Autorização para alteração da cláusula 4.11.4 da Escritura de Emissão para especificar o período de incorporação dos juros remuneratórios ao Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme Proposta da Companhia; **(c)** autorização para que o Agente Fiduciário, em conjunto com a Companhia, tome todas as medidas necessárias em razão das deliberações tomadas na assembleia pelos Debenturistas. **Informações Gerais:** Os Debenturistas serão considerados habilitados e poderão participar da Assembleia de forma remota através da Plataforma Digital, observando o disposto no artigo 71, inciso II, da Resolução CVM 81: **(i)** Participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista ou por procuração, emitida por instrumento público ou particular, com reconhecimento das firmas ou acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado. **(ii)** Demais participantes: cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida, abono bancário ou acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identificação do Debenturista. Os documentos para representação e participação na Assembleia deverão ser encaminhados previamente a Companhia por e-mail, para legal@sterlitepower.in e fundraising@sterlitepower.com e ao Agente Fiduciário, para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, preferencialmente com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo admitido até o horário da Assembleia, conforme Resolução CVM 81. A Assembleia será realizada por meio de plataforma eletrônica, nos termos da Resolução CVM 81, cujo acesso será disponibilizado pela Companhia aos Debenturistas que solicitarem participação previamente por e-mail, para legal@sterlitepower.in, fundraising@sterlitepower.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br com, ao menos, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário de realização da Assembleia, e tendo comprovado poderes para participação, na forma descrita neste edital. Será admitida instrução de voto a distância, conforme Boletim de Voto a Distância a ser enviado pela Companhia aos Debenturistas habilitados. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas da Companhia (https://www.sterlitepower.com/br), do Agente Fiduciário (https://webapp.oliveiratrust.com.br), e da CVM na rede mundial de computadores (http://www.cvm.gov.br).

São Paulo, 23 de maio de 2024

Marituba Transmissão de Energia S.A.

Movida Participações S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 21.314.559/0001-66 – NIRE 35.300.472.101

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 13 (treze) dias do mês de maio do ano de 2024, às 17:00 horas, na sede da **Movida Participações S.A.** ("Companhia"), na cidade de São Paulo, estado do São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 92, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia ("Conselheiros"), que participaram por teleconferência. **3. Mesa:** Presidente: Fernando Antônio Simões; e Secretária: Maria Lúcia de Araújo. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(I)** alteração da **(1)** Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures para o primeiro Período de Capitalização (conforme definido na Escritura de Emissão) e consequente alteração da Cláusula 4.11.1 da Escritura de Emissão; e **(2)** forma de cálculo da Parcela de Garantia Firme (conforme definido na Escritura de Emissão) e consequente alteração da Cláusula 3.7.1 da Escritura de Emissão; **(II)** autorização e delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das alterações previstas acima, incluindo mas não se limitando a celebração do "*Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 14ª (Décima Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Movida Participações S.A.*" ("Aditamento"), e de quaisquer outros instrumentos, contratos e documentos que se fizerem necessários, observado o disposto nas deliberações desta Reunião; e **(III)** ratificação de todas as demais deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 03 de maio de 2024, às 10:00 horas, cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em 09 de maio de 2024, sob o nº 196.655/24-9 ("RCA da Emissora"), que autorizou, dentre outras matérias, a realização, pela Companhia, de sua 14ª (décima quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 14ª (Décima Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito Automático de Distribuição, da Movida Participações S.A.*", celebrado em 03 de maio de 2024 entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Escritura de Emissão"); bem como a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou pelos procuradores da Companhia para implementação da Emissão e das matérias acima a serem deliberadas nesta data. **5. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, o quanto segue: **(I)** alteração da Remuneração das Debêntures para o primeiro Período de Capitalização e consequente alteração da Cláusula 4.11.1 da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte redação: "***4.11.1*** *Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a (i) para o primeiro Período de Capitalização (conforme definido abaixo), 9,8160% (nove inteiros e oito mil, cento e sessenta décimos de milésimos por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, calculado de forma linear; e (ii) a partir do segundo Período de Capitalização, 8,20% (oito inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, calculado de forma linear; e, em qualquer caso, calculado conforme fórmula abaixo ("Remuneração"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a respectiva Data de Pagamento de Remuneração, exclusive.*". **(II)** alteração da forma de cálculo da Parcela de Garantia Firme e consequente alteração da Cláusula 3.7.1 da Escritura de Emissão que passa a vigorar com a seguinte redação: "***3.7.1*** *As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime misto (i) de garantia firme de colocação com relação ao montante equivalente em reais à US$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), a ser convertido pela Taxa Cambial (conforme definido abaixo) do segundo Dia Útil imediatamente anterior à primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido), equivalente ao Montante Mínimo ("Parcela de Garantia Firme"), observado o prazo limite para exercício da garantia firme, conforme previsto no Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo); e (ii) o regime de melhores esforços de colocação para o montante remanescente, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime Misto de Melhores Esforços e Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 14ª (Décima Quarta) Emissão da Movida Participações S.A.", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"). Nos termos do artigo 59 da Resolução CVM 160, as Debêntures poderão ser colocadas junto aos Investidores Profissionais somente após a: (i) obtenção do registro automático da Oferta na CVM; e (ii) divulgação do anúncio de início da Oferta nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160 ("Anúncio de Início"), devendo ser observado o Plano de Distribuição (conforme abaixo definido), e observado que a Oferta deverá permanecer a mercado por, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis, nos termos do artigo 57, parágrafo 3º, da Resolução CVM 160. Serão dados a todos os Investidores Profissionais tratamento justo e equitativo nos termos da Resolução CVM 160.*". **(III)** aprovar a autorização e delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à implementação das alterações previstas acima, incluindo mas não se limitando a celebração do Aditamento e de quaisquer outros instrumentos, contratos e documentos que se fizerem necessários, observado o disposto nas deliberações desta Reunião; e **(IV)** aprovar a ratificação de todas as demais deliberações da RCA da Emissora e de todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou pelos procuradores da Companhia para implementação da Emissão e das matérias acima. **6. Encerramento:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi a ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Fernando Antônio Simões - Presidente; e Maria Lúcia de Araújo - Secretária. Conselheiros Presentes: Fernando Antônio Simões, Adalberto Calil, Augusto Marques da Cruz Filho, Denis Marc Ferrez e Marcelo José Ferreira e Silva. São Paulo, 13 de maio de 2024. Esta Ata é extrato da Ata original lavrada em livro próprio. **Maria Lúcia de Araújo** - Secretária. JUCESP sob nº 202.846/24-6, em 22/05/2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

O **CONDOMÍNIO COSTA VERDE TABATINGA - CCVT**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 50.322.296/0001-35, localizado na Rodovia SP 55 nº 2500, Bairro Tabatinga, Caraguatatuba/SP, endereço eletrônico para contato *ccvt@ccvt.com.br,* neste ato representado pelo seu Conselho de Administração, de acordo com as disposições da convenção condominial, vem apresentar: **CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONDOMÍNIO COSTA VERDE TABATINGA (CCVT):** Ficam convocados os Representantes dos Condomínios, Setores e Subsetores integrantes do Condomínio Costa Verde Tabatinga para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no **dia 08 de junho de 2024, de forma híbrida:** a) Na modalidade presencial no salão interno da Pizzaria - Setor Clube Esportivo do CCVT, localizada na Rua Central, S/Nº, no Condomínio Costa Verde Tabatinga, situado na Rodovia SP 55 nº 2.500, Caraguatatuba, SP; b) Na modalidade tele presencial, por meio de plataforma digital com acesso pelo aplicativo Zoom, pelo **link: https://us06web.zoom.us/j/87554589345?pwd=Gi7aE7GzMJdOz2POqZAl4dv6488eSb.1ID da reunião: 875 5458 9345 Senha de acesso: 340102.** c) A Assembleia será instalada em **primeira convocação às 09h**, desde que presentes Representantes previamente credenciados com a apresentação de ata do Setor ou Subsetor que for representar devidamente registrada ou assinada, cuja soma das cotas de participação atinjam, no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do total das quotas de participação (artigo VI.5 da Convenção do Condomínio). Não havendo *quorum*, será instalada em **segunda convocação, às 11h**, com *quorum* mínimo de 30% (trinta por cento) do total das quotas de participação. Não atingido o *quorum*, será instalada **às 11:05h, em terceira convocação**, com qualquer número de Representantes credenciados/cotas de participação. d) A ordem do dia estará restrita aos seguintes assuntos: **I - Deliberação sobre a ratificação da aprovação da compra do imóvel do Setor Clube Esportivo.** A aprovação dessa deliberação dependerá de quórum qualificado, assim entendido a aprovação de ao menos 3/4 (três quartos) dos condôminos de cada Setor, e de ao menos 3/4 (três quartos) dos votos na Assembleia do CCVT, observada a participação do artigo IV.2 da Convenção do Condomínio. **II - Deliberação sobre a regulamentação dos bolsões, conforme proposta apresentada ao conselho de administração.** A proposta consiste na autorização para a ocupação de uma faixa de cinco metros de extensão em área comum do CCVT (bolsão), a ser medida a partir do limite do imóvel lindeiro, sendo até três metros para decks removíveis futuros, mantidas as piscinas e decks pré-existentes (conforme Anexo I), e até dois metros para paisagismo e/ou jardins, mediante a assinatura de um termo em que o proprietário do imóvel lindeiro (i) reconhece que a propriedade do bolsão (área comum aos setores) pertence ao CCVT, (ii) declara ciência de que a AUDEMA não aprovará qualquer projeto na área que ultrapassa os limites do imóvel previstos em matrícula e indicados no Anexo I, e (iii) se compromete em pagar ao CCVT uma taxa mensal pela ocupação, a ser cobrada trimestralmente, que será calculada da seguinte forma: o dobro do valor por metro quadrado usado como base para a definição do valor da taxa condominial multiplicado pela área que compõe a faixa de cinco metros. Caso aprovada a proposta e não assinado o termo, será aplicada uma multa de R$ 10.000,00 a cada mês, a ser cobrada trimestralmente, até que seja assinado o documento ou desocupada a área. Caso, aprovada a proposta, não sejam observados os limites impostos, será aplicada multa de R$ 3.000,00 a cada mês, a ser cobrada trimestralmente. As multas, calculadas *pro-rata-die* e corrigidas monetariamente ano a ano pelo índice de correção aplicado às cotas condominiais, incidirão enquanto perdurar a irregularidade e sem prejuízo (a) da responsabilidade do condômino pela taxa correspondente à área ocupada e (b) da promoção pelo CCVT das medidas judiciais tendentes à recuperação da área ocupada irregularmente. Nos termos da legislação civil e da convenção vigente, o quórum de aprovação da proposta é de 3/4 das quotas de participação dos representantes, na Assembleia Geral do CCVT, e também de 3/4 dos condôminos nas Assembleias Setoriais, salvo se expressamente exigido quórum diverso na convenção condominial do respectivo setor. Compõe o presente item o levantamento elaborado pelo AUDEMA para fins de conhecimento geral a respeito da situação atual da área em discussão (Anexo I) e o Termo a ser assinado pelos condôminos para regularização da ocupação dentro dos limites da proposta (Anexo II). A aprovação do item importa na imediata autorização para que o CCVT promova as medidas judiciais necessárias contra os condôminos irregulares que não se dispuserem a assinar o termo, sendo que os valores arrecadados em razão da ocupação das áreas comuns deverão ser destinados, prioritariamente, para a adoção de tais medidas. Caso este item seja rejeitado, fica desde logo autorizada a propositura das ações judiciais cabíveis para a retomada das áreas comuns conhecidas como "bolsões", desde que haja recursos orçamentários para tanto, devendo ainda ser apresentado, no prazo improrrogável de dois meses após o encerramento da assembleia, um cronograma preliminar para início do ajuizamento das ações. **AS INSTRUÇÕES PARA MANIFESTAÇÃO DO DIREITO À PALAVRA DE FORMA VIRTUAL SERÃO INFORMADAS NO INÍCIO DA ASSEMBLEIA. ESCLARECIMENTOS E DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES: 1.** Somente poderão participar da assembleia os Representantes prévia e formalmente eleitos pelos respectivos Setores; **2.** Os setores deverão apresentar ao CCVT as atas assinadas de suas assembleias, com as respectivas listas de presença, para as devidas conferências; **3.** Nos termos da Convenção de Condomínio, é facultada a presença de condôminos dos Condomínios, Setores e Subsetores, com direito de palavra, sem direito a voto, o qual será exercido exclusivamente pelo Representante credenciado; **4.** A deliberação pela aprovação das aludidas disposições implica na alteração das normas de uso e ocupação do solo postas na convenção e respectivo memorial descritivo e sua superação, naquilo que incompatível; **5.** Na hipótese de prorrogação das Assembleias de um ou mais Setores, como faculta à lei, a Assembleia Geral do CCVT será prorrogada de acordo com o que vier a ser publicado no respectivo edital; nos termos da convenção; **6.** Link para acesso aos anexos - I (Levantamento AUDEMA) e II (Termo de Ciência e Anuência). **Link: https://drive.google.com/drive/folders/1KPEpUG4J5t5QIPQjyyXt9iKPhS6vEJ-P?usp=sharing.** Caraguatatuba/SP, 03 de abril de 2024. **José Antônio Khattar -** Presidente do Cons. de Administração do CCVT, **Frederico Nogueira -** Vice-Presidente do Cons. de Administração do CCVT, **Suelly Forte Cuello Seripierri -** Vice-Presidente do Cons. de Administração do CCVT.

GBS Participações S.A.

CNPJ/MF nº 41.774.224/0001-38 - NIRE nº 35300567706

Edital de Segunda Convocação aos Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da GBS Participações S.A.

Nos termos do artigo 124, §1º, inciso II, do Art. 71, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 9 do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da GBS Participações S.A."* ("Escritura de Emissão"), celebrado entre a **GBS Participações S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 538, Sala 32 B, Edifício Work Place Funchal, CEP 04551-060, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.774.224/0001-38 ("Companhia"), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 1052, 13º andar, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário da emissão ("Agente Fiduciário"), a **Sterlite Brazil Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, Edifício Berrini One, 12º andar, sala A, CEP 04571-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.704.797/0001-27 ("Sterlite Brazil"), a **Goyaz Transmissão de Energia S.A.,** com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 538, Sala 32 F, Edifício Work Place Funchal, CEP 04551-060, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.095.289/0001-01 ("Goyaz"), na qualidade de intervenientes garantidoras, a **Borborema Transmissão de Energia S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 538, Sala 32 D, Edifício Work Place Funchal, CEP 04551-060, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.109.417/0001-10 ("Borborema") e a **Solaris Transmissão de Energia S.A**., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 538, Sala 32 E, Edifício Work Place Funchal, CEP 04551-060, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.095.322/0001-95 ("Solaris"), na qualidade de intervenientes anuentes, ficam os senhores titulares das debêntures da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia ("Debêntures", "Debenturistas" e "Emissão", respectivamente) convocados a participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, que se realizará, **em segunda convocação, no dia 4 de junho de 2024, às 15 horas**, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação, **de forma exclusivamente digital** ("Assembleia"), através da plataforma eletrônica "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), com o link de acesso a ser encaminhado pela Companhia aos Debenturistas habilitados, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), que será considerada realizada na sede da Companhia, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** a autorização para não declaração de vencimento antecipado decorrente do descumprimento do inciso "(xiv)", Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão, tendo em vista o não atingimento pela Emissora do ICSD consolidado nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(b)** a autorização para não declaração de vencimento antecipado decorrente do descumprimento da Cláusula 3.1.2.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, tendo em vista o não preenchimento da Conta Reserva com o Saldo Mínimo total, mas somente com a Parcela Vincenda de março de 2024. Como proposta, a Companhia se compromete a: (i) depositar na Conta Reserva duas Parcelas Vincendas e uma Parcela de Segurança ou R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), o que for maior, até 31 de agosto de 2024 ("Saldo Mínimo Adicional"). Somente após a composição do Saldo Mínimo Adicional, desde que não esteja em curso qualquer Evento de Inadimplemento, conforme aplicável, a Companhia poderá solicitar ao Agente Fiduciário a liberação das Fianças Bancárias, nos termos da cláusula 4.22 e seguintes da Escritura. O valor excedente ao Saldo Mínimo depositado na Conta Reserva somente poderá ser transferido para a Conta de Livre Movimentação Emissora após 28 de fevereiro de 2025, desde que não esteja em curso qualquer Evento de Inadimplemento, conforme aplicável. (ii) caso a Companhia não preencha a Conta Reserva com o Saldo Mínimo Adicional, a Companhia não poderá solicitar a liberação das Fianças Bancárias, porém, mesmo assim, deverá compor a Conta Reserva com a Parcela de Segurança e a Parcela Vincenda de setembro de 2024; **(c)** em razão do item (b) anterior, a proposta da Companhia é fazer com que a Sterlite Brazil realize a quitação do mútuo existente com a Companhia, no valor de R$ 49.524.246,40 (quarenta e nove milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), devendo o valor ser depositado na Conta Reserva, estando esta quitação sujeita à finalização do processo de M&A que está sendo conduzido no momento ("Pagamento do Mútuo"). Os valores advindos do Pagamento do Mútuo serão utilizados para composição do Saldo Mínimo. O valor excedente ao Saldo Mínimo depositado na Conta Reserva somente poderá ser transferido para a Conta de Livre Movimentação Emissora após 28 de fevereiro de 2025, desde que não esteja em curso qualquer Evento de Inadimplemento, conforme aplicável. Caso o processo de M&A não seja concluído até 31 de agosto de 2024, a Companhia deverá observar o disposto no item (b) (ii) acima. **(d)** a autorização para que exclusivamente no exercício social de 2024, seja considerado na "Geração de caixa da atividade", conforme disposto no Anexo I da Escritura, o recebimento de recursos através de notas de débito e quaisquer outras formas de transferências de recursos permitidos pela legislação vigente; sendo certo que a liberação das Fianças Bancárias estará sujeita à aprovação, via AGD, pelos debenturistas da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Solaris Transmissão de Energia S.A., à transferência de recursos realizada pela "Solaris" à Companhia através de Notas de Débito, no valor de R$ 11.200.000,00, em 26 de fevereiro de 2024. **(e)** autorização para que o Agente Fiduciário, em conjunto com a Companhia, tome todas as medidas necessárias em razão das deliberações tomadas na assembleia pelos Debenturistas. **(f)** como proposta para as aprovações acima, a Companhia se compromete ao pagamento aos Debenturistas de prêmio flat equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração, apurado no penúltimo dia útil anterior à data da realização do pagamento do Prêmio ("Prêmio"), sendo certo que, o pagamento do Prêmio está condicionado à (i) conclusão do processo de M&A que está sendo conduzido nesse momento pela Sterlite Brazil ou (ii) 31 de agosto de 2024, o que ocorrer primeiro, através do ambiente B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. **Informações Gerais:** Os Debenturistas serão considerados habilitados e poderão participar da Assembleia de forma remota através da Plataforma Digital, observando o disposto no artigo 71, inciso II, da Resolução CVM 81: **(i)** Participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista ou por procuração, emitida por instrumento público ou particular, com reconhecimento das firmas ou acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado. **(ii)** Demais participantes: cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida, abono bancário ou acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identificação do Debenturista. Os termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste edital de convocação e que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Os documentos para representação e participação Assembleia deverão ser encaminhados previamente a Companhia por e-mail, para legal@sterlitepower.in e fundraising@sterlitepower.com e ao Agente Fiduciário, para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br e, preferencialmente com, ao menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo admitido até o horário da Assembleia, conforme Resolução CVM 81. A Assembleia será realizada por meio de plataforma eletrônica, nos termos da Resolução CVM 81, cujo acesso será disponibilizado pela Companhia aos Debenturistas que solicitarem participação previamente por e-mail, para legal@sterlitepower.in, fundraising@sterlitepower.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com, ao menos, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário de realização da Assembleia, e tendo comprovado poderes para participação, na forma descrita neste edital. Será admitida instrução de voto a distância. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas da Companhia (https://www.sterlitepower.com/br), do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos?tipo=debentures), e da CVM na rede mundial de computadores (http://www.cvm.gov.br). São Paulo, 24 de maio de 2024. **GBS Participações S.A.**

Fabio Gallo

Dá para ganhar dinheiro sem corrupção!

Em todas as partes do mundo a corrupção no meio político é uma preocupação real. Podendo ocorrer de várias formas, como nepotismo, fraude, subornos, uso de fundos públicos etc. Um exemplo brasileiro é a Operação Lava Jato, que muitos querem enterrar, mas que revelou um esquema de corrupção incontestável envolvendo grandes empresas e políticos de alto escalão.

Podem ser citados muitos outros exemplos ao redor do planeta que mostram a profundidade e a gravidade da corrupção política. Em 2023 o Brasil ficou na 104.ª posição entre 180 países no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) publicado pela Transparência Internacional. Essa preocupação geral tem levado muitos países a implantarem leis e regulamentos para combater a corrupção, como as leis Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) e a Stop Trading on Congressional Knowledge (STOCK), nos Estados Unidos, que buscam aumentar a transparência e a responsabilização em casos de corrupção.

No entanto, a eficácia dessas leis ainda é questionada por conta do uso de informações privilegiadas por parte de congressistas. Mas o fato de não praticar corrupção aparentemente não faz com que os congressistas americanos deixem de ganhar muito dinheiro. No ano passado que foi bom para a maioria dos investidores, quando o índice S&P 500 subiu mais de 24%, os membros do Partido Democrata tiveram um retorno médio em seus investimentos de 31,2%, segundo análise feita pelo serviço Unusual Whales, que foca na transparência do mercado.

> *A luta contra a corrupção é crucial para garantir e promover a justiça nas democracias*

No entanto, os Republicanos tiveram um ganho médio mais modesto de menos de 18% no ano. Para dar uma ideia do valor investido pelos congressistas americanos, em 2018, a mediana do patrimônio líquido dos senadores era de aproximadamente US$ 1,70 milhão, enquanto na Câmara dos Representantes era de cerca de US$ 500 mil.

Embora o alto rendimento dos investimentos realizados pelos congressistas possa ser parcialmente explicado por fatores legítimos como experiência e conhecimento financeiro, a possibilidade de uso de informações privilegiadas e redes de contatos também não podem ser descartadas. Os políticos têm acesso a relatórios detalhados e análises econômicas que podem influenciar suas decisões de investimento.

Isso não constitui necessariamente corrupção, mas traz um benefício que a maioria dos investidores não possui, assim levanta questões éticas e pode ser visto como um abuso de posição para ganho pessoal. A transparência e a fiscalização rigorosa são essenciais para garantir que esses ganhos não sejam resultado de práticas eticamente questionáveis. A luta contra a corrupção é crucial para garantir e promover a justiça e a equidade nas sociedades democráticas. Isso também vale para o Brasil! ●

PROFESSOR DE FINANÇAS DA FGV-SP

Finanças pessoais Mercado de títulos

Quando um CDB tem o mesmo ganho de LCIs e LCAs

Por conta de impostos, o CDB tem de render acima do CDI para competir com os títulos que são isentos de IR

LEO GUIMARÃES
E-INVESTIDOR

Quando se fala em investimentos bancários vinculados ao CDI, logo vem à mente os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), as Letras de Créditos do Agronegócio (LCA) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI), papéis emitidos por instituições financeiras. O problema, muitas vezes, é saber qual título paga mais, sendo que LCIs e LCAs, ao contrário dos CDBs, têm isenção de Imposto de Renda.

Com boa parte dos analistas de mercado prevendo a Selic encerrando 2024 no patamar de 10% ao ano e se mantendo próximo disso até o fim de 2025 – a pesquisa Focus da última segunda-feira aponta 9% ao ano –, para o CDB que sofre com desconto de imposto entregar um retorno líquido equivalente ao da LCI / LCA a aplicação tem de render 110% do CDI. O Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é a taxa usada como referência para investimentos de renda fixa e gira em torno de 0,10 ponto porcentual abaixo da Selic.

Camilla Dolle e Mayara Rodrigues, do time da XP Research Renda Fixa, fizeram uma simulação com base em um investimento de R$ 10 mil iniciado em 13 de maio de 2024. A Taxa Referencial (TR) utilizada na simulação, de 0,02% ao mês, segue as projeções da consultoria LCA para os próximos 5 anos. A TR é um componente do cálculo do rendimento da poupança, que depende do valor da Selic.

> **Caderneta perde**
> **Os ganhos dos títulos vinculados ao CDI vêm atraindo investidores da tradicional poupança**

Os números mostram que a rentabilidade do CDB a 110% do CDI, já descontado o Imposto de Renda, sempre fica próxima aos retornos de LCI e LCA a 90% do CDI, isentos. Em 5 anos, o CDB rende R$ 16.034,18, enquanto a LCI e a LCA entregam R$ 15.569,85, uma diferença de R$ 464,33 a favor do CDB.

POUPANÇA. A tabela mostra ainda que os títulos vinculados ao CDI geram retorno de 60% sobre o valor investido em apenas 5 anos. A boa rentabilidade, inclusive, vem atraindo cada vez mais os investidores da tradicional poupança, observam as analistas da XP.

Segundo o BC, em seu relatório de Estabilidade Financeira, parte desses recursos foi para as LCAs, LCIs e CDBs. O BC ressalva, no entanto, que esse ritmo de alta deverá ser reduzido com a entrada em vigor da Resolução 5.119 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 1.º de fevereiro de 2024.

A nova regulamentação ampliou os prazos de vencimentos e carência para as LCIs e LCAs. O tempo que o investidor deve aguardar para ter uma liquidez diária passou de 90 dias (três meses) para 270 dias (nove meses), no caso dos LCAs, e de 360 dias (12 meses) para os LCIs.

A mudança vale só para novas emissões e vai começar a gerar impacto na atratividade dessa classe de ativos no mercado financeiro. As letras de créditos costumavam ser recomendadas pelos analistas para os investidores que desejavam construir a sua reserva de emergência ou para objetivos financeiros de curto prazo. Outra análise do time de renda fixa da XP mostra que essa restrição do CMN levou à queda na rentabilidade desses papéis.

Na visão de Dolle, Rodrigues e Natalia Moura, da XP, ainda vale a pena investir em LCIs e LCAs, já que a Selic deve ficar em 10% ao ano e se manter nesse patamar por um tempo. "Além disso, esses papéis têm a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de até R$ 250 mil por CPF", destacam. ●

BROADCAST DE OLHO NAS AÇÕES

Rejeição de isonomia pode agravar quadro de varejistas

A eventual rejeição do projeto que tramita na Câmara dos Deputados que prevê isonomia tributária entre produtos brasileiros e importados de plataformas, sobretudo chinesas, deve pressionar, em médio prazo, a fatia de mercado das varejistas locais. Além disso, pode levar a uma nova rodada de depreciação das ações na Bolsa, uma vez que alguns investidores ainda esperam que alguma alíquota de importação seja imposta.

Entre as empresas mais afetadas, os analistas consultados apontam as varejistas de moda voltadas para as classes B- para baixo, como Lojas Renner, C&A, Guararapes, assim como as varejistas de eletrônicos, como Magazine Luiza e Casas Bahia.

Apesar de a aprovação da proposta prometer tornar o ambiente mais justo, ela não significa a salvação para as empresas do setor, que continuariam com dificuldade em competir com os preços chineses, que são estruturalmente mais baixos, apontam os analistas.

Outras variáveis têm influenciado o desempenho das companhias, como juro alto, inflação, baixo poder de compra, um conjunto de fatores que desfavorece o potencial de ganho do investidor na Bolsa, a despeito do aumento da concorrência.

> **Em baixa**
> **11%** foi o quanto caiu o índice de empresas de consumo da Bolsa este ano

BROADCAST TERMÔMETRO DA BOLSA

Apostas para Ibovespa estão equilibradas

O *Termômetro Broadcast Bolsa* mostra um quadro de maior equilíbrio nas expectativas para o desempenho das ações no curtíssimo prazo. Entre os participantes, a maioria de 44,4% prevê uma semana de ganhos para o Ibovespa e 22,2% esperam estabilidade. Para 33,3%, o índice terá perdas na semana que vem. Na pesquisa anterior, uma esmagadora maioria de 85,7% esperava alta nesta semana e 14,3% viam variação neutra. A Bolsa caiu 3% nesta semana.

A última semana do mês é mais curta para os mercados, com feriados no Brasil e no exterior, o que sugere um período marcado por correções nos ativos. Na segunda-feira, 27, as Bolsas não funcionam em Wall Street em função do Memorial Day. Aqui, não haverá negócios na quinta, 30, dia de Corpus Christi.

Na agenda econômica, o destaque é a divulgação do índice de preços dos gastos com consumo dos EUA (PCE) de abril, na sexta, 31. É o indicador mais importante que o Federal Reserve utiliza para acompanhar a inflação.

SÃO PAULO

Vendem-se
APARTAMENTOS
ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$435.000 Alto, 47 úteis, 1ds,gar, Lazer. 11 2198.5555 creci8767

2 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$585.000 Alto,70ú,2ds., fora rota, gar., lazer. 2198.5555 cr8767

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$930.000 Sacada,110úteis, 3dts, 1ste,2vgs,lazer. 2198.5555

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$1.600.000 225út, varanda, liv. 3 ambs, 4dts(3suítes), 3grs. + dep. Lazer total. 11 2198.5555 cr8767

Classificados ESTADÃO
(11) 3855-2001

ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

HIGIENÓPOLIS
R$800.000 Excel. 2 dorms., escr. 2 wcs, closet, gar., reformado, muitos armários, andar alto. cód. 10210 ☎ (11) 98247-0214

JAGUARÉ

Lançamento Apto. 02 e 03 dorms. Localização privilegiada.Tr. Ubaense Cr. 85268 (11)98323-5089

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

HIGIENÓPOLIS
R$1.750.000 R. Pernambuco. 210 uteis, 4ds, 1ste, 3vgs. 2198.5555

ZONA NORTE

3 DORMITÓRIOS

SANTANA
Alto Padrão 198m² and.alto, Reg. Av. Braz Leme, 3stes, sacadas, 5wc, 2vgs (11) 94284-8260

Vendem-se
CASAS
ZONA OESTE

PINHEIROS
Vendo Sobrado na Rua: Hermes Fontes, 164, com locatário contendo, Baixos: entrada para vários autos, belo jardim, isolada, ampla sala de visita, lavabo, copa e cozinha com armários, quintal, salão de festa com lavabo, quarto e wc de empregada, lavanderia, 2 dispensas com armários. Altos: 3 dormitórios (sendo 1 suíte), todos com armários embutidos, banheiro completo. Vale a pena ser visto. Tratar com Palaia Imobiliária - Rua Cunha Gago, 412 - Pinheiros

☎(11) 3032-6555

ZONA LESTE

ITAIM PTA
R$600.000 300m², 110m² ác, 4vgs, sl.coml, lav. (11) 2571-0618

Vendem-se
COMERCIAIS
ZONA SUL

JABAQUARA

Vendo imóvel comercial, 2500m² á.c. R:Cambuis 326. Direto c/ Proprietário ☎(11)99953-6202

ZONA OESTE

LAPA
Casa coml, 601m²ÁC, 496m² terr, R:Guaipá, 8vgs. Prop. Gustavo (11)99983-6422/5182-2864

PINHEIROS
R$385.000 Conj 39m², varanda, 1wc, 1vaga. A 50m Metrô Sumaré (11)99786-0261 - creci 20187J

Alugam-se
APARTAMENTOS
ZONA OESTE

2 DORMITÓRIOS

VL MADALENA
R$2.500 2ds, dep.empreg., 1vg, 77m². Rua Girassol 964 apto. 93. Tr. c/ Lilian ☎(11)3740-1126 hc

Alugam-se
COMERCIAIS
ZONA SUL

ÁGUA FUNDA
Alugo/Vendo Galpão Comercial 700m² ☎(11)97603-0088 José

CH STO ANTÔNIO

GALPÃO INDUSTRIAL - 3.000m². Aluga-se na Rua Laguna 42, bem próximo Marg.Pinheiros e aeroporto. C/escritório, 10 banheiros, refeitório e pátio.11.94173.8828

TERRENOS
ZONA NORTE

SANTANA
2.334m² Av. Júlio Buono,p/prédio com/res $14Mi (11)99976 0052

ZONA LESTE

MOOCA
2 Terr. 709/380m².99528-9982

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se
COMERCIAIS

DIADEMA
P/investidor! Galpão pré moldado 3749m²ác, 4596m²át. Imigrantes Km18/Px Rodoanel. C/inquilino. R$10,5 milhões(11)94395-0556

GUARULHOS COCAIA
Prédio Comercial em avenida, 700m², salão 280m², terraço e sala 160m². Whats (11) 94020-3532

OSASCO
Loja e Sobreloja c/ 630m², 20 vgas paralelas na frente R. Dnª Primitiva Vianco esq. R. Dante Batiston. Detalhes: Patrimonial Imóveis (11)3083-0006 - Creci:15.158

TERRENOS

OSASCO
Terreno 3 frentes, de esq., 40 frente 1.215m² (ZC) Av. Marechal Rondon, 156 - próx. Shopping. Detalhes: Patrimonial Imóveis (11)3083-0006 - Creci:15.158

SUZANO
115.000m², ao lado de indústrias. Vendo. ☎(11)2693-6241

LITORAL

Vendem-se
CASAS

GUARUJÁ

Mansão p/reformar. Excel.local! Cond.fechado. 4ds (3stes e banh. c/sacada). Hall de entrada,lavabo, copa,coz, lavand, Sala jantar, sl visita, sala TV c/amplo terraço, piscina bar, área descanso, churr. c/ pia granito.(13)99782-7000 whats

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

Vendem-se
CASAS / APARTAMENTOS

BROTAS - SP
Imperdível, oport. unica. belíssima casa, centro de Brotas, 3 dorms. edic. 110m², terreno 360m² só R$ 317.000 ☎ (11) 98247-0214

ITATIBA - SP

Casa 400m²ÁU, 1.000m²ÁT. Cond.Parque da Fazenda. Pisc. aquecida, sauna, sl.festas, 100% mobiliada.Local espetacular. Troca apto/casa em SP.11. 976995699

TERRENOS

ITATIBA - MORUNGABA
Terreno em condomínio, 756m², de esquina, c/vista p/pôr do sol, bucólico e perto de tudo! R$280mil. Whatsapp (19)99136-9636

PROPRIEDADES RURAIS

TERRAS E FAZENDAS

CONFRESA - MT REGIÃO
16mil alq.Compl.Soja, pasto,rio. P. Pouso. Armazém.(16)99781 0989

PANORAMA - SP
Faz. 1.432 HA, 80% cana, ATR 121-42Ton. (18)98113-0666 Rossafa

CHÁCARAS E SÍTIOS

BRAGANÇA PAULISTA

Sítio 4km centro, 2,5alq, casa sede de 7sts, casa hóspede e caseiro, pisc., qd.poliesp., cpo.fut., sl.festa, sauna, churr.normal e fogo de chão, bosque c/aprox.1alq., poço artes. 280mt.prof, galpão grande. Ac. proposta. Prop. (11)99981-1807

SOROCABA - SP
Sítio/chácara, 15min.do Centro. Ót.p/lazer ou renda.R$1.200.000 p/ R$800mil. ☎(15)99658 1832

NEGÓCIOS E SERVIÇOS

CONSTRUTORA ITAIM BIBI
Construção, reforma. Melhor preço! Capital e Interior (Indaiatuba, Itupeva, Salto, Campinas). ☎(11)94017-0933/ 3071-3724

OPORTUNIDADES

ARTES E ANTIGUIDADES

ANTIGUIDADES - COMPRO E AVALIO
Pago o melhor preço! Esculturas, Quadros, Pratas, Móveis e Objetos de Artes. (11) 96332-7007 Noely

COMPRO VIOLINOS ANTIGOS, VIOLÕES,RELÓGIOS DE OURO
Tratar André (11)99638-7260

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

ATENÇÃO INVESTIDOR
Vendo Terreno 10.000m², Centro Comercial de Imperatriz - ma próprio p/shopping(11)99991-5129

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001 (11) 99181-2018 WhatsApp
anunciar.classificados@estadao.com

Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

CATANDUVA

Centro de Distribuição
10.000m² de galpão com doca
Pé direito de 7,5m
10.000m² de Pátio
Km 383 da Rod. Washington Luiz
Ao lado do Aeroporto
Exclusivo para locação

Contato (11) 99636-9743

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:
www.FREITASLEILOEIRO.com.br
CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000

VEÍCULOS | IMÓVEIS | MATERIAIS

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÕES DE VEÍCULOS PRESENCIAL E ON-LINE

310 VEÍCULOS — DIA: 28.05.2024 - 3ª FEIRA - 10h00
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 28.05.2024, a partir das 08h00 | verificar informações no site
• DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS
AUDI Q3 2.0TFSI AMB
VW TAOS CL TSI

200 VEÍCULOS — DIA: 29.05.2024 -4ª FEIRA - 10h00
AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360
SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP
VISITAÇÃO: 29.05.2024, a partir das 08h00 | verificar informações no site
• DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS
CAOACHERY TIGGO5X PRO HA
BMW 316I

300 VEÍCULOS — DIA: 31.05.2024 - 6ª FEIRA - 10h00
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 31.05.2024, a partir das 08h00 | verificar informações no site
• DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS
HYUNDAI CRETA1TA LIMITED
TOYOTA COROLLA APREMIUMH

Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 | **CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000** | **www.FREITASLEILOEIRO.com.br**

LEILÕES DE BENS DIVERSOS SOMENTE ON-LINE

Dia 03/06/2024 - 2ª feira | 17h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE

REFRIGERADOR IMBERA - CADEIRAS MOBILIÁRIOS - GAVETEIROS - OUTROS

Dia 06/06/2024 - 5ª feira | 17h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE

NOTEBOOK HP 14" INTEL CORE I5 - OUTROS

Dia 10/06/2024 - 2ª feira | 17h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE

JAQUETA IRA DESIGN - TÊNIS TENGREN - HOME HUB

Dia 13/06/2024 - 5ª feira | 17h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE

DESKTOP HP 500GB INTEL CORE I5 - OUTROS

Dia 17/06/2024 - 2ª feira | 17h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE

DRONE DJI " TELLO - SPARK - MAVIC PRO / AIR "

LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

INÊS 249

EMPRESAS E PARTES SOCIAIS

GALPÃO RENDA 0.8% MÊS
Anchieta 55MI (11)93725-6262

LOTÉRICAS IMPERDÍVEIS
Com LUCROS de:24,00 a 30,00 % a.a Nas Regiões: Campinas, Caraguatatuba, Hortolândia, Jundiaí, M. Mirim, Piracicaba, Rib. Preto, Sta. Bárbara D'Oeste, Sertãozinho e Sorocaba, MPUGA Négócios A Maior Consultoria de Lotéricas do Interior SP!Ligue que dá Negócio! Whats: ☎(19)99653-2020

VENDO PROPRIEDADE DE ESPAÇO DE EVENTOS
520m² —-- Jardim Paulistano. Contato ☎(11)99981-5146

EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS

CAPITAL DE GIRO
R$100mil a R$30milhões Por Investidores, Bancos, Fundos, Fidics. *Limpamos SERASA/SCPC* c/ou s/restrições (11)4612-1188/ 94035-3860 *Aberto a parceria* www.virtusempresarial.com.br

MÁQUINAS E MOTORES

GUINDASTES TADANO

TL 251 Ano 1980. Vendo. Ótimo estado! ☎(19) 99771-6772

ROTOMOLDAGEM ROTOLINE DC 3.50
Nova. Sistema Completo, com moldes, cx d'água 500/1000lts. (11)99201-5363/5523-3225

NÁUTICA E AERONÁUTICA

AERONAVES
Vendo: Bonanza A36-ano 2003 e Baron B58-ano 2002, Aeronaves revisadas e com horas disponíveis. Tratar ☎(11)99919-6292

AERONAVE

OUTRAS OPORTUNIDADES

ALUGUEL EM ATRASO?
Fale conosco!Só capital.Patrono Serv.Cobrancas (11)97823-9481

OUTRAS OPORTUNIDADES

DECORAÇÃO - LIVRO USADO
Livros, Gibiteca, CD, DVD e discos usados.Compro, vendo. Pça João Mendes, 140 ☎(11)3104-7111

RELAX / ACOMPANHANTES

CASA DAS 7 MULHERES
C/acessórios. Em Moema. R$160 ☎(11)5051-3128/ 98340-6989

CÉSAR C/ LOCAL - JARDINS
Caiçara 23cm 11 954833875

MASSAGEM ALEMÃ
Whatsapp (11)91009-5665

EMPREGOS

COZINHEIRA ESCOLAR - PCD
Empresas do Grupo Angá (ANGÁ, G&T, Pack Food e COELFER) admitem. Vaga exclusiva p/ pessoas com deficiência.Enviar Currículo: trabalheconosco@grupoanga.com.br ou (11)98867-8275

PARCEIRO COML.
Consórcio e energia solar no País www.consorciocanopus.com.br ou www.canopussp.com.br

EMPREGOS P

PCD - VAGAS
PARA RESTAURANTE INDUSTRIAL Empresa ALERE Alimentação admite. Vagas exclusivas p/ pessoas com deficiência. Enviar Currículo: talentos@alerealimentacao.com.br ou ☎(11)98867-8275

FVENDAS
INTERMEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA
Lopes

FIBRA EXPERTS
MORAR | TRABALHAR | CONVIVER

C6 E C7 A fundo

Estudo mostra a resiliência climática das aves da Amazônia

Francisco Bosco

'A saída tem de ser a pluralidade ideológica'

Escritor lança 'Meia Palavra Basta', com aforismos sobre política, sexo e comportamento

ENTREVISTA

Filósofo e ensaísta, ele presidiu a Funarte, participa de debates no GNT e critica as esquerdas e também os 'intelectofóbicos'

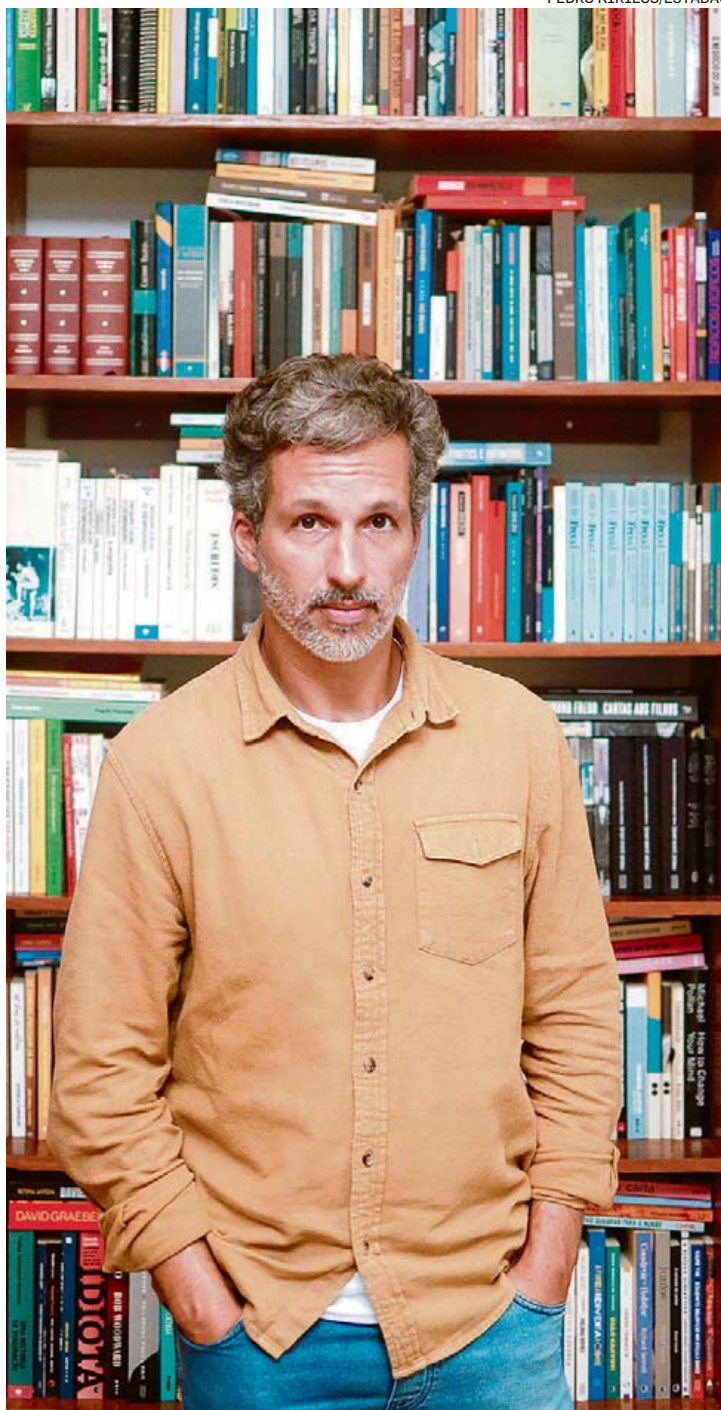
GABRIEL ZORZETTO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Francisco Bosco, de 47 anos, é um intelectual com o dom de se comunicar com as massas. Integrante desde 2018 do programa *Papo de Homem*, no GNT, escritor e ensaísta com doutorado em literatura, já foi presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte) entre 2015 e 2016, mas entregou o cargo depois de Michel Temer assumir a Presidência da República.

Após dois livros – *A Vítima Tem Sempre Razão?* (2017) e *O Diálogo Possível* (2022) – debatidos à luz da política, ele lança agora *Meia Palavra Basta*, uma coleção descontraída de aforismos sobre os mais variados assuntos do cotidiano, como relacionamentos, sexo, intolerância, futebol, religião e paternidade, entre outros.

Em entrevista ao **Estadão**, Bosco expandiu alguns dos temas que inspiraram esses textos curtos que, segundo ele, são "profundidades sem aprofundamento" reunidas em um livro sem "nenhuma utilidade".

Você se define como intelectual. Não acha que a maioria das pessoas pode ter um ranço dessa palavra e associar a um certo tipo de arrogância?
Eu me defino como intelectual público, aquele que tem uma ação discursiva que vai para além da universidade. A universidade no Brasil está sob suspeita, por boas e más razões. As boas razões dizem respeito ao fato de que, durante as últimas décadas, a universidade brasileira concentrou uma perspectiva ideológica e política de esquerda. Eu estudo um autor de direita que fez uma verificação nos bancos do CNPq e mostrou que alguns dos autores conservadores mais importantes do mundo praticamente não são mencionados nas teses do Brasil. A pessoa que talvez primeiro tenha falado sobre isso, e nem sempre da melhor maneira, foi o Olavo de Carvalho. Olavo tinha razão nesse ponto. Então, a palavra "intelectual" hoje é vista sob suspeita de concentração ideológica. O lado incorreto é que os grupos políticos "intelectofóbicos" não trabalham com argumentos e usam fake news. A alternativa à elitização do debate não pode ser a má-fé. A alternativa tem de ser a pluralidade ideológica.

Você escreve: "Ninguém é moralmente obrigado a ser herói. Ninguém deve ser moralmente condenado por não ser herói". Tragédias como a do Rio Grande do Sul acabam despertando julgamentos desse tipo?
Essa figura do herói para a teoria da Justiça seria o ato supererrogatório, que vai para além do que seria o dever do sujeito. O dever do sujeito é um dever de agir com justiça, seja perante a lei, seja perante certa expectativa moral. A figura do herói é a figura que, além de fazer isso, sacrifica a sua própria vida ou reputação em nome do bem comum. O herói é aquele que faz mais do que a obrigação. O que estamos vendo é um conjunto admirável de heróis ou atos supererrogatórios. As pessoas são moralmente obrigadas a serem heróis? Não são, mas elas ganharão a recompensa do reconhecimento coletivo pelo que fazem.

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO

'Ninguém é moralmente obrigado a ser herói', diz Bosco no livro

"No momento em que um intelectual vai para um governo, ele deixa de ser um intelectual porque perde a capacidade de criticar o governo"

"O grande problema da militância contemporânea é o fato de ela ser uma militância digital" – as redes sociais desvirtuam os ideais de um militante?
O debate público é o lugar onde pessoas de direita, de esquerda, cristãos, candomblecistas, ateus, etc. vão debater os problemas sociais. E as pessoas têm de participar disso de boa-fé. O que aconteceu é que as pessoas estão organizadas em grupos identitários. Na tragédia do RS, o que você vê? Há uma direita que procura criticar o Estado, não importa se com fake news, enquanto a esquerda fica tentando também disputar o episódio. Isso está degradando o debate público.

"Os intelectuais traíam seu compromisso com a interpretação honesta da realidade por se engajarem em projetos políticos e serem bafejados com as benesses do poder do Estado" – teria esse trecho elementos autobiográficos, já que você teve um cargo na Funarte?
Mesmo antes da era das redes sociais, a maior tentação do intelectual sempre foi o poder do Estado. No momento em que um intelectual vai para um governo, ele deixa de ser um intelectual, porque ele perde a capacidade de criticar o governo. Eu fui um crítico do PT, mas apesar disso fui convidado para o segundo governo Dilma. E enquanto participei do governo considero que as minhas funções como intelectual público estiveram comprometidas. Isso não significa que o intelectual público não deva fazer parte de um governo.

Por que a monogamia é tão exigida e tão descumprida?
A forma do casamento, como conhecemos hoje, é uma forma histórica que consiste na tentativa de conciliar exclusividade sexual, duração no tempo e constituição de família. Por que a monogamia é difícil? Porque o casamento tende a esvaziar o desejo sexual. Todos nós temos os nossos narcisismos. Quando você ama alguém, é importante ter o reconhecimento do outro e no casamento isso ocupa grande parte da sua autoestima. E quando essa pessoa com quem você está tem desejo sexual por outra pessoa, nos sentimos eclipsados. É como se, entre o Sol que nos ilumina e nós, houvesse outro satélite, que nos faz sombra. A monogamia tem essa função de proteger o narcisismo dos envolvidos.

"O amor gosta de se relacionar com o lado conhecido do outro; o sexo, com o desconhecido" – por que o misterioso é mais atraente?
As evidências apontam que o amor se nutre da intimidade, do que se conhece no outro. O amor tenta transformar tudo em doméstico: dormir de conchinha, cafezinho junto, assistir à série. O desejo não se estimula por essas cenas. O desejo é atraído pelo que lhe falta.

"A segunda coisa mais superestimada do mundo é o sexo." Por quê?
Esse livro joga com diferentes tradições desse gênero literário, o aforismo. Entre essas tradições tem aquela do humor, do chiste. Nesses aforismos de humor, a forma é mais importante que a verdade. Esse aforismo tem uma primeira frase que, na verdade, só se vai resolver na sequência: "A segunda coisa mais superestimada do mundo é o sexo, a primeira é o ménage". Eu não acho que o sexo seja superestimado. O ménage sim, sem dúvida. Na suruba, o ambiente é que é interessante, a coisa de uma transgressão. Isso é que dá desejo. Mas fora isso, ela é cheia de problemas, porque tem uma competição narcísica acontecendo. ●

Meia Palavra Basta
Francisco Bosco
Editora Record
128 págs., R$ 54,90
R$ 38,43 o e-book

Direto da Fonte
Gilberto Amendola

gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

João Carlos Martins lança biografia na Sala São Paulo

João Carlos Martins terá sua biografia lançada pela Record. O "Indomável", de autoria de Jamil Chade, traz na abertura de cada capítulo um código QR que remete para uma gravação do maestro e pianista tocando alguma peça relacionada com o capítulo. A gravação do capítulo 2, por exemplo, foi feita por João quando ele tinha dez anos, em 1950. Na época, a gravação de som era algo raro, mas o pai do maestro tinha um gravador de fios de aço. Outra gravação marcante é a do capítulo 3, com a primeira performance do maestro no Concurso Eldorado, organizado pela rádio Eldorado. O lançamento será marcado por um concerto no dia 4 de junho, na Sala São Paulo. A obra vai percorrer a trajetória do maestro desde infância, debruçada sobre o piano sob o olhar atento do pai, passando pela juventude, com o reconhecimento de seu talento, até a consagração, interrompida em seu auge pela gradual atrofia nas mãos.

THIAGO CUNHA

Cada capítulo tem um código QR que remete para uma gravação

Marca faz homenagem à cidade italiana

Arezzo lançou a coleção *Arezzo in Arezzo* inspirada na cidade italiana que deu nome à marca – e faz parte de uma série de homenagens que se encerram no mês de junho com uma exposição na cidade italiana. Na foto, Anderson Birman, Alexandre Birman e o prefeito de Arezzo Alessandro Ghinelli – que esteve no País especialmente para a ocasião.

NICOLAS CALIGARO

Solidariedade

TIAGO QUEIROZ

Festival Gastronômico TUCCA Le Cordon Bleu arrecadou R$ 500 mil para combate ao câncer

Entre jantar, leilão, aulas, degustações e uma feira, o *Festival Gastronômico TUCCA Le Cordon Bleu* arrecadou R$ 500 mil para o tratamento de crianças e adolescentes com câncer, de famílias de baixa renda atendidos pela TUCCA em parceria com o Santa Marcelina Saúde. O evento, que aconteceu neste mês, teve a curadoria de Patrícia Ferraz com participação da Embaixadora do Le Cordon Bleu, Rosa Moraes. A entidade sobrevive graças às doações e arrecadação em eventos culturais, jantares e leilões. Na foto, além de Patrícia e Rosa, o presidente da TUCCA e oncologista Sidnei Epelman.

DAVID MAZZO

1. Simone Xirata, Yasmin Yonashiro e Monique Paoletti na abertura da Pop-Up Store de Moët & Chandon no Iguatemi SP. 2. Victor Collor. 3. Valeska Nahas e Catherine Petit.

Bloco de Notas

SAÚDE MENTAL. O Hospital Alemão Oswaldo Cruz foi reconhecido pela ONU (Organização das Nações Unidas) como uma das instituições brasileiras que desenvolve ações em prol da saúde mental de seus colaboradores. O reconhecimento faz parte do Movimento Mente em Foco, iniciativa do Pacto Global da ONU que destaca instituições que atuam no combate ao estigma em relação à saúde mental.

VINHOS. São Paulo recebe a 1ª *Settimana Del Vino Italiano* até amanhã. A proposta é trazer rótulos de todas as regiões da Itália para as mesas de 20 restaurantes italianos de São Paulo.

BAKERY. A Carlo's Bakery inaugura hoje uma nova fábrica na Vila Leopoldina.

INÊS 249

Alice Ferraz alice@fhits.com.br

Hora de falar e hora de calar

Conhecido como pai da psicanálise, Freud desenvolveu o método da hipnose para conseguir quebrar a barreira que impedia o acesso a conteúdos que estariam reprimidos em nosso cérebro. Fazendo isso, o pesquisador trazia à tona medos, frustrações e percepções de mundo que podiam ser vistas no que passamos a chamar de consciência. Bem, Freud nasceu na Áustria em 1856 e não posso imaginar o que ele diria sobre nosso estado mental em 2024. Não, não sou uma expert no assunto, mas fiz psicanálise por muitos anos e esta semana senti imensa vontade de voltar ao consultório para saber a opinião dos novos psicanalistas e talvez obter um alívio pessoal, acreditando que alguém está desenvolvendo um método eficaz como antídoto da hipnose.

Penso que talvez eles tenham descoberto que a barreira que impedia a abertura completa dos conteúdos vindos do subconsciente tenha sido escancarada demais, rompida de vez, nos fazendo perder, assim, a noção do que e de quando falar – e de quando calar. Existe um processo de compreensão humana do mundo que, na época de Freud, era o de ocultar sentimentos, sensações, opiniões – era o certo, o natural, o esperado. Isso claramente gerava angústias e doenças. Passados quase 200 anos, a tal compreensão de mundo se tornou oposta: devemos falar tudo, compulsivamente, colocando nossas opiniões mal elaboradas para fora assim que nascem e passam por nossos cérebros. Psicanálise? Hipnose? Não precisamos delas mais para falar, talvez para calar.

Uma senhora em Belo Horizonte fala abertamente em suas mídias sociais que é de direita e que, assim, esse "papa comunista" tem de parar de convidar pessoas que não deveria para acompanhar a missa no Vaticano. Uma outra, mais jovem, diz, também sem constrangimentos, que a Madonna não teve importância alguma para as mulheres e para a comunidade LGBT+ – e que não entende o motivo de o show em Copacabana ter gerado tanta comoção. Outra, ainda mais corajosa, fala o que pensa sobre jornalistas: todos de esquerda e coniventes com fake news.

Elas estão todas bem-vestidas; a imagem e a luz do vídeo são de excelência; são bonitas ou pelo menos têm uma aparência agradável; o tom da fala não demonstra raiva, mas uma certeza inabalável.

Não estão, pelo que percebo, hipnotizadas para assim não terem noção do quão leviano é o que falam. São absolutamente livres para invadir a liberdade dos outros. Geram o tal engajamento em suas mídias, com a certeza de que o mundo todo, pelo menos os que estão certos, pensa da mesma forma. Ganham seguidores das mesmas bolhas e se sentem líderes de algum movimento fictício que faria Dom Quixote corar. ●

É ESPECIALISTA EM MARKETING DE INFLUÊNCIA E ESCRITORA, AUTORA DE 'MODA À BRASILEIRA'

TER. Patrícia Ferraz ● QUA. Roberto DaMatta ● QUI. Luciana Garbin (quinzenal), Patrícia Ferraz ● SEX. Maria Fernanda Rodrigues ● SAB. Alice Ferraz e Suzana Barelli ● DOM. Leandro Karnal, Sérgio Augusto e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

Mercado Collabs

Crescem as parcerias entre grifes de grandes marcas da moda

Tendência mundial volta a ficar sob os holofotes, com as novas colaborações que conectam diferentes públicos

ALICE FERRAZ
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Não é de hoje que colaborações fazem parte do mundo da moda e do mercado de luxo. Nos últimos anos, porém, além do valor criativo, as collabs – como são conhecidas tais parcerias – assumiram papel de extrema importância nas estratégias da maioria dos grandes grupos da área. Atualmente, três ótimas delas ganharam os holofotes nacionais.

A primeira chega às lojas no dia 4 de junho, pela UMA X, braço focado em moda sustentável da UMA, um nome respeitado no cenário fashion nacional, com quase 30 anos de história e uma base fiel de clientes. A marca se uniu a Yuval Robicheck, artista israelense conhecido mundialmente por suas ilustrações sensíveis de cenas do cotidiano, criando mais uma ponte entre moda e arte, conexão recorrente e bem-sucedida feita pela grife brasileira. "Idealizar um projeto com pessoas de diversos meios criativos traz um senso de pertencimento ímpar e um propósito diferenciado para o consumo", diz Vanessa Davidowicz, diretora da UMA.

A americana Supreme é um ótimo exemplo do êxito das colaborações. Em 2017, a marca vendeu 50% de suas ações por US$ 500 milhões. No mesmo ano participou de uma das parcerias mais bem-sucedidas da atualidade, com a francesa Louis Vuitton. Com isso, a marca de streetwear, até então amada principalmente por skatistas, passou a ser conhecida e desejada também pelos consumidores de luxo. Estima-se que, na temporada de lançamento da parceria, as vendas da Supreme tenham aumentado 97%. O sucesso se manteve e, em 2020, apenas três anos depois, os outros 50% da marca foram vendidos por US$ 2,1 bilhões. Esse impacto é significativo, especialmente quando se considera a conexão com um público diferente. Na chamada "era das mídias sociais", os algoritmos e grupos de conversas criam cenários em que cada indivíduo convive majoritariamente com notícias, conteúdos e pessoas que compartilham suas ideias. O diferente desaparece e a vida acontece em bolhas nas quais cada um vê apenas o que está alinhado com seus pensamentos.

VINI BRANDINI, ASICS, CARNAN, BRUNA SUSSEKIND

Uniões permitem que marcas explorem outros territórios e audiências

Participação
Nas plataformas digitais, diz um estudioso, a meta da informação 'é amplificar o engajamento'

O comportamento já se tornou ponto de atenção para profissionais e acadêmicos da área, como o psicólogo social William Brady, que escreveu em seu artigo para a revista *Scientific American* "que, nas plataformas digitais, a informação é desenhada para amplificar o engajamento". Encontramos evidências que sugerem que um efeito colateral desse cenário é que os algoritmos amplificam as informações com as quais as pessoas são fortemente tendenciosas a concordar. Na moda, isso restringe o acesso de uma marca a novos clientes. Com as collabs, cada um dos criadores envolvidos passa a ser um possível canal de conexão.

"As colaborações permitem que as marcas explorem outros territórios e outras audiências, sem perder consistência, criando produtos e narrativas muito singulares, que geram desejo e pertencimento", comenta João Sampaio, coordenador de marca da Zerezes. Tendo a consciência do potencial dessas uniões, a grife de óculos autorais e de produção própria, fundada em 2012, apostou no encontro de forças com a carioca Haight, que, com sua moda praia que foge do óbvio, já conquistou uma cartela notável de clientes. Juntas, as marcas lançaram recentemente três modelos de óculos de sol, em um movimento que associa os produtos pela ocasião de uso em conjunto.

REPUTAÇÃO. Outra abordagem para criar parcerias, favorita das grandes multinacionais do sportswear, é baseada em reputação. Empresas como Adidas, Nike e suas concorrentes preferem colaborar com marcas menores, que fazem moda autoral, com identidade estética marcante e, muitas vezes, público de nicho. Com a união, a marca local ganha notoriedade e importância, por estar trabalhando com uma grande empresa internacional; e essa, por sua vez, se beneficia principalmente da capilaridade e do acesso a diferentes tipos de clientes.

Seguindo esse formato, a japonesa Asics se uniu à paulistana Carnan para criar uma coleção-cápsula que trouxe algumas variações de camisetas, bermudas e acessórios, além de um modelo de tênis. Este último foi lançado no dia 20 nas lojas físicas de ambas as marcas e, no dia seguinte, nos e-commerces. O produto de estética esportiva clássica – cujos maiores diferenciais estão em detalhes como a mistura de materiais (rip-stop e camurça, por exemplo) e no conforto trazido pelo solado Gel, uma das tecnologias exclusivas da Asics – esgotou-se em menos de três dias. Um sinal claro de que a parceria deu certo. ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

A verdade te libertará
Data estelar: Júpiter ingressa em Gêmeos

O bem protege, o bem transmite instruções sábias, o bem governa promovendo responsabilidades, o bem motiva a união e concórdia.

O mal é predador das vulnerabilidades, o mal é oportunista para promover desunião e discórdia, o mal difunde informações falsas e ambíguas com o firme intuito de confundir e incentivar a ignorância, o mal divide as pessoas para poder governar sobre elas concentrando poder.

Não há nada de relativo a qualquer ponto de vista particular no que seja o bem e o mal, essas são instâncias absolutas, transformadas em hipóteses discutíveis, adivinha por qual dessas duas instâncias?

Protege a tudo e a todos, e a graça da proteção te será concedida, e se de tua boca saírem verdades sábias, então a verdade te libertará. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Sua alma precisa raciocinar direito, porque o panorama se mostra complexo o suficiente para não poder ser desfrutado sem um entendimento mais profundo sobre tudo que está envolvido neste momento de sua vida. Em frente.

TOURO 21-4 a 20-5

Tome ações efetivas em relação a tudo que seja do seu interesse, porque se ficar esperando por condições melhores para agir, é muito provável que as condições favoráveis deste momento não se repitam no futuro.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Em muitos casos, tudo que você diz, apesar de ser esclarecedor e libertador, não é compreendido pelas pessoas, porque os raciocínios são intrincados e obtusos. Procure desenvolver uma linguagem mais simples.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Todas as coisas boas que sua alma pensa se converterão em ações práticas, mas não de imediato, porque momentaneamente você não está com as rédeas em suas mãos, as circunstâncias marcam o ritmo e é melhor se adaptar.

LEÃO 22-7 a 22-8

Algumas pessoas facilitam enquanto outras complicam, e as que complicam talvez não o fazem com más intenções, mas motivadas inconscientemente pelo medo que sentem em relação à vida e a tudo que deve ser feito.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Melhor agir e errar do que errar por não se atrever a agir. Este é um momento que não comporta dúvidas, porque ainda que essas existam sua alma não há de lhes outorgar o poder de frear a ação necessária. É assim.

LIBRA 23-9 a 22-10

A vida não é uma linha reta com experiências previsíveis o tempo inteiro. A despeito de todos os esforços para desvendar o futuro, na hora de tomar decisões, a alma se encontra a sós consigo mesma. É a hora da verdade.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

É verdade, tudo pode mudar a qualquer momento, mas enquanto as coisas seguirem pelo rumo que sua alma deseja, melhor não perder tempo com medos que não são necessariamente profecias de como tudo irá acontecer.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

O entendimento é possível, mas para isso é necessário deixar as palavras duras de lado e silenciar as críticas, porque só assim haverá receptividade suficiente para as verdades serem ditas sem ser ouvidas como ofensas.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

É sempre bom agir para evitar que os ressentimentos se acumulem e se transformem em monstros imbatíveis com a ação do tempo. Sempre alguém se ofende com o que acontece, mesmo que não tenha havido ofensa.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Seduzir é uma forma de abrir portas, mas também de você ficar dentro de um circuito do qual, talvez, depois não seja tão fácil escapar. A doçura, a cordialidade e o afeto são instrumentos importantes de relacionamento.

PEIXES 20-2 a 20-3

Por trás das pedras que atravancam seu caminho está a luz que sua alma procura, portanto, agora seria bom você parar de resmungar e se dedicar a aceitar que os impedimentos são sinais compassivos de seu destino.

Música *Mercado*

Governo dos EUA processa Live Nation, dona da Ticketmaster

Justiça identificou monopólio e práticas que impediriam concorrência; grupo diz que acusação é 'absurda'

O governo dos EUA entrou com processo na quinta-feira, 23, contra a Live Nation, para quebrar o monopólio da indústria da música ao vivo no país. Para a Justiça, a fusão da Live Nation com a empresa Ticketmaster busca afastar a concorrência, levando a preços mais altos de ingressos e a um serviço pior. Segundo o chefe da unidade antitruste do Departamento de Justiça, Jonathan Kanter, "a indústria de shows do país está quebrada porque a Live Nation-Ticketmaster tem um monopólio ilegal". A ação pede que a Live Nation venda a Ticketmaster, maior empresa de ingressos dos EUA.

Nas contas do governo americano, a empresa administra atualmente mais de 250 locais nos EUA e cerca de 60% dos shows nos pontos mais importantes. Graças à Ticketmaster, o grupo controla aproximadamente 80% das vendas de ingressos de entretenimento.

Em comunicado publicado no seu site, a Live Nation argumenta que as alegações são "absurdas". Para ela, o processo "ignora tudo o que é realmente responsável pelo aumento dos preços dos ingressos", como o custo de produção elevado e a popularidade dos artistas.

A ação ocorre após a alta demanda por ingressos de Taylor Swift em 2022, que gerou diversos problemas para o público – o que levou o governo a abrir uma investigação antitruste.

A Ticketmaster e a Live Nation se fundiram em 2010, gerando uma empresa combinada com um valor de mercado de mais de US$ 2 bilhões. Na época, a fusão teve a aprovação do próprio Departamento de Justiça dos EUA. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Empatia é a mais radical das emoções humanas"* **Gloria Steinem**

Le Vin Filosofia

Suzana Barelli **instagram:** @suzanabarelli

Anote o nome da técnica: poda invertida

O chileno Mário Geisse é o mais novo enólogo a se encantar com a técnica da poda invertida, uma maneira de "enganar" as vinhas e fazer com que elas deem frutos no inverno. Conhecido no Brasil pelos seus espumantes, Geisse agora é também o enólogo do Alma Gerais, projeto dos empresários mineiros Antônio Alberto Júnior e Alessandro Rios na região de Lavras (MG).

"É um desafio. Trabalhar com a poda invertida significa repensar muitas coisas nos vinhedos", afirma Geisse. Foi o mesmo pensamento que atraiu o francês Pierre Lurton a entrar na Casa Tés, vinícola focada nos chamados vinhos de inverno na Serra da Mantiqueira. Lurton é o francês à frente de vinhos ícones, como o bordeaux Cheval Blanc e o sauternes Château D'Yqyem, mas dedica um tempo à cabernet franc do interior de São Paulo. O que levou o agrônomo português Paulo Macedo a trabalhar na Guaspari, também na Mantiqueira. Especializado no solo do Douro, ele vem pelo menos cinco vezes por ano ao Brasil para entender as vinhas cultivadas com essa técnica.

A poda invertida, também chamada de dupla poda ou vinho de inverno, foi criada pelo pesquisador Murillo de Albuquerque Regina, então na Epamig (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais) e consiste em inverter o ciclo da videira, com novas podas, irrigação e hormônio, fazendo com que ela dê frutos no inverno. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, os invernos são secos e com maior amplitude térmica, fatores importantes para a elaboração de vinhos de qualidade.

> *O método deu certo, mas não é tão fácil assim. Nem todas as variedades se adaptam bem*

A técnica deu certo, mas não é tão fácil como a explicação indica. Nem todas as variedades se adaptam bem – a syrah e a sauvignon blanc têm se mostrado as mais promissoras – e, muitas vezes, os rendimentos são baixos. Em Lavras, um dos problemas das vinhas de syrah é a baixa produtividade, entre 2 e 3 mil plantas por hectare, quando o esperado é, ao menos, o dobro. Ainda é cedo para falar do vinho, mas os primeiros sauvignon blanc trazem bom frescor; e o syrah, boas notas de frutas vermelhas.

O Alma Gerais é um dos mais de 50 projetos de vinhedos em Minas Gerais, a maioria focada na dupla poda. Ambicioso, são duas áreas de vinhedos, uma em Lavras, com vinhedos plantados dentro do condomínio Vivert, e outra em São Gonçalo. No Vivert, os empresários Rios e Antônio Júnior estão erguendo também um condomínio, chamado de Enovila, no qual cada proprietário pode fazer seu próprio vinho. Em um esquema de residência compartilhada, cada um tem direito a utilizar a casa por uma semana a cada quatro meses e, assim, acompanhar as diversas etapas de elaboração do vinho. Ao todo, o investimento chega a R$ 140 milhões. ●

SUZANA BARELLI É JORNALISTA ESPECIALIZADA EM VINHOS

TER. Patrícia Ferraz ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Alice Ferraz e Suzana Barelli ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/3X092RX**

Atleta como Vinicius Júnior
(?) Catra, cantor de funk carioca
Navio da ligação Rio-Niterói
Tema da teoria do Big Bang (Fís.)
Temperamento; índole (fig.)
Punição ao motorista infrator
Rumava
Que age de forma dissimulada
Ataques bélicos feitos com aviões
(?) Ramos, escritor de "Vidas Secas"
(?) Vargas: industrializou o Brasil
Erva picante de saladas
Formato do barbeador manual
Tancredo Neves, político mineiro
Senis; caducos
E R A
Franklin Delano Roosevelt, presidente
Atração jornalística da TV Globo
Estudioso (pop.)
Tipo de úlcera
Atrevo-me
Fêmea das disputas de hipismo
Dalai-(?), líder espiritual tibetano
Amon-(?), músico da Família Lima
Instrumento de sopro dotado de pistões
A indústria que usa água reciclada
Letra do dígrafo de "barro" (Gram.)
Triste, em inglês
Entrada em aparelhos sonoros (ing.)
Papel de Lucélia Santos na TV
Meio de regulação térmica corporal
(?) Gardner, atriz dos EUA
Caminho
Obrigação do Tesouro Nacional (sigla)
Pasta de correios eletrônicos
Participam de discussão pública
Jon (?) Jovi, cantor
Antônio Nóbrega, ator e músico
Orlando Rangel, químico
O acusado, em um processo judicial
Fenômeno medido em hertz
Mãe de Ricardo Coração de Leão
Sigla do rival do Cruzeiro (fut.)

BANCO 3/sad. 4/spam. 5/input. 6/hora um. 10/decrépitos.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Plantas que atraem coisas boas

DINHEIRO-em-penca: promete bolso cheio. Coloque um vaso com a planta na cozinha, lavanderia ou na entrada da **CASA**.
~~**VIOLETA**~~: equilibra um ambiente carregado de más energias.
CALÊNDULA: facilita o **PERDÃO** ao outro e a si mesmo. Coloque-a na cozinha ou na sala, em um lugar que receba sol de manhã.
CAVALINHA: ajuda quem quer engravidar.
ROSEIRA: multiplica o **AMOR**. Prefira ter flores plantadas na **TERRA** a cortá-las e colocá-las no vaso com **ÁGUA**.
Comigo-ninguém-pode, **ARRUDA**, espada-de-são-jorge, **PIMENTEIRA** e **GUINÉ**: são indicadas para afastar a **INVEJA**. Coloque-as juntas na **ENTRADA** da casa.

N	D	L	A	N	A	Y	L	T	L	N
R	Y	T	R	F	L	S	G	N	C	G
N	T	H	I	L	N	T	A	C	N	A
M	R	F	E	F	R	R	R	C	A	A
N	O	T	T	D	C	N	F	T	F	C
B	S	Y	N	F	N	M	Y	T	R	A
H	E	D	E	L	C	L	O	N	L	L
H	I	B	M	H	M	R	R	C	M	E
R	R	G	I	T	D	C	I	F	R	N
T	A	F	P	M	F	S	E	Y	R	D
R	A	G	T	R	F	T	H	R	R	U
N	C	N	C	L	T	F	N	I	G	L
R	L	G	R	N	G	T	I	R	N	A
F	R	R	A	R	R	U	D	A	F	C
D	G	T	B	N	L	T	H	T	Y	F
N	I	N	V	E	J	A	L	F	N	N
D	R	N	D	T	C	F	Y	N	T	O
N	R	N	S	R	N	N	T	E	N	Ã
D	D	R	T	F	F	T	R	R	E	D
A	D	A	R	T	N	E	S	R	R	R
T	A	F	T	S	D	R	T	L	T	E
H	G	R	F	R	G	R	G	V	G	P
I	U	F	R	G	N	A	N	I	M	S
B	I	S	R	M	B	F	T	O	L	F
L	N	G	N	O	G	G	D	L	E	C
E	E	N	D	T	M	C	L	E	S	E
N	N	T	T	N	R	A	N	T	L	H
N	A	G	U	A	L	F	L	A	L	G
R	Y	T	D	D	H	H	R	T	A	T
N	Y	D	N	B	H	L	R	D	R	Y
C	A	V	A	L	I	N	H	A	A	T

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/44XJLJY**

Nível Difícil

2		9	5		1			8
						4		
	6							3
9				3				2
			8		4			
3				5				4
7							5	
		8						
1			2		7	3		6

SOLUÇÕES

Conhecida como rendadinho, ave teve genoma sequenciado por cientistas

Estudo genético mostra como passarinho se adaptou a mudanças de clima e vegetação do bioma durante milênios

A resiliência climática das aves da Amazônia

ALINE RESKALLA

Até que ponto vai a resiliência dos seres vivos diante das mudanças climáticas? Cientistas brasileiros, em parceria com colegas canadenses, utilizaram pela primeira vez o sequenciamento genético para estudar como esses fenômenos afetaram a população de um grupo de aves endêmicas da Floresta Amazônica.

Em um artigo publicado no mês passado na revista científica *Ecology and Evolution*, os pesquisadores mostram como linhagens de pássaros do gênero *Willisornis*, residentes no sul, sudeste e leste da Amazônia, têm menor diversidade genética e padrões de flutuação populacional mais variados em relação a grupos de outras regiões do bioma.

Isso indica reduções bruscas no tamanho da população e fortes eventos de migração nos últimos milênios. Por outro lado, mesmo com baixa variabilidade genética, as populações do sul e sudeste da Amazônia foram capazes de resistir às perturbações climáticas na floresta tropical.

CÁPSULA DO TEMPO. Os pesquisadores sequenciaram o genoma completo de nove indivíduos pertencentes a diferentes grupos do *Willisornis*, um passarinho considerado bioindicador natural da floresta, endêmico da Região Amazônica, também conhecido como "rendadinho" ou "formigueiro".

ITV/DIVULGAÇÃO

Genoma marcado

Estudo abre caminho a novas investigações do efeito das mudanças climáticas e da cobertura vegetal na história genética dos seres vivos

Foram encontradas marcações nos genomas desses animais que, como se fossem uma "cápsula do tempo", foram associadas aos períodos de expansão e retração natural da cobertura vegetal da Floresta Amazônica, em um intervalo de cerca de 400 mil anos.

"Esse estudo foi o começinho. Temos mais de 150 genomas dessa mesma espécie ainda para estudar. Precisamos descobrir quais são os genes responsáveis pela resiliência, entender o que causa, tendo agora esse conhecimento de como a resiliência opera em nível genômico", disse ao **Estadão** Alexandre Aleixo, pesquisador do Instituto Tecnológico Vale (ITV-DS) e líder do estudo.

Ele afirma que, concomitantemente, a equipe está começando a trabalhar com espécies de plantas de valor bioeconômico na Amazônia, como a castanha do Pará, o cacau e o açaí. "Assim como as aves, são espécies muito sensíveis a essas questões de diminuição de chuvas na Amazônia e redução do tamanho da floresta, que nunca foi tão intensa."

'SANFONA'. Alexandre Aleixo explica que a Amazônia é como uma "sanfona", que se expande e contrai dependendo do clima, especialmente as regiões sul e sudeste da floresta. Essa "faixa de sanfona" pas-

PABLO CERQUEIRA/WILLISORNIS VIDU

➔ sa por mudanças significativas durante períodos secos, quando a floresta úmida se converte em ambientes abertos, como cerrados. “Quando tem floresta, as populações dessa ave se instalam e, quando não tem, desaparecem ou diminuem bastante”, completa.

Além do Instituto Tecnológico Vale – Desenvolvimento Sustentável (ITV-DS), participaram do projeto o Laboratório Nacional de Computação Científica e universidades como a Federal da Paraíba (UFPB) e a Federal do Pará (UFPA), em colaboração com a Universidade de Toronto, no Canadá.

PONTO DE NÃO RETORNO. O artigo contextualiza que a floresta tropical no sul e no leste da Amazônia está, atualmente, próxima de seus limites climáticos e um aquecimento global de 3°C a 4°C poderia representar uma nova mudança para um ambiente de vegetação aberta, fenômeno batizado de “ponto de não retorno” (ou tipping point) da floresta. Aleixo explica que as pesquisas genéticas também podem contribuir para estratégias de conservação.

“Podemos encontrar no genoma das populações que sobreviveram às mudanças climáticas passadas características que permitam que elas resistam às mudanças futuras, assim como identificar grupos mais diversos que podem ser matrizes para reintrodução em outros locais”, diz o autor.

Assim, o estudo ainda abre caminho para novas investigações sobre o efeito das mudanças climáticas e da cobertura vegetal na história genética dos seres vivos. O pesquisador pontua que o grupo já está em contato com outras instituições de pesquisa para desenvolver trabalhos mais amplos, levando em consideração também outras espécies, como répteis e plantas, por exemplo.

E OS SERES HUMANOS? Uma grande questão é: com o sequenciamento de DNA, será possível identificar se os seres humanos também serão resilientes às mudanças climáticas atuais, que têm como agravante a poluição e os impactos causados pela ação humana no pós-Revolução Industrial? Os cientistas acreditam que sim.

“Sobre transportar essa técnica para o futuro, existe como, sim. A gente já tem técnicas para saber como vai ser a diversidade genética dos seres vivos no futuro e como elas estarão adaptadas ou não para as mudanças climáticas. Mas, para isso, precisamos de centenas de indivíduos e muito mais dados de genomas. Nós ainda estamos produzindo esses dados”, afirmou ao **Estadão** o professor da Universidade Federal da Paraíba e coautor da pesquisa, Jeronymo Dalapicolla.

De acordo com o pesquisador da UFPB, que tem pós-doutorado em Biologia, trabalhos como esse funcionam como uma referência, uma régua de como as mudanças climáticas no passado, sem a interferência do homem ocidental industrial, afetaram a biodiversidade. “Com isso, a gente consegue dizer se o que estamos vendo hoje em dia, por exemplo, espécies sendo extintas, diminuição do tamanho das populações (*número de indivíduos*), perda da diversidade genética, seria um processo similar aos demais que ocorreram no passado, ou se o ser humano está acelerando essas mudanças”, disse.

Dalapicolla explica ainda que as mudanças climáticas atuais começaram a ser sentidas apenas no pós-2.ª Guerra Mundial, mas são de bem antes, com a Revolução Industrial. E as mudanças nessa região do arco de desmatamento são mais recentes ainda. “Até que nível de perda de hábitat e perturbações esses seres vivos aguentam, como se fosse um limiar e um limite de tolerância? E, em um espaço de tempo longo, estamos falando de centenas de milhares de anos.” ●

A pesquisa

400 mil
anos de expansão e retração na cobertura vegetal da floresta deixaram marcas nos genomas das aves.

150
genomas de espécie serão estudados, diz pesquisador.

“Podemos encontrar no genoma das populações sobreviventes às mudanças climáticas do passado características que permitam que resistam às futuras”
Alexandre Aleixo
Pesquisador do ITV-DS

“A gente já tem técnicas para saber como vai ser a diversidade genética dos seres vivos no futuro e como elas estarão adaptadas ou não”
Jeronymo Dalapicolla
Professor da UFPB

Biodiversidade: perda faz risco de novas doenças subir 857%

RAMANA RECH

A perda de biodiversidade aumenta em 857% o risco de que surjam doenças infecciosas na comparação com ambientes que preservaram sua diversidade inicial. A conclusão faz parte de um estudo publicado na revista *Nature*, que observou de forma separada como atividades humanas alteram o risco de doenças desse tipo. A pesquisa analisou cinco fatores dos chamados motores de mudanças globais: perda de biodiversidade, mudanças climáticas, poluição química, introdução de espécies não nativas e alterações ou perdas ocorridas no hábitat.

Depois da perda de biodiversidade, a mudança com maior potencial de viabilizar enfermidades emergentes foi a introdução de espécies não nativas, mudanças climáticas e poluição química. A perda de biodiversidade tem probabilidade 65% maior de provocar novas doenças em comparação com a introdução de novas espécies; 111% em comparação com mudanças climáticas e 393% em comparação com poluição química. Dos fatores estudados, apenas a mudança de hábitat, impulsionada principalmente pela urbanização, não foi associada ao surgimento de doenças infecciosas.

De acordo com o artigo, uma das ideias que explicam essa relação afirma que o desenvolvimento das cidades pode trazer melhor qualidade de água, saneamento e higiene para seres humanos. Ao mesmo tempo, a expansão das zonas urbanas provoca perda de hábitat para parasitas e seus hospedeiros não humanos.

A análise começou ainda antes da pandemia de covid-19 e observou tanto doenças humanas quanto não humanas. Para chegar às conclusões, os pesquisadores fizeram uma extensa busca na literatura preexistente. Eles combinaram os cinco motores de mudança global com buscas por termos como “doença”, “parasita” e “patógeno”.

BASE DE DADOS. O resultado foi uma base de dados com 972 estudos e quase 3 mil observações dos fatores de mudança. Havia também mais de mil grupos de parasitas e quase 1.500 hospedeiros. Os pesquisadores ressaltam que a maioria dos estudos analisados considerava apenas um fator no surgimento de doenças infecciosas. Mas a maioria dos organismos enfrenta esses fatores de forma simultânea e conectada. Com o estudo, os autores esperam ajudar na formulação de políticas públicas que direcionem os recursos para os pontos mais críticos de doenças emergentes.

“Não sabíamos quais motores de mudança global mais aumentavam ou diminuíam as infecções e em quais contextos”
Equipe de pesquisadores
Universidade de Notre Dame

“Este estudo é particularmente importante porque sabíamos que as doenças infecciosas estavam aumentando e os seres humanos estavam modificando profundamente o meio ambiente”, afirma a equipe de pesquisadores do Departamento de Biologia da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, autora do estudo. “Mas não sabíamos quais motores de mudança global mais aumentavam ou diminuíam as infecções e em quais contextos, e, portanto, os esforços de controle de doenças estavam parcialmente às cegas”, dizem os cientistas. ●

MIHIR JOSHI/STOCK.ADOBE.COM

De fatores estudados, perda de biodiversidade é visto como principal

BEM_ ESTAR
O ESTADO DE S. PAULO
SÁBADO, 25 DE MAIO DE 2024

ARQUIVO PESSOAL

D8 **Meu exemplo.** Ao fazer percursos inusitados na corrida, ele ganhou saúde (e seguidores)

D1

DESTAQUE O CADERNO BE (D1 A D8)

ADOBE.STOCK.COM

Saúde

Além do peso

O excesso de dietas piora nossa relação com a comida – e está nos engordando, diz nutricionista

Desire Coelho

Instagram: @desire.coelho

Um ecossistema dentro do nosso corpo

A microbiota tem influência direta na saúde; saiba como deixá-la mais equilibrada

Depois do lançamento do documentário *Os Segredos da Alimentação* (2024), da Netflix, fui inundada com perguntas sobre a nossa microbiota e como melhorar a alimentação para deixá-la mais saudável. Assisti ao documentário e me surpreendi positivamente pela abordagem séria e indico que também assistam, apesar de algumas ressalvas. Uma delas é que nem todas as evidências científicas são tão conclusivas como o documentário sugere. E, apesar de ainda termos mais perguntas que respostas quando falamos do tema, algumas coisas já sabemos. Aqui vão alguns pontos importantes.

O QUE É MICROBIOTA? É o conjunto de micro-organismos que habitam nosso corpo, principalmente pele, via respiratória e trato gastrointestinal, de modo simbiótico. Ela é composta por trilhões de diferentes tipos de bactérias, fungos e vírus – a maior parte desse contingente está localizada na parte final do intestino, o cólon.

Quanto maior a população e a diversidade de micro-organismos, melhor. Isso porque cada tipo produz substâncias diferentes, que vão desde ácidos graxos de cadeia curta (fundamentais para a saúde) até vitaminas, analgésicos, antioxidantes, aminoácidos essenciais, entre outros elementos importantes.

COMO ELA SURGE? A partir do nascimento – os três primeiros anos de vida possuem um papel fundamental na sua formação. Já ouviu falar sobre os primeiros mil dias de vida? Neles, é importante garantir não apenas uma alimentação de qualidade, mas também diversos estímulos ao bebê, para que seu corpo seja povoado por diferentes micro-organismos. Nossa microbiota é modulada o tempo todo, de acordo com fatores como alimentação, uso de antibióticos e outros medicamentos, estilo de vida (atividade física e tabagismo) e idade.

QUAL A RELAÇÃO COM A SAÚDE? Uma microbiota diversificada e abundante é fundamental para a saúde. O envelhecimento e as doenças crônicas – como diabete tipo 2, obesidade, distúrbios autoimunes, entre outras – têm sido associados a uma redução na diversidade de micro-organismos na microbiota.

Considerando que essas doenças são de natureza inflamatória e levando em conta o papel da microbiota nesse processo, a ciência ainda tenta responder: o que vem antes? Será que uma alteração na microbiota atuaria como facilitadora do desenvolvimento de doenças crônicas, ou o início da doença e sua inflamação é que alterariam a microbiota? O que podemos afirmar é que o estilo de vida como um todo possui papel fundamental na manutenção dessa rede complexa de processos e regulação bidirecional.

O QUE É DISBIOSE INTESTINAL? Trata-se de um desequilíbrio na microbiota, que pode ser resultante de uma diminuição da diversidade e da abundância de micro-organismos ou até mesmo de uma alteração na característica desses seres vivos – neste caso, com predominância das versões patogênicas. Isso porque nem todos os micro-organismos que habitam nosso corpo têm papel benéfico. Alguns deles, sobretudo quando aparecem em maior quantidade devido a um desequilíbrio da flora intestinal, podem aumentar processos inflamatórios, gerar distúrbios gastrointestinais, entre outros problemas.

Nesses casos, a barreira intestinal, fundamental na resposta imunológica corporal, fica comprometida, dando início a um processo inflamatório que pode resultar no desenvolvimento ou agravamento de doenças como obesidade, diabete tipo 2, doenças inflamatórias intestinais e alterações neurológicas como ansiedade e depressão.

O diagnóstico da disbiose ainda é motivo de muita discussão científica pela ausência de um método confiável. Na prática clínica, a avaliação da sintomatologia do paciente e o quadro clínico geral são os recursos mais utilizados – porém, também limitados. Embora existam testes que avaliam a microbiota, a falta de um padrão de referência de saúde para comparação limita sua aplicabilidade.

COMO ELA INTERFERE NA ALIMENTAÇÃO? Os neuropods, estruturas presentes nas paredes intestinais, parecem facilitar a comunicação entre a microbiota e o sistema nervoso central e vice-versa. Desde a sua recente descoberta, eles mudaram o modo como entendemos o efeito da microbiota. Um estudo demonstrou que eles são ativados em resposta ao açúcar. Eles funcionariam quase como um botão que, quando ativado, estimularia nosso cérebro a "pedir" por alimentos ricos em açúcar.

Essa é uma área de pesquisa fascinante, porém, ainda muito inicial. Mas a ideia de que nossa microbiota seja um dos fatores capazes de modular nossas escolhas alimentares vem ganhando cada vez mais força. Nossa alimentação desempenha um papel fundamental na diversidade e abundância da microbiota, já que assim como os animais na natureza, cada cepa – espécie diferente de micro-organismo – tem uma preferência alimentar específica.

Existem dois tipos principais de alimentos que influenciam diretamente nossa microbiota. Os prebióticos representam componentes dos alimentos que normalmente não são absorvidos pelo corpo, mas sim pelas bactérias intestinais. Alimentos ricos em fibras (frutas, legumes, verduras e grãos integrais) atuam como prebióticos, alimentando as bactérias benéficas da nossa microbiota, promovendo sua proliferação e melhorando nossa saúde.

Já os probióticos são micro-organismos vivos presentes em alimentos, suplementos e itens fermentados que, quando consumidos, conferem benefício ao corpo. Nessa categoria entram iogurte, kefir, kombucha, kimchi, chucrute e outros vegetais fermentados.

Há também os simbióticos, os suplementos com a presença de prebióticos e probióticos. Mais recentemente a indústria tem lançado produtos chamados pós-bióticos, que contêm as sustâncias resultantes de fermentação das bactérias benéficas, como ácidos graxos de cadeia curta e peptídeos bioativos.

Mas atenção: antes de recorrer a suplementos probióticos, saiba que nem sempre mais é melhor. Cada cepa exerce um efeito diferente e alguns produtos podem, inclusive, aumentar processos inflamatórios. Por isso, consulte sempre um nutricionista ou outro profissional de saúde qualificado para obter ordenações personalizadas e, principalmente, baseadas em ciência. ●

NUTRICIONISTA E BACHAREL EM ESPORTE, DOUTORA E MESTRE EM CIÊNCIAS PELA USP, ESPECIALISTA EM TRANSTORNOS ALIMENTARES E EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO. É AUTORA DE 'POR QUE NÃO CONSIGO EMAGRECER?' E COAUTORA DE 'A DIETA IDEAL'

MARCOVECTOR/STOCK.ADOBE.COM

Doenças crônicas são associadas a uma redução na diversidade de micro-organismos na microbiota

Na prática

Dicas para uma microbiota saudável

- **Priorize** alimentos in natura. Segundo estudos, consumir de 30 a 50 alimentos diferentes por semana seria o melhor para a saúde intestinal.
- **Varie** os alimentos e lembre-se de que quanto mais ricos em fibras, melhor.
- **Capriche** no consumo de fermentados. Pesquisas indicam de três a seis porções por dia, mas qualquer aumento no consumo já é capaz de produzir melhoras.
- **Reduza** o consumo de ultraprocessados. O consumo frequente de aditivos e de alimentos com alto teor de açúcar, sal e gordura prejudica a microbiota.
- **Sono** e atividade física regular são fundamentais para a saúde da sua microbiota.

ADOBE.STOCK.COM

Preocupações, perda de sono e outras decorrências do estresse liberam o cortisol, que cria no corpo um efeito dominó negativo – como o aumento da acne

BELEZA

Sua pele também fica estressada – conheça os sinais

Maior órgão do corpo humano, a pele pode ser afetada, em seu funcionamento, por situações de ansiedade e inquietação; veja dicas para acalmá-la

KELLS MC PHILLIPS
FORTUNE

O estresse aparece de formas sorrateiras: sono ruim, irritabilidade e até mesmo problemas intestinais. Se você vem notando que sua pele está seca, avermelhada ou irritada, pode estar enfrentando mais uma forma de estresse disfarçado.

"A pele é o maior órgão do corpo humano e está sujeita aos mesmos efeitos do estresse que os outros sistemas orgânicos. O estresse excessivo ou prolongado pode afetar o funcionamento das células da pele ou a maneira como o sistema imunológico interage com a ela", diz o dermatologista Brendan Camp. Em outras palavras, quando você está sentindo ansiedade e inquietação, sua pele pode refletir esses sentimentos.

Lidar com o estresse da pele é uma tarefa que requer trabalho interno e também externo. De acordo com a dermatologista Blair Murphy-Rose, o principal culpado pela pele estressada é um hormônio chamado cortisol. Embora a resposta do cortisol seja uma reação vital de sobrevivência, o aumento desnecessário desse hormônio devido a estressores no trabalho, perda de sono ou problemas pessoais pode causar um efeito dominó negativo no corpo.

Abaixo, Camp e a Murphy-Rose indicam os sinais de que sua pele está estressada – e oferecem seus melhores conselhos para relaxá-la.

Aumento de acne ou pele oleosa

"Entre muitas funções, o cortisol aumenta a produção de óleo das glândulas sebáceas, o que piora a acne", explica Murphy-Rose. Então, se você notar mais cravos e espinhas durante semanas de trabalho mais desafiadoras ou depois de longos dias de viagem, saiba que o motivo talvez seja todo esse estresse.

Sinais acelerados de envelhecimento

Às vezes, o estresse também faz com que a pele pareça mais velha do que sua idade biológica. "Sinais de estresse prolongado podem contribuir para o envelhecimento prematuro da pele na forma de linhas finas, rugas e flacidez", diz Camp.

Vermelhidão, descamação, urticária e coceira

Diante de prazos apertados no escritório, talvez você note vermelhidão ou descamação. "A vermelhidão ocorre quando os vasos superficiais da derme se dilatam, dando uma tonalidade rosa ou vermelha à pele", diz Camp. Ele e Murphy-Rose avisam: este é um caso em que o corpo projeta sentimentos na pele.

Piora das crises de rosácea e psoríase

As pessoas com rosácea ou psoríase às vezes percebem que os sintomas pioram durante períodos de pressão intensa no trabalho ou em casa. "Níveis elevados de cortisol também causam desregulação do sistema imunológico, desencadeando respostas inflamatórias na pele – que pioram a psoríase e o eczema, entre outros problemas. O aumento da inflamação provoca vermelhidão, descamação e coceira", esclarece Murphy-Rose. O herpes labial, bolhas dolorosas que aparecem nos lábios e na boca, também tende a se manifestar em momentos tumultuados.

Resumindo: seu corpo tem muitas maneiras de dizer que você precisa desacelerar e descomprimir. Então, como garantir que você esteja ouvindo? Camp e Murphy-Rose dão dicas sobre como extinguir o estresse de dentro para fora.

Piorize sempre o seu bem-estar mental

Embora existam muitos cremes e produtos tópicos que você pode usar para acalmar a pele, aliviar o estresse do maior órgão do corpo na verdade começa com cuidados de saúde mental. "Além de tratar problemas com medicamentos, muitas vezes explico aos meus pacientes a importância de mudar aspectos do estilo de vida para reduzir os níveis de estresse, a fim de alcançar o melhor resultado", adverte Murphy-Rose.

Ela aconselha a priorizar tudo o que acalma. Por exemplo, talvez você goste de ler o jornal ou de tomar um café sem pressa com um amigo. Pense no que funcionaria como uma pílula relaxante para você e tome-a.

Tenha uma dieta balanceada

Como a dieta está ligada à saúde da pele, fazer refeições bem balanceadas também ajuda sua pele a encontrar o equilíbrio. Não se esqueça de comer proteínas magras, gorduras saudáveis e uma boa mistura de frutas e verduras.

Escolha bem seus cuidados com a pele

Quando sua pele está pirando, reduzir o uso de produtos também pode ajudar muito. "Mudar sua rotina de cuidados é uma etapa essencial para dar um descanso à pele e deixá-la desestressada", avisa Camp. "Uma rotina de cuidados com muitos produtos tem maior probabilidade de causar irritação na forma de dermatite de contato, ressecamento, vermelhidão, formação de acne, ardência ou queimação".

Ele recomenda produtos que contenham niacinamida, um complexo vitamínico B que acalma a pele; ceramidas (lipídios superhidratantes que protegem a pele do meio ambiente); e extrato de chá verde. "O extrato de chá verde e outros antioxidantes ajudam a neutralizar os efeitos dos radicais livres na pele. Os radicais livres são moléculas instáveis de oxigênio que podem danificar estruturas celulares como DNA, lipídios e proteínas", explica ele.

Dê prioridade ao sono e aos exercícios

"Fazer mudanças no estilo de vida que reduzam os níveis de estresse pode melhorar significativamente a saúde da pele e controlar problemas de pele relacionados ao estresse", diz Murphy-Rose. Dormir o suficiente e fazer exercícios ajuda a manter seus níveis de estresse sob controle. Então, faça o possível para relaxar à noite e se movimentar durante o dia.

Procure tratamento

Mesmo que você esteja fazendo de tudo para relaxar e cuidar da mente, vale a pena consultar um dermatologista se os problemas persistirem. Por exemplo, se você continuar notando surtos de acne ou manchas de psoríase, provavelmente está na hora de perguntar ao seu médico o que você pode fazer para tratar esses problemas de vez. Mas primeiro tente meditar um pouco, ok? ●

ENTREVISTA

Sophie Deram
Nutricionista

LEON FERRARI

Saúde

Ouça seu corpo

Nutricionista rechaça mitos, condena dietas e defende que a nutrição seja mais focada em saúde do que em emagrecimento: 'Não é só contar calorias'

"E se o que chamamos de 'nos cuidar' for justamente o que está nos adoecendo?", provoca Sophie Deram em seu terceiro livro. Depois de *O Peso das Dietas* e de *Os Sete Pilares da Saúde Alimentar*, ela agora apresenta *Pare de Engolir Mitos – Como as Novas Descobertas da Nutrição Podem nos Orientar em Meio a Modismos, Desinformação e Pseudociência* (Editora Sextante).

Nutricionista e engenheira-agrônoma, a franco-brasileira foi umas das primeiras a usar a expressão "terrorismo nutricional" e a advogar contra as dietas no Brasil. Nesta nova obra, ela questiona os mitos que permeiam discussões sobre nutrição, alimentação e saúde. E coloca em xeque, à luz de evidências científicas – ou da falta delas –, crenças amplamente aceitas, como "não devemos ingerir líquidos durante a refeição" e modismos mais recentes, mas presentes nas redes sociais, como o jejum intermitente.

Já nas primeiras páginas, a autora insiste numa lição: "É a leitura que eu gostaria de dar aos meus pacientes antes da primeira consulta". Para ela, essa série de desinformações nos leva a uma situação trágica. "As pessoas se desconectaram da sabedoria interna e começaram a seguir regras", afirma, em entrevista ao **Estadão**. "Todo mundo terceirizou a saúde, a fome, o sono. Tem aplicativos para tudo. Não vi ainda, mas com certeza vai aparecer um aplicativo para te lembrar de ir ao banheiro. Essa terceirização nos faz perder a confiança no corpo", diz.

Isso, acrescenta Sophie, abre caminho para uma crise de saúde composta pelo avanço de doenças crônicas e pelos transtornos de saúde mental. "Vivemos uma verdadeira tragédia, que combina sofrimento humano, sobrecarga médica e risco de colapso do sistema de saúde. Precisamos refletir sobre o que estamos fazendo, pois não está dando certo", adverte no livro, concluindo que é preciso "parar de repetir os mesmos erros e buscar um novo olhar para a saúde". Um dos males, exemplifica, é o foco excessivo no peso. "Incentivar a pessoa a emagrecer é uma fábrica de obesidade", adverte.

A médica coordena, no Hospital das Clínicas do IPq-USP, o projeto de genética e atende no Programa de Tratamento de Transtornos Alimentares. "O paciente precisa virar o protagonista. O médico ou o nutricionista não sabe melhor do que a pessoa (*sobre ela mesma*), diz. Veja os principais trechos da entrevista a seguir:

Este novo livro tem um tom de desabafo. É isso?
Tenho a ideia de escrever esse livro há 30 anos, porque senti na pele esses mitos da nutrição e da saúde quando eu morava nos Estados Unidos com meus filhos pequenos. Foi nesse momento que fui estudar nutrição. Como sou engenheira-agrônoma, tinha um bom background de ciência, de saber estudar e analisar pesquisa. O que me chamou atenção é o tanto de mitos que eu encontrei, falados até pelos professores e nas mídias, sem comprovação científica. No começo, foi muito desagradável, porque eu fiz esses estudos para saber mais, e acabei ficando mais perdida. Eu fui até estudar genética, nutrigenômica, e agora estou estudando microbiota. Mas sempre volto ao básico: comer melhor, não entrar em tanta paranoia, ansiedade. A nutrição é muito mais complexa do que um simples cálculo de caloria.

Comecei esse meu grito há dez anos, quando escrevi meu primeiro livro, *O Peso das Dietas*, que era o tema da minha pesquisa. Sou coordenadora do projeto de genética dos transtornos alimentares e obesidade no laboratório de neurociência. Meu projeto é justamente buscar entender o que é o gatilho para mudança de comportamento, e está muito óbvio que a dieta não somente não funciona, porque quase todo mundo volta a engordar, mas te faz até engordar mais e muda sua relação com a comida. As pessoas estão tentando emagrecer nessa sociedade gordofóbica, perdendo a saúde, perdendo aquela sabedoria alimentar, perdendo confiança no corpo, e acabam adoecendo.

Mas o problema não é só dieta restritiva, é o discurso nutricional e de saúde, gordofobia, todo o sistema que se chama sistema de saúde, mas que deveríamos chamar de sistema da doença. Nesses 30 últimos anos, a população está adoecendo, e a indústria farmacêutica está cada vez mais forte.

A senhora diz que vivemos hoje uma crise de saúde. Como a definiria?
Não tem somente uma resposta. É uma tempestade, na qual a pessoa se desconectou da sabedoria dela e começou a seguir regras. Uma desconexão do seu corpo não vai te ajudar a ganhar saúde. Se você não escuta seu corpo, dorme em horários que não são adequados e come sem fome, desregula toda uma máquina maravilhosa. O ser humano desistiu de escutar o corpo e de acreditar que ele é confiável. É uma tragédia!

Isso começa desde a infância, quando os pais fazem a introdução alimentar. É o primeiro momento do peso das dietas, porque vai ser o adulto que vai mandar nesse corpinho, e vemos que, em vez de respeitar a criança e a sabedoria da criança, muitas mães vão seguir aquelas regras rígidas de alimentação e de horário para dormir. Em segundo lugar, há um exagero em buscar soluções milagrosas e de remédios para anestesiar o corpo.

A senhora também escreve que a maneira como tratamos essa crise mais atrapalha do que ajuda. O que estamos fazendo de errado?
Temos a melhor medicina que já existiu. Não estou criticando a medicina, mas ela treina para prescrever remédio e cirurgia. Hoje, o maior problema são as doenças crônicas, e não mais as infecciosas. Quando você tem uma infecção, toma um antibiótico. A medicina foi muito boa nisso, mas, agora, o problema maior está dentro da pessoa. Não é um bicho que causa uma infecção. É o próprio corpo que entra em doença crônica, seja diabete, doença cardiovascular, e não existe prescrição (*que resolva isso*). Esse aumento de doença crônica no mundo começou há mais ou menos 30 anos. No Brasil, até 45 anos atrás, o problema era desnutrição, e, de repente, é obesidade, sobrepeso, diabete. O que aconteceu? Não teve mudança genética, ou seja, é a mesma população, mas o corpo está sofrendo doenças crônicas severas.

Quais são as explicações? O que mudou nos anos 1990? Fomos orientados a evitar gordura, comer alimentos light e diet. Quando você tira a gordura de uma pessoa, ela vai buscar mais carboidrato – hoje, tem um incentivo a comer mais proteína, mas, naturalmente, o ser humano não está buscando excesso de proteína. E também houve um foco maior no peso. A própria OMS deu o corte de sobrepeso e obesidade pelo peso →

EDITORA SEXTANTE

"Uma desconexão do seu corpo não vai ajudar a ganhar saúde. Se você não escuta o corpo, dorme em horários que não são adequados e come sem fome, desregula uma máquina maravilhosa. O ser humano desistiu de escutar o corpo e de acreditar que ele é confiável. É uma tragédia"
Sophie Deram
Nutricionista

STOCK.ADOBE.COM

'A pessoa após uma dieta não é a mesma. Ela vai engordar mais e ter o comportamento alimentar alterado', diz Sophie

dividido pela altura (isto é, o índice de massa corporal, IMC). A altura ninguém vai mexer, porque é uma coisa que você não decide. O peso virou o alvo do profissional de saúde, e isso foi um grande erro.

Há quem aponte que o aumento da prevalência de doenças crônicas seja explicado principalmente por uma expectativa de vida maior. Qual sua opinião?
Faz todo sentido. As pessoas estão vivendo mais e carregam mais doenças. A doença crônica, pela definição, não é rápida, é devagar. Quando você está preso dentro de uma doença crônica, só vai agravar se não fizer uma mudança de estilo de vida. Uma solução seria a mudança de estilo de vida, mas isso você não consegue prescrever.

O estilo de vida está sendo muito estudado, porque, até agora, não existe prescrição de remédios para tratar doença crônica, mas o médico e o nutricionista foram treinados a prescrever. Agora, você vê que, dentro daquele sucesso todo da indústria farmacêutica, tem todos esses suplementos. É uma pergunta que eu não fazia há uns 15 anos (*para os pacientes*): "Quantos suplementos você está tomando?". A resposta varia, mas de 10 a 20, às vezes mais. As pessoas estão se automedicando também. O paciente está perdido, acredita que o corpo dele não funciona sem ajuda de suplementos e remédios.

Muitos remédios são muito bem-sucedidos para controlar doenças crônicas – como a insulina, no caso da diabete. A senhora quer dizer que não há tratamento ou que não há como reverter o quadro com remédios?
Para a diabete tipo 1 a insulina foi um remédio maravilhoso, que salvou vidas. A pessoa vai precisar de insulina para não morrer. Mas a diabete tipo 2, a mais prevalente hoje, que é resultante de fatores de risco, e um deles é a obesidade, não é pela insulina que você vai ajudar a pessoa. Você não trata diabete tipo 2 com insulina, apenas se o pâncreas entrou em colapso. A diabete tipo 2 revertemos com mudança de estilo de vida. De novo: alimentação, sono, atividade física e controle do estresse. Quando o pâncreas entrar em colapso, claro, vai precisar (*de remédio*) e, até agora, não existe reversão.

Obesidade é a mesma coisa. Não existe remédio padrão ouro para tratar obesidade. Deveríamos ver a obesidade mais como uma consequência do que a causa do problema. A pessoa engorda por quê? Porque o corpo está se defendendo, não tá bem, aí vai acumulando (*gordura*). Atacar o peso é como dar um remédio para baixar a febre. Você vai ajudar, mas não vai curar, não sabe por que a pessoa está com febre. Se você não atacar a causa, o problema vai voltar. É isso que acontece com essas doenças crônicas.

A senhora escreve que a crise de saúde atual tem um componente de saúde mental. O que é o comer emocional? E qual o peso dele?
Na nutrição, há dois fatores bem descritos de ganho de peso. Um deles é fazer dieta, porque você engorda, emagrece, engorda, emagrece, engorda, o famoso efeito sanfona. O outro fator é o comer emocional, que é comer em momentos em que você não está com fome. Ele se desenvolve em ratos também e é muito ligado a uma relação conturbada com a comida.

É como se o cérebro fizesse questão de que você não se esqueça de comer. Ele vai usar a comida como refúgio. Você vai comer em momentos de tristeza, cansaço, tédio, ansiedade. E, dentro do comer emocional, esses alimentos são sempre ricos em energia: carboidrato e gordura. Isso sobrecarrega o corpo, e ele fica cansado de receber tanta energia que nem está pronto para processar.

A senhora reforça que nutrição não é matemática, mas sim biologia. Cita que caloria é um conceito da física, que não indica nada sobre o peso e que contá-las pode trazer prejuízos à saúde. A nutrição deveria abandonar essa medida?
O profissional foi treinado para passar dieta. Eu mesma fui, e tive de desaprender. Aprendemos a calcular calorias e a prescrever dietas. Não é questão de fazer a revolução, jogar tudo fora. Pode continuar fazendo avaliação de calorias, é um dado que pode ser interessante, mas jamais fazer o paciente entrar nesse cálculo. A pessoa não precisa saber tanto. Inclusive, calcular calorias é um traço de comer transtornado. O que a gente quer? Que o paciente coma melhor, não que ele entre numa calculadora para comer. Comer com mais qualidade é comer mais comida fresca, caseira.

Nós, profissionais, podemos continuar calculando calorias, mas, na hora de falar à pessoa, ela é a especialista sobre ela mesma. Você vai apoiar, e não virar o comandante. Deveríamos acolher o paciente, escutar e orientar, mas é ele que toma a decisão. Cada ser humano é uma entidade única. Isso exige tempo. E, muitas vezes, o paciente vai ser julgado só pelo peso, e não pelo "como você está?", "será que você engordou recentemente?".

No livro, a senhora coloca em dúvida a visão de obesidade enquanto doença. Por quê? Alguns especialistas apontam que esse reconhecimento é importante para diminuir a estigmatização e pararmos de culpar a pessoa por seu peso. Alguns dizem que o discurso contra remédio e cirurgia tem raízes gordofóbicas. Qual sua opinião?
Eu concordo que isso pode ajudar no combate à estigmatização da obesidade. Sabemos que a maioria dos profissionais de saúde vai enxergar a pessoa com obesidade como preguiçosa, sem força de vontade, desleixada, que não tem autocuidado. Não sou contra ser chamada de doença, mas prefiro chamar de condição. É uma condição, é um estado, não é seu peso que vai determinar se você está doente ou não. Mas é prático para a indústria: se a pessoa está com o IMC 30, vamos bombardear de remédios. Agora tem até incentivo a passar remédios antes da obesidade, porque a pessoa está em sobrepeso.

Por que pessoas engordam ao longo do tempo? Porque elas são incentivadas a emagrecer. A mecânica do peso só vai fazer ela piorar. Ela vai fazer dieta, como o médico ou o nutricionista indicar, vai emagrecer, depois vai engordar tudo de volta. Ela vai engordar ainda mais, porque quando você emagrece rápido, perde músculos e água primeiro, e quando ganha peso rápido, ganha gordura. A pessoa depois de uma dieta não é a mesma. Ela vai engordar mais e ter o comportamento alimentar alterado, com mais comer emocional, mais vontade de comer e, às vezes, compulsão.

O que é muito assustador é que o próprio fato de incentivar uma pessoa a perder peso vai colocá-la em risco de entrar nesse gatilho do risco de obesidade e doença crônica. Na saúde pública da Europa, há uma discussão sobre parar de incentivar a emagrecer e, no lugar disso, incentivar a manter o peso, ou seja, não engordar mais. Incentivar a pessoa a emagrecer é uma fábrica de obesidade. ●

ALIMENTAÇÃO

Rico em fibras e carboidratos, inhame ajuda na imunidade, mas não faz milagre

Com uma composição nutricional valiosa, o tubérculo contribui também para o controle da pressão arterial

Com baixo índice glicêmico, inhame ajuda a manter a saciedade

ADOBE.STOCK.COM

LAYLA SHASTA

O inhame, também chamado de taro em algumas regiões do Brasil, é um tubérculo com casca marrom, interior branco e composição nutricional de destaque. Rico em antioxidantes e outros nutrientes, ele pode se tornar um grande aliado na rotina alimentar.

Segundo a nutricionista Thaís Barca, o inhame é "rico em carboidratos complexos, que são uma fonte importante de energia para o corpo". Além disso, ele é fonte de fibras, vitaminas e minerais.

Entre os nutrientes do inhame, destacam-se a vitamina C, a B6, potássio, magnésio e folato (B9), que desempenham funções cruciais no fortalecimento do sistema imunológico, na formação de glóbulos vermelhos, função muscular e saúde cardiovascular. O potássio presente no tubérculo contribui para a regulação da pressão arterial, auxiliando aqueles que sofrem de hipertensão. Abaixo, descubra seus benefícios.

GLICEMIA SOB CONTROLE. A nutricionista Lara Natacci, membro da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (SBAN), explica que o inhame é rico em carboidratos, o que o torna uma excelente fonte de energia. No entanto, diferentemente de outros alimentos, como a farinha branca e os doces, ele tem um baixo índice glicêmico. Isso significa que esse carboidrato é absorvido pelo organismo lentamente, sem causar picos de açúcar no sangue.

Quando a glicose entra de forma vagarosa nas células, não há picos do hormônio insulina na circulação – processo que pode culminar, com o tempo, em maior risco de obesidade e diabetes.

SACIEDADE PROLONGADA. O inhame tem baixo índice glicêmico porque é rico em fibras, as substâncias que deixam a digestão mais lenta e, como consequência, ajudam a manter a sensação de saciedade por mais tempo. Dessa forma, ele diminui a vontade de beliscar o tempo inteiro, o que pode facilitar o processo de emagrecimento.

Por isso, Sandra Chemin, nutricionista e coordenadora do curso de Nutrição do Centro Universitário São Camilo, em São Paulo, considera que o tubérculo é um ótimo substituto para outras fontes de carboidratos no cardápio de quem deseja perder peso.

INTESTINO DESTRAVADO. O inhame contém um teor de fibras um pouco superior ao de outros tubérculos, como batata-doce e mandioca. De acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes, essas substâncias, acompanhadas da ingestão adequada de água, contribuem para o trânsito intestinal adequado. Isto é, o alimento pode ser vantajoso para quem sofre de prisão de ventre.

Além disso, o inhame é formado por uma espécie de amido (um tipo de carboidrato) que ajuda no bom funcionamento da microbiota intestinal, a população de micro-organismos que vive na região do intestino.

CÉLULAS MAIS PROTEGIDAS. Segundo Sandra, o inhame é rico em flavonoides, componentes que possuem ação antioxidante. Na prática, esses elementos protegem as células contra os efeitos dos radicais livres, que são moléculas instáveis capazes de causar danos às células – como o envelhecimento precoce dessas estruturas. Ao blindá-las, os antioxidantes contribuem para a prevenção de inúmeros tipos de doenças.

FAVORECE A IMUNIDADE. De acordo com Sandra, por ter um alto poder antioxidante, o inhame é tido como um bom aliado da imunidade. Ela explica que o alimento possui atividade imunomoduladora, isto é, atua no sistema imunológico potencializando a resposta orgânica a alguns micro-organismos, como vírus e bactérias.

Mas vale ressaltar: o tubérculo, sozinho, não pode ser visto como remédio. Lara alerta que uma boa imunidade é construída com alimentação equilibrada e diversificada. Logo, um único alimento não é capaz de defender o organismo contra agentes patogênicos. Segundo a especialista, para garantir uma boa imunidade, é preciso ter acesso a uma variedade de vitaminas e minerais, além de fibras, compostos bioativos e proteína.

MELHOR FORMA DE CONSUMO. O inhame, como outros alimentos ricos em amido, é melhor digerido quando cozido. É o que explica Sandra, que destaca que as propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias do alimento serão melhor absorvidas pelo organismo. Ela recomenda o consumo de inhame três vezes por semana, com ingestão de 30 a 70 gramas por semana, mas alerta que cada pessoa tem necessidades específicas.

ALIADO CONTRA A DENGUE? Com a epidemia de dengue no Brasil, o suco de inhame passou a ser procurado por muitas pessoas como forma de combater os sintomas da doença por supostamente dar uma força para a imunidade. Porém, Sandra adverte: o suco não é recomendado, já que envolve o consumo do inhame cru.

Além disso, Lara chama atenção para os cuidados com receitas milagrosas: "A gente precisa combater esse mito de que um alimento pode melhorar a imunidade, não adianta só consumir o inhame ou tomar um shot para imunidade. É todo um conjunto: alimentação equilibrada e hábitos de vida saudáveis." ●

Receita

Sopa de legumes com inhame

A nutricionista Thaís Barca ensina a preparar uma receita fácil, equilibrada e saborosa, de sopa de legumes com inhame. Confira:

THAÍS BARCA

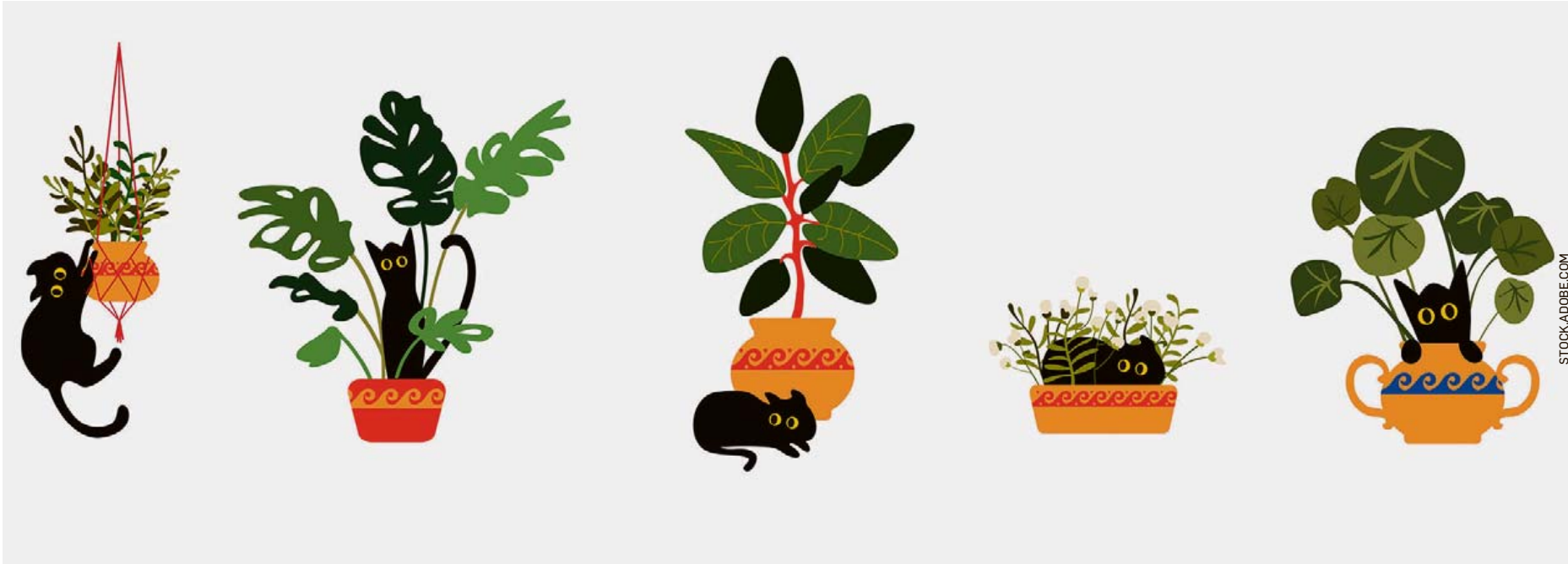
Ingredientes

_1 cebola média
_1 talo de alho-poró
_2 colheres (sopa) de azeite ou outro óleo vegetal
_2 dentes de alho
_200 g de abóbora cabotiá cozida em cubos
_1 cenoura média cortada em cubos
_1 abobrinha média cortada em cubos
_1 xícara (chá) de molho de tomate caseiro ou passata
_200 g de inhame cozido em cubos
_150 g de grão-de-bico cozido
_1 litro de água filtrada

Preparo

1. Em uma panela em fogo baixo, use o óleo vegetal para refogar a cebola até ficar transparente.
2. Acrescente o alho-poró e o alho picado e refogue.
3. Adicione a cenoura e a abobrinha e refogue até ficar macio. Acrescente os demais ingredientes e a água, misture e deixe ferver.
4. Use ervas e especiarias à gosto. Quando ferver, use um mixer para que a sopa fique na textura de creme.
5. Caso goste de alguns pedaços de legumes, use o mixer na velocidade mínima e apenas superficialmente. Sirva ainda quente.

A gata salta para se lançar de lado nas paredes e bate a cabeça nas coisas

PETS

Quem escolhe quem? Você tem o gato que o mundo lhe dá

Em meio a uma montanha de questionários, encontramos nossa gatinha – ela não é perfeita, mas não consigo imaginar outra

TOM SCOCCA
THE WASHINGTON POST

Será que nós merecemos nossos animais de estimação? Esta era a pergunta que ocupava minha cabeça enquanto eu me arrastava pelo chão da cozinha, às cinco da manhã, esfregando com uma toalha de papel úmida os cacos de vidro do pote de geleia que nossa gata tinha quebrado. Ela tinha feito de propósito – soube disso assim que o som do vidro quebrando me acordou no escuro. Na hora de dormir, alguém tinha usado o pote para beber água, deixando-o sobre a bancada da cozinha. E a gata, sentindo que o amanhecer se aproximava, decidiu ver se derrubá-lo no chão faria as pessoas se levantarem.

Foi preciso fazer um certo esforço para acolher essa gata na nossa vida familiar. Cresci dividindo uma casa com gatos e cachorros, dois ou três de cada vez, mas meus filhos, que sempre moraram em apartamentos, chegaram a dois dígitos de idade sem nunca ter um pet.

Mas, finalmente, conseguimos um apartamento um pouco maior, com banheiros um pouco maiores. Se colocássemos uma pia de pedestal em um deles, haveria espaço suficiente para uma caixa de gatos.

Foi então que percebi que não tinha a menor ideia de como conseguir um gato. Com exceção do meu primeiro, um siamês que ganhei quando tinha 7 anos, todos os outros tinham simplesmente acontecido: perdidos pelo bosque, magrelos e famintos. O melhor e mais querido deles, um malhado cinza e branco, tinha aparecido numa ninhada de gatinhos recém-nascidos na vala de drenagem num dia frio, com os olhos ainda fechados. Nós cuidamos dele e de seus irmãos com uma seringa até eles ficarem bem gorduchos, e ele cresceu e passou a andar atrás de mim fazendo chilreios e resmungos, desconhecendo qualquer diferença entre ele e os seres humanos.

A BUSCA. Mas agora era preciso encontrar um gato – encontrar e, pelo jeito, merecer. Amigos recomendaram um portal de busca de animais de estimação online, cujas listas indicavam o caminho para diversos grupos de resgate de animais. Os grupos de resgate tinham questionários para avaliar os humanos: Você vai alimentar seu gato com ração enlatada ou seca? Sua agenda é estável? Quantas horas por dia seu gato vai ficar sozinho em casa? Uma das inscrições tinha oito páginas, com campos para informar contas de redes sociais, dados profissionais, histórico de empregos e duas referências.

Consegui entender o que os questionamentos queriam, especialmente a série de perguntas para eliminar possíveis maus-tratos: você tem ou já teve um gatinho/gato sem garras? Você planeja retirar as garras do seu gatinho/gato? O que você faria se seu gatinho/gato não parasse de arranhar os móveis?

Mas senti que havia algo estranho com a ideia de "resgatar animais". O resgate é um conceito estranhamente duplo: um dever moral básico, mas também um ato de heroísmo. Todo mundo deveria cuidar de um gatinho necessitado. Quase ninguém era digno de cuidar de um gatinho necessitado. Ou de um gato. Pedir especificamente um gatinho novo parecia uma coisa suspeita, uma rejeição insensível a todos os gatos mais velhos e suas muitas vulnerabilidades.

Também queríamos um gato só. E isso era outro problema. Uma regra geral parecia estabelecer que você só poderia ter um gatinho se adotasse dois – ou pelo menos tivesse outro gato em casa, para que o recém-chegado não ficasse solitário.

Isso me pareceu uma simplificação barata da psicologia felina: nenhum dos gatos da minha infância prestava a menor atenção a qualquer outro gato, exceto a gata do meu irmão, que sofria de um impulso irresistível de maltratar o meu siamês.

> ***"Lá estávamos nós, numa sala cheia de gaiolas, para tomar uma decisão. A ideia de fazer uma escolha parecia absurda e errada. Qualquer gato na sala poderia ser adorável – ou terrível"***

Cada gato é único. Então, qual é o sentido de tentar criar um roteiro para ele? Nunca pensamos em nós como "resgatadores" dos nossos gatos. Meu velho gatinho cinza e branco, meu gatinho da vala, era meu porque outras pessoas vieram e adotaram seus irmãos mais delicados ou mais bonitos. Você fica com o gato que o mundo lhe dá.

Isso se você convencer o mundo a lhe dar um gato. Tudo isso aconteceu dois anos e meio atrás, no auge da pandemia, quando era difícil até entrar em contato com qualquer pessoa. Nós mandávamos as solicitações e não voltava nem uma palavra – muito menos um gatinho. Por fim, a Sociedade Americana para a Prevenção da Crueldade contra Animais (ASPCA, na sigla em inglês) escreveu para dizer que estava organizando um evento de adoção e tinha um horário disponível na mesma semana. Tudo bem se a gente escolhesse um gatinho só.

A ESCOLHA. Lá estávamos nós, numa sala cheia de gaiolas, para tomar uma decisão. A ideia de fazer uma escolha parecia absurda e errada. Qualquer gato na sala poderia ser adorável – ou terrível. Um branco com manchas se ergueu sobre as patas traseiras e nos chamou, doce e amigável, mas e se ele gritasse assim a noite toda? Com certeza outra pessoa diria sim a um gatinho tão simpático se nós não disséssemos. Mas aí o pessoal abriu a porta de uma gaiola para uma gatinha magra, preta, com olhos amarelos. Ela saiu ronronando. Na gaiola de cima havia uma gata preta quase idêntica, com os olhos dourados mais bonitos que já vi e uma pata a menos. Mas ela parecia com sono, e a gatinha com quatro patas ronronava para nós.

Ouvi dizer que é mais difícil encontrar um novo lar para gatos pretos. Ninguém poderia dizer que essa gatinha não precisava de nós. Não havia nenhuma razão para não ficar com ela. Então, foi ela. E aqui está ela.

Pouco tempo depois de a trazermos para casa, eu me deitei ao seu lado para tirar um cochilo, e ela estendeu as patinhas dianteiras e abraçou meu pulso, puxando minha mão para sua testa enquanto cochilava. Só mais tarde entendi que isso significava que ela queria me morder, mas estava com sono demais para abrir a boca.

Analisando bem, ela gosta de pessoas, desde o instante em que sobe na minha mesa e atrapalha o começo da minha rotina de trabalho batendo o rabo no teclado, até o momento em que pula na cama do menino mais novo para se enfiar nas cobertas na hora do boa noite. Mas ela se afasta se alguém tenta chegar perto. Meus gatos antigos, mesmo os mais selvagens, se aconchegavam com a gente à noite. Ela só aparece no nosso travesseiro quando tem certeza de que já estamos dormindo e não vamos mais nos mexer.

Ela dá saltos ágeis para se lançar de lado nas paredes, bate a cabeça nas coisas, tropeça no alto do piano e cai nas teclas. Ela faz emboscada para atacar meus tornozelos – as patas macias, as garras sempre retraídas.

Para que nada disso soe muito fofo, voltemos ao vidro quebrado. Ou ao barulho agora familiar do saleiro batendo no chão. Talvez um segundo gato na casa a distraísse, mas duvido. Sua ideia do que é brincadeira se confunde com sua malandragem. É a gata que temos. Não consigo imaginar outra. ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

NAS REDES SOCIAIS
INSTAGRAM: @TREINADORPP

Meu exemplo
Pedro Paulo Amorim

Idade: 32 anos
História: **Ele começou a correr para ganhar tempo, mas seus vídeos, que mostram problemas e belezas do percurso, se tornaram virais**

A rotina atribulada de muitas horas dentro da academia afastou o educador físico Pedro Paulo Amorim da corrida durante um tempo. Ele retornou às ruas durante a pandemia. Incomodado com o confinamento e ansioso com as incertezas que a covid provocava, Pedro Paulo calçou seu par de tênis e resolveu voltar a correr. Sem trabalhar devido ao fechamento das academias, a corrida era a única atividade esportiva que ele podia praticar. Esse hábito melhorou sua saúde mental e reduziu a angústia e a ansiedade.

Mas foi no pós-pandemia que seus vídeos, correndo longos percursos no Rio – como da Barra da Tijuca ao Aterro do Flamengo –, se tornaram virais. O que o levou a buscar novos desafios, como, em São Paulo, correr de Itaquera (zona leste) à Barra Funda (zona oeste). ●

Logo ali

RICARDO MAGATTI

ACERVO PESSOAL

'Em São Paulo, tinha de correr de um estádio até o outro', diz o carioca, que foi do Itaquerão, do Corinthians, ao Allianz Parque, do Palmeiras

Ele começou a correr para ganhar tempo, mas acabou ganhando saúde, seguidores e a satisfação de motivar outros a seguir seus passos

Cansado de enfrentar longos congestionamentos, superlotações no transporte público e outros problemas de deslocamento no Rio, sua cidade natal, Pedro Paulo Amorim resolveu voltar da faculdade em que estudava até sua casa, na zona norte da capital fluminense, a pé. Primeiro, foi caminhando. Depois, passou a correr. Tomou gosto, melhorou sua saúde e hoje, mais de uma década depois, se transformou em um conhecido corredor nas redes sociais que incentiva outras pessoas – muitas delas sedentárias – a se aventurarem na corrida.

"Percebi que podia voltar para casa em meia hora, com a liberdade que não teria em nenhum meio de transporte. De carro, às vezes, levava 45 minutos. Foi meio de transporte, não com intuito de saúde, no começo", conta ao **Estadão**.

"Eu sabia que precisava da corrida, da minha terapia", diz. Mas foi já no período pós-pandemia que o educador físico se tornou popular nas redes sociais com seus vídeos, virais, mesmo sem que tivesse essa intenção. "Um dia, tive uma discussão com a minha esposa durante a sua gravidez, naquele período hormonal difícil, e saí pra correr como fazia. Só que eu levei o celular sem perceber e decidi filmar. O trajeto foi de casa até o Engenhão e a volta. Quando postei, tinha 30 mil visualizações no TikTok", conta.

As pessoas se interessaram pelo conteúdo, ele avalia, principalmente por causa de seu estilo aventureiro e por mostrar a realidade como ela é. O carioca passa por lugares perigosos e denuncia os problemas nas vias do Rio por onde corre, como a insegurança urbana, ciclovias tortas, ruas esburacadas e a falta de estrutura para corredores e ciclistas. São mais de 400 mil seguidores no Instagram e outros 170 mil no TikTok que acompanham os trajetos insólitos percorridos pelo educador físico, que diz não calcular riscos quando sai de casa, quase sempre de madrugada, antes do "loirão" – apelido que deu ao sol em seus vídeos – aparecer.

"A falta de infraestrutura me faz correr na rua – e, correndo na rua, estou exposto a motoristas bêbados de madrugada, aos problemas de infraestrutura. Se um dia eu for atropelado é porque estou correndo na rua pela falta de estrutura", constata o carioca, que, em todos vídeos, deixa claro o amor pelo esporte: "Correr é bom demais".

CORINTHIANS X PALMEIRAS. Pedro Paulo tem um currículo extenso de distâncias longas e percursos incomuns. Foi de Copacabana ao Jardim Oceânico, da Barra da Tijuca ao Aterro do Flamengo, de Maria da Graça, seu bairro, a Nova Iguaçu. Mas foi fora do Rio que gravou o vídeo que mais chocou seus seguidores. O personal correu da Neo Química Arena, em Itaquera, zona leste de São Paulo, ao Allianz Parque, na Barra Funda, zona oeste da capital paulista. Um Corinthians x Palmeiras da corrida, por assim dizer. Fez essa rota, de cerca de 25 quilômetros, sem conhecer a cidade.

"Em São Paulo, pensei que tinha de correr de um estádio até o outro. Perguntei para um cara na pousada onde fiquei se Itaquera até Barra Funda era distante. Ele falou que era meio barra-pesada, mas era em linha reta, dava pra fazer. A reação dele me instigou a fazer", relata o corredor, geralmente motivado a fazer o que é pouco feito. Ele estranhou o comportamento dos paulistanos, pouco solícitos, durante o trajeto. Poucos o ajudaram. Por isso, teve de abrir o celular para se localizar.

"No caminho, eu tive certeza de que era longe. Recebi dicas do motorista do Uber. Me perdi, fiz o que não faço nunca, que é olhar no GPS. As pessoas não sabiam me orientar no caminho. Quando cheguei à Sé eu puxei o celular porque ninguém me respondia mais. O pessoal virava a cara."

TRANSFORMAÇÕES. A corrida deixou Pedro Paulo famoso e abriu um novo leque de opções até então inimagináveis ao personal, como participação em programas de televisão, parcerias comerciais, a oportunidade de conhecer novas cidades e a chance de correr no autódromo de Interlagos num evento em alusão aos 30 anos da morte de Ayrton Senna. "As marcas têm pago os convites. Também recebo alguns cachês, mas nada que me faça parar de trabalhar."

"Como professor, educador e promotor de saúde, isso só me incentiva a continuar. Tem dias que eu nem iria correr, mas eu corro porque sei que tem gente que tem visto e tem se motivado"

Desde que se tornou conhecido, o educador físico passou a receber centenas de relatos de pessoas que, ao verem seus vídeos, abandonaram o sedentarismo. "Como professor, educador e promotor de saúde, isso só me incentiva a continuar. Tem dias que eu nem iria correr, mas eu corro porque sei que tem gente que tem visto e tem se motivado", comenta, orgulhoso. "Gente da periferia, como eu, que não via condições de correr, mas agora está vendo. Eles dizem: 'Aquele cara fez, é possível, vou fazer'. Isso, para mim, não tem preço. A premissa do educador físico é mudar vidas, promover saúde." ●

O ESTADO DE S. PAULO
SÁBADO, 25 DE MAIO DE 2024

E5 Caminho. Setor de açúcar e álcool pode mostrar saídas para a indústria

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-24/1/2023

ESPECIAL CADERNO FUTURO DA INDÚSTRIA (E1 A E8)

GABRIELA BILO / ESTADÃO-7/10/2016

Ao longo das últimas décadas, setor industrial vem perdendo participação no PIB brasileiro e também no mercado global por causa da menor produtividade nacional

Uma nova agenda

Setor aposta no programa de neoindustrialização lançado pelo governo para modernizar e interromper o processo de desindustrialização em curso no Brasil

Retomada

Em busca de modernização, com inovação e compromisso sustentável

Para pesquisador, plano para reverter desindustrialização exige fluxo de recursos estável e política de ações transversais

EDUARDO GERAQUE
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

O programa Nova Indústria Brasil, lançado no início deste ano, é a grande aposta do governo Lula para reverter o processo de desindustrialização que afeta a economia brasileira nas últimas décadas. Depois de alcançar mais de 21% nos anos 1980, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) caiu para algo em torno de 10% em 2023, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Focada em inovação, modernização e transição energética, a nova política tem potencial para inverter esse movimento, desde que as propostas sejam implementadas conforme descritas no programa. “Trata-se de uma política pública moderna, que redefine escolhas para o desenvolvimento sustentável, com mais investimento, produtividade, exportação, inovação e empregos, por meio da neoindustrialização”, disse o vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, Léo de Castro. Hoje, na comemoração do Dia da Indústria, o que setor pede é celeridade na adoção dessa nova agenda.

Além do mantra
Incluir agenda climática na indústria depende de mudança da estrutura produtiva do País

Por mais que o Brasil tenha tentado estratégias semelhantes – e as condições em relação ao século passado, principalmente, serem outras –, e o mundo ter se voltado para a inovação atrelada à economia de baixo carbono até antes da pandemia, a questão agora é saber como acelerar processos e evitar os erros do passado.

“Essa retomada da política industrial no Brasil ocorre, na verdade, com atraso, mesmo quando comparada com países da América Latina e outras nações em desenvolvimento. O mundo mudou muito em relação aos anos 90 e à forma como os países usam suas políticas, por exemplo, no comércio internacional. O exemplo mais categórico disso são os Estados Unidos com o plano Biden”, afirma o economista Marco Antônio Rocha, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Segundo o pesquisador, desde pelo menos 2012, o planeta, e principalmente os países desenvolvidos, já definiu os alicerces da chamada indústria 4.0.

AGILIDADE. Além de chegar atrasado ao “baile” da inovação industrial – e os próprios dirigentes da CNI cobraram, nas últimas semanas, mais celeridade na implantação do Nova Indústria Brasil –, é preciso que os gestores fujam do que não deu certo no passado, segundo o economista Armando Castelar, professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador associado do FGV IBRE. “O mais importante para que esse novo plano para o setor não volte a fracassar é entender que simplesmente proteger as empresas de baixa produtividade não vai tornar o setor mais competitivo a médio prazo.” A vocação de uma política industrial, segundo o pesquisador, deve ser exatamente o contrário.

“A principal causa da perda de participação da indústria de transformação no PIB é seu fraco desempenho em termos de produtividade: essa tem, de fato, caído”, diz Castelar. Segundo ele, os planos anteriores para o setor buscaram compensar isso com medidas de proteção contra importações mais baratas e competitivas, via barreiras às importações, exigências de conteúdo local e subsídios diversos, em especial via financiamento público com juros reais muito baixos ou mesmo negativos. “Essas medidas buscavam compensar a baixa produtividade, mas não aumentá-la”, avalia Castelar.

Mergulhar profundamente nas águas da inovação é uma das premissas essenciais para que as empresas brasileiras consigam ganhar terreno na participação do PIB, segundo Rocha, da Unicamp. “A questão da incorporação da agenda climática na indústria, tão exigida hoje, por exemplo, não pode ser um mantra. É um esforço que depende da modificação da estrutura produtiva do País, do investimento em ciência, tecnologia e inovação, itens que, historicamente, fazem parte de políticas nacionais.”

Se há um plano sobre a mesa com diretrizes modernas, e que aponta para setores industriais específicos (*veja quadro*), existem outros processos ainda mais delicados a serem atacados, segundo Rocha. “Para tudo o que vem sendo construído funcionar precisa, primeiro, de uma coordenação muito bem articulada das ações transversais relacionadas às compras públicas e ao fomento industrial e de inovação. O PAC deve dialogar muito bem com os esforços previstos na política relacionados, por exemplo, ao desenvolvimento de tecnologias para cidades resilientes, como as infraestruturas verdes. A segunda questão, e que mais me preocupa, é a capacidade fiscal do Estado. O fluxo de recursos, nesses casos, precisa ser estável.”

INVESTIMENTOS. Sobre essas camadas mais elementares de uma política industrial existem outras igualmente importantes. A exacerbada competição internacional exige que investimentos vultosos sejam feitos, tanto do lado do governo quanto do lado privado. Sob pena de os setores nacionais ficarem pendurados apenas nos subsídios, sem terem resultados positivos para apresentar.

“Essa questão de atingir a competitividade internacional é um pouco mais complicada. Precisamos dobrar o nosso investimento em infraestrutura e dobrar os recursos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. Isso apenas para atingirmos o *benchmark*”, afirma o pesquisador do Unicamp. Chegar a esse patamar, segundo os dados internacionais, significa ficar, ainda, atrás de países que estão no topo da inovação tecnológica global, caso de Estados Unidos, China, Alemanha e Coreia do Sul. ●

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Fábrica da Toyota, em Sorocaba, onde a empresa produz carros híbridos, elétrico, etanol ou gasolina

Programa

As perspectivas do Nova Indústria Brasil

● **Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar**
Fabricação de equipamentos para agricultura de precisão e máquinas e ampliação da capacidade produtiva da agricultura familiar para a produção de alimentos saudáveis

● **Complexo econômico industrial da saúde**
Ampliar a participação da produção no País de 42% para 70% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos. E contribuir para fortalecer o SUS e melhorar o acesso à saúde

● **Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis**
Ampliar em 25 pontos porcentuais a participação da produção na cadeia da indústria do transporte público sustentável

● **Transformação digital da indústria**
Investir no desenvolvimento de produtos digitais e produção nacional de semicondutores

● **Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas**
Aumentar o uso da biodiversidade pela indústria e reduzir em 30% a emissão de carbono da indústria nacional

● **Tecnologias para soberania e defesa nacionais**
Ações voltadas ao desenvolvimento de energia nuclear, sistemas de comunicação e sensoriamento, sistemas de propulsão e veículos autônomos e remotamente controlados

Energia do futuro

Para liderar mercado de hidrogênio verde, Brasil tem de acelerar marco regulatório

Programa de desenvolvimento do combustível está em tramitação nas comissões da Câmara dos Deputados

EDUARDO GERAQUE
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Não que seja o único caminho. Mas o papel que o hidrogênio verde tem na transição energética global, e principalmente na brasileira, fica cada vez mais nítido a cada tragédia climática que ocorre no mundo. A questão é entender se o País vai realmente embarcar nesse voo para o futuro ou, mais uma vez, perder o bonde da história.

"Muitos consideram o hidrogênio verde uma commodity. Mas é muito mais do que isso. É uma molécula que resulta em um produto sofisticado. A dimensão dos processos envolvidos nesses processamentos equivale quase ao de uma refinaria. São projetos que precisam de muito investimento, mas também apresentam potencial para gerar emprego e renda", afirma a diretora executiva da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV), Fernanda Delgado.

Em termos de política industrial, tudo o que está relacionado à produção de hidrogênio verde precisa ser construído. No Congresso, a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde está à frente de um projeto de lei que caminha de forma acelerada para ser apreciado pelo plenário da Câmara.

O PL 5.816/2023 cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono. O texto apresentado pelos senadores Fernando Dueire (MDB-PE), Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) e Cid Gomes (PDT-CE) recebeu voto favorável do relator, o senador Otto Alencar (PSD-BA), e tramita nas comissões da Câmara.

"O hidrogênio verde é a energia do futuro. O Brasil tem um potencial muito grande para fabricar e exportar o produto. Exportação, inclusive, na forma da amônia, que é uma produção que pode ser vendida e transportada para outros países e também usada para consumo interno no Brasil", afirmou Alencar à Agência Senado ao defender o seu texto.

A nova política do hidrogênio, se aprovada, vai implementar uma série de princípios, como o respeito à neutralidade tecnológica, sem incentivos ou subsídios que distorçam a competitividade. Assim como promoverá a inserção do hidrogênio de baixa emissão de carbono na matriz energética brasileira, aproveitará o uso racional da infraestrutura existente dedicada ao suprimento da cadeia de energia e estimulará a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do hidrogênio verde.

INCENTIVOS. Outro ponto central do marco regulatório são os dois tipos de incentivos fiscais previstos: os tributários, que incluem a criação de um regime especial e a expansão de benefícios das Zonas de Processamento de Exportação, e os regulatórios, na forma de descontos tarifários em energia elétrica.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deverá regular e fiscalizar o processo de produção, além de autorizar empresas brasileiras, com sede e administração no País, a exercerem as atividades de produção de hidrogênio, segundo o texto do PL. Tudo dentro do escopo de uma Política Nacional do Hidrogênio, que também será criada.

"É interessante dizer também que a questão da exportação do hidrogênio verde não é a única saída. O mercado nacional, em vários setores, desde a produção de fertilizantes e aço, passando pela soja e pela indústria alimentícia, até chegar ao setor químico, vai se beneficiar de forma robusta e intensa de toda a produção", afirma Fernanda. Segundo a executiva da ABIHV, se, no início, se pensava muito na produção de hidrogênio verde principalmente para substituir as matrizes energéticas sujas da Europa – quase sempre à base de carvão – ou de outras regiões do mundo, esse é um debate que evoluiu muito de quatro anos para cá. E, agora, o mercado nacional é tão importante quanto o internacional.

Apenas o marco regulatório e políticas públicas como o Nova Indústria Brasil ou o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten) não serão suficientes para fazer deslanchar os bilhões de dólares que estão engatilhados em projetos de produção de hidrogênio verde no Brasil, segundo especialistas que acompanham o setor. Muita articulação política para que as intenções dos principais programas se alinhem com as fontes de recursos necessárias e disponíveis é considerado um ponto-chave para não haver desperdício de oportunidades.

POTENCIAL. Segundo o fundador e presidente da Associação Brasileira de Hidrogênio e Combustíveis Sustentáveis (ABHIC), Sérgio Augusto Costa, os números atrelados ao potencial que o Brasil tem dão vazão ao gigantismo do segmento. O País, conforme o executivo, pode vir a se tornar um dos maiores produtores de hidrogênio do mundo. E com totais condições de atender tanto os mercados do mercado interno quanto o externo. "Se falarmos de investimentos, por exemplo, o potencial brasileiro é de US$ 200 bilhões de investimentos nos próximos 20 anos, de acordo com projeção da consultoria McKinsey & Company", afirma Costa.

Mas o executivo da ABHIC aponta um ponto nevrálgico, a questão do custo de produção, que ainda está bastante elevado. "Essa é uma questão relevante, não só no Brasil, mas no mundo todo." Se hoje o custo da produção do combustível está entre US$ 5 (R$ 25,75) e US$ 6 (R$ 30,9) por quilo, em termos competitivos ele precisaria cair para de US$ 1,5 (R$ 7,72) a US$ 2 (R$ 10,3), que é o custo de produção do chamado hidrogênio cinza, extraído do gás natural, a partir do metano.

"Ou seja, ainda há muito a fazer para diminuir o custo de produção, bem como melhorar o desempenho dos eletrolisadores na produção de hidrogênio verde para cada dólar investido." ●

Para entender

As classificações do hidrogênio por 'cor'

● **Cinza**
Forma produzida a partir da combustão incompleta de combustíveis fósseis. É uma mistura de gases que consiste em monóxido de carbono, dióxido de enxofre, hidrocarbonetos, partículas sólidas e outros contaminantes. É poluente e piora as mudanças climáticas

● **Azul**
Forma líquida, produzida a partir do gás natural e do óleo. Pode ter uso doméstico e industrial. Contribui para a poluição ambiental

● **Verde**
Hidrogênio fabricado por fontes renováveis, seja o sol, o vento ou a biomassa. Durante a produção, não há emissões diretas de gases de efeito estufa

A PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE

O hidrogênio pode substituir o combustível fóssil usado atualmente

A produção do hidrogênio verde

É o hidrogênio produzido por eletrólise da água (que pode ser do mar), usando energia renovável, como eólica e solar. É considerado o combustível do futuro e tem emissão zero

1 Energia proveniente de fontes renováveis

EÓLICA

SOLAR

2 Dois eletrodos submersos na água e ligados a uma fonte de energia criam uma corrente contínua

CORRENTE CONTÍNUA

3 Os eletrodos atraem para si os íons de carga oposta e fazem a separação do hidrogênio da água do oxigênio

PLACA BIPOLAR

ÁGUA DO MAR

H_2O

A CARGA NEGATIVA ATRAI OS ÍONS DE HIDROGÊNIO

H_2

O_2

GÁS DE HIDROGÊNIO COMPRIMIDO

SEPARADORES

Na forma gasosa, o hidrogênio precisa ser armazenado de forma apropriada em botijões, por exemplo. O produto é altamente inflamável

4 **Transporte**

Pode ser exportado em navios. Para isso, precisa ser transformado em barras de amônia, por exemplo, e reconvertido em hidrogênio no destino ou usado como amonia verde

Onde pode ser usado

O hidrogênio pode substituir o combustível fóssil usado atualmente

TRANSPORTE

CARROS DE PASSEIO

ÔNIBUS

CAMINHÕES

NAVIOS

PROCESSOS INDUSTRIAIS

SETOR QUÍMICO

SIDERÚRGICO

FERTILIZANTES

O OBJETIVO É QUE TAMBÉM POSSA SUBSTITUIR O GÁS NOS SISTEMAS DE CALEFAÇÃO

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Rafael Lucchesi

‘Brasil tem de fazer com a indústria o que já fez com o agronegócio’

Diretor da CNI diz que País tem de aproveitar janela de oportunidade com a transição energética

FELIPE RAU/ESTADÃO

ENTREVISTA

Economista, é diretor de Desenvolvimento Industrial e Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e diretor do Sesi

JOSÉ MARIA TOMAZELA

O Brasil tem condições de fazer com a indústria o que fez com o agronegócio, transformado em um dos mais eficientes do mundo. Para isso, basta aproveitar as janelas de oportunidades que surgem em um mundo afetado pelas mudanças climáticas e por questões geopolíticas que opõem comercialmente grandes potências, como Estados Unidos e China.

A análise é do diretor de Desenvolvimento Industrial e Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi. Ao **Estadão**, ele disse que políticas como as previstas no programa Nova Indústria Brasil, lançado em março pelo governo federal, revolucionaram o agro brasileiro.

“Agora temos de fazer isso com a indústria e o Brasil tem todas as condições para fazer isso com sucesso. Não dependemos de uma combinação de resultados”, disse ele. Confira a seguir trechos da entrevista:

O programa Nova Indústria Brasil tem potencial e recursos para fazer a virada na indústria?

A atual política industrial é um ponto de inflexão importante. Nos últimos 40 anos sofremos com a ausência de uma política industrial mais clara, como houve na China. A política NIB (Nova Indústria Brasil) é moderna, mas não deve ser nunca uma política de governo e, sim, uma política de Estado. A continuidade disso cria um círculo virtuoso de desenvolvimento. O Brasil tem uma elevada competitividade no setor agrícola, que foi feito com um case bem-sucedido, onde o governo criou toda uma política de financiamento, que é o Plano Safra. Foi criada há 20 anos com dinheiro público e tributação baixa com subvenção e subsídio. É uma agenda bem-sucedida, mostrando que o Brasil pode mudar uma situação. Partimos de uma situação em que o agro não era tão competitivo, e um conjunto de políticas públicas deu essa competitividade. A atividade industrial representa 25% do PIB brasileiro, a de transformação, 15% (*há dados que mostram 10,8%*), a agricultura, 7,1%. O mundo está colocando US$ 12 trilhões (*R$ 61 trilhões*) em política industrial, o Brasil, US$ 60 bilhões (*R$ 309 bilhões*). (*O Nova Indústria Brasil*) É um bom ponto de partida, não é suficiente, mas é importante para o Brasil sair do atraso, de uma visão de retrovisor, para o futuro. Estamos fazendo isso simultaneamente com outros países, o que é importante, pois há janelas de oportunidade que podem nos beneficiar.

Quais os principais desafios para a neoindustrialização do País?

O grande desafio do Brasil é qual aposta nós vamos fazer para nosso futuro. Vivemos um momento histórico em que essa decisão é consciente e importante. Se não tem um projeto, o País vai à deriva e isso tem acontecido no Brasil há algum tempo e trazido um enorme retrocesso. Estamos vivendo no mundo mais uma transformação tecnológica, uma revolução industrial e um novo conceito da economia. A cada período da história você tem uma ou duas inovações que transformam toda a cadeia de valor. Lá atrás foi a máquina a vapor. Depois vieram o motor a combustão interna e o motor elétrico, no final do século 19, que deram o desenho das cidades do século 20. A partir dos anos 70 e 80, tem a terceira revolução industrial da microeletrônica e a telecomunicação.

“Em vez de pensar em um carro como o Tesla, 100% elétrico, e outras marcas que apostaram na eletromobilidade plena, o carro híbrido, em que você combina o motor elétrico com a queima de energia de biomassa, é muito mais eficaz em termos de sustentabilidade e a um custo mais barato”

“Temos de fazer escolhas estratégicas e ver onde o Brasil apresenta vantagens competitivas”

E agora é a era da inteligência artificial?

Agora vivemos a quarta revolução: internet das coisas, big data, inteligência artificial e indústria aditiva (processo como o da impressora 3D) são vetores dessa transformação. Tem também a biotecnologia, que é mais uma rota tecnológica. É nesse processo múltiplo e complexo que temos de fazer nossa escolha.

Como a indústria pode capitalizar o grande potencial do País para a economia verde?

O mundo, depois de 200 anos de revolução industrial, está tendo um forte impacto das mudanças climáticas. Os próximos cinco anos serão ainda mais quentes e a velocidade da subida da temperatura média em 1,5 grau vai acontecer cem anos antes do que as previsões antigas. Isso está impactando muito. Fenômenos como o das enchentes no Rio Grande do Sul estão acontecendo no mundo todo e vão ser mais frequentes e com mais intensidade. As teses negacionistas vão ficando para trás à medida que essa realidade, da forma mais dramática possível, impacta o mundo em que vivemos. Isso coloca uma questão muito forte, a transição energética e a ecológica. Nesse cenário, o Brasil se coloca com um grande *player*. Temos um programa de energia verde em que você tem tanto o álcool como o biocombustível. Tudo isso está pronto para o País fazer, inclusive, a eletromobilidade híbrida. Em vez de pensar em um carro como a Tesla, 100% elétrico, e outras marcas que apostaram na eletromobilidade plena, o carro híbrido, onde você combina motor elétrico com queima de energia de biomassa, é muito mais eficaz em termos de sustentabilidade e a um custo mais barato. Essa rota é muito mais dialogável com o mundo do que a escolha que o Hemisfério Norte tem feito. A parte da energia verde é o grande potencial nosso.

É possível tornar nossa indústria competitiva em um mercado global com barreiras comerciais crescentes?

A forte ascensão da China tem criado uma crescente tensão e Estados Unidos e Europa estão adotando barreiras comerciais fortes contra os produtos chineses, com crescente oposição ao “made in China”. Os Estados Unidos sempre coordenaram essa agenda, mas agora os países centrais estão colocando US$ 12 trilhões em políticas industriais. São seis PIBs brasileiros só em políticas industriais ativas nos EUA, União Europeia, Alemanha, Japão, China e Coreia do Sul.

Como o Brasil se insere nesse cenário?

Qual é o cenário para nós? Vamos buscar cadeias onde o Brasil tem vantagens competitivas, ou vamos renunciar a isso e empobrecer? Temos um mercado de 200 milhões de habitantes, uma estrutura empresarial e produtiva sofisticada, que apanhou muito nos últimos 40 anos, e nós devemos buscar uma nova agenda para o nosso desenvolvimento industrial se a gente quiser participar disso. Temos também grande capacidade de engenharia e, apesar da estrutura de capital humano heterogênea, temos grandes centros de ciência e educação, e instituições com produção de classe mundial em conhecimento, engenharia e ciência. Temos as condições dadas para buscar uma inserção inteligente nesse processo. Fazer e calibrar as escolhas é a grande questão.

Com o Nova Indústria Brasil em ação, quais os caminhos que se abrem para a indústria brasileira?

Temos de fazer escolhas estratégicas e ver onde o Brasil apresenta vantagens competitivas interessantes. A reforma tributária acaba tendo efeito sinérgico com a política industrial e isso vai na direção do impulsionamento dessas agendas. Temos o novo PAC (*Programa de Aceleração do Crescimento*) que dialoga com as seis missões da política industrial, que se conecta com essa agenda estratégica para o País. O agronegócio vai participar mais das cadeias de valor. Por que exportar o algodão e a soja e não exportar a confecção ou a proteína animal? Por que somos grandes produtores de café e os países que têm as melhores marcas de café solúvel não têm um pé de café? Temos de avançar e não é uma panaceia, é um esforço grande da sociedade, mas só dependemos de nós para nos colocarmos como vencedores nas agendas para as quais o Brasil tem vantagens competitivas. Usando linguagem do futebol, não dependemos de combinação de resultados. Temos condições de voltar a ser um país com mais ambições, com uma perspectiva histórica maior. O Brasil pode, à luz das melhores experiências e práticas, se colocar como um *player* vencedor. ●

Agronegócio

Recuperação do setor de açúcar e álcool é exemplo para retomada da indústria

DANIEL TEIXEIRA/ESTADAO

Usina de produção de etanol de primeira geração da Raízen em Piracicaba, no interior paulista

Políticas de preços e de créditos ajudaram setor a reverter um quadro de falências e de fechamento de usinas pelo País

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Na contramão de outros segmentos, a indústria da cana-de-açúcar vem apresentando expansão nos últimos anos no País. O setor, que até há uma década sofria com falências e fechamento de usinas, inaugurou recentemente novas plantas e caminha para o segundo maior volume de moagem este ano. De acordo com o diretor de Inteligência Setorial da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), Luciano Rodrigues, a recuperação pode ser tomada como exemplo de que a neoindustrialização é possível.

Atualmente são 345 unidades produtoras em todo o Brasil, com maior concentração no centro-sul do País. No ciclo de abril de 2023 a março de 2024, correspondente à safra da cana, o setor sucroenergético gerou US$ 19,8 bilhões em divisas, ocupando a quarta posição na pauta de exportações do agronegócio.

Conforme dados levantados pela Unica, o valor bruto movimentado pela cadeia supera US$ 100 bilhões, com um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente US$ 40 bilhões, equivalente a cerca de 2% do PIB brasileiro. "Passamos por um período de crise lá atrás, que veio até 2015, e muitas usinas fecharam. De lá para cá o País tem estruturado algumas políticas importantes para o setor que resultaram nessa mudança no cenário. É a prova de que políticas bem estruturadas impulsionam a economia", diz Rodrigues.

Entre as medidas, a primeira foi a política de precificação, que passou a ser balizada pelo preço do óleo internacional, o que deu mais previsibilidade para o setor, segundo ele. "Na sequência, em 2017, tivemos a publicação da Política Nacional de Biocombustíveis, o RenovaBio, que funcionou a partir de 2020, passando a permitir a venda de créditos de descarbonização (Cbios) gerados pela cana-de-açúcar. É um crédito pequeno, mas estabeleceu uma meta importante de redução nas emissões de gases de efeito estufa", afirmou.

CRÉDITO. O RenovaBio veio em um momento em que o setor estava à beira de uma nova crise pela perda de 80 milhões de toneladas de cana por causa de uma seca história no centro-sul do País. Em 2022 e 2023, lembra Rodrigues, houve boa produtividade no campo, resultando em um recorde histórico de moagem de cana-de-açúcar no ano passado. Foram processados 654,4 milhões de toneladas, 19,3% a mais sobre as 548,6 milhões de toneladas da temporada 2022/2023. Para este ano, ele projeta uma safra um pouco menor que o recorde, mas acima das anteriores.

Rodrigues avalia que o ano começou com preços mais reduzidos, sobretudo do açúcar, mas vê o cenário muito longe de ser caótico. "O setor está se expandindo. Nós tivemos usinas de cana-de-açúcar inauguradas, expansão de investimentos na área agrícola e expansão considerável na área industrial nos últimos três anos, devido à produção de etanol de milho. Há cinco anos, o etanol do cereal era praticamente zero. Nesta safra, vai representar cerca de 20% do total", diz. Em março, a usina Coruripe inaugurou uma planta para produzir açúcar, em Limeira do Oeste, no Triângulo Mineiro.

O foco na economia verde do Programa Nova Indústria, lançado pelo governo, está concatenado com duas políticas públicas importantes para o setor sucroenergético, segundo Rodrigues. O projeto Combustível do Futuro, iniciativa do governo encampada pelo Parlamento, traz a possibilidade de ampliar o nível de mistura do etanol na gasolina e do biodiesel no óleo diesel, além de propor metas de descarbonização nos transportes. ●

Volume

US$ 19,8 bi
foi o valor gerado em divisas pelo setor sucroenergético no ciclo de abril de 2023 a março de 2024

US$ 100 bi
foi o valor bruto movimentado pela cadeia, segundo dados da Unica

654,4 milhões
de toneladas foi a moagem de cana-de-açúcar no ano passado

Setor aposta em ações com foco na sustentabilidade

O diretor de Inteligência Setorial da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), Luciano Rodrigues, destaca que o programa Mover (Mobilidade Verde e Inovação), iniciativa para incentivar a indústria automotiva a atingir metas de descarbonização da frota, traz um ponto fundamental para o setor.

Daqui para a frente, esses incentivos serão calibrados também pelo uso de combustíveis com menor emissão de carbono por km rodado, abrindo caminho para um maior consumo de biocombustíveis. Rodrigues afirma que o setor sucroenergético já tem o compromisso com o desmatamento zero.

"Toda empresa que está no programa RenovaBio tem de monitorar a produção e aferir a sustentabilidade. São dados públicos e validados por auditoria externa. Se uma fazenda com mil hectares tiver um único hectare desmatado, ainda que seja legal, a fazenda está fora. Mais de 90% da produção de etanol está em conformidade com o RenovaBio e tem pegada de carbono auditada. A gente sabe, em cada unidade de produção, quem está produzindo com eficiência ambiental", diz ele.

A digitalização da agricultura faz parte desse processo, no momento em que reduz a aplicação de defensivos, segundo o diretor da Unica. "Em vez de aplicar na área inteira, tem um drone que aplica só onde é necessário. Nossa frota de máquinas tem telemetria. Com isso, conseguimos reduzir o uso dessas máquinas na produção e na colheita. São alguns exemplos de avanços, mas ainda temos a desvantagem do custo. A produção internacional tem um custo menor do que o Brasil consegue oferecer", observa Rodrigues.

ABELHAS. O tempo em que a colheita de cana-de-açúcar era feita à base de fogo que, muitas vezes, extrapolava os canaviais e atingia florestas e lavouras, está cada vez mais distante. Atualmente, algumas usinas mantêm projetos voltados para a proteção das abelhas, de forma a garantir a convivência de apiários e produtores de mel com a produção agrícola.

Esses insetos são responsáveis pela polinização de mais de 90% das plantas nativas e 75% das lavouras, assegurando a conservação da biodiversidade e segurança alimentar.

A gerente de Sustentabilidade da Unica, Renata Camargo, explica que os projetos desenvolvidos pelas usinas atendem à legislação vigente, com adoção de técnicas de manejo adequadas, e vão além. "Os projetos incluem desde medidas de segurança na aplicação aérea de defensivos agrícolas até o cadastramento e o monitoramento dos apiários e meliponários. Com uso de tecnologia, novos recursos de comunicação e ações de responsabilidade socioambiental, as usinas estão promovendo a coexistência harmoniosa e a preservação das abelhas", diz.

PROTOCOLO. Renata conta que, nos últimos anos, a Unica desenvolveu ações com as usinas associadas para incentivar a boa convivência também com produtores de alimentos orgânicos e de outras culturas no entorno das usinas. A busca pela produção sustentável não é um fato recente para o setor sucroalcooleiro nacional.

Em 2017, a Unica atuou diretamente na construção do regulamento das Diretivas Técnicas do Protocolo Agroambiental Etanol Mais Verde, em parceria com o governo do Estado de São Paulo.

O documento estabeleceu garantias de sustentabilidade na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, incluindo a eliminação total da queima como método agrícola pré-colheita e boas práticas no uso de agrotóxicos nas áreas de canaviais do Estado. ● J.M.T.

"Mais de 90% da produção de etanol está em conformidade com o RenovaBio e tem pegada de carbono auditada. A gente sabe quem está produzindo com eficiência ambiental"
Luciano Rodrigues
Diretor da Unica

Importações

Desafio é criar ambiente menos hostil para a produção brasileira

TABA BENEDICTO / ESTADAO-1/6/2023

Volume de importação tem crescido exponencialmente e prejudicado as indústrias brasileiras que não conseguem competir

Consumidor tem optado por produtos importados, mais baratos que os itens fabricados no País, afirma análise da CNI

JOSÉ MARIA TOMAZELA

A substituição de produtos brasileiros por importados afetou de forma negativa a produção da indústria de transformação em 2023, aponta uma análise da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Apenas nos sete primeiros meses do ano passado, o Brasil importou 3,3 bilhões de itens com um preço médio de US$ 50, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A China é o principal país de origem dessas importações, com quase 40% do total.

Embora tenha havido aumento na demanda por bens de consumo, em 2023, empresários industriais registraram queda na produção. Isso porque, segundo o levantamento da CNI, essa demanda não foi direcionada para a indústria brasileira. "Consumidores têm comprado mais produtos importados por conta do preço, mais barato que o dos itens produzidos pela indústria nacional", diz a confederação.

Reclamações
Queixas da indústria de competição desleal cresceram de 16,3% para 20%, apontou a CNI

Dados da Receita Federal mostram que as compras em e-commerces internacionais continuaram a todo vapor este ano. Apenas em janeiro, o valor declarado dessas compras chegou a R$ 943 milhões. Ao mesmo tempo, segundo a Sondagem Industrial da CNI, as queixas de competição desleal, um dos principais problemas enfrentados pela indústria, cresceram de 16,3% para 20%. Já as de competição com importados aumentaram de 6,1% para 11,6%, na transição de 2022 para 2023.

CUSTOS. Para o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Rafael Lucchesi, é impossível competir em um ambiente tão hostil. "As taxas de juros elevadas e o sistema tributário impõem uma série de custos para a produção nacional, seja para os insumos ou para o bem final, seja na hora de procurar investir ou inovar. E mais: a base industrial também está insatisfeita com a falta de fiscalização e a prática de dumping. Não são questões recentes, mas estão cada vez mais intensas e prejudiciais para a indústria brasileira", afirma.

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE e o indicador Ipea de Consumo Aparente de Bens Industriais mostram que as vendas no comércio varejista e a demanda por bens de consumo cresceram em 2023. Segundo Lucchesi, a demanda interna insuficiente, apontada como um dos problemas enfrentados pela indústria em 2023, não pode ser justificada por uma queda no consumo dos brasileiros, mas pela dificuldade de concorrer com os produtos importados.

Competição

3,3 bilhões de itens foram importados pelo Brasil no período de janeiro a julho do ano passado, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

US$ 50 é o preço médio desses produtos, mostram dados da CNC

R$ 943 mi foi o valor declarado em janeiro de compras feitas em e-commerces internacionais, de acordo com a Receita Federal

TRIBUTAÇÃO DESIGUAL. Outra demanda da confederação é a reversão da desigualdade na tributação entre a produção nacional e as importações de até US$ 50, via plataformas internacionais de comércio eletrônico. Conforme a instituição, pagando em média 45% de impostos federais embutidos nos preços, fica impossível para a indústria e o comércio nacionais concorrerem com os produtos importados, que pagam muito menos.

A discussão em torno do imposto de importação para compras em sites internacionais, como Shein e AliExpress, está na Câmara dos Deputados. Segundo a CNI, o setor produtivo apoia fortemente que a faixa de isenção para o varejo internacional seja revista. Caso o projeto passe pela Câmara, terá de ser aprovado pelo Senado. Interessado no aumento da arrecadação, o governo federal chegou a apoiar a revisão no imposto, mas voltou atrás por causa do impacto político.

A CNI considera equivocado dizer que a correção dessa distorção vai prejudicar a população brasileira. "As mesmas pessoas que hoje compram produtos importados com menos tributação podem ser os desempregados de amanhã, quando as indústrias e o comércio em que trabalham fecharem. Vale ressaltar que as pequenas e médias empresas são as que mais empregam e as primeiras que fecham", disse a confederação, por meio de assessoria de imprensa.

EQUALIZAÇÃO. A alíquota de ICMS sobre os importados de até US$ 50 é de 17%; já os produtos nacionais têm ICMS de 21%. Esse porcentual, no entanto, não garante a isonomia, conforme a confederação da indústria. "Seria preciso instituir um imposto de importação de, no mínimo, 40% para a equalização do custo tributário federal sobre os nossos produtos feitos no Brasil."

Em 2023, em cinco meses, os Estados arrecadaram R$ 632 milhões com a tributação do ICMS nesses produtos. Com a inclusão do imposto de importação e o aumento do ICMS, a arrecadação sobre essas importações deve superar R$ 5 bilhões por ano. Além da CNI, a CNC e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apoiam o fim da isenção. O projeto está para ser votado no Congresso. ●

'A indústria tem de levantar a cabeça', diz Mercadante

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, disse que o setor industrial brasileiro precisa reagir ao protecionismo praticado atualmente por outros países, inclusive os mais desenvolvidos.

"A indústria tem que levantar a cabeça e tem de se defender", comentou. "O que estamos vendo é um protecionismo crescente, inclusive dos países mais industrializados."

Mercadante lembrou que quando o governo brasileiro decidiu taxar os carros elétricos importados "foi uma gritaria". No entanto, disse ele, os Estados Unidos já anunciaram uma taxação de 100% para os veículos chineses importados do país.

No caso do Brasil, afirmou Mercadante, a decisão pela taxação foi sucedida por um anúncio da indústria chinesa de fazer investimentos para produzir carros elétricos em território brasileiro. Ele destacou que o mesmo ocorreu com a indústria do aço, que anunciou investimentos de R$ 100 bilhões.

O presidente do banco de fomento defendeu também a entrada do Brasil no desenvolvimento e produção de combustível renovável para a navegação. "Esse mercado é gigantesco." ●

Balanço

Cenário de juro alto e baixa produtividade sufoca setor industrial

Nos últimos anos, tem crescido o número de empresas em recuperação judicial ou que acabam pedindo falência

JOSÉ MARIA TOMAZELA

No início deste mês, a Coteminas, do empresário Josué Gomes da Silva, presidente (que pediu afastamento) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), pediu recuperação judicial. A tutela de urgência foi deferida pela 2.ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte.

Em abril, uma empresa com mais de 50 anos de tradição na fabricação de estruturas metálicas pediu recuperação judicial no Rio Grande do Sul. A Medabil atribuiu a crise às paradas de atividades durante a pandemia e aos juros altos do Brasil.

Nível de 2017
Faturamento da indústria brasileira caiu 2,3% no último ano, em relação ao exercício anterior, diz CNI

No ano passado, as recuperações judiciais registraram alta de 68,7% em comparação com 2022, segundo o Indicador de Falência e Recuperação Judicial da Serasa Experian.

Foram 1.405 pedidos durante o ano, o quarto índice mais alto desde o início da série histórica, em 2005, e o maior número desde 2020. Neste ano, os números continuam em alta, com uma série de grandes empresas recorrendo à Justiça para se proteger de credores.

O mesmo tem ocorrido com as falências, que subiram 13,5% no ano passado, com 983 pedidos, superando os 866 de 2022. "Os números revelam o ambiente de dificuldade financeira que as empresas estão vivendo atualmente, refletindo as taxas de juros no País que, embora tenham sido reduzidas, ainda impactam os caixas das empresas, que se veem em dificuldade para se reorganizar financeiramente", avaliou o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

CENÁRIO DE CRISE. Outros indicadores, como produtividade e empregos, confirmam o cenário de crise em que o setor industrial está imerso. Um processo de desindustrialização do País acontece há décadas, como demonstra a queda de participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

O porcentual, que chegou a 36%, atualmente está em torno de 24%. No caso da indústria de transformação, a participação de cerca de 21% na década de 1980 estava em torno de 10% no ano passado.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o faturamento do setor industrial caiu 2,3% no último ano, em relação ao exercício anterior. O patamar desse faturamento é o mesmo de 2017. O nível de emprego também se encontra estagnado, segundo a confederação. No comparativo entre 2023 e 2022, houve uma ligeira queda de 0,1%.

A desconfiança com a economia brasileira causa retração de investimentos. No mês de maio, até o dia 20, as bolsas emergentes subiram, em média, 7%, enquanto o Ibovespa subiu menos de 2%, o que repercute negativamente entre investidores internos e externos. O índice da B3 é o principal da bolsa brasileira e sinaliza que o mercado brasileiro está menos atrativo em relação aos demais emergentes.

Para André Colares, CEO da Smart House Investments, o desempenho do Ibovespa pode ter sido inferior ao de outros mercados devido a questões internas do Brasil, como incertezas políticas, econômicas ou fiscais.

"Problemas como inflação alta, taxas de juros elevadas e previsões de crescimento econômico mais baixas podem ter afetado negativamente a confiança dos investidores", observa Colares.

Ele ressalva que a composição do Ibovespa, mais inclinada para setores como commodities e bancos, pode não ter sido influenciada pela recuperação de setores específicos que são menos representativos no Brasil.

RITMO

Participação do setor industrial brasileiro no PIB

FONTE: FIESP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

PRODUTIVIDADE. O resultado aparece na produtividade da indústria de transformação brasileira. Nos últimos 27 anos, ela caiu quase 1% ao ano, em média. Isso significa que, se em 1995 cada hora trabalhada no Brasil gerava R$ 45,50 em produtos, em 2022 eram apenas R$ 36,50 por hora trabalhada. E, segundo especialistas, não há, à vista, nenhuma medida em discussão para mudar esse quadro.

Ao longo desse período, em 11 anos ocorreram melhoras em relação ao ano anterior, mas a média durante essas quase três décadas é negativa em 0,9%. De acordo com especialistas, para um país se tornar competitivo, ganhar mercado interno e exportar, ele tem de melhorar sua produtividade.

Esse indicador eleva a competitividade da empresa, os trabalhadores produzem mais, os preços dos produtos caem seguindo a redução dos custos e as vendas e as exportações aumentam.

De acordo com economistas, nos últimos anos, o Brasil se preocupou, corretamente, em dar competitividade ao agronegócio, mas não fez o mesmo com a indústria, que está minguando a cada ano.

Em 1995, a produtividade por hora trabalhada na agropecuária era de R$ 5,90, valor que foi a R$ 25,50 em 2022. Em média, o setor da agropecuária cresceu 5,5% anualmente. Hoje o agronegócio brasileiro é competitivo, tem muita inovação, exporta e importa bastante, ou seja, é um setor conectado com a economia global. O que se espera é uma política que coloque a indústria nessa rota.

NOVA INDÚSTRIA. Foi de olho nesse caminho, na tentativa de melhorar a competitividade do setor e dar um impulso aos negócios no País, que o governo lançou no início deste ano o Programa Nova Indústria, com a previsão de incentivos à indústria nacional até o ano de 2033.

O plano prevê o uso de políticas públicas, como subsídios, empréstimos reduzidos e investimentos federais, para tentar estimular diversos setores da economia.

O programa estabeleceu seis missões a serem cumpridas, entre elas a transição ecológica e a modernização do parque industrial brasileiro. Entre os setores que receberão incentivos estão a infraestrutura urbana, a agroindústria, a bioeconomia, a tecnologia da informação, a saúde e a defesa nacional.

Um dos objetivos da neoindustrialização, na qual a descarbonização e a bioeconomia estão inseridas, é reduzir a dependência da economia da exportação de commodities, incentivando a produção de bens de maior valor agregado. O governo prevê aplicar R$ 300 bilhões no programa via financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), o fortalecimento da indústria brasileira é a chave para o desenvolvimento sustentável do País, que vem enfrentando um processo de desindustrialização desde os anos 1980.

"Há cerca de 30 anos, a indústria de transformação brasileira representava 2,58% da indústria de transformação do mundo. Em 2022, caímos para 1,2%. É um processo que a gente tem de reverter em um cenário complicado, de muitas transformações, de desafios políticos e climáticos, e de dificuldades econômicas"

Mario Sérgio Telles
Superintendente de Economia da CNI

DESAFIOS MUNDIAIS. Para o superintendente de Economia da CNI, Mario Sérgio Telles, está mais do que na hora de eliminar os entraves que levaram a indústria do Brasil a perder participação na economia mundial.

"Há cerca de 30 anos, a indústria de transformação brasileira representava 2,58% da indústria de transformação do mundo. Em 2022, caímos para 1,2%. É um processo que a gente tem de reverter em um cenário complicado, de muitas transformações, de desafios políticos e climáticos, e de dificuldades econômicas", afirmou Telles.

Esse cenário de desafios mundiais, como a corrida pela descarbonização, para a qual existem tecnologias desenvolvidas, esbarra em um movimento de desglobalização, protecionismo e barreiras tarifárias entre países, segundo ele.

"Tivemos um avanço com o programa Nova Indústria Brasil, com a indústria colocada no centro desse programa, mas, para sermos competitivos, precisamos de energia e transporte mais baratos, melhor qualificação do nosso pessoal humano e, sobretudo, reduzir o custo Brasil", disse o superintendente da CNI.

Telles vê como positiva a liberação de recursos a um custo mais baixo para financiar os investimentos na indústria. "Hoje estamos com R$ 300 bilhões em quatro anos, mas é preciso que esses recursos aumentem. No ano passado, já tivemos um aumento expressivo nos recursos para a inovação na indústria. Este ano vamos ter quase R$ 13 bilhões para ciência, tecnologia e inovação, o que é muito relevante."

VANTAGENS. O superintendente da confederação vê o Brasil mais bem posicionado do que muitos países na transição para a energia verde. "Temos vantagens competitivas interessantes, já que 84% da energia produzida no País vem de fontes renováveis. Não tem país no mundo com uma matriz energética tão limpa, mas a energia chega cara para o consumidor. Temos setores da indústria muito competitivos, mas precisamos continuar atacando o custo Brasil para dar mais competitividade do portão para fora", disse Telles. ●

Igor Rocha

‘A desindustrialização foi prematura no Brasil’, diz economista da Fiesp

Igor Rocha afirma ainda que País é potência para atração de projetos de transição energética

ENTREVISTA

Economista-chefe da Fiesp, é PhD pela Universidade de Cambridge e pesquisador na FGV-SP

JAYANNE RODRIGUES

EVERTON AMARO / FIESP

Na corrida global por um modelo de desenvolvimento mais sustentável, o Brasil aparece em posição singular para atrair investimentos, afirma o economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Igor Rocha. “Poucos países apresentam essa biodiversidade e matriz energética limpa, ao mesmo tempo que têm capacidade de articulação comercial com diversas nações.”

No entanto, para capitalizar as novas potencialidades, o País tem de enfrentar desafios antigos, como a infraestrutura deficitária e os juros elevados. Também critica o sistema tributário, que onera a indústria de maneira desproporcional e faz o setor indiretamente “subsidiar” outros segmentos.

O economista vê méritos no programa Nova Indústria Brasil, que prevê R$ 300 bilhões em subsídios e financiamento até 2026. Mas avalia que o pacote é insuficiente para lidar com as distorções vigentes. Para ele, o governo deve avançar em políticas industriais que fomentem as áreas com mais oportunidades, entre elas a produção de hidrogênio verde e energia eólica offshore. Confira trechos da entrevista:

Qual a sua avaliação sobre o Nova Indústria Brasil?
É um programa importante, porque coloca a indústria de transformação como pilar do desenvolvimento econômico. Esse é um setor que, por muito tempo, ficou de lado e o Brasil pagou o preço por isso, com uma condição de baixo crescimento. Estivemos na armadilha da renda média e não conseguimos fazer o salto para o rol de países de renda alta. Tivemos uma desindustrialização muito forte exatamente por não ter a visão sistêmica e articulada de planejamento quanto ao papel do setor industrial. O programa está na fase de desenho das metas, às quais estamos aguardando. Mais importante que as metas será o acompanhamento desse plano ao longo dos anos.

O programa é suficiente para melhorar a produtividade, um dos grandes desafios do País?
O plano é uma condição necessária, porém não suficiente. Há um ambiente macroeconômico absurdamente desajustado, sobretudo na questão tributária e de juros para a indústria. A indústria tem de pagar a maior carga tributária da economia quando comparado com os outros setores. Isso ficou muito claro agora com a reforma tributária: diversos setores tiveram isenções e tratamentos diferenciais bastante generosos e a indústria não teve isso. Não à toa esses setores têm maior dinamismo, porque esse incentivo os ajuda a ter ganho de produtividade e crescimento. Quando a indústria tem de pagar essa meia-entrada alheia, temos um ambiente bastante adverso. Isso não acontece somente pela questão tributária. A reforma tributária tem um grande ponto forte que é a transparência. Agora, a sociedade vai saber quem paga muito, quem paga pouco e quem nada paga. Isso será muito bom para o desenho das políticas públicas.

O BC reduziu o ritmo de corte de juros. Como isso afeta a indústria?
A indústria não tem um Plano Safra, uma LCI (*Letra de Crédito Imobiliário*), uma LCA (*Letra de Crédito de Agronegócio*), uma debênture de infraestrutura, uma debênture incentivada. Não tem nenhuma ferramenta de arrefecimento dos juros altos estruturais do Brasil. A tônica da vez é a isonomia. Por que não podemos todos pagar a mesma carga tributária, o mesmo custo do crédito? Se não for assim, e a indústria sempre tiver de subsidiar indiretamente outros setores, você começa a fomentar uma série de distorções na economia. Isso tira muita eficiência do sistema econômico. Por exemplo, nosso estoque de capital é bastante obsoleto. São máquinas operando com 14, 15 anos. Quase 40% das máquinas em uso no Brasil já passaram do tempo de recomendação de uso pelo fabricante. Dado que o custo é muito alto, não ocorre essa renovação. Isso impacta na produtividade do trabalhador. Vemos uma defasagem brutal de tecnologia devido à dificuldade de acesso ao capital. Com isso, a produtividade também não aumenta. Essas questões precisam ser endereçadas na política pública – digo até na política estrutural macroeconômica – para reduzir as diferenças entre os segmentos, entre diferentes rendas e regiões, que geram uma enorme perda de eficiência no sistema econômico.

Quais outros desafios emergem para a indústria?
Outra questão que precisa ser endereçada é a da infraestrutura, que ainda é muito deficitária, o que tira competitividade para inserção em novos mercados. Os investimentos caíram de maneira muito forte desde 2015. Parece que estão retomando agora. O investimento público precisa caminhar de maneira conjunta com o privado e a infraestrutura é um exemplo bastante claro disso. Tem também a questão das tarifas de importação – seria importante trabalharmos em um modelo de escalada tributária, ou seja, associar as tarifas à agregação de valor. O que se tem hoje na economia brasileira é um desincentivo à agregação de valor, porque, se quiser agregar valor, você paga mais juros, tem disponibilidade relativa de crédito menor, paga mais imposto e mais tarifa de importação. É preciso ter uma estrutura de incentivos adequada para agregar valor.

Como esse cenário explica a desindustrialização que o Brasil tem enfrentado?
Muitos dos setores que o Brasil tem hoje e podem ser aproveitados foram constituídos de políticas públicas bem desenhadas e que geram oportunidades para o setor industrial. A desindustrialização do Brasil foi prematura. À medida que os países vão crescendo e se tornando países de renda média, é natural que a indústria perca a participação e passe a ter um movimento muito mais simbiótico com o setor de serviço. Assim, o setor industrial de alta tecnologia começa a andar junto com os serviços sofisticados. No Brasil, houve uma regressão tecnológica muito forte, porque a desindustrialização veio antes dessa transição para a renda alta. Isso fez com que a gente perdesse setores de média e alta tecnologia, não desenhássemos esse movimento simbiótico e sinergético com o setor de serviços.

“O Brasil tem uma vantagem e um papel singular no chamado powershoring. Poucos países apresentam essa biodiversidade e matriz energética extremamente limpa, ao mesmo tempo que têm capacidade de articulação comercial com várias nações”

Como a indústria pode aproveitar a transição energética e o potencial brasileiro, sobretudo no hidrogênio verde, para ganhar competitividade?
Por ter uma matriz energética limpa, o Brasil acaba sendo uma potência expressiva para atração do chamado *powershoring*. Obviamente, também temos o potencial do *nearshoring*, por sermos uma nação amiga e com comércio com diversas nações. Mas também temos a vantagem do *powershoring*. E o Brasil tem um papel muito singular nisso. Poucos países apresentam essa biodiversidade e matriz energética extremamente limpa, ao mesmo tempo que têm capacidade de articulação comercial com diversas nações.

Tendo em vista essas transformações, como o governo e o setor privado podem oferecer formação e treinamento aos trabalhadores?
Temos feito um trabalho muito positivo na Fiesp, que faz a gestão do Sesi e do Senai. As escolas do Sesi de São Paulo já superaram o Pisa (*Programa Internacional de Avaliação de Estudantes*) do Chile. É difícil ver outro setor da economia atuando, como a indústria, de maneira tão articulada e tão incisiva para a melhora da educação do Brasil. A mesma coisa é feita com o Senai, que tem uma atuação bastante expressiva em novas tecnologias, mas também no ensino profissional.●